

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO**

WESLEY ALVES VIEIRA

**A TERRITORIALIZAÇÃO DO MST NO TRIÂNGULO
MINEIRO/ALTO PARANAÍBA E O ASSENTAMENTO
EMILIANO ZAPATA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS: (des)encontros, desafios e conquistas**

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil

**UBERLÂNDIA/MG
2014**

WESLEY ALVES VIEIRA

**A TERRITORIALIZAÇÃO DO MST NO TRIÂNGULO
MINEIRO/ALTO PARANAÍBA E O ASSENTAMENTO
EMILIANO ZAPATA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS: (des)encontros, desafios e conquistas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito final à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientação: Prof. Dr. João Cleps Júnior – IG/UFU.

**Uberlândia/MG
2014**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

- V658t Vieira, Wesley Alves, 1980-
2014 A territorialização do MST no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e o assentamento Emiliano Zapata no contexto das políticas públicas : (des)encontros, desafios e conquistas / Wesley Alves Vieira. - 2014.
232 f. : il.
- Orientador: João Cleps Júnior.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.
Inclui bibliografia.
1. Geografia - Teses. 2. Reforma agrária - Triângulo Mineiro (MG) – Teses. 3. Assentamentos rurais - Triângulo Mineiro (MG) - Teses. 4. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Triângulo Mineiro (MG) - Teses. I. Cleps Júnior, João, 1962-. II. Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1



WESLEY ALVES VIEIRA

A TERRITORIALIZAÇÃO DO MST NO TRIÂNGULO
MINEIRO/ALTO PARANAÍBA E O ASSENTAMENTO EMILIANO
ZAPATA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS:
(des)encontros, desafios e conquistas

Professor Dr. João Cleps Junior - UFU

Professora Dr^a. Rosa Maria Vieira Medeiros – UFRGS

Professor Dr. Marcelo Cervo Chelotti – UFU

Data: 25/08 de 2014

Resultado: Aprovado

Aos camponeses e aos movimentos sociais de luta pela terra em Minas Gerais, em especial, às famílias do Assentamento Emiliano Zapata em Uberlândia.

Gratidão.

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo apoio e oportunidades.

Ao João, pela orientação, paciência, conforto e estímulos à pesquisa.

Ao Instituto de Geografia, Programa de Pós-Graduação e Laboratório de Geografia Agrária, pelas oportunidades e possibilidades de aprendizagens criadas.

Ao Marcelo, Vera e Geisa, pelo apoio, diálogos e ensinamentos.

À Patrícia, da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, e à Helena, do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, pelas oportunidades e ensinamentos.

Aos companheiros do LAGEA, em especial, Airton, Alex, André, Andreza, Daise, Danielle, Fabiana, Felipe, Geraldo, Jéssica, Eleusa, Mariana, Raquel, Ricardo Araújo, Ricardo Luís, Thiago, Tiara e Valentina, pela amizade, momentos de descontração e estímulos.

À Flávia, pelo apoio, estímulo e ajuda nos momentos difíceis.

Às famílias do Projeto de Assentamento Emiliano Zapata, pela recepção, carisma, e contribuição na pesquisa.

A todas as lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que contribuíram com a pesquisa, compartilharam e possibilitaram novos conhecimentos.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, por ter possibilitado esta pesquisa com a bolsa de Mestrado.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

“Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.

E se encorpando em tela, entre todos,
se erguendo tenda, onde entrem todos,
se entretendendo para todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão.”

Tecendo a manhã – João Cabral de Melo Neto

RESUMO

Este trabalho é resultado dos esforços de identificar e entender a trajetória de territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, bem como seus principais desafios e conquistas na Reforma Agrária e Projetos de Assentamentos Rurais criados na região. A mesorregião é uma das mais conflituosas no contexto de enfrentamentos pela Reforma Agrária no estado de Minas Gerais, pois é área de significativos investimentos públicos e privados em agronegócios e local estratégico para a produção de cereais, armazenamento e (re)distribuição de mercadorias para outras regiões do Brasil. No que diz respeito à Questão Agrária e à Reforma Agrária, de acordo com os dados do INCRA e do DATALUTA, a região é a terceira do estado com o maior número de assentamentos, com um total de 86 projetos, criados entre 1986 e 2012, envolvendo 4.455 famílias, as quais enfrentam, mesmo após a conquista dos lotes, grandes desafios de permanência na terra, sobretudo relacionados ao acesso e eficácia das políticas públicas de infraestrutura, assistência técnica, produção e renda nos lotes. Nesse contexto, na mesorregião, o MST coordena, atualmente, 11 assentamentos e 11 acampamentos, isso, como parte de seu histórico de lutas desde 1989, quando iniciou o processo de reivindicações em Minas. A trajetória do MST considerando suas conquistas e desafios, foi compreendida a partir do processo de luta pelo Projeto de Assentamento Emiliano Zapata em Uberlândia, município que ocupa o quarto lugar no estado com o maior número de assentamentos criados – 15 projetos, dos quais seis são coordenados pelo MST. O Emiliano Zapata pode ser o principal exemplo para entender a conjuntura da Reforma Agrária na região, em termos de organização, produção, renda, encontros e desencontros com as políticas públicas.

Palavras-chave: Reforma Agrária. Políticas Públicas. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Projeto de Assentamento Emiliano Zapata. Uberlândia-MG.

ABSTRACT

This paper is the result of efforts to identify and understand the trajectory of territorialization of the Landless Rural Workers Movement (MST) in Triângulo Mineiro/Alto Parnaíba, Minas Gerais state, as well as its main challenges and accomplishments in the agrarian reform and rural settlements projects created in the region. The mesoregion is one of the most conflicting regarding the struggle for agrarian reform in the state of Minas Gerais, because it's an area of great public and private investments in agribusiness and strategic location for cereal production, storage and (re) distribution of goods to other regions of Brazil. Concerning the Agrarian Issue and Agrarian Reform, according to data from INCRA and DATALUTA, the region is the third of the state in the largest number off settlements, with a total of 86 projects, created between 1986 and 2012, involving 4.455 families, who face, even after the conquest of lots, great continuing challenges to remain in the land, especially the ones related to the access and effectiveness in the public policies of infrastructure, technical assistance, production and income in the lots. In this context, in the mesoregion, the MST currently coordinates 11 settlements and 11 camps, as part of its historical struggles since 1989, when the process of struggles in the state of Minas Gerais started. The trajectory of the MST in terms of achievements and challenges was understood from the struggle process by Emiliano Zapata Settlement Project (Settlement Project) in Uberlândia - the municipality which occupies the fourth place in the state with the biggest number of settlements created - 15 projects, in which six are coordinated by the MST. The Emiliano Zapata can be the main example to understand the context of the agrarian reform in the region in terms of organization, production, income, meetings and disagreements with the public policies.

Keywords: Agrarian Reform. Public Policies. The Landless Rural Workers Movement (MST). Triângulo Mineiro/Alto Parnaíba. Emiliano Zapata Settlement Project. Uberlândia-MG.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Brasil: Assentamentos por Períodos de Governo, Número de Famílias e Área Desapropriada (ha) 1985-2012.....	82
Tabela 2 – Programas Governamentais de Desenvolvimento Agrícola do Cerrado	100
Tabela 3 – Minas Gerais: Número de Mortes no Campo por Mesorregiões 1985-2013.....	112
Tabela 4 – Distribuição do número de famílias e Área de RA e RAM - 1998-2009	130
Tabela 5 – Minas Gerais: Tipos de Assentamentos 1986-2012	132
Tabela 6 – Minas Gerais: Assentamentos Rurais por Mesorregião, Nº de Famílias Assentadas e Área (ha) 1986-2012	133
Tabela 7 – Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: Assentamentos Rurais conquistados pelo MST	150
Tabela 8 – Assentamento Emiliano Zapata: Quadro Geral de Acesso às Políticas Públicas	179
Tabela 9 – Assentamento Emiliano Zapata: Trabalho e Renda	188
Tabela 10 – Assentamento Emiliano Zapata: Produção de Juarez e Flaviana	194

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Brasil: Número de Ocupações e Famílias em Ocupações (1988-2012).....	84
Gráfico 2 – Minas Gerais: Evolução da Estrutura Fundiária, por Classes de Área (1992, 1998, 2003, 2010, 2011 e 2012).....	114
Gráfico 3 – Total de Manifestações e Número de Pessoas Envolvidas (2000-2012).....	117
Gráfico 4 – Minas Gerais: Relação do Número de Famílias em Ocupações, Assentadas e o Número de Ocupações (1988-2012)	125

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Movimentos Socioterritoriais Atuantes no Estado de Minas Gerais (1990-2012).....	118
Quadro 2 – Fases do MST: Síntese de alguns principais acontecimentos e características do movimento.....	137
Quadro 3 – Principais Eventos e Lemas do MST	139
Quadro 4 – Regionais Organizadas pelo MST em Minas Gerais e Principais Características.....	142
Quadro 5 – Resumo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	183

LISTA DE MAPAS E PRANCHAS

Mapa 1 – Uberlândia: Localização do Assentamento Emiliano Zapata.....	26
Mapa 2 – Minas Gerais: Trabalho Escravo por Mesorregião 1985-2013	109
Mapa 3 – Minas Gerais: Número de Manifestações Realizadas pelos Movimentos Socioterritoriais (por Município 2000-2012).....	121
Mapa 4 – Minas Gerais: Ocupações por Município 1988-2012	124
Mapa 5 – Minas Gerais: Assentamentos Rurais por Município 1986-2012	134
Mapa 6 – Uberlândia: Assentamentos Rurais (1998-2012)	148
Mapa 7 – Uberlândia: Assentamento Emiliano Zapata.....	172

Prancha 1 – Minas Gerais: Concentração Fundiária (1992, 1998, 2003, 2011 e 2012)	115
--	-----

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1 – Uberlândia: Ato Unificado entre Sindicatos e Movimentos Sociais (2013)	156
Foto 2 – Assentamento Emiliano Zapata: Conflitos Territoriais.....	174
Imagen 1 – Assentamento Emiliano Zapata e Entorno: Expressões de Poder	171

Mosaico 1 – Acampamento 1º de Maio (Uberlândia) e Acampamento Irmãos Naves (Araguari)	146
Mosaico 2 – Uberlândia: XVI Encontro Regional do MST no Assentamento Emiliano Zapata (2013)	154
Mosaico 3 – Serra do Salitre-MG: Acampamento Chico Mendes (Reocupação da Fazenda Porto Seguro)	155
Mosaico 4 – Assentamento Emiliano Zapata: Principais Problemas no Assentamento e Entorno	176
Mosaico 5 – Assentamento Emiliano Zapata: Características das casas das famílias assentadas.....	177
Mosaico 6 – Assentamento Emiliano Zapata: Benfeitorias e Infraestruturas Utilizadas na Produção	180
Mosaico 7 – Assentamento Emiliano Zapata: Produção das Famílias Assentadas.....	191
Mosaico 8 – Assentamento Emiliano Zapata: Criação de Animais	196
Mosaico 9 – Assentamento Emiliano Zapata: Atividades Culturais	199

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCZ	– Associação Brasileira dos Criadores de Zebu
ACAMPRA	– Associação Camponesa de Produção da Reforma Agrária do Município de Uberlândia
ADENOR	– Agência de Desenvolvimento da Região Norte de Minas Gerais
ANOTER	– Associação Nacional de Órgãos Estaduais de Terra
APP	– Áreas de Preservação Permanente
BANCOOB	– Banco Cooperativo do Brasil
BANSICREDI	– Banco Cooperativo Sicredi S/A
BASA	– Banco da Amazônia Sociedade Anônima
BDMG	– Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BIRD	– Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (em inglês, <i>International Bank for Reconstruction and Development</i>)
BNDES	– Banco Nacional do Desenvolvimento
CAF	– Consolidação da Agricultura Familiar
CAIs	– Complexos Agroindustriais
CAMIG	– Companhia Agrícola de Minas Gerais S.A
CASEMG	– Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais S.A
CEARD	– Companhia de Eletrificação do Alto Rio Doce
CEARG	– Companhia de Eletricidade do Alto Rio Grande
CEASA	– Centro de Abastecimento
CED	– Conselho Estadual de Desenvolvimento
CEDEFES	– Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva
CEMIG	– Centrais Elétricas de Minas Gerais
CEMRD	– Companhia de Eletrificação do Médio Rio Doce
CEPAL	– Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CGIAR	– Grupo Consultivo em Pesquisa Agrícola Internacional
CIA	– <i>Central Intelligence Agency</i>
CIEPS	– Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários
CIF	– Centro de Inteligência do Feijão
CIFlorestas	– Centro de Inteligência em Florestas
CIGB	– Centro de Inteligência em Genética Bovina
CILeite	– Centro de Inteligência do Leite
CIMilho	– Centro de Inteligência do Milho
CISOja	– Centro de Inteligência da Soja
CLACSO	– Centro Latino Americano de Ciências Sociais

CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPAN	Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita
COOPERAF	Cooperativa dos Agricultores Familiares de Uberlândia e Região
COOPEROESTE	Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste Ltda
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPR	Combate à Pobreza Rural
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CURAU	Projeto Cultura e Reforma Agrária de Uberlândia
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
DATALUTA	Banco de Dados da Luta pela Terra
EMATER-MG	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAMIG	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
FERTISA	Fertilizantes Minas Gerais
FERUB	Fundação Educacional Rural de Uberlândia
FETAEMG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FREMISA	Frigoríficos Minas Gerais Sociedade Anônima
GPC	Gabinete de Planejamento e Coordenação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IEF	Instituto Estadual de Floresta
IG	Instituto de Geografia
IGAM	Instituto Mineiro de Gestão das Águas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural
INDI	Instituto de Desenvolvimento Industrial
LAGEA	Laboratório de Geografia Agrária
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MASTEL	Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral do Paraná
MASTEN	Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná
MASTES	Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná
MASTRECO	Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro-Oeste do Paraná
MASTRO	Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEPF	– Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária
MIRAD	– Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MJT	– Movimento Justiça e Terra
MLP	– Mercado Livre do Produtor
MLST	– Movimento de Libertação dos Sem Terra
MLT	– Movimento de Luta pela Terra
MST	– Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MSTTR	– Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
MTL	– Movimento Terra Trabalho e Liberdade
NEAT	– Núcleo de Estudos Agrário e Territoriais
NERA	– Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
NPT/CAF	– Nossa Primeira Terra/Consolidação da Agricultura Familiar
NPT/CPR	– Nossa Primeira Terra/Combate à Pobreza Rural
OAN	– Ouvidoria Agrária Nacional
ONGs	– Organizações Não Governamentais
PA	– Projeto de Assentamento Federal
PAA	– Programa de Aquisição de Alimentos
PADAP	– Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba
PCA	– Paradigma do Capitalismo Agrário
PCB	– Partido Comunista Brasileiro
PCI	– Programa de Crédito Integrado
PCT	– Programa Cédula da Terra
PE	– Projeto de Assentamento Estadual
PERIFERART	– Centro Cultural Social e Educacional
PIN	– Programa de Integração Nacional
PNAE	– Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA	– Plano Nacional de Reforma Agrária
POLAMAZÔNIA	– Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLOCENTRO	– Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
POLONORDESTE	– Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
PQA	– Paradigmas da Questão Agrária
PRB	– Projetos de Reassentamento de Atingidos por Barragens
PRODECER	– Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
PROER	– Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional
PROGER RURAL	– Programa de Geração de Emprego e Renda Rural
PRONAF	– Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	– Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROSAN	– Programa Mutirão de Segurança Alimentar
PROTERRA	– Programa de Redistribution de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
PROVALE	– Programa Especial para o Vale do São Francisco
PSA	– Programa de Segurança Alimentar
PSDB	– Partido da Social Democracia Brasileira
PT	– Partido dos Trabalhadores
RAM	– Reforma Agrária de Mercado

- RIMISP – *Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural*
RU – Restaurante Universitário
S.A – Sociedade Anônima
SAPPP – Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco
SARSA – Serviços de Aproveitamento do Rio Santo Antônio
SEAPA-MG – Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais
SINDIELETRO/MG – Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural
SRU – Sindicato Rural de Uberlândia
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUIND – Superintendência de Industrialização
SUPRA – Superintendência de Política Agrária
UDC – Unidade Doméstica Campesina
UDR – União Democrática Ruralista
UFU – Universidade Federal de Uberlândia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA A COMPREENSÃO DOS CONFLITOS NO CAMPO BRASILEIRO	29
1.1. O campo do ponto de vista das territorialidades	29
1.2. Um posicionamento acerca das contradições no campo brasileiro	38
2. CONTEXTO DA QUESTÃO AGRÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL..	50
2.1. As origens e a contemporaneidade da Questão Agrária.....	50
2.2. O desenvolvimento capitalista na agricultura.....	58
2.3. A Reforma Agrária no contexto do desenvolvimento capitalista.....	61
2.4. O Estatuto da Terra e a Modernização Conservadora no Período Militar brasileiro .	64
2.5. A Reforma Agrária de Sarney a Dilma: esperanças, decepções, mitos e realidades..	70
3. TERRITÓRIOS EM DISPUTAS NO CAMPO E LUTA PELA TERRA EM MINAS GERAIS	87
3.1. A configuração e o contexto de Minas Gerais na divisão inter-regional do trabalho entre o final do século XVIII e início do XIX.....	87
3.1.1. Territorialidades e conflitualidades na fase desenvolvimentista do campo mineiro pós-1930	92
3.1.2. O desenvolvimento desigual de Minas Gerais pós-1964.....	99
3.2. A expansão do agronegócio e o agravamento da Questão Agrária	103
3.2.1. A terra de poucos e a luta de muitos	113
3.2.2. As manifestações no campo e nas cidades	116
3.2.3. As ocupações como principais estratégias de acesso à terra	123
3.2.4. As áreas de assentamentos como expressões de conquistas e de desafios ..	128
4. A TERRITORIALIZAÇÃO DO MST NO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA: UM ESTUDO DO PA EMILIANO ZAPATA EM UBERLÂNDIA-MG.....	136
4.1. A territorialização do MST no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	136
4.1.1. A Reforma Agrária no Triângulo Mineiro do ponto de vista das famílias assentadas no PA Emiliano Zapata e das lideranças do MST na região	161
4.2. O PA Emiliano Zapata em Uberlândia: (des)encontros, desafios e conquistas no contexto das Políticas Públicas.....	165
4.2.1. Trajetórias de vida dos assentados.....	166
4.2.2. Impactos do agronegócio e os desafios na infraestrutura	170
4.2.3. (Des)encontros e desafios no acesso às Políticas Públicas	178
4.2.4. Estratégias de reprodução e renda	186
4.2.5. Educação, saúde, lazer, cultura e as perspectivas das famílias assentadas	197
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	202
6. REFERÊNCIAS	209
APÊNDICES	225

INTRODUÇÃO

As discussões que envolvem a atuação dos movimentos socioterritoriais, em Minas Gerais, das políticas públicas e dos assentamentos rurais, começaram na graduação durante a experiência como bolsista de Iniciação Científica, em 2011, com a pesquisa “GEOGRAFIA DOS CONFLITOS NO CAMPO EM MINAS GERAIS: pesquisas, metodologias e estudos a partir do Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA”, apoiada pelo CNPq (Edital MCT/CNPq n.º 12/2010 – IC). A pesquisa teórica que fazíamos e os dados que coletávamos em diversos jornais e *sites* de movimentos e organizações eram sobre temas da Reforma Agrária, assentamentos rurais, movimentos socioterritoriais, ocupações de terras e manifestações de movimentos de luta pela terra no campo e na cidade. Além disso, realizávamos, periodicamente, as revisões Metodológicas do Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA (coleta, sistematização e registro dos dados). Nesse primeiro contato, o objetivo geral daquela pesquisa era coletar, organizar, analisar e divulgar os dados básicos sobre a Questão Agrária e Reforma Agrária de Minas Gerais, por meio de metodologias construídas ao longo de quase uma década de existência do Projeto DATALUTA, no Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA), da Universidade Federal de Uberlândia (desde 2005).

Desde então, as leituras em torno do tema fizeram-me identificar com os contextos históricos e as contradições nas quais o campo e eu estávamos inseridos. Com isso, decidi aprofundar os conhecimentos em Geografia Agrária, principalmente, em torno dos temas da Questão Agrária brasileira e dos fundamentos teóricos que sustentavam as discussões. Aprendíamos e debatíamos sobre os conflitos no campo, as experiências e estratégias dos movimentos socioterritoriais, as transformações na agricultura, sobre o campesinato, sobre os paradigmas do capitalismo agrário e da Questão Agrária entre outros. Foi então que me vi envolvido, mais profundamente, tanto nos estudos quanto nos espaços que tratavam e, por vezes, deliberavam sobre os temas, ou seja, aproximei-me dos movimentos sociais, participeiativamente dos estudos e dos espaços de formação, em atuações no campo e representações que possibilissem contribuir com outras vias de desenvolvimento tais não fossem as hegemônicas ou dominantes, as quais cercavam e intentavam abafar outras formas de pensar, de desenvolver o campo, de fazer escolhas e dividir conquistas.

Nesse contexto, senti fortemente a necessidade de ver de perto e entender as contradições capitalistas no campo, saber como aconteciam as relações conflituosas no tocante à luta pela terra, quais eram os impactos sociais, ou seja, como as pessoas “lutavam” pela terra? O que acontecia ou poderia acontecer com elas? Quais sentimentos as faziam cortar a cerca e ocupar um pedaço de terra, no capitalismo, garantida a outro, como legítima propriedade particular? Como era o processo de luta e conquista da terra? Como os movimentos sociais se organizavam e como conseguiam reunir pessoas para as lutas pela Reforma Agrária?

Foi como se os estudos e os espaços de formação política dentro da universidade não estivessem completos do ponto de vista da prática ou da *práxis*. A escolha do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi, sobretudo, em razão de à sua história de luta pela terra, de conquistas e da quantidade de pessoas que dele participavam no Brasil. Foi devido, ainda, à necessidade de associar a teoria à prática, mas não qualquer prática, pois deveria ser a que mais me chamassem atenção pela trajetória e pelos exemplos concretos de desafios e vitórias. Os primeiros contatos com o MST foram marcantes no que diz respeito às discussões e tensões em que me vi envolvido. Todas as pessoas, nos diversos espaços de que participei inicialmente, foram sempre cordiais e amigáveis, mesmo com certo grau de desconfiança. Tais relações e espaços me possibilitaram estudar e conhecer o movimento e suas propostas, as quais estavam de acordo com boa parte do que eu tinha aprendido na Geografia. Enfim, a seriedade da luta pela Reforma Agrária que percebi no MST e a vontade que tive de associar as teorias às práticas, foi o que me fez escolher o movimento como foco da pesquisa.

Entre os espaços mais importantes de que participei desde então foram: III Colóquio de Pesquisa NEAT/LAGEA (2011); XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária (2012); XVI Encontro Regional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), realizado no Assentamento Emiliano Zapata (2013); 437^a Reunião da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo (Uberlândia, 2013); reuniões com os movimentos que integram o Fórum Mineiro de Revolução Agrária, Encontro do Coletivo Regional de Produção do MST (Uberlândia, 2013); participação na criação do Comitê Regional Triângulo Mineiro de Justiça para Felisburgo; e diversas reuniões em assentamentos, acampamentos e instituições tais como na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (CIEPS) e Prefeitura Municipal de Uberlândia.

Nesse contexto, houve a necessidade de me aprofundar ainda mais no conhecimento em relação ao que se passava no campo, nos contextos sociais, econômicos, ambientais e culturais, com ênfase às territorialidades e conflitualidades associadas à Reforma Agrária, em

Minas e no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, e ainda sobre a territorialização do MST – o movimento mais atuante na mesorregião, de acordo com os dados do DATALUTA, e a nossa pesquisa a qual resultou no trabalho de monografia defendida em novembro de 2012 intitulada “CONFLITOS NO CAMPO E REFORMA AGRÁRIA EM MINAS GERAIS: reflexões a partir do Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA”. Entender os desafios, as estratégias de sobrevivência e permanência nos assentamentos rurais, as conquistas e as principais políticas públicas de assentamentos passaram a fazer parte do nosso desafio. Assim, nasceu o projeto que deu o título temático deste trabalho: “A TERRITORIALIZAÇÃO DO MST NO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA E O ASSENTAMENTO EMILIANO ZAPATA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: (des)encontros, desafios e conquistas”.

Para isso, no decorrer do processo de formação, construção e esquematização da pesquisa na pós-graduação, passei por eventos e espaços diversos, onde encontrei e vivenciei, no campo prático, as perguntas para as quais eu queria encontrar respostas. Ou seja, foi após ter acompanhado e interpretado as reivindicações dos movimentos sociais – em especial, do MST – mais as contribuições teóricas e metodológicas do espaço de defesa do projeto na UFU, que percebi que os 11 assentamentos conquistados pelo MST na mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, em particular, o Projeto de Assentamento (PA) Emiliano Zapata em Uberlândia, representavam as conquistas e os desafios das famílias assentadas na região. No caso do Zapata, percebi que o processo ou a trajetória de luta pela área era parte significativa da territorialização do movimento na região. Houve, ainda, a necessidade de abordarmos as políticas públicas de assentamentos, visto sua importância e vinculação às condições de infraestrutura dos assentamentos, de produção e geração de renda das famílias.

Com base no exposto, a problemática e a questão central, para a qual procuramos respostas nesta pesquisa, correspondeu a identificarmos: qual é a trajetória de territorialização do MST no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e quais são suas principais conquistas e desafios? Além disso, buscamos resposta para outros questionamentos, tais como:

- i. Como as propostas para o campo do MST e as políticas públicas se expressam no Emiliano Zapata – área considerada por alguns integrantes do próprio movimento como o mais organizado, que mais captou e transformou recursos públicos em benefício para as famílias assentadas e que agrupa o maior número de antigas lideranças do movimento?
- ii. Quais conflitualidades ocorrem no campo e o que as motiva no contexto atual?

- iii. Qual é a atualidade da Questão e da Reforma Agrária no Brasil, em Minas Gerais e no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba?
- iv. Diante da fragmentação da luta pela terra, quais as estratégias para territorialização do MST na mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba?
- v. Quais as políticas públicas (programas, projetos etc.) foram implementadas no PA Emiliano Zapata?
- vi. Como se estabelece o diálogo, quais são os encontros, os desencontros e as possibilidades existentes entre as políticas públicas e os assentados?
- vii. Quais os principais desafios e conquistas dos(as) assentados(as) no Zapata desde a sua criação, e como os(as) trabalhadores(as) entendem e qual Reforma Agrária eles reivindicam?

A partir dessas questões, o objetivo geral da pesquisa foi analisar a territorialização dos MST, no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, e como as propostas deste movimento e das políticas públicas se expressam no Emiliano Zapata em Uberlândia, visto a importância desse assentamento para a região. Para isso, delimitamos alguns objetivos específicos, tais como:

- i. Refletir a Questão Agrária e a Reforma Agrária no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba;
- ii. Discutir os conceitos de território, territorialização, territorialidades, conflitualidades;
- iii. Analisar as ocupações, as manifestações e outras ações (encontros, audiências etc.) do MST, em Minas Gerais e na mesorregião, de acordo com os dados do DATALUTA;
- iv. Investigar e analisar a trajetória de territorialização, as conquistas e os desafios do MST no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba;
- v. Analisar como as propostas para o campo do MST se expressam no PA Zapata e quais são as políticas públicas existentes no assentamento, bem como seus encontros e desencontros.

Para a execução desta investigação, a primeira etapa foi relacionada ao procedimento de pesquisa, ou seja, desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica acerca dos temas e conceitos centrais, entre estes, destacamos a Questão Agrária e a Reforma Agrária no Brasil, o território, as territorialidades e as conflitualidades em Minas Gerais, as políticas públicas de assentamentos, os movimentos socioterritoriais, em especial, o MST e os assentamentos

rurais. Além do levantamento bibliográfico sobre os conceitos e temas, realizamos o mapeamento e as representações por meio de gráficos e tabelas dos assentamentos rurais, estrutura fundiária, ocupações e manifestações dos movimentos socioterritoriais de luta pela terra em Minas Gerais.

Entre os conceitos estudados, destacamos, inicialmente, o conceito de território, importante categoria geográfica, para pensarmos os usos, a organização, as *relações de poder* que se estabelecem espacialmente, assim como a materialização das contradições inerentes às relações sociais de produção no capitalismo, notadamente no campo, por meio das intervenções políticas, do sistema financeiro e das transnacionais do agronegócio. Estas relações caracterizam-se como conflitualidades e expressões de territorialidades em diferentes escalas do espaço geográfico. No caso do Brasil, entendemos que, paralelamente aos projetos de desenvolvimento rural do Estado – hegemônicos na correlação de força com os projetos da maioria empobrecida do país –, há vários outros projetos que não são igualmente contemplados, tais como os dos movimentos socioterritoriais que lutam por soberania, ou seja, por territórios no território dominado pelas burguesias e pelo Estado, isso, por meio de ações e expressões conflituosas em suas diversas dimensões. Para dissertar sobre o conceito de território, de territorialidades e de conflitualidades, debruçamos-nos sobre algumas leituras de Marx (1859 [1977]), Engels (1998), Luxemburg (1985), Martins (1995), Oliveira (2001, 2002, 2003), Andrade (1987), Chesnais (1996), Stédile (1997), Santos (2008), Silveira (1997, 2008), Raffestin (1980 [1993]), Haesbaert (2004), Saquet (2007), Cleps Jr. (2010), Fernandes (2000, 2005) e Souza (2008).

O conceito de território foi ressaltado, sobretudo, ao nos depararmos com as contradições sociais e econômicas históricas do modelo capitalista da agricultura, verificadas em trabalhos de campo, assim como as relações não totalmente capitalistas de produção, considerando, portanto, uma análise crítica dos princípios do *Paradigma do Capitalismo Agrário* e do *Paradigma da Questão Agrária*. Este último, adotado por nós como fundamento teórico, base metodológica para a pesquisa após a leitura de autores como Kautsky (1980), Lênin (1980), Luxemburg (1985), Kuhn (1998), Oliveira (2001, 2002), Navarro (2001, 2008), Abramovay (2003), Felicio (2006), Fernandes (2006, 2007) e Sauer (2008).

Foi possível, então, acompanhado das discussões sobre o território, compreendermos o histórico e a contemporaneidade dos temas da Questão Agrária e da Reforma Agrária no Brasil e em Minas Gerais. No contexto atual da luta pela Reforma Agrária no país, as reivindicações não são apenas por uma parcela legal da terra e, sim, nos casos da Via Campesina, do MST e de alguns outros movimentos, contra as desigualdades sociais no

campo e nas cidades, geradas pela concentração de terras e hegemonia do modo de produção capitalista na agricultura, que destrói o meio ambiente e expulsa homens, mulheres e jovens do campo. Os defensores do agronegócio procuram, cada vez mais, deter o controle total da Natureza, da produção e da propriedade da terra. A Reforma Agrária, hoje, é vista pelos trabalhadores rurais sem-terra como garantia mínima dos direitos humanos e dignidade no campo.

Por conseguinte, aos discutirmos sobre os temas da Questão e Reforma Agrária no Brasil, investigamos documentos, políticas, leis e relatórios oficiais do Estado disponíveis nos sites oficiais, sobretudo, os que tratam dos programas e projetos de investimentos no campo para a pequena produção, tais como as políticas de crédito e de compra de alimentos. Analisamos, ainda, as propostas para o campo da MST, cartas oficiais de congressos nacionais, publicações, documentos, relatórios, estudos, vídeos e documentários disponíveis na *internet* e em bibliotecas públicas. Além disso, dialogamos, dentre outros autores, com Graziano da Silva (1987, 1999), Kageyama (1990), Andrade (2003), Delgado (2004, 2005, 2008), Porto Gonçalves (2006), Fernandes (1999, 2004, 2013), Alentejano (2004), Medeiros (2004), Ortega (2004, 2008), Leite (2004, 2008), Oliveira (2006, 2009), Sauer (2010), Martins (2010), Coca (2011) e Stédile (2012). Para assimilarmos esses temas, nos casos de Minas Gerais e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, consultamos Diniz (1981), Martins (1983), Venâncio (1997), Dulci (1999), Silveira (1999, 2010, 2011), Guimarães (2001), Gomes (2004), Castillo (2004), Maria (2005), Santos (2008), Frederico (2004, 2009), Ribeiro (2009), Marques (2009) e Carvalho (2011).

Além dos diversos autores que contribuíram para os diálogos e posicionamentos da pesquisa acerca do campo mineiro e da territorialização do MST, levamos em conta os pontos de vistas e a trajetória dos sujeitos da pesquisa, as famílias assentadas e as lideranças do movimento que, em muitos casos, passaram anos debaixo da lona lutando pelo objetivo de conquistar a terra e melhores condições de vida. Resgatamos memórias e experiências que trouxeram à tona os desafios e as conquistas dos(as) trabalhadores(as) acampados(as) e assentados(as), para, assim, também, entendermos as relações que estes sujeitos engendram com a terra e como eles concebem a Reforma Agrária. Arraigados em um território de relações capitalistas de produção e de consumo, podem ou não terem a ideia de lutar pelo socialismo, muitos podem, inclusive, ter a clareza de quererem permanecer inseridos no capitalismo, contudo, o que se evidencia é que eles(as), de alguma forma, resistem, seja contra a dominação do capitalismo, seja contra o modo de vida social e econômico que levam dentro

das relações capitalistas de produção, e constroem, assim, o horizonte de uma vida mais digna.

Antes de detalharmos a metodologia dos trabalhos de campo, frisamos que, para a reflexão acerca da Questão Agrária em Minas Gerais, recorremos, principalmente, às categorias de análises do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), referentes aos dados levantados por meio de sua metodologia. O projeto é desenvolvido no LAGEA e constitui uma importante fonte de dados e informações qualitativas para a compreensão das realidades e cenários criados a partir da luta pela terra todo o estado mineiro¹.

As categorias de análises da Rede DATALUTA são: assentamentos, ocupações, estrutura fundiária, movimentos socioterritoriais e manifestações. Desde a sua implementação em Minas Gerais, diariamente, os dados são coletados em mais de 20 fontes compostas por jornais, *sites* de movimentos sociais, entidades de classe e órgãos, como Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Associação Nacional de Órgãos Estaduais de Terra (ANOTER), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Sistema Nacional de Cadastro Rural – (SNCR), entre outros ligados aos movimentos e à entidade de luta. São organizados em planilhas que, anualmente, dão origem a um relatório composto por mapas, gráficos, tabelas e quadros, organizados nas escalas, estadual, mesorregional e municipal – os relatórios são divulgados pelo *site* do LAGEA (www.lagea.ig.ufu.br). Os períodos considerados neste trabalho, em relação às categorias do DATALUTA, dependeram da disponibilidade dos dados no projeto, do período que avaliamos no contexto nacional, e do ano do último relatório. Por exemplo, pela disponibilidade dos dados, mapeamos a estrutura fundiária (Índice de Gini) dos anos 1992, 1998, 2003, 2010, 2011, 2012 e examinamos as situações do penúltimo e último ano. Sobre manifestações, são coletados desde 2000, sendo aqui estudados os dados entre 2000 e 2012. As ocupações possuem registros desde 1988, pesquisamos até 2012. Já para os assentamentos rurais, há dados desde 1927, contudo analisamos os dados que compõem o período de redemocratização do Brasil até 2012, ou seja, desde 1986, ano que foi governado por José Sarney. Além dos dados do DATALUTA, catalogamos os registros de trabalho escravo e mortes no campo em Minas, entre 1985 e 2013, divulgados pela CPT.

¹ O DATALUTA é um projeto de pesquisa e extensão criado em 1998 pelo pesquisador Bernardo Mançano Fernandes no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), vinculado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP – Campus de Presidente Prudente). No NERA, os dados de outros estados e de São Paulo são reunidos e resultam nos relatórios anuais do Portal Paranapanema, de São Paulo e do Brasil. O DATALUTA Minas Gerais faz parte da Rede DATALUTA composta por grupos de pesquisa dos estados de SP, PR, RS, MG, MT, MS, ES, SE e PB. Desde 2005, o DATALUTA está criado em Minas Gerais e, juntamente com os estudos produzidos pela rede, o projeto assumiu importância na medida em que tem sido utilizado como subsídio para elaboração de políticas públicas e pesquisas vinculadas à questão agrária brasileira. O projeto pauta-se no registro e sistematização de dados da realidade agrária mineira, destacando a atuação dos movimentos socioterritoriais, que se desenvolvem por meio dos conflitos agrários, afirmindo assim o seu lugar social no campo brasileiro.

No PA Emiliano Zapata, as contradições em relação ao território foram verificadas na prática, especialmente, a partir da observação, levantamento e registro do uso e ocupação do solo ou no entorno do assentamento – cercado pelo agronegócio. Os trabalhos de campo no assentamento duraram sete dias entre os dias 25 de agosto e 1º de setembro de 2013, período que foi possível coletar os principais dados, registrar observações do espaço com fotos, vídeos e anotações, realizar entrevistas/diálogos roteirizadas com titulares dos lotes e agregados, verificar as condições de acesso aos bens e serviços públicos pelas famílias assentadas, realizar levantamentos de documentos. Os diálogos foram, então, gravados com o consentimento dos sujeitos da pesquisa, transcritos exatamente como as falas originais e analisados no contexto e no desenvolvimento deste trabalho. Em todas as oportunidades em que permanecemos nos diversos espaços dedicados à pesquisa, efetuamos um levantamento fotográfico e, em alguns momentos, registramos situações e características de organização do espaço, da produção etc. em vídeos, também com o consentimento dos sujeitos da pesquisa. Para isso, consideramos algumas premissas fundamentais para a execução dos trabalhos de campo com os sujeitos da Reforma Agrária, identificadas por Chelloti e Pessôa (2009).

[...] a essência do trabalho de campo é que deve ser percebida por nós, ou seja, seus fundamentos, valores, significações. Elementos como a familiaridade com o tema, a persistência na pesquisa, estar aberto par o novo são contribuições deixadas por ele. O trabalho de campo revela-nos o ponto de vista do nativo, sua relação com a vida, [...] sua visão do seu mundo [...]. [O trabalho de campo], não pode ser confundido como uma simples visita ao local a ser pesquisado, pois envolve outras dimensões além da observação, como a vivência e a experiência com os sujeitos pesquisados [...]; não existe *a priori* uma metodologia única. A gama de possibilidades dependerá das características socioculturais dos sujeitos pesquisados. [...] embora o trabalho de campo tenha como principal objetivo nos apresentar a empiria, nossas observações e apontamentos dizem muito do nosso referencial teórico. Aquilo que de imediato consideramos como empírico, já está mentalmente carregado de teoria. Nesse sentido, não existe a dicotomia teoria-empiria, uma vez que a realidade é complexa, e toda e qualquer explicação correrá o risco de cair em reducionismos (CHELOTTI; PESSÔA, 2009, p. 452, 480).

Em relação, sobretudo, à trajetória do MST e o Emiliano Zapata no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, alguns autores e trabalhos tiveram importância significativa, dentre os quais assimilamos: “O movimento de libertação dos Sem Terra (MLST) e as contradições da luta pela terra no Brasil”, de Marco Antonio Mitidiero Junior (2002); “Ofensiva do Capital e Transformações no Mundo Rural: a resistência camponesa e a luta pela terra no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba” e “Reforma Agrária e Segurança Alimentar no Brasil: Reflexões no contexto das Políticas Públicas Sociais”, de Renata Mainenti Gomes (2004, 2012); “Luta pela Terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: a trajetória dos movimentos e organizações sociais na construção do território”, de Natália Dayrell de Carvalho (2011); “Assentamento

Emiliano Zapata: trajetória de lutas de trabalhadores na construção do MST em Uberlândia e Triângulo Mineiro (1990-2005)” e “Reforma Agrária no Triângulo Mineiro: memórias, histórias e lutas de assentados(as) dos Projetos de Assentamentos Emiliano Zapata e 21 de Abril (1980-2012)”, de Leandra Domingues Silvério (2006, 2012).

Para as entrevistas, elaboramos três roteiros, um direcionado às famílias do Emiliano Zapata (titulares dos lotes homens e/ou mulheres, ou ainda, uma pessoa acima de 18 anos presente no momento da visita) (Apêndice 1), outro às lideranças do MST no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (Apêndice 2), e um terceiro às lideranças da Associação dos Trabalhadores Rurais do Emiliano Zapata² e da Associação Camponesa de Produção da Reforma Agrária do Município de Uberlândia (ACAMPRA³) (Apêndice 3). Organizamos cada um dos roteiros construídos por um conjunto de questões que suprissem temas específicos como: caracterização dos sujeitos da pesquisa; políticas públicas, organização socioprodutiva e renda; o MST na região; acampamentos; assentamentos rurais e políticas públicas; Fórum Mineiro de Revolução Agrária e outros movimentos socioterritoriais. Antes de aplicarmos os questionários às famílias e às lideranças, fizemos um teste com uma liderança do MST e do Emiliano Zapata, o Sr. Manoel, que se dispôs a responder a todas as perguntas, sugeriu novas perguntas e deu dicas dos melhores horários para encontrar as famílias em seus lotes. Manoel, além disso, concedeu-nos hospedagem e alimentação durante todos os dias dos trabalhos de campo e acompanhou-nos em cada lote sem, contudo, interferir durante as entrevistas.

Os trabalhos de campo, para além das visitas, entrevistas e coletas de dados no Zapata, foram realizados com diversas participações em espaços de debates e decisões sobre os assentamentos e os rumos do MST no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, como citado no início desta introdução. No assentamento, avaliamos que o trabalho obteve o alcance esperado, tendo em vista as dificuldades encontradas. Das 25 entrevistas previstas com as famílias, estabelecemos contatos com 21 famílias e em apenas quatro lotes, apesar de mesmo indo mais de uma vez, não pudemos encontrar os moradores. Contudo, desses quatro, conseguimos informações sobre duas famílias com os parentes vizinhos. Informações essenciais como número de pessoas, de quais políticas públicas participavam e se participaram da conquista do lote desde a época de acampamento, conseguimos com os líderes do assentamento, para as quatro famílias ausentes. Outro desafio que tivemos foi conseguir levantar todas as informações previstas de todas as famílias, pois algumas pessoas

² CNPJ - 07.250.502/0001-10

³ CNPJ - 18.450.014/0001-72

não responderam a todas as perguntas do roteiro ou contribuíram de forma mais objetiva. As visitas aos lotes foram realizadas nos período da manhã e tarde, entre 9 e 12, e 13 e 17 horas. Fomos orientados pelo Sr. Manoel que, no período da manhã, logo nas primeiras horas, não adiantava irmos aos lotes, porque eram os horários em nos quais as famílias estavam mais atarefadas com os afazeres da produção, sobretudo, com a horta e o leite. No período da tarde, foi que elas tiveram maior disponibilidade de tempo.

No decorrer da pesquisa, nos diálogos com as lideranças e nos espaços de formação do movimento na mesorregião, foi possível descobrir que nos assentamentos potencializados pelo MST no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, os trabalhadores se reproduzem, especialmente a partir da produção de leite, de hortaliças e também da organização e ligações que desenvolvem com seus quintais. Para muitos, estes são os lócus de sua reprodução, pois é principalmente neles que são estabelecidas, criadas, e ressignificadas suas ligações com a terra. Instituído em 2004, o Projeto de Assentamento Emiliano Zapata constitui-se de 25 famílias (105 pessoas, sendo 85 assentados(as) e parentes de primeiro grau, e 20 agregados) em uma área de 645 hectares, localizada a cerca de 30 km da cidade de Uberlândia (Mapa 1).

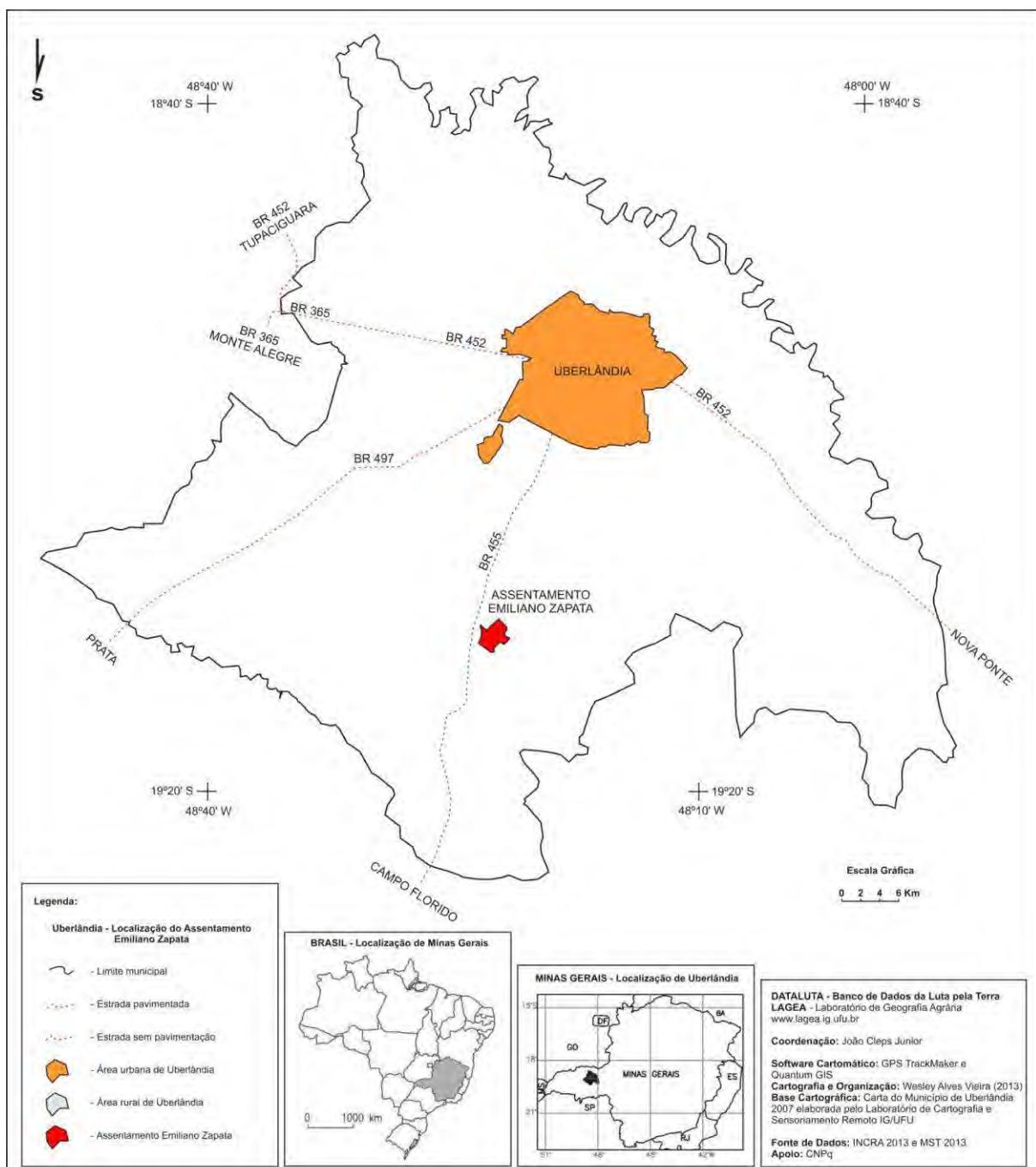
Identificamos que a conquista da área representou o início de uma nova jornada de luta – a de permanecer e se reproduzir na terra. Foi possível, nos trabalhos de campo, identificarmos diversos e importantes elementos a partir, mormente, do Emiliano Zapata, como uma das áreas de assentamentos mais representativas no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, ou seja, as conquistas e os desafios no Emiliano Zapata representam a conjuntura atual da Questão e da Reforma Agrária na mesorregião, marcada por conflitos, disputas territoriais, encontros e desencontros de perspectivas políticas, sociais e de desenvolvimento territorial.

Os desafios, no Emiliano Zapata, são reflexos, basicamente, das políticas neoliberais históricas, resultantes do direcionamento econômico e social que se deu para o campo, inicialmente, em 1970 e, depois, entre os anos 1990 e 2010. Atualmente, a violência do abandono e a violência do agronegócio configuram-se como problemas recorrentes na mesorregião.

Assim, as visitas e estudos que realizamos nos assentamentos e acampamentos do MST possibilitou-nos elaborar, direcionar os diálogos e obtermos informações sobre as histórias de vida dos(as) assentados(as), sobre os desafios, as conquistas e as experiências vividas no campo ou na cidade, como conquistaram a terra, as ligações culturais e simbólicas que possuem com o campo, o significado atribuído à Reforma Agrária e à ligação com o MST. Além disso, identificamos as políticas públicas existentes no Emiliano Zapata e a

opinião dos contemplados sobre tais políticas, para visualizamos os pontos positivos e negativos dessas iniciativas. Deparamo-nos, também, com as diversidades econômica, social e das formas de conquistar a renda. Verificamos e analisamos, por meio dos trabalhos de campo e dos pressupostos da Geografia Agrária, os problemas, as conflitualidades e as conquistas internas e externas, as técnicas utilizadas na produção, a comercialização dos produtos e a organização política, social e econômica.

Mapa 1 – Uberlândia: Localização do Assentamento Emiliano Zapata



Fonte: Dados – INCRA; MST, 2013.

Cartografia e Organização: VIEIRA, W. A., 2013.

Para estudar a problemática geral desta pesquisa, a de identificar e analisar a trajetória de territorialização do MST no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba com suas conquistas e desafios, organizamos e construímos o trabalho em quatro partes. Na primeira, procuramos assimilar os “PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA COMPREENSÃO DO CAMPO BRASILEIRO”, considerando o campo do ponto de vista das territorialidades e um posicionamento acerca das contradições capitalistas no campo.

Na segunda, o “CONTEXTO DA QUESTÃO E DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL”, os principais objetivos foram discutir os conceitos de território, territorialização, territorialidades, conflitualidades para, assim, refletir sobre a Questão Agrária e a Reforma Agrária no Brasil, em Minas Gerais e no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. As perguntas para as quais procuramos respostas, nesses dois primeiros momentos, foram: Quais conflitualidades ocorrem no campo e o que as motivam no contexto atual? Qual é a atualidade da Questão e da Reforma Agrária no país? Ressaltamos então, nos subitens, as territorialidades no campo brasileiro, as origens do problema agrário e a Reforma Agrária de Sarney a Dilma composta de esperanças, decepções e mitos.

Na terceira parte, tratamos sobre os “TERRITÓRIOS EM DISPUTAS NO CAMPO E LUTA PELA TERRA EM MINAS GERAIS”. Esta foi dedicada à exploração dos dados sobre as categorias assentamentos, ocupações, estrutura fundiária, movimentos socioterritoriais e manifestações, de acordo com a metodologia DATALUTA, e, além dessas, os registros de trabalho escravo e morte no campo em Minas Gerais divulgados pela CPT. Por meio da organização, da espacialização dos dados em mapas e tabelas, foi possível compreendermos os conflitos associados às diversas territorialidades no campo mineiro. Analisamos, assim, a formação e a organização territorial do estado por meio das disputas territoriais, os desafios e as conquistas representadas pelas áreas de assentamento em cada mesorregião.

Por último, na quarta parte, com objetivo de entender a territorialização do MST no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e como suas propostas se expressam no Emiliano Zapata, destacamos a trajetória do movimento na mesorregião iniciada em 1989, as suas conquistas, os encontros e desencontros com as propostas das políticas públicas mais acessadas no Emiliano Zapata, uma das áreas do movimento de maior representatividade política, produtiva e que tem, no histórico de sua conquista, os elementos necessários para compreendermos a territorialização do MST na mesorregião. Nesta seção, estudamos “A TERRITORIALIZAÇÃO DO MST NO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA E O ASSENTAMENTO EMILIANO ZAPATA EM UBERLÂNDIA-MG”, as descobertas foram

divididas em dois subitens, o primeiro sobre a territorialização do MST em Minas Gerais e na mesorregião pesquisada, e o segundo, sobre o Emiliano Zapata em Uberlândia, os (des)encontros, desafios e conquistas no contexto das políticas públicas mais expressivas na área.

1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA A COMPREENSÃO DOS CONFLITOS NO CAMPO BRASILEIRO

A contribuição da Geografia, especialmente da Geografia Agrária, com as discussões sobre o território, é a que mais aproxima da complexidade conflituosa que, atualmente, caracteriza o campo em Minas Gerais. A partir dos autores com quem iremos dialogar no decorrer deste trabalho, e dos trabalhos de campo realizados no Assentamento Emiliano Zapata, foi possível entender que o território brasileiro está organizado e sendo reproduzido por correlações de forças que querem direcionar o seu desenvolvimento, seja para incrementarem o capital financeiro e industrial, seja para beneficiarem os atingidos pelas desigualdades sociais nesse processo. Essas forças são expressas mediante diferentes ideias e ações que resultam em desenvolvimentos territoriais conflitantes. O território brasileiro, em suas diversas escalas, é, predominantemente, dominado pelas relações do modo de produção capitalista.

Para a compreensão do campo brasileiro, de sua conjuntura histórica e atual, de como está ocupado, orientado e organizado em termos sociais, econômicos e ambientais e ideológicos, é fundamental, sob o olhar geográfico, entendê-lo também com base nas territorialidades e consequentes conflitualidades.

1.1. O campo do ponto de vista das territorialidades

O campo faz parte do espaço geográfico que está composto por objetos fixos e móveis, com valor de uso e valor de troca. É composto, também, por pessoas que se relacionam entre si e com os objetos, sejam eles naturais ou não. Essa estrutura, apresentada inicialmente, pode estar ordenada ou comandada por diversas formas de poderes e relações econômicas e culturais que, no caso do Brasil, está sob a economia capitalista. Diversos questionamentos podem ser suscitados sobre as relações dos objetos com as pessoas e vice versa, e com o processo de produção de mercadorias e do espaço (também mercadoria). Assim, o primeiro pressuposto que contribuiu para o nosso entendimento do campo, foi que a economia capitalista, como foco de observação *a priori*, pode determinar as relações, as contradições e a alienação dos seres humanos, pois,

[...] na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem

a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência [...] é necessário explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção (MARX, 1859 [1977]).

A “tendência cosmopolita do capitalismo” refere-se, em parte, ao ato de que, no capitalismo, tudo tende a ser transformado em mercadoria, sobretudo, pessoas e sua força de trabalho (MARX; ENGELS, 1998). O território sob domínio hegemônico, ou seja, o território nacional que delimita as fronteiras de um Estado, é criado e recriado de acordo com esta mesma tendência, assim, abordamos a categoria território como dotado da maior expressão da conflitualidade, em virtude de diferentes territorialidades, entre essas, a que expressa a tendência hegemônica do capitalismo, ou seja, “a de tomar conta progressivamente de todos os ramos e setores da produção, no campo e na cidade, na agricultura e na indústria” (MARTINS, 1995).

É possível acrescentarmos, aos fundamentos teóricos, que é inerente ao capitalismo a busca por novos mercados, novas relações comerciais. Para este sistema, toda a mercadoria ou toda a produção em seu conjunto é alienada à sua forma pura de dinheiro/valor, pois, como mercadoria, a mais-valia é inútil, uma vez que a produção não é para o consumo e sim para a geração de mais-valia. O capital/dinheiro/valor são as buscas incessantes da economia capitalista. A lógica capitalista, para manter-se e evoluir, precisa subordinar relações pré-capitalistas e manter relações não capitalistas, isso condiz com as injustiças do capital em manter o seu desenvolvimento igualmente às suas contradições. A produção capitalista, portanto, não é a forma única e exclusiva dos países capitalistas, ela coexiste com outras formas simples de produção ou economias paralelas agrícolas, artesanais ou coletivas não puramente sob aquele modelo de produção (LUXEMBURG, 1985). Esse pensamento está de acordo com as estratégias de permanência de pequenos produtores por meio da produção agroecológica e extrativista, bem como com as ações dos movimentos socioterritoriais de luta pela Reforma Agrária na atualidade – a acumulação do lucro não é a preocupação final de grande parte das famílias que vivem no campo.

A tendência contraditória do capitalismo é desenraizar (social e culturalmente) e expropriar (da terra e do modo de produzir) o campesinato, e não eliminá-lo do processo e da história, pois essa é sua perfeita condição no desenvolvimento do capitalismo (MARTINS, 2010). Assim,

A HISTÓRIA que marca a *Longa Marcha* do campesinato brasileiro está escrita nas lutas muitas vezes (ou quase sempre) sangrentas desta classe social. Ao abordá-la, deixo claro que minha compreensão a respeito da lógica do desenvolvimento capitalista moderno está calcada no entendimento de que tal desenvolvimento se faz de forma desigual e contraditória. Ou seja, parto do princípio de que o desenvolvimento do capitalismo – e a sua consequente expansão no campo – se faz de forma heterogênea, complexa e, portanto, plural. Este quadro de referência teórica, por consequência, está no oposto daquele que vê a expansão homogênea, total e absoluta do trabalho assalariado no campo com característica fundante do capitalismo moderno (OLIVEIRA, 2001, p. 185. *Itálico* no original).

As compreensões expostas ajudam-nos a aproximar da realidade e entender não apenas a história passada, mas também a que é construída no presente, este, como bem se revela no campo brasileiro, é dotado de complexidade e marcado por constantes conflitos que reúnem sem-terras, sem-tetos, sem-água, sem-saúde, sem-escolas, sem oportunidades e sem paz. Incorporam também mulheres, homens, jovens e crianças que, diariamente, revelam, por meio de suas estratégias, desejos e testemunhos de conquistas no campo.

No que diz respeito ao aprofundamento e às territorializações históricas das relações capitalistas heterogenias e contraditórias, no Brasil, assim como em outras partes do mundo, os arranjos econômicos sob o capitalismo, datam, marcantemente, primeiro do século XV, com o capitalismo mercantil. Nessa época, os descobrimentos marítimos impulsionaram o comércio e interligaram oceanos, atribuindo às transações comerciais uma escala mundial que favoreceu, principalmente, Portugal, Espanha, França, Holanda e Inglaterra, sobretudo por meio da exploração de colônias, “os europeus, mais bem armados, impuseram aos países coloniais os seus valores, o seu poder militar, a sua exploração econômica e a dominação política” (ANDRADE, 1987, p. 54-56). A Revolução Industrial, a partir do século XVIII, foi responsável por mais uma fase do capitalismo, com a redistribuição do poder na Europa e no mundo, os Estados Unidos da América (EUA) tornaram-se a principal potência capitalista, influenciaram e organizaram a economia mundial em função dos seus interesses, isso, também, em decorrência do empobrecimento político e econômico dos países rivais nas guerras mundiais de 1914 à 1918 e 1929 à 1945 (ANDRADE, 1987, p. 54-56).

O capitalismo do presente pode ser compreendido, na perspectiva de sua territorialização no campo, em evolução desde o século XVIII (como capitalismo industrial) e, a partir do século XX, como capitalismo monopolista e imperialista, ou ainda, financeiro, globalizado ou mundializado, altamente concentrado (CHESNAIS, 1996; STÉDILE, 1997). Estas percepções denotam, no campo brasileiro, um desenvolvimento econômico subordinado aos interesses de grupos econômicos de outros países, ou até mesmo de interesses político-estratégicos internacionais ligados à divisão internacional do trabalho, ou seja, da produção.

Estas trocas não são “livres”, mas altamente planejadas. Elas não se efetuam no “mercado”, mas no espaço privado interno dos grupos, e são faturadas a “preços de transferência” internos, fixados sobretudo de modo a escapar o quanto for possível do imposto. As formas mais concentradas do capital – capital financeiro predominantemente industrial ou capital de investimento financeiro “puro” – beneficiam-se, então, de um campo de operações e de um espaço de dominação que se estende sobre grande parte do planeta (CHESNAIS, 2000, p. 3. Tradução de Ruy Braga).

Para refletirmos sobre as trocas capitalistas, notadamente as hegemônicas que desempenham, juntamente com o Estado, as funções de regulação do território ou dos territórios, compartilhamos a ideia de que o “território é, assim, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência” e da existência do capitalismo, por conseguinte, convém discutir sem a pretensão de esgotar, mas de relembrar alguns outros aspectos importantes acerca do território (OLIVEIRA, 2002, p.74. *Itálico* no original).

A Geografia do mundo mudou, mudando, assim também, a Geografia do Brasil. Consolidou-se, dessa forma, a fase monopolista do capitalismo através da unidade contraditória das empresas multinacionais e das classes sociais nacionais. Os capitalistas das multinacionais estão em todos os países onde elas atuam. O mercado da multinacional não é só aquele dos países industrializados. A mundialização do capitalismo uniu dialeticamente, o mercado dos países altamente industrializados com todos os demais, de média ou pequena presença industrial. O centro do capitalismo não está localizado só nos países ricos, o centro está em todo lugar do mundo onde as empresas multinacionais estão. Esta sim é a nova ordem internacional criada pelo capitalismo monopolista que, por sua vez, está gestando uma nova divisão internacional do trabalho, redesenhando uma nova organização territorial em escala mundial do capitalismo. O centro está onde for possível conectar interesses nacionais, internacionalizando-os. O centro está, portanto, em New York, Tóquio, Frankfort, Paris, Londres, Moscou, Adelaide e porque não México, Buenos Aires, São Paulo, Bangcoc, Joanesburgo, etc. A luta de classes está ganhando uma dimensão, simultaneamente, nacional e internacional. É o imperialismo em sua plenitude mundial. [...] O desenvolvimento do capitalismo, no período posterior à Segunda Guerra Mundial, caracterizou-se, portanto, pelo processo de consolidação dos oligopólios internacionais que deu origem às empresas multinacionais, sejam elas cartéis, trustes ou monopólios industriais e/ou financeiros. Esse processo histórico teve como sujeitos principais, a emergência dos Estados Unidos como potência econômica capitalista e a transformação interna das empresas norte-americanas (OLIVEIRA, 2003, p. 8-9).

Nesse cenário, o mundo globalizado sugere territórios nacionais de acumulação frenética em qualquer parte do globo terrestre, sendo que, para isso, é decisivo o papel dos fluxos e dos sistemas de engenharias. Os fluxos, também determinados pela quantidade e qualidade dos fixos no espaço, representam o movimento, a circulação e o consumo. Os fixos, como objetos técnicos e sociais, formam os sistemas de engenharias, entendidos como sistemas de domínio da natureza, que, por sua vez, formam um “conjunto de instrumentos de trabalho agregado à natureza e de outros instrumentos que se localizam sobre estes, uma

ordem criada para o trabalho e por ele” (SANTOS, 2008, p.85-90). Nesse contexto, a modernização das técnicas utilizadas na agricultura “concorrem para criar um novo uso do tempo e um novo uso da terra. [...] Eis o novo uso agrícola do território no período técnico-científico-informacional” (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p.118).

Tanto as políticas públicas, quanto as iniciativas privadas pensadas para o campo, fazem-no como parte de um ordenamento territorial que garante a organização planejada dos espaços sob o domínio legítimo do Estado e das corporações, sobretudo, das empresas privadas transnacionais. Isso, tendo em vista tanto a relação com o território, quanto da acumulação do lucro, associado ao capital financeiro mundial.

Nesse aspecto, as políticas públicas territoriais, sejam para o campo ou para a cidade, permite-nos interpretá-las como dotadas de planos urgentes e estratégicos, ou seja, medidas administrativas relacionadas mais com as necessidades imediatas, ligadas aos múltiplos interesses econômicos da aliança burguesa – composta pelas transnacionais dos agronegócios, pelos banqueiros, empresas de comunicação de massa e grandes proprietários de terras.

As multinacionais são, portanto, a expressão mais avançada de um capitalismo que, a partir da crise interimperialista, moldou novas formas de organização interna e de relações de produção e de trabalho, que por sua vez, permitiram superar as contradições geradas pela disputa de mercados e fontes de matérias-primas entre as empresas nacionais e estrangeiras. O domínio e expansão das empresas multinacionais, dessa forma, envolvem, simultaneamente, três processos relacionados: necessidade de movimentos internacionais de capitais, produção capitalista internacional e existência de ações de governos a nível internacional (OLIVEIRA, 2003, p. 9).

A modernização de parte de um determinado território implica a materialização de políticas científicas, tecnológicas, de crédito e sociais específicas. Tais políticas irão garantir a competitividade e as mazelas dos lugares, pois, ao contar com a estrutura necessária (energia, universidades, conjuntos habitacionais, centros de pesquisa, serviços tecnológicos, transferência de renda, etc.), porém pouco acessíveis, oferecerão, dentro da lógica capitalista, os estímulos necessários à produção, reprodução e contradição do capital. Assim, o território brasileiro não é formado e configurado apenas por elementos do presente, mas por sua história, organização e fatores associados, principalmente, às políticas e aos planejamentos com intuições específicas. Desse modo,

O território é, hoje, constituído por objetos, ações e normas que são, crescentemente, exatos e híbridos. Como a distribuição desses híbridos é diversa, podemos reconhecer densidades técnicas, informacionais e normativas nos lugares. A esse retrato de modernidades distintas estamos chamando de concretude territorial. O território, hoje, é povoado por objetos perfeitos, planejados para exercer uma função precisa e delimitada (SILVEIRA, 1997, p. 35).

Compreender o que é o território, para além do concreto, é entender a organização e o controle do espaço por meio das relações políticas e sociais estratégicas, que perpassam pelos interesses econômicos de reconhecimento, comando e usos dos bens naturais. Entender como acontecem esses processos e como eles se aplicam no cotidiano, é refletir o território como resultado das ações de um ou mais sujeitos sobre o espaço, ações que lançadas por meio de um valor projetado, de interesse e apropriação de uma determinada parcela do espaço. Este, então, passa a ser configurado como um território, quando nele há determinações de um trabalho, energia, informação, interação política, econômica, social e cultural, ideológica e simbólica, que nele são aplicadas, essencialmente como relações marcadas pelo poder. As instâncias e as manifestações de poder sobre o território acontecem, também, pelo uso da cartografia, instrumento ideal para definir, delimitar e demarcar bens e fronteiras. Isso permite o exercício das funções legais, de controle, fiscal e ideológico, as quais expressam as relações entre o poder político e o poder econômico, havendo, sobretudo na atualidade, uma deformação no papel do Estado (RAFFESTIN, 1980 [1993]).

Nesse sentido, a territorialidade se expressa em todas as escalas sociais e espaciais. A territorialidade é um conjunto de relações que se originam em um sistema que envolve sociedade, espaço e tempo, isso de maneira compatível com os recursos do sistema territorial. A territorialidade se inscreve no quadro da produção da troca e do consumo das coisas, não se deve determiná-la como uma simples ligação com o espaço e sim como uma relação entre outros sujeitos que exercem poder sobre o espaço. A ideologia hegemônica, capaz de impor limites ao território e à territorialidade, é definida como tecituras, ou seja, enquadramento do poder, que exprimem a área de exercício dos poderes ou a área de capacidade destes, são expressas na ordem política, econômica e ideológica (linguagem/imagem/símbolos/conhecimento). A ideologia dominante figura-se, ainda, como imperialismo inscrito notadamente na história das formações territoriais coloniais e no pensamento social, como no caso do território nacional brasileiro (RAFFESTIN, 1980 [1993]).

Nesse contexto, o território pode ser também entendido em seu caráter múltiplo, considerando as diferentes escalas e dimensões materiais, simbólicas, jurídicas ou políticas. O território, nessa perspectiva, diz respeito à terra (vivida) dominada, símbolo de identificação, diz respeito, ainda, ao poder exercido sobre ela – ideológico, simbólico e político, uma apropriação subjetiva, cultural e prática. Têm-se, dessa forma, territórios, os quais devem ser diferenciados a partir do que os molda, a partir do movimento, do tempo – de acordo com os

sujeitos que os conquistam ou não, sujeitos estes formados tanto por grupos sociais como pelo Estado, empresas, instituições etc. (HAESBAERT, 2004).

Assim, o território é observado teoricamente de modo a contrapor a visão tradicional em seu aspecto unifuncional, ou seja, o território caracterizado apenas por zonas, abrigo físico, recursos materiais, meios de produção, fronteira e controle, conexões e redes, mobilidade, nódulos, informação e mercadoria. Ao contrário, podem ser identificados múltiplos territórios, que passam pelas análises uniterritoriais, político-funcionais, flexíveis (sobreposição territorial) e da multiterritorialidade (multifuncionais e multi-identitários) (HAESBAERT, 2004).

As implicações políticas desta distinção são importantes, pois sabemos que a disponibilidade do “recurso” multiterritorial – ou a possibilidade de ativar ou de vivenciar concomitantemente múltiplos territórios – é estrategicamente muito relevante na atualidade e, em geral, encontra-se acessível apenas a uma minoria. Assim, enquanto uma elite globalizada tem a opção de escolher entre os territórios o que melhor lhe aprovou, vivenciando efetivamente uma multiterritorialidade, outros, na base da pirâmide social, não têm sequer a opção do “primeiro” território, o território como abrigo, fundamento mínimo de sua reprodução física cotidiana. [...] toda ação que efetivamente se pretenda transformadora, hoje, necessita, obrigatoriamente, encarar esta questão: ou se trabalha com a multiplicidade de nossos territórios, ou não se alcançará nenhuma mudança positivamente inovadora [...] Pensar multiterritorialmente é a única perspectiva para construir uma outra sociedade, ao mesmo tempo mais universalmente igualitária e mais multiculturalmente reconhecedora das diferenças humanas (HAESBAERT, 2004 apud Ibid., p.360).

Se, antes, as discussões analíticas acerca do território tinham como ponto de partida os conceitos de produção social do espaço, lugar de vida construído historicamente, a ordem capitalista e os processos econômicos, as ações e reações políticas e culturais, agora, os debates abordam também a imaterialidade do território, assim como as territorialidades (SAQUET, 2007).

O território é produto das relações sociedade-natureza e condição para a reprodução social; campo de forças que envolvem obras e relações sociais (econômicas-políticas-culturais), historicamente determinadas. [...] tentei pensar alguns elementos para uma argumentação teórico-método-lógica que articule, concomitantemente, o tempo, o espaço e o território, e aspectos da economia, da política e da cultura ([i]materialidade), na abordagem geográfica do território e do desenvolvimento econômico. O espaço e o território são vistos como ligados e indissociáveis. O processo de territorialização é um movimento historicamente determinado; é um dos produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob as forças econômicas, políticas e culturais, que determinam as diferentes territorialidades, no tempo e no espaço, as próprias desterritorialidades e reterritorialidades (SAQUET, 2007, p.127).

As territorialidades estão associadas às forças e aos processos sociais, ao cotidiano dos indivíduos em diferentes centralidades e temporalidades, marcadas por desigualdades e diferenças, interesses econômicos, políticos e culturais. Elas acontecem em diferentes espaços do cotidiano e revelam uma complexidade social, envolvem relações de poder, dominação, consigo e com outros sujeitos, objetos e relações, envolvem, também, resistências, organização de luta, vivência e participações nas decisões. O processo de desenvolvimento do território ocorre nas dimensões material, histórica e multiescalar (SAQUET, 2007).

Dessa maneira, o processo de apropriação e produção territorial pode ser compreendido reconhecendo-se a relação espaço-tempo, o domínio ou controle político, a apropriação simbólico-identitária e efetiva e, concomitantemente, a dinâmica econômica, em unidade, no processo de reprodução da dominação social em que o Estado e os agentes do capital se fundem histórica e incessantemente. A apropriação, o controle político e as relações simbólicas são processos ligados ao capital. A rotação do capital também é envolvida por signos, significados e forças políticas (SAQUET, 2007, p.130).

Os processos de produção e transformação do território passam pelos processos de regionalização de determinadas parcelas, a fim de conhecê-las em seus aspectos físicos, culturais e econômicos, sobretudo, trata-se de levantar os bens naturais que podem ser apropriados. Percebe-se que, dentro do próprio território, além de uma divisão social, há uma divisão espacial do trabalho, muitas vezes, alheia à própria região, cujos ocupantes não são consultados e nem todos são beneficiados pelos bens produzidos nas áreas delimitadas. O processo de territorialização do espaço, sob a responsabilidade do Estado, torna-se fundamental ao controle econômico das ações hegemônicas de acumulação do capital, um pacto de integração entre estas ações e o território, mesmo que isso se dê de forma desigual. Uma das formas de conhecer e, posteriormente, territorializar o espaço, ou seja, dominá-lo, é com o uso de técnicas, num primeiro momento, de ocupação, extração, depois, de reprodução do espaço, para isso, os equipamentos públicos e privados são fundamentais. Por outro lado, as estratégias de conquistas e de resistências promovidas por movimentos e organizações sociais que sugerem outras possibilidades de desenvolvimento, também são fundamentais. É nesse contexto que ocorrem as disputas territoriais.

Disputas por territórios podem ser exemplificadas ao mesmo tempo por diversas ações e situações que são conflituosas: ocupações, reintegração de posse, usucapião, regularização fundiária entre outras. Ações judiciais, envolvendo disputas de terras e demarcação de populações tradicionais, são exemplos em todo o país e marcadamente na região norte (madeiras, mineradoras, grileiros posseiros, índios e ribeirinhas etc.) (CLEPS JR, 2010, p. 37, *Itálico no original*).

Nesse contexto teórico e social, os sujeitos sociais não ou pouco privilegiados, ou ainda, que sofrem injustiças diariamente no campo, se organizam em diversos grupos para reivindicar, sensibilizar a sociedade, conquistar e construir novos territórios de acordo com os seus objetivos, entre esses, os movimentos sociais. “Os movimentos sociais constroem estruturas, desenvolvem processos, organizam e dominam territórios das mais diversas formas” (FERNANDES, 2000, p. 60). Assim, o território é espacialmente a condição fundamental para que os movimentos sociais, sobretudo os de luta pela terra, se formem ou se fortaleçam, por isso, a denominação de movimentos socioespaciais ou socioterritoriais, que têm como fundamento teórico a análise das principais ações desses movimentos: ocupação, trabalho de base, formação de acampamentos, negociações políticas, organicidade, espacialização e territorialização. “Partimos do pressuposto de que movimentos socioterritoriais são todos os que têm o território como trunfo” (FERNANDES, 2000, p. 61). Sendo assim,

[...] movimento social e movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis confrontos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade. Portanto, não existem “um e outro”. Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica (FERNANDES, 2005, p. 31).

Logo, destacamos o conhecimento sobre o território como sendo de suma importância para pensarmos as formas, as correlações de forças, as condições e implicações inerentes aos múltiplos territórios que se apresentam no mundo contemporâneo. A divisão social e territorial do trabalho implica as contradições, ou seja, aquilo que realmente se quer para a sociedade e o espaço. As influências para as transformações da sociedade e do espaço são adquiridas pelos discursos e pelo poder (simbólico e prático) em sociedades e territórios cada vez mais alienados ao processo de acumulação do capital – expressos, sobretudo, na apropriação da força de trabalho e na apropriação dos bens naturais. Porém,

O capitalismo não nasceu com a civilização e certamente não prosseguirá com ela, a política é algo que vai além do “eu”, das minhas pequenas ambições, meus pequenos sonhos e realidades para abranger o “nós” e quanto o mais o “nós” for abrangido e for para todo o mundo mais haverá política, não há política do “eu”, de uma classe só, de uma empresa só, de um Estado só, de um município só – acrescentaria eu: de um grupo só, lembrando-me da AGB – a política é o modo como nós projetamos, é como nos vemos num futuro possível, a política precisa propor as regras de convivência não as regras da divisão (SOUZA, 2008, vídeo)⁴.

⁴ Fala de Souza (2008), em homenagem a Milton Santos no XV Encontro Nacional de Geógrafos realizado na Universidade de São Paulo.

As regras de convivência não significam pairarmos meramente diante do termo “regra” como uma norma, uma ordem, determinação legal, fruto de um discurso que, pelo seu caráter dominante, na lógica das representações capitalistas, impõe-nos a todo custo. Constituem, sim, pautado na compreensão das diferenças, da liberdade real, no pensar, no expressir, no opinar e no escolher e participar, considerando que desenvolvimento pode se expressar de outra forma, quando não puramente material, no desenvolvimento dos sujeitos de uma sociedade ou um grupo, no desenvolvimento que possibilite saber, pensar e escolher o que é melhor para o nós.

1.2. Um posicionamento acerca das contradições no campo brasileiro

O objetivo principal desta discussão inicial é o de entendermos a realidade a partir dos fundamentos teóricos científicos e discursivos que se formam no plano das ideias e no campo das forças econômicas e políticas. Especialmente, o que sustenta essas conflitualidades e diferentes frentes de pensamentos que dizem respeito a um tipo de desenvolvimento almejado, seja ele econômico, ambiental ou social.

Estamos presenciando, no campo brasileiro, uma diversidade de reivindicações que se expressam nas cidades. Entender o que as motivam e como são interpretadas, recebidas e resolvidas pelos órgãos públicos é um importante passo. Tais reivindicações estão ligadas aos desafios vividos em espaços restritos e opressores, o que os torna áreas de conflitos. Se analisarmos de maneira crítica diversos contextos, perceberemos que alguns espaços conflituosos, são assim concebidos e logo disputados.

Na Geografia Agrária, como assinalamos inicialmente, o território, assim como os temas derivados, ganham destaque na maioria das discussões teóricas efetuadas por grupos de estudos deste campo de investigação no Brasil. Tanto na esfera científica, como nos debates empreendidos pelos movimentos socioterritoriais de luta pela terra, há vários vieses de análises, de discussão e de reivindicações que giram em torno de diferentes propostas de desenvolvimento territorial (social, econômico, ambiental) para país.

As duas grandes principais orientações teóricas atuais que têm dado suporte para o entendimento do campo brasileiro, como resultados de escolhas históricas, estão ligadas ao *Paradigma do Capitalismo Agrário* e ao *Paradigma da Questão Agrária* (FERNANDES, 2006; FELICIO, 2006). Ou seja, o campo, perante tantos fatores notáveis como pobreza, concentração fundiária, luta pela Reforma Agrária, êxodo rural, apropriação e uso dos bens naturais por poucas pessoas ou empresas privadas capitalistas, violência e uso demasiado de

agrotóxicos; diante, também, de diversas conquistas científicas, tecnológicas, de grandes e direcionados investimentos públicos e privados, na presença ainda de tantas riquezas materiais e imateriais que podem ser retiradas do campo, há, na esfera científica, aqueles que entendem o meio rural como espaço a ser pensado a partir, sobretudo, do desenvolvimento capitalista (pensamento ligado ao *Paradigma do Capitalismo Agrário*), para os quais não são motivo primeiro de reflexão os interesses e problemas sociais ou as contradições do modelo capitalista de desenvolvimento, e há aqueles que o entendem como espaço, primordialmente, dotado de contradições, de questões a serem consideradas e resolvidas, isso, tanto no processo de desenvolvimento como no de análise (pensamento ligado ao *Paradigma da Questão Agrária*).

Primeiramente, podemos interpretar o termo “paradigma” como princípio, pressuposto, conhecimento, referencial, teórico-filosófico orientador. Paradigmas científicos são “realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”, os paradigmas partilham concepções político-ideológicas, formas de vida e cultura (KUHN, 1998, p.13). Assim, partilham e fazem história, a própria história social e em sociedade, a história do espaço, pois podem transformar e dividir o espaço em territórios de saber e poder.

As transformações socioespaciais ocorridas ao longo do aprofundamento do capitalismo no campo brasileiro, especialmente, com a modernização das formas de produção na agricultura, de início, nos anos de 1970, engendraram, ao longo dos processos de aperfeiçoamentos, impactos aos menos favorecidos do campo que, de diversas maneiras, resistiram, e ainda resistem, às condições hegemônicas que lhes são impostas, desenvolvimento este defendido pelas orientações do *Paradigma do Capitalismo Agrário*. Tais impactos são resultados de acúmulos territoriais desiguais. As orientações ligadas a esse paradigma não se constituem para os pobres do campo em possibilidades reais e democráticas de obtenção dos meios de produção, de acesso à posse da terra, do trabalho livre e digno para o sustento da família e, muito menos, da maior parte da renda que geram com o seu trabalho – muitos, em condições de assalariados – enfim, não lhes são favoráveis que, para cada um, lhes proporcione qualidade de vida. Isso não somente determinado por relações de causa (capitalismo) e efeito (contradições), mas determinadas por relações de classes sociais, mantidas propositalmente e necessárias no modo de produção capitalista.

A apropriação do campo, seja por meio da industrialização, das monoculturas, da renda da terra e agregação de valor ao solo, seja pela exploração da pequena ou da grande propriedade ou pelas formas modernas como exploram o trabalho no campo, territorializam

de maneira hegemônica, mas não única, uma vez que há formas diversas de resistências e outras formas de produção da agricultura que priorizam a soberania alimentar e menos degradações dos ambientes. Assim, estamos de acordo com a ideia de que, nesse contexto e processo espaciotemporal, o *Paradigma do Capitalismo Agrário* trata-se de um “pensamento consensual, aquele que defende a expansão do capitalismo de maneira única e homogênea”, enquanto que o *Paradigma da Questão Agrária*, como pensamento e posicionamento crítico⁵, é “aquele que defende o aprofundamento e a ampliação da discussão numa perspectiva que confronte o pensamento consensual possibilitando a compreensão das realidades em suas complexidades e diversidades” (FELICIO, 2006, p.19).

Ambos os paradigmas, no contexto histórico econômico e social do campo, foram construídos ou pensados devido à complexidade das questões que envolvem a terra – o espaço, este, em sua maior parte, constituído de territórios capitalistas de lutas de classes, hegemonicamente dominados pelo capital, atualmente em sua fase financeira. Para os pesquisadores que estão de acordo com o *Paradigma do Capitalismo Agrário*, “o espaço de análise de seus objetos, coisas e sujeitos é a sociedade capitalista, que é apresentada como totalidade. As perspectivas estão nas possibilidades de se tornar unidades do sistema” (FERNANDES, 2006, p.22-23)⁶. Assim, em relação ao campo brasileiro, aos pequenos produtores, à Reforma Agrária e ao desenvolvimento,

A agricultura familiar é parte do *agrobusiness*. O *agrobusiness* é composto fundamentalmente por agricultores familiares. Eles conseguiram se firmar em setores extremamente modernos, como a produção de aves, suínos, fumo, produtos ligados a mercados internacionais. De maneira geral, no Brasil, esse segmento responde por cerca de um terço do valor da produção de toda a agricultura. Quando se fala no sucesso das exportações de frango, é bom lembrar que se deve à agricultura familiar (ABRAMOVAY, 2003, p.1).

Desse modo, a agricultura familiar deve ser a extensão das formas de se produzir do capitalismo, a este deve se integrar os movimentos socioterritoriais ou qualquer um que vá contra esse pensamento, e que lute por outros modelos de desenvolvimento, são subversivos. Estes sobrevivem, pois “a desobediência só é permitida dentro dos parâmetros estipulados pelo desenvolvimento do capitalismo” (FERNANDES, 2006, p.22-23).

⁵ O pensamento consensual, associado à via de desenvolvimento capitalista do campo PCA, está ligado ao RIMISP, vinculado ao Banco Mundial. O pensamento que confronta o consensual PQA está ligado ao CLACSO, vinculado à Via Campesina.

⁶ Conforme orientação do próprio Fernandes (2004), ver primeira análise sobre a questão em FERNANDES, B. M. *Questão Agrária*, pesquisa e MST. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

Para a interpretação das contradições que envolvem o campo brasileiro, o *Paradigma do Capitalismo Agrário*⁷ não fornece respostas completas, uma vez que se limita a perceber o campo e seu desenvolvimento apenas do ponto de vista e da lógica do capital. Portanto, não esclarece as desigualdades sociais e econômicas intrínsecas do próprio capitalismo, pois essa lógica produz riqueza e pobreza ao mesmo tempo, ela destrói, cria e recria territórios, produz oportunidades privilegiadas para uma minoria em detrimento de uma maioria. Essa perspectiva, contrária à compreensão de uma Questão Agrária, explica o contraditório como espaços marginais, que, assim são, por ainda não terem sido integrados ao pleno capital, pois “o capital trabalha com o movimento contraditório da desigualdade no processo de seu desenvolvimento. No caso brasileiro, o capitalismo atua desenvolvendo simultaneamente, na direção da implantação do trabalho assalariado” (OLIVEIRA, 2001, p.185).

Tanto que, em muitos assentamentos, como verificamos nos trabalhos de campo, diversas pessoas que moram nos lotes, ou mesmo titulares, sobremaneira os que vão preferencialmente pela lógica da rentabilidade e acumulação capitalista, não estabelecem uma identidade com outras formas de produzir nos assentamentos, menos dependentes, e aí entregam sua mão de obra para fazendeiros vizinhos, uma das maiores contradições que percebemos. Mesmo diante dessa conjuntura, Abramovay (2003), contrário à realização da Reforma Agrária, entende que “é necessário cobrar resultados de assentados”, pois, em relação à distribuição de terras para fortalecimento da agricultura familiar (p. 1),

É preciso saber antes se os agricultores que recebem terra estão contribuindo para o *agrobusiness*. Os balanços sobre isso são fracos, o que já é uma crítica à reforma feita até agora. Uma política custosa como essa deveria mostrar resultados claros. Os técnicos que assinaram laudos de assentamentos inviáveis deveriam prestar contas disso. Infelizmente, a lógica da reforma até agora tem sido dar coisas sem contratualizar resultados, dentro do conceito nefasto de dívida social. Tanto os movimentos sociais quanto o governo sempre sinalizam que a terra não é para ser paga. Mas o melhor seria cobrar resultados dos assentados, assim como se cobra a prestação do pobre que vai para um conjunto habitacional, como Cingapura aqui em São Paulo. Se isso ocorresse, os assentamentos só seriam feitos quando fosse demonstrada sua viabilidade. Eles devem ser encarados como uma manifestação de empreendedorismo, de iniciativa que envolve riscos, e não como fruto de uma eterna dívida social. [...] O Brasil só vai conseguir levar adiante a reforma agrária se descentralizar e imprimir racionalidade econômica à sua execução. A lógica de dar sem cobrar nada em troca é a lógica do saco sem fundo. (ABRAMOVAY, 2003, p.1-2).

Assim, no entendimento contrário à perspectiva da Questão Agrária, de compreensão dos sujeitos que resistem ao desenvolvimento hegemônico do capital no campo, os

⁷ Uma obra destaque para o aprofundamento desse campo de análise é a tese de Ricardo Abramovay “Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão” (1992).

esclarecimentos não são tangíveis pelas contradições, mas justificadores, alguns, com base nas diversidades socioespaciais, que não deixam de ser válidas para pensarmos o campo, mas que não explicam as contradições como parte do próprio processo de desenvolvimento capitalista no campo.

Há quem entenda que não há uma *Questão Agrária* no Brasil, considerando, sobretudo, a inviabilidade de criação de assentamentos rurais na região Norte do país, tendo em vista a necessidade de preservação ambiental (NAVARRO, 2001). Contudo, é importante lembrarmos que umas das propostas dos movimentos de luta pela Reforma Agrária é a produção com base na matriz agroecológica, manejos agroflorestais, sem uso de agrotóxicos, preservando, portanto, os espaços conquistados.

Nesse contexto, entre outras análises teóricas, há duras críticas às concepções marxistas com leituras superficiais dos ambientes agrários brasileiros, desconectadas dos momentos históricos em que Max escreveu, “fruto de militantismo político e da ideologização” (NAVARRO, 2001), uma opinião que mais reforça o rigor da neutralidade científica e a adoção de leituras mais amplas e aprofundadas dos teóricos que sustentam e orientam diversos trabalhos com críticas negativas do capitalismo. Nesse aspecto, a Reforma Agrária, em virtude das mudanças econômicas e sociais contemporâneas ocorridas no campo brasileiro, para Navarro (2008), é desnecessária na maior parte das macrorregiões brasileiras, pois não há demanda social e muito menos recursos operacionais e financeiros para uma Reforma Agrária nacional, e, além disso,

Em sociedades, como a brasileira, onde um vibrante processo de democratização está em curso desde meados da década passada, este processo é apenas aparentemente “econômico”, mas, na realidade, tem profundas implicações socioculturais. Potencializa a metamorfose de todos os atos humanos do cotidiano em espaços mercantis, que vão lentamente estruturando seus próprios mercados, supõe uma estrutura de governança que articula a sociedade e o Estado na busca de uma regulação, idealmente democrática, desses mercados, das novas hierarquias decorrentes e, também, em relação às redes sociais que vão sendo continuamente reformuladas em seus novos entrelaçamentos. [...] O mundo rural brasileiro, por certo, não tem ficado à margem dessas profundas mudanças em desenvolvimento na estruturação societária dos anos mais recentes, fazendo com que uma crescente proporção das famílias rurais igualmente se integre a esses circuitos sociais determinados por uma lógica monetária decorrente da expansão capitalista. (NAVARRO, 2008, p. 24-25).

Nesse contexto, deveríamos, então, reconhecer a “morte da reforma agrária”, pois ela “é rio que nunca cruzaremos” (NAVARRO, 2001), uma opinião contrária à perspectiva do *Paradigma da Questão Agrária* e dos movimentos socioterritoriais de luta pela terra. Dessa forma, sobre o entendimento dessa possibilidade de compreensão do campo e o que a possibilitou enquanto parte do debate, foi que,

A facilidade com que o paradigma do Capitalismo Agrário se espacializou na academia, nos movimentos camponeses e nos governos, deve-se à carona que pegou no processo de implantação de políticas neoliberais: de flexibilização do trabalho, de fortalecimento do mercado com amplas aberturas, de diminuição do poder do Estado, de refluxo dos movimentos sindicais e dos movimentos camponeses, de aumento do desemprego e da criação de políticas compensatórias. Isso tudo foi acompanhado por uma mudança de intelectuais, políticos e partidos de esquerda para o centro e à direita, obscurecendo o espectro político, assim como a manifestação iluminada dos intelectuais de direita que tiveram os holofotes da grande mídia, com generosos espaços em periódicos de circulação nacional (FERNANDES, 2006, p.22).

Nessa perspectiva, o *Paradigma do Capitalismo Agrário* representou a ruptura⁸ com o *Paradigma da Questão Agrária* do campo marxista, logo, pouco se debate sobre as diferenças, resistências e contradições entre campesinato e agricultor familiar. Este último paradigma, por outro lado, na condição de suporte teórico para a compreensão do campo brasileiro, em sua fundamentação teórica e metodológica, analisa as questões que envolvem o capital fundiário rentista, as contradições geradas pela (agro)industrialização da produção no campo, adequadas ao capital financeiro mundial e conduzidas por *commodities* em bolsas de valores. Ou seja, o campo (terras e bens naturais) e a produção não são pensados para a eliminação da pobreza, das diferenças ou da fome em vários países do mundo como da África, Ásia e países da América Latina, mas como mercadorias negociadas no mercado financeiro, no caso da agricultura, sob o discurso de segurança alimentar⁹ e rentabilidade ao Produto Interno Bruto (PIB). O *Paradigma da Questão Agrária* analisa, ainda, a criação e recriação territorial de grandes capitais que promovem diferenciações econômicas e desigualdades sociais no campo, territórios de formação e resistências dos movimentos e pequenos produtores que lutam pela terra, a fim de trabalharem nela e se afirmarem como sujeitos do campo – enfim, um método de análise que considera a realidade atual do campo, levando em conta todas as premissas, mormente no âmbito das oportunidades desiguais. Assim, “o Paradigma da Questão Agrária manifesta o sentido da conflitualidade na leitura do desenvolvimento [capitalista] da agricultura como um movimento de destruição e recriação de relações sociais” (FERNANDES, 2006, p. 15-16). Contradições que ficam mais explícitas quando percebemos que,

⁸ Felicio (2011), em sua tese de doutorado, defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT UNESP, considerou como teóricos contemporâneos do Paradigma do Capitalismo Agrário: Ricardo Abramovay (1998; 2003); José Eli da Veiga (1991); José Graziano da Silva (1981; 1988); Maria Nazareth Baudel Wanderley (2009); Zander Navarro (2010); Sergio Schenider (2006); Glaus Germer (2004); Marcel Jollivet (1988) e José de Souza Martins (2000) (esse último também teórico do Paradigma da Questão Agrária. Quanto à gênese desse paradigma, o autor destacou Henri Mendras (1984) e Hugues Lamarche (1993; 1998).

⁹ Consideramos, ainda, que o problema da fome no mundo não seja uma questão que envolva a produção de alimentos ou a capacidade de produção, e sim uma questão de ordem política e econômica típica dos países de economia capitalista, por outro lado, países que não se enquadram de forma satisfatória aos órgãos de deliberações mundiais como FAO e Banco Mundial são, estrategicamente, prejudicados em sua capacidade de produzir e importar alimentos.

Associada à pobreza e à exclusão, a violência é um dos principais elementos da chamada questão agrária brasileira. Ela marca a história e a realidade do meio rural e, apesar de vitimar trabalhadores pobres e lideranças populares, há uma distorção sobre seus reais agentes e causas. Fortemente influenciado pelos meios de comunicação de massa, o senso comum estabelece uma estreita ligação entre conflito e violência, definindo os movimentos sociais populares que disputam a posse da terra como agentes causadores desta violência. Complementarmente, influenciado por um “discurso modernizador” do grande agronegócio, a violência é associada a nichos não modernos ou atrasados do campo, quando, na verdade, a realidade é exatamente o contrário. Esses “mecanismos ideológicos” servem de instrumento para retirar a legitimidade do protagonismo dos movimentos sociais agrários. No entanto, qualquer regime minimamente democrático não só tolera, mas pressupõe o conflito. As formas como o estado enfrenta o conflito fazem parte das disputas políticas entre grandes proprietários e famílias sem-terras (SAUER, 2008, p. 53).

Como exemplo dos conflitos que estão sendo gerados em função das expressões de poder ou de territorialidades do capital financeiro no campo, lembramos o conflito que acabou no assassinato de Valmir Mota de Oliveira, conhecido no MST como Keno, em 2008, no estado do Paraná, em emboscada feita por milícias comandadas por latifundiários ligados à Sociedade Rural do Oeste do Paraná e pela transnacional Syngenta Seeds. Esse conflito levou as lideranças do movimento a refletir e destacar, no documentário em homenagem a Keno, que apenas 15 transnacionais querem controlar o processo de produção e comercialização dos alimentos no mundo, entre elas, a Nestlé, Wal-Mart, Unilever, Bunge, DuPont, Bayer, Basf, Dow, Danone, Syngenta, Carrefour, Cargill, Monsanto, ADM entre outras. Dessas, a DuPont, Syngenta e a Monsanto, juntas, controlavam 90% de todo o comércio mundial de transgênicos. A Syngenta, transnacional suíça, criada em 2000, a partir da fusão de duas indústrias de ramo farmacêuticas – Novartis (a quarta maior do mundo) e AstraZeneca (a sétima maior), atuava em mais de noventa países e obtinha um lucro de 90 bilhões de dólares por ano com a venda de sementes e venenos (VIA CAMPESINA BRASIL, 2008). Estas empresas são as principais responsáveis por, progressivamente, pressionarem governos a serem cúmplices de suas investidas, ou seja, criarem leis para fortalecer e abrir brechas para a concretização de seus projetos, além disso, investem pesado em pesquisas que, assim como elas, não cumprem funções sociais básicas, ou seja, essas empresas fazem parte de “um movimento de destruição e recriação de relações sociais” no campo e nas cidades (FERNANDES, 2006, p. 15-16).

Relacionamos, então, algumas orientações clássicas do *Paradigma da Questão Agrária*. Os camponeses, e o seu modo de produzir sob influências do capitalismo configuram-se como inferiores ao modo de produção e acumulação capitalista, e caracterizam-se pelo antagonismo da classe dos capitalistas e do proletariado assalariado. A grande propriedade agrícola, por sua técnica, é superior à agricultura camponesa, e introduziu

nesta, oscilações e contradições com a evolução e industrialização da agricultura. Nesse aspecto, o latifúndio por meio da mais valia, configura-se como a melhor unidade para a produção capitalista no campo (KAUTSKY, 1980).

Assim, o pequeno produtor familiar e sua propriedade diminuiriam ou desapareceriam subordinados às relações capitalistas. O campesinato, sob controle do processo de integração indústria-agricultura, estaria pendular às contradições que se expressam nesse novo processo: novas necessidades surgem tanto no meio rural quanto no urbano, este último, muitas vezes, como refúgio a outro modo de vida em busca de melhores condições, agora, sob a necessidade de renda do capital para sua sobrevivência. A agricultura tornara-se uma fonte à exploração industrial, o camponês, nesse arranjo, um operário sob a dependência técnica da exploração da indústria (KAUTSKY, 1980).

Quanto mais tal processo avança, e mais se desagrega a indústria doméstica a que se dedicar primitivamente o camponês, tanto mais aumenta a sua necessidade de dinheiro, não apenas para compra de coisas indispensáveis, e mesmo supérfluas, mas também para a compra de coisas necessárias. Ele não pode mais lavrar a sua terra, não pode mais prover a sua manutenção sem dinheiro (KAUTSKY, 1980, p.31).

Aos camponeses, subordinados, no tempo e no espaço, a essa nova ordem de relações, resta-lhes organizar-se, associar-se e cooperar-se, pois, ao contrário, suas propriedades e seu modo de vida estariam fadados ao desaparecimento. O que também, para o desenvolvimento do capitalismo no campo, não seria conveniente, uma vez que a indústria-agricultura depende da exploração tanto da pequena propriedade (matérias-primas), como da mão de obra assalariada. Quanto mais há a relação acumulação capitalista e agricultura, diferencia-se a técnica da grande e da pequena exploração no campo (KAUTSKY, 1980).

Contudo vários questionamentos podem ser feitos considerando as formas pré e não capitalista de produção da agricultura, pois é preciso pensar: quais transformações ocorreram na agricultura ao longo desse processo? Quais efeitos causou aos camponeses, o processo de industrialização da agricultura? Qual o destino dos camponeses que não conseguirem acompanhar o ritmo do capitalismo na agricultura? E qual função deles dentro no interior da sociedade capitalista? (KAUTSKY, 1980; ALVES; SILVEIRA [s/d]).

Compartilhando de tais ideias sobre a Questão Agrária, a penetração e as consequências do capitalismo na agricultura, bem como a deterioração do campesinato determinada pelas relações de produção capitalista, destacamos que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura ocorrido na Rússia caracterizou pela separação entre a economia camponesa e a senhorial, preservando, assim, relações pré-capitalistas de produção, pois o

domínio do capital promoveu a sujeição a renda da terra, inicialmente, com a força de trabalho como pagamento (FELICIO, 2011). O avanço do capitalismo provocaria, em seu processo, a cooptação do campesinato “empregando uma variedade de meio e métodos”, posteriormente, a sua eliminação (LÊNIN, 1980, p.16).

Os estudos de Lênin consistiram em fornecer elementos para a compreensão do capitalismo na agricultura Norte Americana, valendo-se de dados estatísticos do início do século XX sobre a distinção entre as regiões Norte e Sul. A primeira, com uma agricultura mais industrializada – forte presença do trabalho assalariado, e a segunda, com uma economia baseada na agricultura em parceria, semifeudal, sem uso do trabalho assalariado, ou seja, uma “grande massa dos operários agrícolas”, “diaristas possuidores de um pedaço de terra”, “grupos inferiores de agricultores” (LÊNIN, 1980, p.23). Sob esse ponto de vista,

[...] a tendência fundamental e principal do capitalismo consiste na eliminação da pequena produção pela grande, tanto na indústria quanto na agricultura. Contudo, esta eliminação não deve ser compreendida apenas no sentido de uma expropriação imediata. Ela pode também assumir a forma de um longo processo de ruína, de deteriorização da situação econômica dos pequenos agricultores, capaz de se estender por anos e por décadas. Esta deteriorização se traduz no trabalho excessivo ou na péssima alimentação do pequeno agricultor, no seu endividamento, no fato de que o gado é mal alimentado e, em geral, de baixa qualidade, a terra não é bem cultivada, trabalhada, adubada, etc.; não há progresso técnico, etc. (LÊNIN, 1980, p. 45).

O essencial, no desenvolvimento capitalista na agricultura, foi a transformação do camponês em produtor de mercadoria pela via de cooptação, ou seja, à medida que se desenvolveu a produção mercantil, o pequeno produtor vendia o produto por ele produzido – caso não estivesse na condição de proletariado, que vendia a sua força de trabalho, estaria na condição de pequeno burguês, inspirando o aumento de preços dos produtos do campo, um “pequeno agrarista” (LÊNIN, 1980, p.59). A partir desses pressupostos, fica nítida a questão estrutural e contraditória do capitalismo, o campesinato, mesmo não estabelecendo relações de produção iguais a do modelo capitalista, está inserido nessa lógica. Entretanto, entendemos que, por meio das estratégias de resistência promovidas ao longo da História, não foram todos ou todas que desapareceram, “engolidos” pelo capitalismo, muitos e muitas seguem lutando e resistindo, conquistando cada vez mais benefício e autonomia.

Com base nos pressupostos do *Paradigma da Questão Agrária*, ao refletirmos sobre os conflitos do problema agrário, antes e depois da conquista dos assentamentos, estamos considerando conflitos os que envolvem questões associadas à estrutura concentrada da propriedade terra, às injustiças sociais, à não garantia da produção agrícola considerando a

soberania alimentar dos povos do campo, à eliminação da fome, ao desenvolvimento social, às políticas públicas de apoio à pequena produção, ao desenvolvimento territorial harmônico das regiões brasileiras, em especial, às regiões semiáridas, à garantia de acesso às tecnologias para o campo, à preservação dos bens naturais e desenvolvimento autossustentável que deem oportunidade de melhores condições de vida, educação, cultura e lazer de maneira democrática. Os conflitos e as reivindicações no campo acontecem, sobretudo, pela preservação dos espaços de vida, parte destes modificados por grandes projetos de modernização e mercantilização, o que faz do campo um espaço de proeminentes conflitos agrários, inerentes às disputas territoriais, modelos opostos de desenvolvimento. Portanto, saber sobre as relações sociais, econômicas, e essas como relações de poder no espaço, é saber sobre o território e sobre as contradições atinente aos seus arranjos atuais, compostos de conflitualidades, apropriações econômicas, impactos sociais e ambientais.

A conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização – desterritorialização – retriterritorialização de diferentes relações sociais. [...] A conflitualidade resulta do enfrentamento das classes. [...] Essa conflitualidade promove modelos distintos de desenvolvimento (FERNANDES, 2006, p.2;8).

Assim, é a partir do *Paradigma da Questão Agrária* que direcionaremos nossas discussões a respeito das disputas territoriais, sejam pelas políticas públicas, sejam pelas propostas do MST para o campo analisadas no contexto do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e do assentamento Emiliano Zapata. Diante disso, o território é interpretado por diferentes abordagens teórico-metodológicas, que exprimem diferentes ideias, poderes ou posicionamentos político-ideológicos, como vimos nos debates paradigmáticos, tais fatores são e estão manifestados no campo, que é formado por territórios materiais e imateriais em disputas sob diferentes vias de desenvolvimentos. Nesse contexto, acentuamos, novamente, que o território brasileiro, conquistado ou apropriado historicamente, construído pela sociedade ou por parte dela,

[...] deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.) onde o Estado desempenha a função de regulação. O território é, assim, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra [...] são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. Logo, o território não é um *prius* ou um a priori, mas, a contínua luta da sociedade pela

socialização igualmente contínua da natureza. (OLIVEIRA, 2002, p.74. *Itálico* no original).

Considerando as outras categorias de análise em Geografia, tais como espaço, região, lugar e paisagem, e ponderando que todas elas fazem parte da análise do espaço geográfico, em sua totalidade espaciotemporal, o território possui, especialmente nos estudos agrários, os elementos necessários à aproximação do entendimento crítico dos conflitos no campo.

Em relação aos paradigmas, ao nos perguntarmos, então, o que expressam político-ideológico-filosoficamente ambos os paradigmas expostos, e qual possibilita a apreensão real das contradições presentes no campo brasileiro sob o modo de desenvolvimento e produção capitalista? Reconhecemos, com mais maturidade, a necessidade de acolher e interpretar diferentes posicionamentos e pressupostos. No entanto, percebemos que o *Paradigma do Capitalismo Agrário* como referencial teórico-filosófico, político-ideológico, não expressa as contradições presentes no campo brasileiro como realidades pertinentes do próprio desenvolvimento capitalista. Essa orientação expressa, na verdade, o posicionamento dos próprios capitalistas e o direcionamento que esses querem dar para o campo, ou seja, os discursos se esvaziam em si mesmos, quando, além de não retratarem de fato a situação do campo, tratam de propor soluções e propostas que não fazem parte da lógica hegemônica da economia capitalista, uma vez que a marginalização dos sujeitos e de seus territórios é intrínseca do processo de desenvolvimento do capitalismo, assim como os momentos de crise.

Os pressupostos que tratam da *Questão Agrária*, por outro lado, mesmo em suas diversas vertente, reconhecem um problema no campo, ao se identificarem com uma questão – um problema agrário. As contradições do processo histórico de desenvolvimento da economia brasileira, marcado por uma política econômica agressiva que não se importa com os impactos socioambientais, culturais e econômicos, são legitimadas em nome do progresso técnico a da competição pelos primeiros lugares na produção de *commodities* dos agronegócios. Por outro lado, resultam, dentre infinitos problemas, em desmatamentos indiscriminados, grilagens de terra, concentração fundiária, violência por parte dos pistoleiros, expulsão dos camponeses de suas terras e o início de novos problemas nas cidades. Esses problemas podem ser facilmente percebidos, por exemplo, com o avanço da produção da soja na Amazônia, mais especificamente, em Santarém no Pará, que, há tempos, vem deixando um rastro de sangue e de conflitos no campo.

Por isso, identificamo-nos com pressupostos que, além de expressarem de fato as diversidades econômicas, sociais, ideológicas e conflituosas como inseparáveis à história da sociedade brasileira, proponham soluções que, realmente, irão melhorar a qualidade de vida

das populações rurais, respeitando-lhes a complexidade e diversidade socioculturais, sobretudo os seus territórios. Reforma agrária e políticas que garantam a produção de alimentos livre de agrotóxicos, projetos de educação no e do campo são essenciais ao ponto de partida, para, assim, elaborarmos e partilharmos boas histórias e conhecimentos.

2. CONTEXTO DA QUESTÃO AGRÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

A Reforma Agrária, em sua totalidade, considerando a distribuição justa de terra, os meios e os direitos básicos para se viver nela, é a principal reivindicação de alguns movimentos socioterritoriais do campo brasileiro, e a sua discussão associada ao *Paradigma da Questão Agrária*, tem por objetivo destacar e encontrar soluções para os principais problemas do campo, sobretudo os associados à concentração da posse da terra e, com isso, proporcionar uma sociedade com oportunidades iguais de desenvolvimento social, econômico, ambiental e cultural no campo. Tem como propósito, ainda, permitir a democratização e a função social da terra, implementar a pequena produção agrícola por meio de acesso às técnicas, preservar os bens naturais, aumentar a renda dos pequenos produtores, propiciar o acesso à educação do campo, preservando diferentes culturas de pessoas do campo. Isso para, dentre outros aspectos, impedir problemas históricos como a “pobreza no campo, o desrespeito aos direitos sociais, a falta de emprego, a superexploração do trabalho”, o que incapacita o “desenvolvimento das áreas rurais no país e incentiva a saída das pessoas do campo (o chamado êxodo rural), que amplia os problemas sociais nas cidades” (MST, 2010).

2.1. As origens e a contemporaneidade da Questão Agrária

Ao contrário do que deveria, o Estado (sobretudo na figura dos parlamentares ruralistas – representantes dos seus próprios interesses e das empresas capitalistas transnacionais do agronegócio) não vem cumprindo suas funções sociais e, sim, contribuindo de maneira significativa para gerar mais conflitos no campo, valendo-se de aliciamentos e investimentos aos interesses do capital financeiro internacional. Nesse contexto, o campo é, historicamente, território de conflitos, isto é, na sua dimensão hegemônica de território dos agronegócios e da concentração da propriedade privada é conflituoso, por envolver severas diversidades econômicas, sociais e ideológicas.

Tais questões podem ser identificadas nas seguintes conflitualidades que envolvem o campo desde o final do século XX: segurança alimentar *versus* soberania alimentar, latifundiários *versus* minifundiários e sem-terrás, agronegócios *versus* produção familiar e produção camponesa, ou ainda, nos debates sobre o campesinato e proletariados do campo.

Envolvem, ainda, formas de resistência e estratégias dos movimentos socioterritoriais de lutas pelo território, que reivindicam direitos trabalhistas, acesso à água, ações contra a devastação ambiental e social dos grandes empreendimentos, contra as opressões e seu aparato hegemônico, que judiciariza a luta dos trabalhadores pobres do campo, promove a criminalização da pobreza. Todas essas reivindicações indicam realidades contraditórias no campo brasileiro.

Considerando que são grandes os problemas que ocorrem no campo, conforme abordado nas pesquisas realizadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), divulgado nos “Cadernos de Conflitos no Campo” e grupos de pesquisa com projetos como o Banco de Dados da Luta pela Terra de Minas Gerais (DATALUTA/MG), percebemos que, contraditoriamente, o território das conflitualidades é, também, o território dos agronegócios, dos agrohidronegócios e dos agrocombustíveis, que promovem, de maneira cada vez mais contínua e crescente, contradições que se expressam de diversas formas no tempo e no espaço. Essas contradições são caracterizadas pelas estratégias de resistência e de conquistas dos trabalhadores pobres do campo e das cidades que lutam para viver com dignidade.

A História nos conta que o problema da má distribuição de terra no Brasil é observado desde o “Brasil Colonial”, tempo em que o país foi controlado pela Coroa Portuguesa. A grande propriedade, com pouca produtividade e utilização limitada, marcou o período inicial do século XVI, quando houve a escravização e o massacre dos índios, os quais foram expulsos de suas terras, para garantir a exploração do pau-brasil e da cana-de-açúcar pelos colonos portugueses, a fim de exportarem para Portugal. Na época (por volta de 1534), o direito de uso da terra era passado apenas aos mais próximos da Corte, aos de sobrenome nobre, pessoas de alta posição social, funcionários burocratas do reino, que se constituíam em capitães-donatários, ganhavam o direito sobre as Capitanias Hereditárias (faixas territoriais que iam do litoral até a linha imaginária Tratado de Tordesilhas), bases político-administrativas de direito, garantido por meio da Carta de Doação e deveres a cumprir (pagamento de taxas, colonização e segurança das terras), estabelecidos no Foral.

Outro sistema empregado pela Coroa foi o das Sesmarias, utilizada também para produção, ocupação e controle do território. O uso da terra pelos colonizadores, já nesse período, esteve associado à produção da monocultura para exportação, caracterizada por “plantation”, modelo de organização econômica em que se salientavam, além da produção por monocultura de produtos tropicais, os latifúndios e a mão de obra barata e escrava. Nesse período, o pau-brasil, a cana-de-açúcar e o café eram os principais produtos cultivados, com destaque para a cana, com expressivo montante de capitais até meados do século XVIII.

O sistema de Sesmarias, que durou até 1822, no período colonial, representou a primeira aplicação de uma legislação fundiária no Brasil, um regime jurídico básico para a resolução de conflitos administrativos agrários, o sistema, que durou até a Independência, garantia o direito de uso da terra aos posseiros, a fim de torná-las produtivas, o contrário, sob pena de perda de direitos (OLIVEIRA; FARIA, 2009, p.3). Os sistemas de capitâncias e de sesmarias foram extintos em decorrência do fracasso administrativo dos capitães-donatários, ora por falta de recurso e conflitos com os índios, ora por ameaças à grande propriedade, com exceções das Capitanias de Pernambuco ao Norte e de São Vicente ao Sul do país – Capitanias que prosperaram, essencialmente, com a plantação da cana-de-açúcar. O sistema sesmeiro foi extinto por Dom Pedro I em 1822. A partir de então, outra legislação fundiária entrou em vigor em 1850 – a Lei de Terras.

Promulgada por Dom Pedro II, a Lei de Terras contribuiu para preservar a concentrada estrutura fundiária do país e privilegiar a burguesia agrária. Representou um marco jurídico da constituição da propriedade privada no Brasil, assegurando, assim, a obtenção da terra apenas pela compra e venda entre os proprietários ou obtenção de terras devolutas em leilões públicos, assim, a posse da terra por ocupação passou a ser considerada crime.

A Lei de Terras tornou-se mais uma vitória, considerando a pressão da burguesia agrária já beneficiada com o autoritarismo da Constituição de 1824, período em que os grupos políticos existentes eram restritos aos grandes proprietários de terra, em particular, no Período Regencial (1831-1840), quando Dom Pedro II ainda não podia exercer ou ocupar o cargo de Rei em razão da menor idade. A pressão da burguesia foi em torno da manutenção da estrutura política centralizada, pelo poder e *status quo*, perante os conglomerados urbanos e rurais marginalizados socioeconomicamente. No início, em meio a tantas agitações e revoltas políticas e sociais, o Período Regencial foi marcado por conflitos históricos, tais como Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos no Rio Grande do Sul (1835-1845), Sabinada na Bahia (1837-1838), Cabanagem no Pará (1835-1840) e Balaiada no Maranhão (1838-1841).

É importante ressaltar, ainda, que a Lei de Terras foi aprovada no mesmo ano em que aprovaram a Lei Eusébio de Queirós (1850), que pôs fim ao tráfico de escravos, com sinais de que a escravidão legitimada estava chegando ao fim, contudo a burguesia política e latifundiária, por meio da Lei de Terras, impedia os negros do acesso à terra.

[...] a Lei de Terras instituiu no Brasil o cativeiro da terra — aqui as terras não eram e não são livres, mas cativas [...]. No processo de substituição do trabalho escravo, a

nova forma de propriedade da terra desempenhou um papel fundamental como instrumento de preservação da ordem social e política baseada na economia colonial, na dependência externa e nos interesses dos grandes latifundiários (MARTINS, 1980, p. 73).

Ou seja, quando a mão de obra era legitimamente escrava, a terra era livre, porém com a mão de obra “livre” assalariada, a terra passou a ser “escrava” – em sua forma rentista de acumulação da riqueza. Isso não quer dizer que o trabalho escravo passou a ser livre de um dia para o outro com a promulgação da Lei Áurea (1888), outras relações de trabalho não menos escravas aconteceram de maneira gradativa ao assalariamento, até por volta de 1950, nas fazendas de café,

O trabalho livre gerado pela crise da escravidão negra diferia qualitativamente do trabalho livre do agregado, pois era definido por uma nova relação entre o fazendeiro e o trabalhador. O trabalho livre, que veio substituir o escravo, dele não diferia por estar divorciado dos meios de produção, característica comum em ambos. Mas diferia na medida e que o trabalho livre se baseava na separação do trabalhador de sua força de trabalho, que no escravo se confundia, e nela se fundava sua sujeição ao capital personificado no proprietário da terra (MARTINS, 2010, p.30).

O que o trabalho livre expressou, na verdade, foi a emergência do novo para manter o velho, as seja, a continuidade do poder político e agrário sobre o território e sua exploração rentista, notadamente pela concentração fundiária. Sobre a emergência do novo,

[...] as transformações das relações de produção como meio para preservar a economia colonial de exportação, isto é, para preservar o padrão de realização do capitalismo no Brasil, que se definia pela subordinação da produção ao comércio. Tratava-se de mudar para manter (MARTINS, 2010, p.31).

Entre 1850 e 1889 – fim do período colonial –, com a tentativa da burguesia brasileira em manter cada vez mais o país sob a ordem econômica capitalista, foi favorecida a chegada ao país dos primeiros trabalhadores imigrantes – italianos, árabes, espanhóis e japoneses. O país passava por um período de transformações econômicas e sociais, abriram-se estradas de ferro, sendo a primeira em 1854, denominada Estrada de Ferro Mauá¹⁰. Foram implantadas usinas hidrelétricas, instaladas a iluminação pública permanente e a telefonia para fins comerciais.

O período de 1850/1890 se caracteriza pela gradativa redução do trabalho escravo e a introdução do trabalho livre nas fazendas de café do Oeste paulista. O resultado final é a constituição de um novo complexo – o cafeeiro –, que mantém ainda internalizada (em bases artesanais) a produção de meios de produção para as fazendas de café (casas, equipamentos, animais de trabalho etc.) e de parte da força de trabalho (a roça de subsistência do colono). Todavia algumas atividades já se

¹⁰ Após a inauguração da Estrada de Ferro Mauá, sucederam-se as seguintes ferrovias, todas em bitola de 1,60m: Ferrovia Recife ao São Francisco (1858), Ferrovia D. Pedro II (1858), Ferrovia Bahia ao São Francisco (1860), Ferrovia Santos a Jundiaí (1867) e Ferrovia Companhia Paulista (1872). Fonte: DNIT (2012)

separaram do complexo cafeeiro, quebrando aquela rígida estrutura autárquica do complexo rural: cria-se um setor independente de formadores de café; separam-se também alguns pequenos produtores de alimentos e de pequenas indústrias rurais (principalmente aguardente) para o abastecimento das cidades e vilas que se formavam; desenvolve-se a produção de algodão com base nas relações de parceria e articulada com indústria têxtil, que já nasce como grande indústria em 1880, e criam-se atividades manufatureiras nas cidades (oficinas de reparo, manufatura de louças, chapéus e outros bens de consumo não-duráveis) (KAGEYAMA et al., 1990, p.117).

Ao longo desse processo, aprofundaram-se as contradições associadas à concentração de renda e da terra, produção e distribuição da riqueza, bem como as reivindicações por melhorias sociais. Com o apoio de latifundiários escravistas, descontentes por não terem recebido indenizações com a abolição da escravatura, mais os militares que haviam rompido com o regime monárquico e religioso, insatisfeitos com o imperador, em 15 de novembro de 1889, militares do Exército brasileiro, chefiados pelo Marechal Deodoro da Fonseca, depuseram D. Pedro II e, assim, foi instituída a República Federativa dos Estados Unidos do Brasil – o que, posteriormente, evidenciou, no Brasil, um período de grandes problemas e revoltas sociais, sobretudo em torno da luta pela terra.

Os anos entre 1889 e 1930, no Brasil, configuraram-se como importante período histórico, para entendermos tanto a Questão Agrária como a política e a economia que se formou no país ao longo dos anos, deixou marcas vistas ainda hoje nos aspectos referidos. A Primeira República, República Velha ou ainda República do “Café-com-Leite¹¹” (1889-1930), período anterior à era Vargas (1930-1945), foi caracterizado por uma economia essencialmente agrícola, baseada nas exportações predominantemente do café e produção de cana-de-açúcar. Esse período foi singularizado ainda pelo desenvolvimento da indústria e lutas pelos direitos trabalhistas. Inicialmente, entre os anos de 1889 e 1894, o país foi governado pelos militares Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, depois, entre 1894 e 1930, por civis latifundiários, principalmente grandes cafeicultores, ligados à oligarquia rural de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, também conhecidos como coronéis, com poderes que ultrapassavam o espaço rural, por meio do clientelismo.

Nesse período, a política era marcada por troca de favores, coronelismo e o voto de cabresto, sobretudo nos municípios rurais¹². A manipulação, o nepotismo, a compra e venda de votos, a dependência estatal e o apego ao poder e aos privilégios deste, eram o que

¹¹ Nome dado em referência à organização e aliança entre dois partidos políticos: Partido Republicano Paulista (PRP) e Partido Republicano Mineiro (PRM), que, juntos, lideravam o cenário político do país na época, junto com grandes proprietários rurais do restante do país.

¹² De acordo com as argumentações de Micali (s/d) e os estudos minuciosos de Vinaud (2011), ambos referindo à obra Vila dos Confins (1956) do escritor e político mineiro Mário Palmério (1916-1996), importante literatura que aponta o contexto social, político e ocupação do interior do Brasil naquele período.

domesticava o cenário social e econômico da época. “Talvez por isso tenha sido considerada não apenas romance político, mas um estudo quase sociológico sobre a região noroeste de Minas Gerais, produto do contexto social e político daquele período” (MICALI, s/d, p.2). Tendo a economia fortemente ligada à produção, sobretudo do café, e também à produção de açúcar, cacau, algodão e borracha, naquele período, o Estado, na figura do governo federal Afonso Pena (1906-1909), já cedia às pressões dos latifundiários, fato que ficou comprovado com o Convênio de Taubaté, resultado das propostas idealizadas por fazendeiros para que o governo arcasse com os prejuízos do super estoque de café.

O coronelismo era um sistema que mantinha, em linhas gerais, a miséria e o abandono das populações rurais. As elites urbanas, responsáveis pela condução do país rumo à modernidade, não se diferenciavam muito dos grandes proprietários de terra. A palavra de ordem da empreitada urbano-industrial era o lucro, em torno do qual tudo girava. A integração do sertão ao litoral visava, em primeiro lugar, facilitar o escoamento da produção, depois, manter a integridade territorial (VINAUD, 2011, p.85).

A Primeira República foi intensamente marcada por revoltas e movimentos messiânicos no campo, como a Revolta de Canudos, com o líder Antônio Conselheiro, para o qual um dos lemas era, “a terra não tem dono, a terra é de todos”; a Guerra do Contestado, ocasião em que sertanejos sem-terra sofriam no sul do país, onde eram explorados por empresas estrangeiras de exploração de madeira; e as revoltas que envolviam a prática do cangaço no nordeste do país, entre os grupos que mais ficaram conhecidos, o de Virgulino Ferreira, o Lampião (LOBO, 2013).

Nesse contexto, a crise de 1929, com a quebra da bolsa de Nova York, provocou impactos na economia mundial. No Brasil, o momento foi percebido com a diminuição nos preços do café, o que gerou insatisfação dos cafeicultores os quais, mais uma vez, buscaram auxílio do governo federal. Com isso, acelerou-se o processo de urbanização, e a burguesia juntamente com intelectuais e representantes da classe operária, que cresciam com o processo de industrialização, começaram a participar cada vez mais da política. Ligado a essas pressões e revoltas populares tanto de operários e sem-terra, a burguesia organizou-se para garantir seus negócios e privilégios.

Os ricos se inquietam muito com a superprodução do café e mais ainda com o início da crise mundial. A produção alcança vinte milhões de sacas para uma exportação de quatorze milhões. Multiplicam-se aos milhões os desempregados no campo e na cidade com a falência de fazendeiros, exportadores e bancos. Toda a cafeicultura entra em crise, iniciando uma imensa substituição de riqueza e mandos dentro do patronato paulista e mineiro. Afundam-se, assim, as bases da República Velha (RIBEIRO, 1985, nota 596).

Não desconsiderando a temporalidade social, política e espacial, mas levando em conta os períodos mais relevantes da Questão Agrária no país, destacamos que as discussões teóricas e políticas a favor da Reforma Agrária, no Brasil, tiveram início no pós-guerra (1945), já o discurso conservador contrário, que defendeu a modernização técnica do campo, prevaleceu no pós-Golpe Militar (1964). O debate iniciou em decorrência da reprodução da estagnação social e econômica, altamente desigual, sobretudo no campo pós-Revolução de 1930, evento histórico, que fortaleceu o capitalismo no Brasil e instaurou mudanças no pensamento social brasileiro, a era Vargas (1930-1945) foi marcada pela “democracia burguesa” (VINAUD, 2011), ou seja,

[...] teve que enfrentar uma tripla pressão: de fora para dentro, vinda das rápidas mudanças do capitalismo mundial, que exigia desenvolvimento com segurança, para dar garantias ao capital estrangeiro, suas empresas e seu crescimento. [...] A burguesia usou estas pressões a seu favor: estabeleceu uma união mais íntima com o capitalismo financeiro internacional; reprimiu pela violência ou pela intimidação as ameaças operárias ou populares de perturbação da ordem; usou o Estado como instrumento exclusivo para controlar a situação econômica interna e fixar uma política econômica com vistas a acelerar o desenvolvimento capitalista (VINAUD, 2011, p. 86-87).

É nesse cenário que a luta pela Reforma Agrária configura-se como pauta histórica no país, passando por períodos marcantes, como entre os anos de 1945¹³ a 1964¹⁴, com grandes repercussões sobre as manifestações no Nordeste brasileiro e formação da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPP) em 1955, conhecida, nacionalmente, como Liga Camponesa da Galiléia, movimento que disseminou em grande parte do território brasileiro as reivindicações pela Reforma Agrária.

Entre os principais representantes da construção do debate em torno da Reforma Agrária (uma Questão Agrária) estão o Partido Comunista Brasileiro (PCB), os setores reformistas da Igreja Católica, a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), e economistas conservadores, são representados, inicialmente, na figura de Antonio Delfim Neto – professor da Universidade de São Paulo e ex-ministro da Fazenda, dentre outros cargos públicos ocupados. O campo de debate do PCB, partido fundado em 1922, traduzia os ideais libertários dos operários, e uma real intervenção social, na Questão Agrária, contou com a participação de Caio Prado Jr., Inácio Rangel, Alberto Passos Guimarães, entre outros, como Astrojildo Pereira (um de seus fundadores), Graciliano Ramos e Mário Schenberg (DELGADO, 2005).

¹³ Surgimento das Ligas Camponesas no Brasil de acordo com Gaspar (2009).

¹⁴ Golpe Militar

A Questão Agrária tinha como pauta as relações sociais e o trabalho no campo, assim como a superpopulação rural e não liberação de mão de obra ou o excesso para outros setores, causas das condições sub-humanas de vida de grande parte da população, e que, por isso, defenderam uma legislação social-trabalhista no campo, além disso, Alberto Passos Guimarães (GUIMARÃES, 1980), por exemplo, defendia que a agricultura assemelhava-se a “restos feudais”. A Reforma Agrária, até então em segundo plano, seria capaz de diminuir as diferenças no campo e extinguir os “restos feudais”, e proporcionar soluções alternativas à grande população rural (DELGADO, 2005).

A CEPAL, criada em 25 de fevereiro de 1948, é uma organização composta por representantes de todos os países da América Latina e do Caribe, e, no Brasil, teve como principal protagonista Celso Monteiro Furtado, economista e intelectual brasileiro. A organização destacou-se pelo “caráter inelástico da oferta de alimentos às pressões da demanda urbana e industrial”, problema estrutural do setor agrícola, o que justificaria a Reforma Agrária e as transformações nas relações de trabalho rural, causas das tensões econômicas e das crises de abastecimento de alimentos (DELGADO, 2005, p. 53).

[...] é uma das cinco comissões econômicas regionais das Nações Unidas (ONU). Foi criada para monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho ampliou-se para os países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social e sustentável (CEPAL BRASIL, 2012).

A Igreja Católica contribuiu com o tema da Reforma Agrária, uma vez que, entre os anos de 1950 e 1960, promoveu debates sobre a aplicação da doutrina social capaz de amenizar as injustiças no campo. Nesse período, houve a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1952, e, mais tarde, a CPT, em 1975. Essas representações discutiam, principalmente, entre outros assuntos, a função social da terra associada à Reforma Agrária. A história da instituição no Brasil está ligada, dentre outros momentos, à ampliação de sua base social para além das burguesias, uma abertura às camadas médias e populares, e às questões que envolvem a fome e o desemprego como problemas sociais que passam a fazer parte dos questionamentos entre representantes da base católica.

Os economistas conservadores, contrários à Reforma Agrária da base social, defendiam como resolução do problema agrário brasileiro a modernização técnica da agricultura como uma resposta funcional à demanda social e econômica do país.

O elemento que dá unidade às diversas atividades dos complexos agroindustriais é que todas elas são atividades do *capital*, com regulação macroeconômica mais geral. As ligações intercapitais não são apenas técnicas, mas sobretudo financeiras. A compra de insumos pela agricultura, por exemplo, impõe-se a princípio como necessidade técnica, mas implica, de imediato, a necessidade de financiamento. Este não será mais feito a partir de agentes isolados [...] e sim através do *sistema financeiro* instalado, o qual se torna um parâmetro a soldar o movimento da agricultura com o movimento geral da economia [...] esse sistema passa a ser fundamental na soldagem dos CAIs com o movimento global da acumulação (KAGEYAMA et al., 1990, p.122-123).

Nesse contexto, o período foi marcado pela diversidade das frentes políticas e intelectuais em torno da Reforma Agrária, opiniões contra e a favor, do processo de modernização da agricultura e da estrutura agrária concentrada, bem como da atuação do Estado em torno de tais questões.

2.2. O desenvolvimento capitalista na agricultura

O padrão tecnológico difundido a partir da Revolução Verde especifica um novo modelo baseado na industrialização dos produtos agrícolas (agroindustrialização) e nos insumos para o campo (indústrias para o campo), produzidos em larga escala. O padrão envolve, de acordo com Delgado (2005):

- Uso de sementes geneticamente modificadas, produzidas a partir da polinização cruzada de plantas (sementes híbridas);
- Insumos industriais (ferramentas, fertilizantes, agrotóxicos, mecanização);
- Administração de plantio direto ou indireto, produção de monoculturas em grande escala;
- Programas financeiros com tipos de créditos específicos que viabilizem a difusão das tecnologias;
- Instituições mundiais, nacionais e estaduais específicas por políticas e por tipo de produto (Exp.: FAO¹⁵, CGIAR¹⁶, EMBRAPA¹⁷, EMATER-MG¹⁸);
- Apropriação e controle de tecnologias para o campo, um verdadeiro processo de capitalização da pesquisa, proporcionando, não por acaso, o aumento das despesas com o cultivo e o endividamento dos pequenos agricultores; envolvem agressões ao ambiente;
- Protecionismo e dependência entre países.

No contexto da Revolução Verde, a fome na Europa, no pós-Segunda Guerra, além de significativa, expressou um sentimento de medo e insegurança alimentar, em parte, em

¹⁵ Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

¹⁶ Grupo Consultivo em Pesquisa Agrícola Internacional

¹⁷ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

¹⁸ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

virtude da destruição de redes de comunicação, transporte e a ida dos homens à guerra (PORTO GONÇALVES, 2006).

O espectro da fome rondava o mundo num contexto marcado por forte polarização ideológica, o que tornava as lutas de classes particularmente explosivas no período. A própria denominação Revolução Verde para o conjunto de transformações nas relações de poder, por meio da tecnologia, indica o caráter político e ideológico que estava implicado. A Revolução Verde se desenvolveu procurando deslocar o sentido social e político das lutas contra a fome e a miséria, sobretudo após a Revolução Chinesa, Camponesa e Comunista, de 1949. Afinal, a grande marcha de camponeses lutando contra a fome brandindo bandeiras vermelhas deixara fortes marcas no imaginário. A revolução verde tentou, assim, despolitizar o debate da fome atribuindo-lhe um caráter estritamente técnico. O verde dessa revolução reflete o medo do perigo vermelho, como se dizia à época. Há, aqui, com essa expressão Revolução Verde, uma técnica própria da política, aqui por meio da retórica (PORTO GONÇALVES, 2006, p.226).

O desenvolvimento do capitalismo, na agricultura, associado à segurança alimentar, tem suas raízes na crise econômica pós-Segunda Guerra Mundial, e sua legitimidade está fortemente associada à capacidade de produção de alimento, aumento da população e eliminação da fome no mundo, discursos associados à Revolução Verde¹⁹. Perguntado se a Revolução Verde dera certo, Norman E. Borlaug, seu mentor e ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 1970, disse:

Ela foi necessária para o mundo industrializado pensar em investir na produção de alimentos com tecnologia. Se isso foi crucial para alimentar parte dos 6 bilhões de habitantes, será mais ainda quando atingirmos 10 bilhões de pessoas em 2025. Não foram as revoluções soviética ou iraniana que produziram esse pensamento. Foi a Revolução Verde que não gera sofrimento aos povos, pois se preocupou com a produção de alimentos (Entrevista Globo Rural, s/d).

Não por acaso, a Revolução Verde foi, também, uma alternativa das grandes indústrias de guerra dos anos 1940 em manterem seus lucros e atuação no mercado internacional, inicialmente, a *Rockefeller* e a *Ford*. O que antes era aplicado na guerra passou a ser aplicado na agricultura – explosivos foram transformados em adubos sintéticos, químicos, gases letais em agrotóxicos (herbicidas, fungicidas, inseticidas e fertilizantes químicos), tanques de guerra em tratores.

O que sucedeu desse processo não foi a eliminação da fome no mundo e, sim, intensos processos de urbanização, cruzamentos genéticos de plantas, patenteamento de sementes que geram taxas – *royalties* –, cobradas aos agricultores pelo uso dessas sementes, larga escala de monoculturas, grandes lucros para empresas e países que sediam as transnacionais do agronegócio, tais como Monsanto, Cargill, Bunge, Syngenta, Bayer e Basf,

¹⁹ Consideram-se, inicialmente, para tais questões, as diferenças entre segurança alimentar e soberania alimentar.

fatores que ampliam as desigualdades sociais, a má distribuição de alimentos, a subordinação da agricultura à lógica do modelo agrário imperialista, os impactos ambientais e à saúde devidos ao uso intensivo de agrotóxico, e a diminuição da biodiversidade dentre outras consequências.

As especificidades da agricultura anterior ao seu desenvolvimento capitalista foi o oposto da configuração atual, que, cada vez mais, se associou ao chamado “progresso técnico” e superação dos obstáculos da natureza. São estes os elementos iniciais que ajudam a compreender o modo de produção capitalista da agricultura em suas diversas formas e frentes de atuação – agroindústrias, agronegócios, agrohidronegócios e agrocombustíveis. As inovações advindas do desenvolvimento capitalista “colocam a natureza a serviço do capital, possibilitando a transformação da agricultura num ramo da indústria” (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p.46).

As características específicas da agricultura capitalista e do chamado progresso técnico defendidas por estudiosos ligados ao *Paradigma do Capitalismo Agrário* podem ser compreendidas a partir das concepções de que o desenvolvimento capitalista na agricultura está associado à redução da mão de obra no campo e aumento da produtividade na agricultura, por meio das inovações mecânicas, físico-químicas, biológicas e agronômicas, capazes de superar os “obstáculos” naturais associados aos fenômenos da natureza, tais como, o clima, tipos de solos e topografias (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p.46).

O progresso técnico na agricultura envolve, basicamente, as inovações, como máquinas, equipamentos, meios de produção, fertilidade dos solos, alteração das especificidades dos processos biológicos e das condicionantes naturais do meio ambiente e, especialmente, aumento da velocidade de rotação do capital – todas associadas à continuidade dos ciclos produtivos cada vez menos barrados pelas disponibilidades de condições naturais e esgotamento dos bens naturais. Pensando a “invisível” conflitualidade ou aquilo que a imagem do agronegócio tenta esconder (FERNANDES, 2006),

O desenvolvimento do conhecimento que provocou as mudanças tecnológicas foi construído a partir da estrutura do modo capitalista de produção. De modo que houve o aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas socioeconômicos e políticos: o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade. A agricultura capitalista ou agricultura patronal ou agricultura empresarial ou agronegócio, qualquer que seja o eufemismo utilizado, não pode esconder o que está na sua raiz, na sua lógica: a concentração e a exploração [...]. O aumento da produtividade dilatou a sua contradição central: a desigualdade. A utilização de novas tecnologias tem possibilitado, cada vez mais, uma produção maior em áreas menores. Esse processo significou concentração de poder – consequentemente – de riqueza e de território. Essa expansão tem como ponto central o controle do conhecimento

técnico, por meio de uma agricultura científica globalizada. (FERNANDES, 2006, p.38-39).

Estão associados ao progresso técnico, então, os impulsos concedidos tanto pelo Estado, no que diz respeito às políticas públicas, créditos e outros investimentos técnico-científicos, quanto pelas indústrias de bens de produção na agricultura. Que configuram um padrão produtivo e a definição de uma escala mínima ou patamar mínimo de produção associada, principalmente, ao monocultivo por meio de mecanização intensiva, uso de fertilizantes químicos industriais e agrotóxicos, isso para início ou permanência em determinado ramo da atividade agrícola.

A apologia ao agronegócio, realizada pela mídia, pelas empresas e pelo Estado, é uma forma de criar uma espécie de blindagem desse modelo, procurando invisibilizar sua conflitualidade. O agronegócio procura representar a imagem da produtividade, da geração de riquezas para o país. Desse modo, aparece como espaço produtivo por excelência, cuja supremacia não pode ser ameaçada pela ocupação da terra. Se o território do latifúndio pode ser desapropriado para a implantação de projetos de reforma agrária, o território do agronegócio apresenta-se como sagrado, que não pode ser violado. O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento. A fundação do agronegócio expandiu a conflitualidade, ampliando o controle sobre o território e as relações sociais, agudizando as injustiças sociais (FERNANDES, 2006, p.38).

Nesse contexto, as crises de superprodução na agricultura reconfiguram as estrutura de mercados em determinados momentos. Outras consequências associadas ao progresso técnico na agricultura são as dependências dos processos biológicos alterados, das inovações e o aumento do tempo de não-trabalho, tendo em vista a baixa necessidade de divisão do trabalho no ciclo produtivo, que se expressa mais pela cooperação simples – “quanto maior for a diferença entre o tempo de produção e tempo de trabalho efetivo, menor será o período de valorização do capital” (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p.42).

2.3. A Reforma Agrária no contexto do desenvolvimento capitalista

A Reforma Agrária, do ponto de vista do capitalismo, foi defendida mais como uma reforma agrícola, ou mesmo no que diz respeito à estrutura fundiária concentrada, considerada como capaz de cumprir a função de dar pleno desenvolvimento ao capitalismo nacional, ou seja, não implicava uma Questão Agrária e, sim, um problema econômico, que devia ser resolvido com a liberação de mão de obra sem diminuição da quantidade de alimentos produzidos no campo e criação de mercados para a indústria, dentre outras iniciativas. Esses debates tiveram início no Brasil, sobretudo nos anos de 1960 (DELGADO, 2005).

No contexto das políticas públicas, a partir de 1960, período que corresponde ao governo de João Goulart (1961-1963), considerando as reflexões anteriores, foi marcado por intensos conflitos de terra e mobilização tanto da opinião pública quanto do governo no país. A intensificação dos conflitos colocou a Reforma Agrária na pauta e no centro da discussão, uma medida importante para o avanço do socialismo, segundo os movimentos sociais e a esquerda da época.

Na década de 60 intensificam-se, ainda mais, os problemas sociais no campo, pela pressão de enormes contingentes de camponeses pobres e a inexistência de uma política governamental para resolvê-los. Os movimentos camponeses se fortaleceram sobremaneira com a melhor organização de classe e, sob a influência de organizações políticas e partidárias. Suas propostas tornaram-se mais bem definidas e consolidadas, sendo acompanhadas das exigências de uma reforma agrária imediata (CLEPS JR.; GOMES, 2001, p. 3).

A discussão arregimentou tanto os movimentos de apoio à Reforma Agrária, quanto a igreja católica e os políticos opositores ao governo. A reforma era percebida como capaz de eliminar a concentração de terras (vista como obstáculo ao desenvolvimento econômico e social do país na época), um dos mais graves problemas sociais da época, que resultava em um padrão concentrador de riqueza, poder e de privilégios. Além disso, poderia minimizar a pobreza e a fome, dentre tantos outros problemas sociais. Em meio às pressões e conflitos, João Goulart, ao anunciar a Reforma de Base, priorizou as políticas de cunho social, sobretudo a Reforma Agrária.

Uma das diferenças entre o governo Jango e os precedentes foi o envolvimento que o Poder Executivo passou a ter com a questão agrária. Esse envolvimento ficou claro em novembro de 1961, quando o presidente compareceu ao I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, organizado pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) em Belo Horizonte. Sua ação incidiu, por um lado, no terreno da legislação sindical e trabalhista rural, e, por outro, na realização de uma reforma agrária (CPDOC/FGV, 2012).

Os trabalhadores rurais, as Ligas Camponesas e as associações de lavradores tiveram um papel fundamental na conquista de direitos, e, no período, foram criados sindicatos e federações que resultaram na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). A instituição, uma das mais importantes na atualidade, foi fundada em 22 de dezembro de 1963, no Rio de Janeiro, época em que existiam 14 Federações e 475 Sindicatos de Trabalhadores Rurais, foi reconhecida oficialmente em 1964, por meio do Decreto Presidencial. No mesmo ano, com o Golpe Militar, sofreu intervenções, como a prisões e exílios de diversos dirigentes, sendo retomada em 1968 pelo Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). Atualmente, o movimento “representa os

interesses e os anseios dos trabalhadores e trabalhadoras rurais assalariados, permanentes ou temporários; dos agricultores e agricultoras familiares, assentados pela Reforma Agrária ou não; e, ainda, daqueles que trabalham em atividades extrativistas” (CONTAG, 2012). Entretanto, na época,

[...] as Ligas Camponesas viviam uma profunda crise interna por causa das perseguições e prisões de seus líderes. Se, por um lado, não tinham interesse em participar desse processo de sindicalização, por outro, ficaram à margem do debate a respeito da organização dos trabalhadores rurais (FERNANDES, 1999, p. 25).

Em dezembro de 1963, o presidente Goulart aprovou a previdência social para os trabalhadores rurais e, em colaboração com a política agrária, foi criada a Superintendência de Política Agrária (SUPRA), com poderes para desapropriar terras, e, além disso, para que tais objetivos fossem alcançados, “o Executivo solicita ao Congresso a mudança na Constituição Federal, fato que não ocorreria dada a resistência dos setores contrários às reformas” (COCA, 2011, p.56).

No quadro das reformas básicas que o Brasil de hoje nos impõe, a de maior alcance social e econômico, porque corrige um descompasso histórico, a mais justa e humana, porque irá beneficiar direta e imediatamente milhões de camponeses brasileiros, é, sem dúvida, a Reforma Agrária (GOULART, 1964. p.LI)

Contrapondo-se às palavras de João Goulart, um dos motivos pelo qual a Reforma Agrária não foi afirmada, foi em razão de um dispositivo constitucional que determinava a prévia indenização em dinheiro, quando houvesse desapropriações de terras. Alegando a falta de recursos, Goulart propôs o pagamento de indenizações em títulos da dívida agrária, dentre outras mudanças que promoviam a “Reforma de Base”. Esse quadro de pressões por parte do governo e dos movimentos sociais resultou no Comício das Reformas em 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro, que reuniu cerca de 150 mil pessoas, na desapropriação de terras às margens de rodovias, ferrovias e obras públicas, e na ruptura com outras bases políticas de centro. Resultou, ainda, em prévias do Golpe Militar em 31 de março, que foi, na verdade, uma intervenção dos Estados Unidos na política interna do Brasil, tendo como pretexto o avanço do socialismo em Cuba, tanto que o novo governo Militar foi reconhecido oficialmente pelo presidente norte-americano, Lyndon Johnson, poucas horas após tomar o poder (BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2012).

2.4. O Estatuto da Terra e a Modernização Conservadora no Período Militar brasileiro

O Golpe Militar de 1964, que instaurou o Regime Militar no Brasil (1964-1984), a princípio, teve como principal atribuição frear os movimentos, as revoltas e a abertura às organizações sociais iniciadas em 1961. Teve como principais características a ausência de democracia, a eliminação de direitos constitucionais, a censura, a perseguição política às Ligas Camponesas e ao processo de Reforma Agrária iniciado por Goulart. Além disso, eram elevados os registros de mortes e desaparecimentos das lideranças camponesas (OLIVEIRA, 2001).

Essa, foi uma fase importante da história do país para entendermos o problema agrário brasileiro, pois o Golpe de 1964 foi marcado por um “pacto das elites contra a reforma agrária e opção pela modernização tecnológica da grande propriedade”, pacto esse que resultou em assassinatos no campo, manifestações, ocupações de terra e surgimento de novos movimentos contra o latifúndio (MIRALHA, 2006, p.156).

Com o Golpe de 1964, uma espécie de outro “façamos a revolução antes que o povo faça”, frase dita por Antônio Carlos – político mineiro na Revolução de 1930 –, a Questão Agrária como debate político que questionava a estrutura fundiária e suas consequências foi retirada da discussão central em torno da terra (ANDRADE, 2003, p. 162). Impõe-se o pensamento conservador e dos norte-americanos de caráter econômico-capitalista sobre os problemas que afetavam, e ainda afetam, o campo brasileiro, e os problemas sociais oriundos de uma estrutura agrária concentrada foram pensados na esfera da oferta e demanda de produtos agrícolas, preços, emprego, comércio exterior, ou seja, uma questão agrícola, essencialmente na esfera político-econômica. Para o pensamento conservador da época, também sobre influência norte-americana, a agricultura no desenvolvimento econômico do país tinha, pelo menos, cinco funções básicas: “uma visão desenvolvimentista-funcionalista”, “liberar mão de obra para a indústria; gerar oferta adequada de alimentos; suprir matérias-primas para indústrias; elevar as exportações agrícolas; transferir renda real para o setor urbano” (DELGADO, 2005, p.56).

O atraso econômico brasileiro, o agravamento dos problemas sociais no campo e nas cidades, as reivindicações pela Reforma Agrária estimularam intensas discussões entre representantes do Estado, intelectuais, partidos políticos e a sociedade. Uma das formas escolhidas de resolução desses problemas foi pelo aprimoramento do desenvolvimento capitalista na agricultura, o que se constituiu na modernização da agricultura, também compreendida por estudiosos como uma modernização conservadora, que teve seu auge no

final dos anos 1970. Conservadora por não resolver de fato os problemas sociais no campo, não promover a Reforma Agrária e priorizar as iniciativas agrícolas não democráticas de modernização da agricultura. Essa modernização aconteceu por meio do desenvolvimento do capital financeiro na agricultura, iniciativa promovida, principalmente, pelo Estado e diretamente relacionada com o que se queria para o Brasil, uma economia baseada na exportação de produtos agrícolas – agroexportadora. Uma demanda clara do capitalismo mundial empreendida pela aliança entre as burguesias compostas pelas empresas privadas transnacionais oligopolizadas que controlam a produção e o mercado das principais mercadorias no mundo, e que viram no trabalho, na indústria, na agricultura e no comércio a oportunidade de acumulação hegemônica do capital financeiro. Assim, outros fatores, empreendimentos, ações e a modernização da agricultura brasileira foram possíveis devido (DELGADO, 1985):

- Ao envolvimento e regulação profunda do Estado;
- A política de financiamento por intermédio de sistema de crédito – articulação entre o Estado e os bancos, políticas de comércio exterior e de regulação de preços;
- A articulação entre indústria e agricultura por meio de pesquisas, extensão rural e produção de insumos agroquímicos, eventos que possibilitaram, então, a industrialização dos produtos agrícolas;
- A integração de capitais no complexo agroindustrial – CAIs para a promoção do chamado progresso técnico;
- A diversificação, mobilidade e monopólios de capitais;
- A diversificação dos grupos econômicos tais como S.A., *Holdings* e Cooperativas;
- A estruturação de políticas fundiárias que favoreceram grandes aplicações de capitais no comércio de terras e consequentemente a concentração fundiária.

A compreensão da época pautou-se pelo atraso econômico do país, tendo como enfoque a agricultura e a indústria – a primeira, com pouca tecnologia empregada, não correspondia à demanda do comércio ou da fronteira agrícola em expansão e, nesse contexto, uma superinflação dos produtos agrícolas (DELGADO, 2005, p.57). Para a resolução dos problemas da época, o Estado, na figura dos militares, lançou o Estatuto da Terra, uma maneira de frear os movimentos camponeses que se multiplicavam ante as contradições. Foi “como uma proposta que pudesse adequar os interesses da burguesia industrial frente às necessidades de desenvolvimento do capitalista no campo”. O estatuto define o que é propriedade da terra, bem como suas modalidades no Brasil, prevê a desapropriação por interesse social e a compra de terras pela União para a realização da Reforma Agrária. Contudo a parte que vigorou de fato permitiu “que a elite agrário-industrial acelerasse o

desenvolvimento do capitalismo no campo. A interpretação feita sobre o Estatuto da Terra possibilitou que a questão chave da Questão Agrária fosse a modernização do latifúndio” (ORTEGA; NUNES, 2004, p.392).

Para a época, o Estatuto do Trabalhador Rural (1963), mais o Estatuto da Terra (1964) constituíram-se como um avanço capaz de promover a Reforma Agrária, principal reivindicação social na época, entretanto sua regulamentação foi aprovada somente na Nova República (1985), com a elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária.

A aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural beneficiou a classe por lhes conceder o direito a férias anuais, repouso semanal remunerado, à indenização por rescisão de contrato de trabalho sem justa causa, ao aviso prévio, à organização sindical etc., mas provocou uma reação dos proprietários que procuraram mecanizar a sua atividade agrícola para depender menos da utilização da mão de obra e adotar o sistema de evitar manter os moradores em suas propriedades, recrutando trabalhadores das cidades e vilas próximas, por intermédio de empreiteiros, nas ocasiões de maior necessidade (ANDRADE, 2003, p.193).

O Estatuto da Terra tem como atribuição “regular os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola” (LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964). Destacam-se os incisos do Art. 1º e o Art. 16º que prescreveu:

§ 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

§ 2º Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país.

Art. 16º A Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio (LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964).

A Lei caracterizou-se como o primeiro documento oficial a tratar sobre a Reforma Agrária no país, criara o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA, 1964) e Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural (INDA, 1964), mais tarde, substituídos pelo INCRA (1970), que absorveu as atribuições de ambas as instituições para fins Reforma Agrária, ou seja, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras da União.

Apesar das considerações de cunho político social de que trata a Lei sobre a Reforma Agrária, tais pautas não saíram do papel, sobretudo ao considerarmos a atenção primordial dada pelo Estado às políticas agrícolas de modernização da agricultura em termos de incentivo e fomento de crédito rural.

O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965, foi um dos primeiros meios de difusão do que previa a política agrícola brasileira, “procurando fazer crescer a produção e a produtividade do setor agrícola, puxadas pela demanda urbana e pela demanda externa em processo de acelerado crescimento” (DELGADO, 2005, p.58).

A antinomia “reforma agrária” versus “modernização técnica” proposta pelos conservadores, em 1964, é reposta na atualidade, sob novo arranjo político [...] constitui uma estratégia de relançamento dos grandes empreendimentos agroindustriais apoiados na grande propriedade fundiária, voltados à geração de saldos comerciais externos expressivos [...]. Ela implica relançamento de uma política agrícola de máxima prioridade ao agronegócio, sem mudança na estrutura agrária. Isto reforça as estratégias privadas de maximização da renda fundiária e especulação no mercado de terras. Este arranjo da economia política é altamente adverso ao movimento da reforma agrária e às políticas alternativas de desenvolvimento pela via campesina (DELGADO, 2005, p.51).

O SNCR configurou-se como uma política monetária brasileira, em 1965, institucionalizada pela Lei Nº 4.829, um dos primeiros meios de difusão do que previa a política agrícola na época. Ou seja, a política pautou-se, principalmente, pelo crescimento da produtividade do setor agrícola por meio da modernização técnica – uma antinomia à Reforma Agrária, demanda discutida por diversas frentes políticas desde a Abolição da Escravatura (1888), e, depois, econômicas, nos anos 1950 e 1960.

Entre os principais aspectos do SNCR, segundo a própria Lei que o institui, estão: estímulo ao incremento ordenado dos investimentos rurais para armazenamento beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários; favorecimento do custeio oportunista e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários; fortalecimento econômico dos produtores rurais; incentivo à introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade; sistematização da ação dos órgãos financiadores; e elaboração dos planos globais de aplicação do crédito rural e dos aspectos relacionados com a garantia dos empréstimos rurais. Esses aspectos desenvolveram-se em três principais frentes: investimentos, custeio e comercialização. Podem ser consideradas, ainda, as características associadas com a reforma bancária e financeira, com a Lei Nº 4.595/1964, a capacidade de financiamento do Estado, o controle inicial relativo da inflação, as expansões passivas e ativas da economia concernente à agricultura, esta última, executada pelo Banco do Brasil a partir de 1974 e, por fim, o endividamento público e a elevação da inflação.

O SNCR expressou, na verdade, uma aliança político-econômica de classe no Regime Militar (entre grupos burgueses), ou seja, uma aliança entre a indústria e os bancos, de maneira a favorecer aqueles e os latifundiários, visto que os pequenos proprietários de terra, até então, não tinham, e ainda não têm, condições ou garantias justas que lhes permitam

ter acesso ao crédito. Fato que acontece não apenas no campo, mas, de maneira geral, na sociedade brasileira – uma maneira perversa de repassar o dinheiro público direta e indiretamente para grandes e médios proprietários de terra e, ao mesmo tempo, gerar lucros para os banqueiros e aquecer a agroindústria. Perversa, porque se configura como uma política social não cumprida de fato, expressa nela mesma ao dizer: “será distribuído e aplicado [...] tendo em vista o bem-estar do povo”, “notadamente pequenos e médios”, isso, para a “melhoria do padrão de vida das populações rurais”. Não fica expresso, assim como em muitas políticas e leis brasileiras, quem realmente teria condições de acesso e será beneficiado. Além de não ser uma política que, democraticamente, melhore a vida das populações rurais, o SNCR representou, historicamente, uma fronteira em movimento, ou ainda, uma muralha que adentrou o campo, difícil de ser vencida pelos que mais precisam, os pequenos agricultores. O resultado dessa política se caracterizou pelas disparidades econômicas regionais, aumento do número de assalariados temporários no campo, integração e centralização de capitais, bem como a ampliação dos latifúndios. A produção moderna da agricultura como orientação do Estado, concentrou-se, basicamente, nas regiões Sul, Sudeste e parte do Centro-Oeste do Brasil (DELGADO, 2005, p.58).

A diversidade regional é a primeira e principal característica da modernização da agricultura brasileira [...]. A explicação é simples: a base a partir da qual se dá essa modernização é ainda muito restrita fora das regiões que compõe o “núcleo dinâmico da economia” da agricultura brasileira, quais sejam os Estados do Centro-Sul do País (GRAZIANO DA SILVA, 1987, p.22).

É possível apontar, ainda, outros resultados perversos da modernização da agricultura: a concentração fundiária reforçada na década de 70, o êxodo rural em consequência da intensa modernização no campo a partir dos anos 1960, a superexploração dos empregados ocupados na agricultura, que tinham sua jornada de trabalho superior a 49 horas semanais, e a concentração da renda devida “à política de arrocho salarial nos setores urbanos, mantendo-se relativamente estáveis as rendas do setor rural” (GRAZIANO DA SILVA, 1987, p.36-43).

Assim, a modernização conservadora, resposta à política agrícola dos anos de 1950, além de ter sido efetivada como uma “derrota” para o movimento pela Reforma Agrária, assumiu o caráter de modernização técnica da agricultura e integração com indústria e o comércio com subsídios do sistema de crédito. Distinguiu-se por programar e implementar mudanças técnicas à produção da agricultura por meio de insumos industriais (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, sementes melhoradas e combustíveis líquidos etc.), e de máquinas industriais (tratores, colhedeiras, implementos, equipamentos de irrigação etc.),

além desses, a integração entre produção primária de alimentos, matérias-primas e ramos da indústria (oleaginosos, moinhos, indústrias de cana e álcool, papel e papelão, fumo, têxtil, bebidas etc.).

Nesse contexto, a Reforma Agrária não foi prioridade no período e sim a intensa mecanização da agricultura por meio de investimentos, políticas e projetos de colonização que favoreciam os latifundiários. Diversos programas foram criados a datar de então, dentre eles, o Programa de Integração Nacional (PIN, 1970), Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA, 1971), Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE, 1972), Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA, 1974), Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE, 1974) e programas oficiais para o Cerrado e Minas Gerais²⁰.

Com isso, implantaram-se, no Brasil, os agronegócios, caracterizados pela intensa apropriação capitalista da terra, sob o domínio político neoliberal, em meio às contradições do crescimento econômico, marcado pela não modificação da estrutura fundiária, e um longo período de estagnação econômica interna que se inicia, nos anos de 1980, em decorrência da alta do petróleo e das taxas de juros internacionais de capitais externos que, até então, financiavam o crescimento antidemocrático do país. Apesar disso, o governo não interrompeu os projetos de expansão econômica e manteve os programas oficiais, assim como os incentivos aos projetos privados do setor primário, à gestão da crise com a participação do setor agrícola e incentivos relacionados com a concentração e as especulações fundiárias, que propiciaram, de maneira exacerbada, a renda fundiária aos grandes proprietários.

No final da década de 1970, a não realização da Reforma Agrária e a ampliação do capitalismo no campo proporcionaram a expansão das lutas em torno da Questão Agrária no Brasil. Os movimentos constituídos por assalariados ou contratados (boias-friás) reivindicavam melhores salários e condições de trabalho no campo, os posseiros lutavam contra a grilagem de terra por parte de latifundiários e empresas capitalistas, os movimentos de luta pela terra promoviam ocupações, acampamentos e marchas pela conquista da terra (FERNANDES, 1999, p.36).

A militarização proporcionou diferentes e combinadas formas de violência contra os trabalhadores. A violência do peão que é o jagunço da força privada, muitas vezes, com o amparo da força pública. A violência da polícia, escorada na justiça

²⁰ Entre os principais, o Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados (PCI), Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP), Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER).

desmoralizada, que decretou ações contra os trabalhadores, utilizando recursos dos grileiros e grandes empresários, defendendo claramente e tão somente os interesses dos latifundiários. Aumentaram os números da violência e colidiram com a relutância camponesa, que não se entregou e a cada dia realizava novas lutas. No ano derradeiro do governo militar, 1985, os jagunços dos latifundiários e a polícia assassinavam um trabalhador rural a cada dois dias (FERNANDES, 1999, 35).

Verificaram-se, nesse processo de luta, mesmo com fortes aposições populares, criminalização e mortes de integrantes dos movimentos socioterritoriais. Por outro lado, houve maior interação dos movimentos camponeses com a Igreja Católica, além da CPT, em 1975, foi instituído o MST em 1979, que realizou seu primeiro Encontro Nacional em 1984. Foram criados ainda o Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980, e os Sindicatos Rurais, esses foram os movimentos que organizaram uma grande frente de luta pela terra no final da década de 1970 (FERNANDES, 1999, p.36).

O Brasil, no início dos anos 1980, depois de quase vinte anos de modernização e crescimento econômico dos latifundiários, com a estrutura fundiária cada vez mais concentrada, de maneira contraditória, não resolveu o problema da fome e teve grande parte da sua economia influenciada por capitais internacionais (capital financeiro mundial). A economia brasileira, que girava em torno de elevadas taxas inflacionárias, se depara, a partir de 1980, com um período de estagnação na economia interna, “em grande medida, imposta pelas condições do ajustamento à crise do endividamento externo” (DELGADO, 2005, p. 62).

No governo de João Batista de Oliveira Figueiredo, o último militar a assumir a Presidência da República (1979-1985), o país vivia uma das maiores crises econômicas de sua história. A abertura política, o início do processo de redemocratização e o fim do Regime Militar marcaram a última eleição indireta no país, elegendo Tancredo Neves, então, governador de Minas Gerais, como presidente do Brasil, um governo de transição à Nova República²¹.

2.5. A Reforma Agrária de Sarney a Dilma: esperanças, decepções, mitos e realidades

Após o período militar no Brasil, as lutas pela Reforma Agrária no país, progressivamente se intensificaram. As ações dos movimentos, das organizações e dos partidos, as políticas públicas e ações governamentais tiveram características semelhantes e diversas nos períodos de governos. Entre 1985 e 1989, no mandato de José Sarney, com as frentes de luta pela terra intensas; no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, a promessa de realização da Reforma Agrária, bem como de políticas agrícolas que alcançassem os

²¹ Tancredo Neves não chegou a tomar posse porque faleceu.

pequenos produtores, tendo como bases o Estatuto da Terra, faziam parte dos discursos de autoridades políticas e do governo. Sarney dava sinais de que queria atender à demanda social de que carecia o campo, por meio a eliminação progressiva do latifúndio e do minifúndio – a política desempenhada na época em afinidade com a Questão Agrária pautava-se pelo princípio de justiça social, aumento da produtividade e desapropriações por interesse social (COCA, 2011).

Estabelecia-se que seriam criadas áreas prioritárias para a aplicação da reforma, considerando o número de latifúndios, de conflitos agrários, de posseiros e outros. Algumas das entidades que a apoiavam eram a Contag, o MST, a CNBB, a Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), o Instituto Brasileiro de Pesquisas Sócio-Econômicas (Ibase), o Partido dos Trabalhadores (PT), a base de esquerda do PMDB e outros. Alguns setores ligados ao latifúndio apresentaram forte oposição à proposta. Dentre esses, estavam: a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, a Família e Propriedade (FTP), a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Estes se manifestavam cobrando maior participação das organizações representativas dos latifundiários na elaboração do plano e tentando convencer os militares de que o Incra estava tomado por ideais comunistas, representando um perigo à Nação (COCA, 2011, p. 63;64).

Naquele período, foi criado o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), que recebeu atribuições do INCRA, foi elaborado e aprovado o Plano Nacional de Reforma Agrária I (PNRA I, 1985-1989), que previa assentar 1.400.000 de famílias, sob o comando de José Gomes da Silva, entre 1987 e 1989. Em 1988, entrou em vigor a Constituição Federal, que estabelecia, dentre outros princípios, a Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária (Artigos 184 a 191). A Constituição prevê, no Artigo 184, a competência da União em desapropriar terras que não cumprem funções sociais para fins de Reforma Agrária, porém prevê, ainda, a “justa” indenização em títulos da dívida agrária, conforme estabelecidas nos governos anteriores, um dos entraves à realização da Reforma Agrária de fato no país.

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988).

Contradicoratoriamente, a mesma Lei, no quesito que trata da “Ordem Econômica e Financeira”, Artigo 170, que rege os princípios gerais da atividade econômica, prevê um dos direitos mais cumpridos e defendidos no país, o da propriedade privada e o meio ambiente como dotado de valor econômico, o que atende aos interesses, sobretudo, econômicos. Uma

vitória aos opositores da Reforma Agrária, que criaram, em 1986, a União Democrática Ruralista (UDR), para defender os interesses dos latifundiários e do capitalismo no campo. O direito à propriedade privada foi a principal reivindicação da organização, concedida na Constituição brasileira.

Sarney, pressionado pela elite latifundiária, promoveu diversas modificações no Plano de Reforma Agrária, colocando-a de maneira que atendesse aos interesses dos grandes proprietários:

[...] uma das que mais a descaracterizou foi a substituição do atributo que permitiria a desapropriação por interesse social, como principal meio de obtenção de terras; com indenização por meio dos TDA's Títulos da Dívida Agrária, sendo introduzida a possibilidade da “negociação” com os proprietários. Outra modificação que descaracterizou a Proposta foi a ausência no Decreto assinado pelo presidente da república de áreas prioritárias para a implantação da reforma agrária. Estabeleceu-se que caberia aos Planos Regionais de Reforma Agrária (PRRA's) a incumbência de definir as áreas prioritárias para a implantação dos assentamentos rurais (COCA, 2011, p.64).

No plano regional, influenciado pelos grupos conservadores, o plano democrático de discussão sobre a Reforma Agrária não vigorou, mas, sim, os conflitos por terra. A Reforma Agrária, uma das principais urgências na redemocratização do país, foi reivindicada em 157 ocupações de terras, envolvendo 30.841 pessoas no período. De 1,4 milhões de famílias previstas para serem assentadas no PNRA I, apenas 69.349 foram beneficiadas. “No entanto, apesar da derrota política sofrida com as modificações da proposta original, o plano elaborado pelo governo acabou colocando a Reforma Agrária novamente na pauta de discussões políticas do país” (ROCHA, 2013, p. 455).

Nesse contexto, o governo de Fernando Collor de Melo, entre 1990 e 1991, foi marcado por um processo de aceleração da economia com bases neoliberais, isso, para correção dos elevados índices de inflação que o país vivia. Nesse aspecto, o governo se caracterizou por um desmanche do aparato público em diversos setores administrativos, como, por exemplo, a redução, em 1990, de 40% da força de trabalho do INCRA. O Programa da Terra, lançado por Collor, tinha em uma das pontas “a inclusão do Exército na tomada de decisões e aplicação de medidas no tema, bem como a criação das bolsas de arrendamento e a aquisição de terra mediante compra para fins de reforma agrária”. Medidas essas que não foram postas em prática até o final de seu mandato, encerrado em 1992, por ser acusado de corrupção (LEITE, 2008, s/n).

Apesar da tentativa, no governo Collor (1990-1992), para voltar à tona os projetos de colonização, desta vez realizados por particulares, esta não vigorou como proposta oficial. Tanto no plano político como no plano militar, verifica-se que a

correlação das forças na sociedade não é estática e os confrontos vão-se definindo na própria implantação da política agrária, delineando o perfil e o alcance das soluções para estas questões. A atuação do Estado passa, cada vez mais, a ser determinada pela pressão dos conflitos e dos movimentos sociais organizados. Ao mesmo tempo, a pressão para agilizar o processo fortalece, sempre mais, a organização dos movimentos de luta pela terra (GERMANI, 2001, p. 3-4).

Confirmando a tentativa de retomada do governo Collor em promover os projetos de colonização, ou seja, uma forma de despolitizar a Questão Agrária,

O Governo acena com a liberação de um volume de recursos da ordem de Cr\$ 446,530 bilhões. Desse montante, 64% destinaria-se a custeio, 17% a investimento, e 14%, à comercialização. Estima que, desse total, Cr\$ 348,6 bilhões (78%) seriam aplicados na safra 1990/91 (HOFFMANN, 1990, p.142).

A despolitização da Questão Agrária, por parte do governo Collor, transformou-se em criminalização da luta pela terra, ou seja, uma política de combate aos movimentos socioterritoriais. Após a saída de Collor, o governo de Itamar Franco (1992-1994) caracterizou-se por ouvir as demandas dos movimentos sociais de luta pela terra. Itamar não apresentou um programa específico para a Reforma Agrária, contudo buscou avançar, recompondo os órgãos públicos do setor, além disso, sancionou, no dia 25 de fevereiro de 1993, a Lei da Reforma Agrária nº 8.629, que estabeleceu os procedimentos que deveriam ser adotados nos casos de desapropriações, no entanto vários fatores políticos, estratégicos regionais e debates sobre indenizações aos possíveis desapropriados impediram que a nova Lei fosse de fato colocada em prática (COCA, 2011). Mesmo assim, a Reforma Agrária, além de ser apreciada com mais força pelo INCRA, foi também considerada pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) no tocante à questão da fome e da segurança alimentar (LEITE, 2008). Durante ambos os períodos, de Collor e Itamar, 80.900 famílias realizaram 504 ocupações de terras, pouco mais da metade daquelas famílias foram assentadas, ou seja, 46.621 famílias em 363 áreas de assentamentos.

Outro período alvo de grandes reflexões é o que compreende o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) 1995-2002, abrangendo dois mandatos. Entre o mito e a realidade da “maior reforma agrária” realizada no Brasil, o governo de FHC identificou-se por dar continuidade à política neoliberal iniciada no governo Collor, um movimento de “ajuste ultraliberal”, que teve como consequências estratégicas a desvalorização da renda da terra, a abertura econômica a capitais estrangeiros, privatizações de empresas estatais, desregulamentação do mercado de trabalho e perda de direitos sociais trabalhistas, dentre outros (DELGADO, 2005). Favorecendo a abertura econômica a capitais estrangeiros, a

estratégia de desvalorizar a renda da terra, ainda no primeiro mandato de FHC, significou facilitar e, ao mesmo tempo, dificultar a política de Reforma Agrária.

Concomitante a essa abertura comercial e a não sustentação dos preços da terra por parte do poder público – afastamento do Estado em torno da questão do campo –, os mais prejudicados foram os pequenos agricultores, houve, então, a retomada maciça da luta pela terra no país, o que obrigou o governo FHC a dar respostas.

Inicialmente, as preocupações daquele governo giravam em torno da política de estabilização e combate à inflação, paralelamente a isso, a luta dos movimentos sem-terra em todo o país era fortemente reprimida com violências e ações militares, o que levou o governo a fundar, em 1996, o Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária (MEPF), depois, transformado em Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Passou a ter então dois ministérios envolvendo os assuntos do campo, o MDA e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), como “tradicional espaço de controle dos grandes empresários rurais, e subordinando-o mais diretamente à Presidência da República”, tais mudanças refletiram a iniciativa governamental em torno da Questão Agrária no período (LEITE, 2008). Com isso, pode-se salientar ainda que,

Além dos massacres de Corumbiara, em 1995, e Eldorado dos Carajás, em 1996, com forte repercussão internacional, o governo enfrentou manifestações de grosso calibre implementadas pelo MST, como a marcha para Brasília e os protestos contra a seca no Nordeste; e pela Contag, na ocupação de prédios públicos e na realização do “Grito da Terra”, ao mesmo tempo em que se defrontava com as manifestações dos proprietários de terras (o “caminhonaço” até Brasília, em 1995) e as negociações frequentes com a chamada Bancada Ruralista no Congresso Nacional, em troca de apoio às propostas governamentais (LEITE, 2008, s/n).

No segundo mandato de FHC, o setor primário exportador, baseado, sobretudo, nos agronegócios, fora novamente escalado para gerar saldos comerciais, para isso, a política do governo incluiu créditos, preços de garantia, pesquisa e investimentos em infraestrutura, tais como serviços agropecuários, portos e malhas viárias. Mais especificamente:

- (i) um programa prioritário de investimento em infraestrutura territorial com “eixos de desenvolvimento”, visando à criação de economias externas que incorporassem novos territórios, meios de transporte e corredores comerciais ao agronegócio;
- (ii) um explícito direcionamento do sistema público de pesquisa agropecuária, manifesto pela reorganização da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a operar em perfeita sincronia com empresas multinacionais do agronegócio;
- (iii) uma regulação frouxa do mercado de terras de sorte a deixar fora do controle público as “terras devolutas”, mas aquelas que declaradamente não cumprem a função social, além de boa parte das autodeclaradas produtivas; e
- (iv) a mudança na política cambial, que ao eliminar a sobrevalorização tornaria o agronegócio (associação do grande capital com a grande propriedade fundiária, sob mediação estatal) competitivo junto ao comércio internacional e funcional para a estratégia do “ajustamento constrangido” (DELGADO, 2005, p.67).

No conjunto da economia nacional, a qual considera também a variação da renda da terra, o fluxo é baseado no produto agrícola, puxado pelo saldo das exportações, o refluxo compreende os elevados juros da dívida pública. Na perspectiva do pequeno agricultor, o conjunto econômico adotado representou um distanciamento socioeconômico entre sua necessidade e capacidade e o agronegócio (DELGADO, 2005, p. 67).

Na verdade, a política econômica do governo FHC significou uma “expansão constrangida”, que, sob o comando do agronegócio ligado à economia global, caracterizou-se, ainda segundo o autor, por três restrições “i) a restrição da demanda interna de bens e serviços; ii) a limitação das oportunidades de emprego; e iii) a manutenção de amplas áreas de terra improdutivas” (DELGADO, 2005, p. 69). A primeira diz respeito aos limites da demanda interna das importações, a segunda estava associada à produção de *commodities* e ao padrão tecnológico alcançado na agricultura, a terceira, à associação entre a acumulação produtiva e fundiária. Uma das estratégias dos latifundiários foi a de elevar os preços da terra, que, produtivas e improdutivas, não cumpriram sua função social em razão do afrouxamento das políticas fundiárias.

Sobre as iniciativas do governo FHC em relação ao problema agrário, houve uma transformação quanto à intervenção governamental, ou seja, optou-se, em grande parte, por uma política pública que se convencionou em Reforma Agrária de Mercado (RAM) ou Programa Cédula da Terra (PCT), desde 1996, com créditos repassados ao Fundo de Terras e da Reforma Agrária (Banco da Terra) pelo Banco Mundial (BIRD²²) (LEITE, 2008). Esta política é colocada em prática hoje pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), entretanto, desde aquela década, anteriormente ao PNCF, foi posta em prática em diversos Estados, principalmente em Minas Gerais em 1997, como Programas Cédula da Terra e Banco da Terra.

O Banco da Terra, uma política do BIRD, representou o entendimento de que a Questão Agrária poderia ser resolvida pelo mercado (compra e venda de terras), pois era uma questão econômica. Nesse contexto, os elevados números que compõem o período de FHC em relação às áreas de assentamentos e de famílias beneficiadas, mais especificamente, 411.415 famílias em 4.281 assentamentos – os maiores índices registrados no país –, contabilizaram áreas de regularização fundiária (concessão de títulos definitivos), sobretudo de posseiros no Norte e no Centro-Oeste do país (FERNANDES, 2013; ALENTEJANO, 2004). Assim, entre os fatores que levaram FHC a criar tantas áreas de assentamentos, os

²² Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), em inglês, *International Bank for Reconstruction and Development (BIRD)*.

quais chamou de Reforma Agrária, está a pressão dos movimentos socioterritoriais. O período de seu governo foi composto pelos maiores índices de ocupações de terras e de famílias em ocupações no Brasil, foram 3.845 ocupações com a participação de 567.924 famílias. Na época, as principais ações de FHC em torno da Questão Agrária visavam, na verdade, a

[...] proibição da realização de vistorias em áreas ocupadas, inviabilizando sua desapropriação; suspensão de negociações em casos de ocupações de órgãos públicos; penalização dos funcionários do INCRA que negociassem com os ocupantes; impossibilidade de acesso a recursos públicos, em qualquer das esferas de governo, por entidades que, de alguma forma, fossem consideradas suspeitas de serem participantes, coparticipantes ou incentivadoras de ocupação de imóveis rurais ou bens públicos (MEDEIROS; LEITE, 2004, p. 3).

O “Novo Mundo Rural”, política de FHC e dos 90 milhões de empréstimo do BIRD, em concordância com o *Paradigma do Capitalismo Agrário*, viu e quis transformar as famílias assentadas em “investidores, empreendedores rurais”, por meio do “universo contratual”, pois, após um pequeno período, as atividades produtivas nos assentamentos passariam a ter “o mercado como regulador maior das atividades desse contingente recém-chegado à terra” (MEDEIROS; LEITE, 2004, p. 4).

Nos governos neoliberais, principalmente na segunda gestão de Fernando Henrique Cardoso, o campesinato foi desqualificado como um sujeito atrasado, que não consegue se desenvolver e cuja única alternativa é se transformar num agricultor familiar “integrado” ao capital, considerado como moderno. O campesinato é, por natureza, constituído por agricultores familiares, mas a intensa diferenciação econômica entre os pequenos agricultores foi usada como causa do problema, criando-se a ideia de que existe um campesinato atrasado e um agricultor familiar moderno. Esse preconceito foi gerado pelo paradigma do capitalismo agrário ao transferir o motivo da diferenciação, que está nas relações de subordinação, para os próprios sujeitos que sofrem com a diferenciação (FERNANDES, 2013, p. 192).

Entre as características centrais da política relacionada à Questão Agrária de FHC, além do caráter “antipopular e neoliberal”, estão: o aumento da dependência externa e da vulnerabilidade brasileira; privatizações realizadas com prejuízos aos cofres públicos; prioridade dada ao sistema financeiro; aumento das desigualdades sociais como consequência do aumento dos lucros das empresas e da diminuição da renda dos trabalhadores; e aumento significativo do desemprego provocado pela abertura da economia, que atingiu um em cada cinco trabalhadores. Além disso, a “precária política de assentamentos rurais”, de FHC, não garantia, inicialmente, às famílias assentadas condições efetivas de produção, comercialização e melhorias das condições de vida, uma vez que não contemplaram obras de infraestrutura e de produtividade social. Ao contrário, nessas condições, prevalecia e se multiplicava a

concentração fundiária e o modelo de produção dos agronegócios, sobretudo com recursos públicos de financiamento da agricultura (ALENTEJANO, 2004, p.4-5).

Essa base neoliberal e antipopular delineou o mito da “Reforma Agrária” no período, mais como propaganda e esforços de novos mercados para o capital que a desapropriação de latifúndios improdutivos por interesse sociais – principais reivindicações dos movimentos socioterritoriais. Significou, ainda, a expulsão dos pequenos produtores do campo, vista a lógica da política adotada que se fundamentou em um rearranjo do capitalismo nacional com o capitalismo mundial. Além da política que tentou desqualificar a luta pela terra, dentre outros elementos, a política de assentamentos do governo FHC, bem como a “Reforma Agrária” teceram objetivos de enfrentamento, criminalização e judiciarização das lutas pela terra no Brasil (ALENTEJANO, 2004, p.4-5).

Tudo isto nos faz afirmar que não há reforma agrária em andamento no Brasil, mas uma política de assentamentos rurais, resultado da pressão dos movimentos sociais, mas que cada vez mais se transforma em instrumento do governo contra os mesmos movimentos sociais que a impulsionaram com sua luta (ALENTEJANO, 2004, p.6).

Em meio a tantas pressões por parte dos movimentos, organizações sindicais rurais e instituições para dar novos rumos ao campo em termos de desenvolvimento econômico e social, e ainda, para tentar corrigir as desigualdades de acesso ao crédito inicial do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), executado pelo Banco do Brasil em relação à política agrícola, foi instituído, pelo Banco Central, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, por meio da Resolução Nº 2191. O programa foi constituído por três frentes de atuação – capacitação, infraestrutura e serviço – e crédito, além disso, ele foi destacado pela concessão de crédito rural por meio de linhas de créditos específicas, financiamentos de projetos individuais e coletivos, de modo a gerar renda aos agricultores familiares e assentados da “Reforma Agrária”. As operações para a concessão do crédito do PRONAF obedeceram, e ainda obedecem, a cartilhas e burocracias específicas de recomendações, de modo a integrar tanto assentados da Reforma Agrária como pequenos agricultores aos agronegócios. Operacionalizado por instituições financeiras que compõem o SNCR, tais como Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia, o programa de crédito teve como beneficiados os proprietários de imóveis com até quatro módulos ou seis módulos fiscais para o caso de atividade pecuária.

Estudos apontam que o PRONAF Infraestrutura e Serviços estabeleceu-se como “importante formador de serviços de uma cultura de concertação social para uma política de

desenvolvimento territorial". Distinguiu-se, ainda, por ter sido uma iniciativa política e econômica de implantação, ampliação e modernização de infraestrutura para a agricultura familiar, prioritariamente, em municípios com menor concentração fundiária, maior população rural e menor valor de produção agrícola por pessoa, particularidades municipais consideradas em relação ao Estado a que pertence. Características, também, que, em 1999, abrangeram, de maneira especial, os municípios do Nordeste do país, historicamente prejudicados com a política inicial do SNCR, que beneficiou agricultores da região Centro-Sul mais economicamente integrados (ORTEGA, 2008, p. 130-131).

Contudo, mesmo considerando a intenção geral do PRONAF em dinamizar a economia e beneficiá-la em longo prazo, proporcionando mais renda ao pequeno produtor, o desenvolvimento social dos municípios contemplados não depende apenas de políticas de crédito. Outras condicionantes estão integradas à possibilidade de ascensão socioeconômica dos pequenos produtores e municípios, ou seja, meios de transporte, comunicação, acesso aos mercados, infraestrutura social básica, atendimentos médico e hospitalar, educação de nível médio e superior, indústrias e sociedade civil organizada, ou seja, as condicionantes associadas a uma dinâmica socioespacial (ORTEGA, 2008, p. 130-131). Além do PRONAF, outros dois programas foram lançados no governo FHC: o Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (PROGER RURAL) e a Previdência Rural.

Em suma, a política de FHC caracterizou-se pelo aumento da dependência externa, evidenciada por privatizações do patrimônio nacional, abertura a capitais estrangeiros especulativos e crescimento da dívida externa, privatizações realizadas à custa do Estado, ou seja, o próprio Estado, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), financiou a compra do patrimônio público pelas empresas privadas nacionais e estrangeiras, prioridade dada ao sistema financeiro, por meio do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER)²³ – programa que conferiu a transferência de dinheiro público aos bancos –, favorecendo, assim, fusões e aquisições entre instituições financeiras. É possível destacar, ainda, o aumento das desigualdades sociais amparadas no aumento dos lucros aos capitais privados, queda da renda dos trabalhadores, redução de funcionários, desrespeito aos direitos trabalhistas, queda dos preços agrícolas e, por último, a explosão do desemprego traduzido pela abertura da economia, políticas de juros altos e privatizações que, consequentemente, promovem a falência de médias e pequenas indústrias públicas e privadas, assim também dos agricultores,

²³ Medida Provisória nº 1.179 e a Resolução nº 2.208, ambas editadas em novembro de 1995.

desde então, sob especulação financeira do capital mundializado (ORTEGA, 2008; ALENTEJANO, 2004).

Assim, para tentar amenizar o problema estrutural que não foi modificado por FHC, foi eleito o ex-líder sindical Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e, em relação às ações voltadas para o campo brasileiro, mormente quanto às políticas de Reforma Agrária, identificamos que as iniciativas de governo não significaram avanços estruturais, principalmente ao considerarmos que Lula representava, inicialmente, as bases sindicais e contava com importante confiança dos movimentos sociais e dos grupos mais pobres do país. Ou seja, um membro do PT à frente do poder executivo, representante de um partido que, até então, tinha expressiva pauta em torno da luta pela Reforma Agrária, sobretudo como proposta de governo no debate e campanha eleitoral, Lula foi vitorioso em parte, pela confiança dos estratos mais pobres da sociedade brasileira com anseios de terem seus interesses representados.

Nesse contexto, no primeiro mandado, Lula convocou uma equipe de intelectuais, liderada por Plínio de Arruda Sampaio, que elaborou o II PNRA, identificado por expressar uma política técnica assistencial, que tinha como meta assentar 1.050.000 novas famílias, regularizar terras ocupadas por posseiros, ampliar o número de beneficiados pelo crédito fundiário, fomentar a capacidade produtiva e viabilização econômica dos assentamentos e criar novos postos de trabalho que tornasse exequível o plano. O plano distinguiu-se pela “compreensão de que as políticas de Reforma Agrária devem ser destinadas, além dos beneficiários diretos (agricultores sem ou com pouca terra) também a outros camponeses”. O que demonstrou maior entendimento da realidade brasileira, envolvendo, assim, outros sujeitos implicados no que diz respeito à Questão Agrária. No entanto, inicialmente, a política que privilegiara o Crédito Fundiário e a regularização de terras, culminou, em várias manifestações contrárias a essa postura, por parte dos movimentos socioterritoriais (COCA, 2011, p. 86). O que caracterizou a política do período foi a aliança entre as grandes indústrias e grandes proprietários de terras, marca do desenvolvimento capitalista brasileiro, que apostou no setor primário exportador concentrador de riquezas (DELGADO, 2008).

Essa aliança impede a grande reforma agrária, mesmo a residual que havia sido feita no primeiro mandato do governo Lula. Fica inviável até mesmo administrar os assentamentos existentes, porque as áreas são objetos de cobiça da invasão do agronegócio, interessado em expandir cana, soja. Como o governo não possui um projeto alternativo para trabalhar nessa perspectiva, o programa de assentamento fica refém de se transformar puramente de subsistência [...]. O processo de reprimarização da economia, a volta para o setor agroexportador, engole a agricultura familiar e transforma-a em empreendimentos residuais e inviáveis [...]. Há uma orquestração nacional em defesa do modelo primário-exportador. Contra

essa visão, tudo é colocado como atraso. Mas o atraso é justamente esse modelo, a aliança do grande capital com a grande latifundiária. (DELGADO, 2008).

Mesmo o governo Lula, ao manter o diálogo com os movimentos de luta pela Reforma Agrária e atenuar as leis que criminalizam as ocupações de terras – isso, como conquistas importantes dos movimentos socioterritoriais – não demonstrou um compromisso de fato em torno das questões do campo, ao contrário, deu continuidade à política econômica de FHC, bem como às suas reformas neoliberais, calcadas em políticas de assentamentos e regulamentações fundiárias sem alteração da estrutura fundiária concentrada. Em seu governo, das 1.050.000 famílias previstas para serem assentadas com o PNRA II, foram assentadas 362.103 em 3.543 assentamentos, com destaque para a maior área da história do país, ou seja, os assentamentos correspondem a 48.394.881 hectares. Contudo,

O governo Lula a enfrentou em parte, e, por isso mesmo, a maior fatia das terras destinadas para a reforma agrária em seu governo não tem origem na desapropriação, mas, sim, na regularização fundiária de terras da união. Essa reforma agrária parcial aconteceu predominantemente sob pressão das organizações camponesas, como o Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Confederação nacional dos trabalhadores na Agricultura (CONTAG). [...] Os governos neoliberais retiraram a questão agrária da pauta política e o governo Lula, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tratou-a com excessiva timidez, o que impediu que realizasse uma reforma agrária plena e criasse mais políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura camponesa. [...] As razões dessa parcialidade encontram-se na difícil e contraditória convivência da hegemonia do capital financeiro com políticas sociais redistributivistas estabelecidas no governo Lula (FERNANDES, 2013, p. 192-194).

Dentre outras questões associadas às opiniões de *não* e *contrarreforma agrária* ou à *reforma agrária parcial* no governo Lula, e à luta pela terra, destacam-se as consequências dos programas sociais Fome Zero, Bolsa Família e Luz Para Todos, programas “garantidores” de assistências básicas, mas que repercutiram na despolitização ou no adormecimento das lutas sociais (OLIVEIRA, 2006; FERNANDES, 2013). Lula, mesmo sendo o presidente que maior compromisso demonstrou com a Questão Agrária em relação aos governos anteriores, permaneceu com limitações na legislação em relação ao tema, teve a maior parte dos projetos de assentamentos criados na Região Norte do país, assim como gestões anteriores – ou seja, projetos de processos de reordenamento (substituição de famílias em projetos de Reforma Agrária antigos) ou de regularização fundiária, além disso, em relação número de assentamentos criados em seus dois mandatos, o governo considerou também o assentamento de famílias em terras públicas (federais, estaduais e municipais) e manteve a Reforma Agrária de mercado em continuidade ao programa de FHC e Banco Mundial (aplicado principalmente por intermédio dos governos estaduais) (LEITE, 2008, p. 7).

A reforma agrária de Lula, em seus dois mandatos, resultou em torno de 37% da meta do II PNRA para o primeiro mandato [...]. A regularização fundiária respondeu por 74% da área dos assentamentos, a desapropriação representou 11%, o restante ficou com outras modalidades de obtenção de terras como compra, reconhecimento etc. Embora o governo Lula não tenha atingido a meta, esse resultado parcial não pode ser desconsiderado. O acesso à terra para mais de 377 mil famílias, que somadas às famílias assentadas em governos anteriores chegam a 1 milhão, é muito significativo para o desenvolvimento do Brasil. Esse número representa uma parcela importante da formação da população camponesa brasileira, que contribuiu para diminuir a intensidade da queda da população rural (FERNANDES, 2013, p. 195).

Apesar de o governo Lula não ter realizado a Reforma Agrária como ela precisaria ser feita, podem ser destacados alguns avanços em relação aos governos anteriores, entre os quais, podemos citar: mais condições de infraestruturas em projetos de assentamentos já criados; reconhecimento de populações nativas e tradicionais; mais atenção à demanda das mulheres no campo (aprovação da obrigatoriedade de emissão do título do lote em nome do casal); inclusão do “conceito de desenvolvimento territorial” na Reforma Agrária; cadastramento georreferenciado do território nacional; e limitação das aquisições de terras nacionais por estrangeiros (LEITE, 2008; FERNANDES, 2013).

Assim, os movimentos socioterritoriais seguiram realizando mobilizações pela Reforma Agrária, contra as desigualdades e injustiças sociais, contra o crescimento hegemônico do agronegócio como fornecedor de matéria-prima na divisão internacional do trabalho. Contra a ofensiva do capital financeiro, representado pelas transnacionais dos agronegócios, e a expansão e apropriação capitalista da terra, da água, das sementes e dos alimentos. Lutaram contra os investimentos do capital e flexibilizações nas legislações, contra a dominação do pacote tecnológico na agricultura e a difusão desse projeto pela imprensa, contra a violência no campo e a exploração do trabalho – enfim, as mobilizações favoreciam um projeto oposto ao projeto hegemônico essencialmente capitalista e neoliberal. Essas mobilizações representaram o entendimento de que o governo Lula não tinha um projeto de Reforma Agrária (BAGGIO, 2007), pois,

O sentido de um projeto de Reforma Agrária é mexer na estrutura da propriedade da terra, desconcentrar, distribuir e democratizar a terra, criando um conjunto de instrumentos públicos e de políticas agrícolas para reformar grandes regiões e organizar a economia, desenvolvendo a parte educacional, cultural, recuperando a sociabilidade. Enfim, isto significa organizar as grandes regiões e estabelecer polos de desenvolvimento econômico, social e cultural, com agroindústrias, nesta perspectiva de ir incorporando e integrando milhões de camponeses que dependeriam da terra e de um projeto de Reforma Agrária. Nós não identificamos nem no governo Lula, nem no seu programa, embriões desta perspectiva. Pelo contrário, os marcos atuais do modelo de Reforma Agrária deste governo são assentamentos pontuais e localizados. Não podemos dizer que isto é Reforma Agrária (BAGGIO, 2007, s/n).

Na verdade, a política de Reforma Agrária do governo Lula significou uma “política paliativa, assistencialista, que não destrói o latifúndio, não democratiza, não descentraliza” (SANTOS, Marina, 2009). Nesse contexto, é com bastante cautela e olhar crítico que devemos interpretar os dados referentes aos números de assentamentos, de famílias e de área em cada governo, sobretudo os de FHC e Lula. O primeiro, com o maior número de assentamentos criados e também o maior número de famílias assentadas, não tinha um projeto de Reforma Agrária elaborado anteriormente (FERNANDES, s/d), além disso, entre os dados, estão contabilizados as áreas concedidas a títulos de regularização fundiária de governos anteriores, títulos concedidos a posseiros no Norte e no Centro-Oeste, projetos da Reforma Agrária de Mercado financiada pelo BIRD e da “Reforma Agrária Virtual dos Correios”, por fim, a “maior reforma agrária” já realizada no Brasil foi consequência das inúmeras ocupações de terras que pressionaram o governo FHC a assentar as famílias sem-terras (OLIVEIRA, 2006, p. 167). O governo Lula, como destacamos anteriormente, com a maior área de assentamentos divulgada, mais de 48 milhões de hectares, além de dar continuidade à Reforma Agrária de Mercado, teve a maior parte dos projetos de assentamentos criados na região Norte e, no país, 74% das áreas divulgadas foram de regularização fundiária e apenas 11% correspondem a áreas de desapropriação (FERNANDES, 2013). Desde 1985, entre as famílias assentadas em todo o Brasil, 40% são da região Norte, 34,3% da região Nordeste, 16,8% do Centro-Oeste, 5% da região Sudeste e 4% do Sul (Tabela 1).

Tabela 1 – Brasil: Assentamentos por Períodos de Governo, Número de Famílias e Área Desapropriada (ha) 1985-2012

Período	Nº Assentamentos	Nº Famílias	Área (ha)
José Sarney (1985-1989)	500	69.349	4.190.314
Fernando Collor de Melo e Itamar Franco (1990-1994)	363	46.621	2.778.952
Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)	4.281	411.415	21.058.861
Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010)	3.543	362.103	48.394.881
Dilma Rousseff (2011-2012)	228	11.172	2.224.138
TOTAL	8.915	900.660	78.647.146

Fonte: INCRA/DATALUTA (1985-2012) dados atualizados em 13/08/2013.

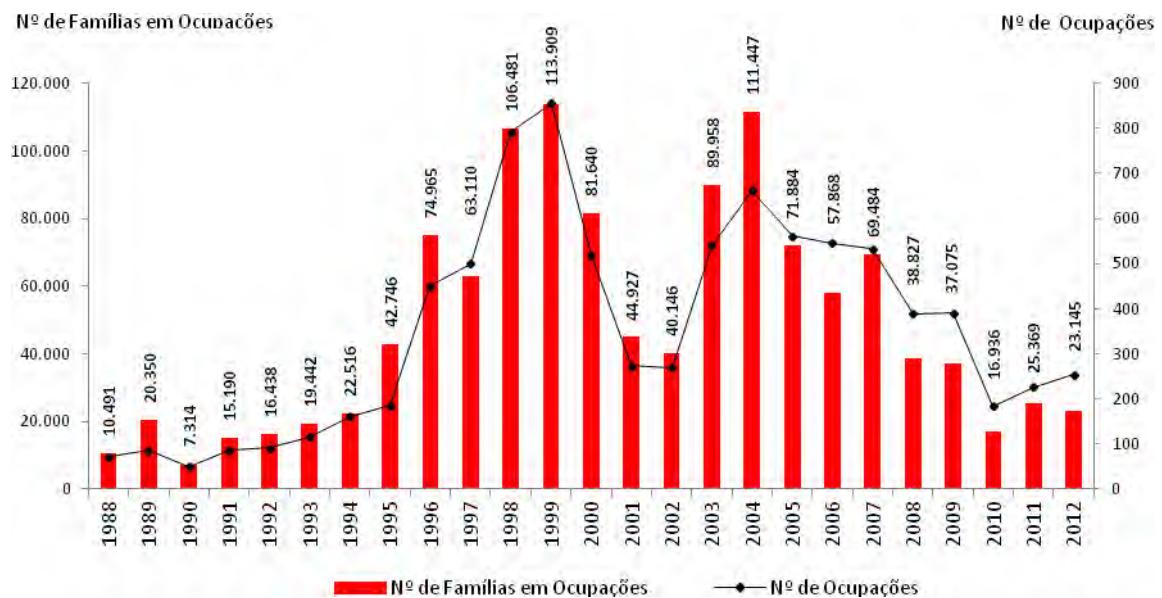
Organização: VIEIRA, W. A., 2013.

Em relação à “Reforma Agrária de Mercado”, desde 1996, no Brasil, entre os principais aspectos negativos enfrentados pelas famílias atendidas, estão as dificuldades de amortização das dívidas, que possuem taxas de juros que não correspondem à renda das famílias – o que dificulta a quitação das dívidas nos prazos estabelecidos –, e o elevado nível de descaso e abandono social e estrutural nos lotes financiados. Entretanto,

Mesmo assim, a proposta é continuar implementando a “reforma agrária de mercado” no Brasil. [...] O modelo de mercado do BIRD não pode ser classificado como um programa de reforma agrária, muito menos de uma ação estatal redistributiva. O princípio fundante é a compra e venda de terra entre agentes privados, com base na lógica de oferta e procura, acrescida de uma parcela variável de subsídio para investimentos sócio produtivos. [...] O resultado dos programas de “reforma agrária de mercado” é, além de uma disputa político-ideológica com os movimentos sociais agrários, um processo de endividamento crescente das famílias envolvidas. Acessaram à terra via financiamento buscando realizar um sonho, mas terminam com o pesadelo de uma dívida impagável (SAUER, 2010, p. 116, 121-122).

É no cenário econômico, político e social que vimos, até aqui, que 900.660 famílias participaram de 8.915 ocupações de terras em todo o Brasil desde 1985, com destaque nos períodos que correspondem aos governos FHC e Lula. Outrora, as ocupações de terras aconteciam em menor número devido, principalmente, à criminalização e judiciarização da luta pela terra como nos anos anteriores a 1995 e durante 2001 e 2002, já o refluxo das mobilizações dos movimentos em ações de ocupações, desde 2008, como o que vem acontecendo com MST, por exemplo, sobretudo no Governo Dilma, deve-se, em grande parte, a alguns programas de distribuição de renda como o Bolsa Família que, em 2013, já beneficiava cerca de 50 milhões de pessoas em todo o país, amenizando os níveis de pobreza extrema (AGÊNCIA BRASIL²⁴, 2014). Deve-se ainda, dentre outros fatores, ao forte avanço do agronegócio como modelo de produção no campo dominado por grandes empresas e transnacionais, pois “houve uma avalanche de capital que foi para agricultura atraída pelos preços das commodities – que dão elevados lucros, aumentam o preço das terras e, com isso, bloqueiam a reforma agrária”, deve-se ao aumento dos salários nas cidades, o que reforçou o êxodo rural, ao bloqueio da Reforma Agrária pelo Poder Judiciário e Congresso Nacional, ao abandono da Reforma Agrária, no governo atual, que desanima famílias acampadas por períodos de até dez anos, e à mudança de pensamento de como deve ser Reforma Agrária, ou seja, composta de novas estratégias, que priorizam a produção de alimentos saudáveis, combinada com agroindústrias cooperativadas e educação do campo (STÉDILE, 2014) (Gráfico 1).

²⁴ Empresa Brasil de Comunicação

Gráfico 1 – Brasil: Número de Ocupações e Famílias em Ocupações (1988-2012)

Fonte: DATALUTA/MG; CPT, 2013. Dados atualizados em 10-08-2013.
Organização: VIEIRA, W. A., 2013.

Na conjuntura atual, outras discussões e atuações contemporâneas em torno da Questão Agrária no país, mais especificamente, das lutas pela Reforma Agrária, ainda podem ser tecidas, com muitas insatisfações, segundo os dirigentes e as famílias ligadas ao MST. O movimento considerou o ano de 2011 como o pior resultado da Reforma Agrária dos últimos 16 anos. O campo e a agricultura brasileira, meio à crise internacional, estão caracterizados por um processo lento de Reforma Agrária favorável aos grandes investimentos de capital externo, ou seja, a agricultura quase que completamente dependente do capital vindo da burguesia financeira e das empresas transnacionais, como destacamos há pouco. No Brasil, existem 160 mil famílias acampadas à beira das estradas, muitas dessas, há mais de dez anos (STÉDILE²⁵; MST, 2012). Enquanto isso,

No ano passado [2011], R\$14 bilhões foram para a agricultura familiar e R\$150 bilhões para o agronegócio. Nesta semana, o governo vai lançar o Plano Safra 2012/2013. O montante vai girar em torno de R\$180 bilhões para o agronegócio. Em contrapartida, o governo vai destinar R\$18 bilhões para a agricultura familiar. Dez vezes menos investimentos para a agricultura familiar, que produz 70% dos alimentos, gera em cada hectare nove empregos. Além disso, o agronegócio está completamente endividado, mas protela as dívidas com o governo brasileiro, ao passo que as dívidas dos agricultores familiares nos bancos demoraram para ser renegociadas (COUTINHO JR., 2012).

Nesse contexto, a territorialização do MST, no Brasil, ganha fôlego e se fortalece nas Jornadas de Luta por Reforma Agrária. Em abril de 2012, a ação mobilizou mais de 60 mil

²⁵ Entrevista concedida ao Programa Brasil em Discussão | Record News – Rede Record, 2012.

pessoas, que protestaram em 20 estados brasileiros, foram 105 bloqueios de rodovias, estradas, avenidas e ferrovias, 45 latifúndios ocupados em nove estados até abril, e ainda 11 superintendências do INCRA. Em Minas Gerais, existem 2.700 famílias do movimento acampadas e diversas ações que reivindicam, além de mais terras, políticas públicas de melhorias para os assentamentos (MST, 2012).

Melhorias que devem possibilitar a permanência das famílias, sobretudo que valorizem a autonomia em relação às suas decisões, evitando, assim, nos casos das que já estão assentadas, o abandono dos lotes. Aliás, sobre as acusações de alguns veículos de comunicação, de parte da sociedade ou do próprio governo em relação às vendas ilegais de terras já conquistadas por assentados(as), no Brasil, a média de desistência é 8% no geral, destes, entre 20% e 30% ocorrem no Norte do país, sobretudo nos Estados do Pará e Rondônia, com os projetos de colonização do INCRA, os quais não garantem estruturas mínimas de socialização (nestes projetos, não há escolas, estradas e as famílias são constantemente vítimas da malária), diferente dos assentamentos da região Sudeste do país, com baixo nível de desistência, ou seja, os assentamentos possuem, além das famílias assentadas, os agregados formados por seus parentes. No país, caso o(a) beneficiário(a) desista da terra sem cumprir as normas do INCRA, não é possível valer-se do oportunismo e reivindicar novas terras devido ao rigoroso cadastro informatizado da instituição (STÉDILE, 2012).

Assim, as questões que têm sido destaques com as reivindicações e lutas no campo, na atualidade, como o uso de agrotóxico, agroecologia, Novo Código Florestal, trabalho escravo e questão indígena, possibilitam o aumento do conhecimento e dos debates que poderão permitir a construção de novos horizontes. A Reforma Agrária desejada vai ao encontro da reforma que democratiza terras, uma reforma que seja popular. As conquistas construídas ao longo da história do MST alcançaram 4 milhões de pessoas assentados no país, mais de 80 milhões de hectares em assentamentos, 81 cooperativas de trabalhadores, 45 unidades agroindustriais com produção de alimentos agroecológicos, programas maternos e infantis de educação e alfabetização, convênios com Universidades Federais, nas quais estão 3.800 filhos de assentados em cursos superiores, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e mais de 200 filhos de assentados cursando mestrados e doutorados. Em Santa Catarina, existe uma das melhores e maiores cooperativas de leite do país coordenada pelo MST, criada, em 1996, por 120 assentados da Reforma Agrária, a Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste Ltda. (COOPEROESTE), em

São Miguel do Oeste (SC), produz e comercializa cerca de 330 mil litros de leite diariamente (MST, 2009).

Além disso, o movimento, em uma de suas cooperativas – a Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita (COOPAN) –, produz 600 mil sacos (1Kg) de arroz orgânico por safra no Rio Grande do Sul. A agricultura camponesa, para ser estabelecida de fato, preservando os bens naturais, deve ser prioridade nas políticas públicas, sobretudo em relação aos projetos de educação para o campo, com formação voltada para a produção de alimentos saudáveis, sem uso de agrotóxicos, e que dominem a matriz produtiva agroecológica. O que deixa os alimentos orgânicos com elevados preços nos mercados é o controle oligopolizado da distribuição e a percepção destes produtos como nichos de mercado, o que eleva seus preços para o consumidor final (STÉDILE, 2012).

Concluímos, então, após essas reflexões, que, nos últimos cinquenta anos, o Brasil perdeu diversas oportunidades de democratizar o acesso à posse da terra, e nem por isso as lutas cessaram. A Reforma Agrária, principal reivindicação no campo, sobretudo desde os anos 1960, foi motivo de diversos debates que mobilizaram e influenciaram a formação de vários movimentos socioterritoriais no Brasil desde o aparecimento das Ligas Camponesas. Por outro lado, a ala do Estado, representada pelos grandes proprietários de terras, desde o mesmo período, atuou com consideráveis poderes em termos de representação e criação de instituições públicas e programas que resultaram na modernização conservadora e em mais concentração de terras. Não hesitaram em começar o projeto do Brasil agrário exportador com o regime militar, que durou vinte e um anos, entre os anos de 1946-1985. Desde então, a concentração de terras, os problemas ambientais, as agroindústrias e os pequenos agricultores estão, fortemente, sob a mira gananciosa do sistema capitalista, não há limites para a exploração dos bens naturais e não há perspectivas concretas em promover o desenvolvimento social e territorial no campo por parte do Estado. A Reforma Agrária, ao contrário, é, desde o princípio, solicitada para promover oportunidades e dignidade no campo.

3. TERRITÓRIOS EM DISPUTAS NO CAMPO E LUTA PELA TERRA EM MINAS GERAIS

Após nos embasarmos de algumas principais concepções teóricas acerca do território e das territorialidades, considerando os momentos históricos basilares do desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira e da Questão Agrária, o que se pretende, nesta parte do trabalho, é entender o desenvolvimento desigual e a configuração territorial de Minas Gerais no contexto na divisão inter-regional do trabalho ocorridas entre o final do século XVIII e início do XIX, para, assim, discutirmos a expansão do agronegócio em terras mineiras e o agravamento da Questão Agrária manifestado pelas conflitualidades imprimidas principalmente pelas reivindicações dos movimentos socioterritoriais, divulgadas pelo DATALUTA.

3.1. A configuração e o contexto de Minas Gerais na divisão inter-regional do trabalho entre o final do século XVIII e início do XIX

Os assuntos ligados ao tema Questão Agrária em Minas Gerais são, cotidianamente, abordados ou divulgados por diversos jornais, redes sociais, *releases* de movimentos do campo, de militantes e representantes ou autoridades ligadas aos problemas do campo. Como principal fator de explicação das conflitualidades no campo, a Questão Agrária é o conjunto dos problemas e dos entraves à não democratização da terra, em detrimento da manutenção das ações hegemônicas do capitalismo. Ou seja, ela pode ser entendida, também, pelas conflitualidades existentes entre as ações dos diversos movimentos socioterritoriais em busca de seus objetivos, cujos ideais chocam-se com os dos empresários na busca desenfreada pelos bens naturais e acúmulo de posse da terra, dos governos federal e estadual em suas alianças políticas e, por último, do judiciário, ao favorecer a manutenção dos latifúndios, criminalizar a ações dos movimentos e não promover justiça face à violência cometida por ou a mando de fazendeiros.

Nesse contexto, entendemos que a atual configuração territorial de Minas Gerais está principalmente ligada às ações geopolíticas desempenhadas por grupos sociais que obtiveram maiores poderes econômicos e políticos, no processo histórico de instrumentalização do Estado e de disputas pelo uso do território. Os grupos dominantes, formados pelas burguesias agrária, política e tecnocrata, ocuparam as instâncias do Estado, sobretudo a partir dos anos

1930, com objetivos de planejar e ordenar o território mineiro às demandas do desenvolvimento capitalista no Brasil.

Assim, a configuração territorial de Minas Gerais está, historicamente, associada à crescente apropriação do espaço como objeto (re)definido pelas diversas manifestações físicas, culturais e, sobretudo pelas heterogeneidades políticas, econômicas e sociais que se destacam no contexto espacial. É associada, ainda, à formação territorial do Brasil, especialmente no que diz respeito às tentativas de integração econômica das regiões mineira com a capital Belo Horizonte, inaugurada em 1897, que foi planejada e construída no centro do estado e está integrada à economia nacional.

No Brasil, a construção de Brasília, inaugurada em 1960, foi um exemplo da tentativa de integrar economicamente outros espaços para que, assim, houvesse a unicidade territorial nacional. Tanto no Brasil quanto em Minas Gerais, a configuração histórica do território distingue-se pelas manifestações contraditórias no campo, o que motiva diversos movimentos socioterritoriais e seus ideais na luta pela terra e dignidade, representando, desse modo, novas territorialidades.

Entre os cenários configurados no passado que, historicamente, influenciaram racionalidades atuais do território mineiro, destacamos, inicialmente, três principais eventos: o primeiro relacionado à ocupação ligada às descobertas das minas de ouro, atividade econômica que alcançou seu auge entre as décadas de 1750 e 1760, o segundo evento diz respeito ao declínio do ouro e à produção de café, o terceiro, a partir de 1930, foi relacionado à transformação e ao fortalecimento da indústria.

A ocupação e o povoamento de Minas Gerais foram associados à expansão dos bandeirantes, sertanistas que representavam a força policial ou o braço armado dos grupos dominantes no período colonial, formada por governos-gerais, senhores de engenho do Nordeste e grandes proprietários pecuaristas de Minas Gerais, remonta do final do século XVI e início do século XVII, período em que a comercialização do açúcar e da mão de obra indígena estava em decadência, a primeira como forma acentuadamente mercantil. Os sertanistas contratados tinham as missões de enfrentar, subjugar índios e negros que dificultavam os planos de colonização, além disso, eles tinham que encontrar riquezas naturais para reabilitar, de forma rápida e significativa, a economia portuguesa. Os pioneiros foram Fernão Dias Pais Leme, experiente sertanista das terras de Minas, e Antônio Rodrigo Arzão, descobridor do ouro.

O território mineiro, nesse período, era povoado tanto por grupos de portugueses, que migraram do litoral no período colonial, quanto por etnias indígenas²⁶, estima-se que existiam até 177 etnias. Entre os séculos XVII e XVIII, vários núcleos urbanos, como Sabará, Ouro Preto, Mariana e Diamantina, estiveram ligados basicamente às atividades mineradoras – extração de ouro, diamante e outros minerais preciosos. Com objetivo de possuir um rigoroso controle e fiscalização da riqueza extraída das minas, a Metrópole estabeleceu os caminhos oficiais ou estradas reais, “únicas vias autorizadas para a circulação de pessoas, mercadorias, ouro e diamante”, que ligavam as regiões de Minas Gerais ao Porto de Parati e à Cidade do Rio de Janeiro, então, capital do Brasil como Colônia Portuguesa. Nas estradas reais, os fluxos eram controlados pela Coroa em alfândegas instaladas em pontos estratégicos, onde eram cobrados impostos de acordo com número de escravos, cavalos, muares, mercadorias e o quinto do ouro. Esse evento significou um movimento de apropriação do interior do Brasil e de integração com o litoral, que se projetou também como disputas pelo território entre portugueses, espanhóis, holandeses e franceses até o século XIX, com a decadência da mineração e Independência do Brasil (MARQUES, 2009, p.182).

Como é sabido, Mariana foi um dos principais centros escravistas das Gerais, reunindo, no ano de 1718, 10.937 escravos, do total de 34.475 cativos mineiros dedicados à faina aurífera [...] a população indígena marianense reduzia-se, no ano de 1725, a 29 homens e 21 mulheres. [...] Os cativos, denominados nos documentos - de acordo com a tradição dos primeiros povoadores - como *carijós* e *negros da terra* ou, segundo expressão local, *como cabras da terra*, representavam apenas 0,4% dos 11.797 cativos ocupados nas lavras da Vila do Carmo (VENÂNCIO, 1997, s/n, *italico* no original).

As atividades nas Minas e os hábitos dos nativos, eram ligados, sobretudo, ao tipo de agricultura de que se ocupavam com destaque, ao cultivo do milho, que era consumido como farinha, canjica, cuscuz e biscoito e, além disso, abastecia a antiga culinária paulista (VENÂNCIO, 1997). Porém as atividades em Minas não se resumiam apenas à mineração e, entre os principais produtos exportados para outras capitâncias, estavam: “aguardente, carne seca, couro, rapadura, fumo, sal, toucinho, peixe, algodão e gado vacum”. A expansão econômica nas terras mineiras ficou caracterizada pelo “processo colonizador brutal sobre os negros e os índios aos sanguinolentos episódios da guerra dos emboabas e do enforcamento de Tiradentes” em 1792, e teve como grande precursora a descoberta do ouro em 1693, com auge entre os anos de 1696 e 1704, nos Sertões de Cataguases, Caeté, Rio das Velhas, Serro do Frio e Rio das Mortes, – tais episódios mobilizaram, no país, “imensa corrente de pessoas,

²⁶ Incluindo aimorés, tupis, maxacalis, tupinambás, cataguás, araxás, tremembés, kayapós, tamoios, goitacás, botocudos, sakriabás, mapaxós, tememinós, tobajaras (MARQUES, 2009, p.22-23).

de todas as condições sociais, originárias tanto de outras regiões da colônia quanto da Metrópole e de seu Ultramar, na expectativa de um novo Eldorado” (MARQUES, 2009, p.24-26-33). Com isso, é importante ressaltar que

A urbanização da região das minas impactou econômica e territorialmente a Colônia, deslocando o eixo econômico-administrativo para o Centro-Sul [...]. O crescimento de Minas foi fator importante inclusive na transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763, pois atraiu para o centro-sul o polo da economia, até então localizado na Bahia e Pernambuco (MARQUES, 2009, p.25).

Nesse processo, alguns índios, negros e homens livres, tiveram como única opção fugas coletivas ou individuais para vilas e arraiais mineiros, uma forma de “escapar” das precárias condições de existência em seus territórios, então, apropriados na economia de exploração das riquezas naturais. “Eles circulavam de lugar a lugar, vivendo nas fímbrias do sistema e extraíndo seus recursos econômicos do contrabando, roubo e do garimpo clandestino”, tomavam o devido cuidado para não serem achados e enquadrados ainda mais no sistema jurídico como indivíduos improdutivos. Os índios deslocavam-se para áreas periféricas à mineração, onde foram alvos das novas regiões agrícolas e de novas formas de exploração do trabalho, assim, “ano após ano, o carijó escravo vai dando lugar ao carijó livre; homem fora da lei ou imerso no universo da pobreza” (VENÂNCIO, 1997, p.6-8).

No caso de Minas Gerais, deu-se a particularidade de que o papel original do poder público foi bastante ativo na fase colonial executando uma política severa de tributação e controle da mineração. Mas o processo de ruralização que sucedeu ao declínio da atividade minerária fez a atividade estatal refluir para o padrão que vigorou no restante do Brasil durante a hegemonia agrária: cabia ao Estado manter a ordem e a propriedade. Com a República, afirmou-se o “coronelismo”, sistema de mediação que já apontava para uma presença crescente do poder público como mobilizador de recursos a serem distribuídos segundo critérios políticos (DULCI, 1999, p.114).

Após o declínio do ouro, outro evento importante foi a produção do café, desde o início, pensada para as exportações, assim como a extração do ouro pelas companhias de mineração vinculadas ao capital estrangeiro. A Zona da Mata, região com relevo acidentado e montanhoso, teve sua ocupação associada à expansão da cafeicultura, que deu novos rumos à antiga economia colonial mineira, até então, com atividades agrícolas, acentuadamente, de subsistência voltadas para o autoconsumo. Nesse processo, as exportações do café, iniciadas em 1819, alcançaram os primeiros lugares no estado mineiro já em 1829 e 1830, superando o algodão. O café atingiu quatro milhões de arrobas em 1879 e 12 milhões em exportados no início do século XX. Em 1903, a exportação do café correspondia a 64% em relação aos produtos exportados pelo estado, concorria com os estados de São Paulo e Rio de Janeiro,

que, pela dinâmica econômica e configuração territorial superaram e também decaíram (DULCI, 1999).

Essa situação diferencial forneceu condições para que em São Paulo se desenvolvesse com rapidez extraordinária uma agricultura mercantilizada, com trabalho assalariado e consequentemente de natureza capitalista. Tais condições seriam vitais para induzir e ao mesmo tempo sustentar o desenvolvimento de outras atividades (DINIZ, 1981, p. 103).

Ressalta-se que, na lógica da divisão territorial do trabalho, Minas Gerais não se beneficiou do lucro e nem da infraestrutura que, comparativamente, São Paulo obteve com a comercialização e exportação do café e de outros produtos. A expansão da cafeicultura exigiu uma estruturação de circulação mecanizada via ferrovias, bem como pequenas e médias indústrias, entre o final do século XIX e início do XX. A cafeicultura surgiu nesse contexto como principal atividade econômica iniciada na Zona da Mata e consolidada na região Sul de Minas, tanto no estado mineiro como no Vale do Paraíba no Rio de Janeiro, a produção era baseada no uso da mão de obra escrava e em técnicas simples de produção (FREDERICO, 2009). É importante destacar, ainda, que,

Com a abolição, a cafeicultura mineira não conseguiu atrair a mão de obra imigrante da Europa, como fez a similar paulista. A alternativa adotada, para evitar a falência da cafeicultura, foi a retaliação dos latifúndios em pequenas propriedades, com a adoção do regime de parceria e o uso de homens livres, que viviam à margem do regime escravocrata. Este evento, somado à retaliação dos latifúndios por hereditariedade, ao longo de várias gerações, transformaram o Sul de Minas e a Zona da Mata em regiões com os menores índices de concentração fundiária do país (No caso do Sul de Minas, o tamanho médio da propriedade agrícola, segundo o último censo do IBGE (2008), é de 50 hectares) (FREDERICO, 2009, p.5).

Por outro lado, Minas Gerais, sem saída autônoma para o mar, tinha a comercialização dos seus produtos dependente da utilização dos portos de Vitória, Santos e Rio de Janeiro, e as principais ferrovias eram Leopoldina e a Estrada de Ferro Mogiana. Assim, Minas Gerais, com precárias condições dos sistemas de transportes, sem autonomia também em termos de infraestrutura para promover as exportações do café, com uma urbanização dilatada, rede urbana pouco integrada e sem regime de assalariamento, tinha os sistemas de comercialização e financiamento da atividade cafeeira localizados em São Paulo e Rio de Janeiro. O estado de Minas Gerais é, tradicionalmente, considerado *belts* de café, sobretudo as regiões Sul/Sudoeste, Zona da Mata e Jequitinhonha, para eles, a formação de novos cafeeiros nessas regiões foi acompanhada por especificações territoriais inerentes à divisão territorial do trabalho na produção agrícola. Quanto ao uso do território,

especificamente associado ao circuito espacial produtivo do café (CASTILLO; FREDERICO, 2004),

Para as mercadorias circularem, é necessária a criação de diversos sistemas de objetos de ordem técnica como portos, rodovias, silos, armazéns, cumprindo cada um deles funções diferentes, mas interligadas. Assim, a circulação dos produtos se configuram em forma de redes, que necessitam de fixos para balizar o seu movimento (CASTILLO; FREDERICO, 2004, p. 238).

Assim, entre os eventos citados anteriormente, ligados, sobretudo, às especializações econômico-territoriais, vinculadas às explorações do ouro e do café, destacamos, a partir de agora, outros eventos relacionados aos objetos, conteúdos normativos, intencionalidades e diferenciações político-espaciais. Esses eventos foram alavancados por forças político-econômicas de grupo dominante e do Estado, uma situação histórica, que criou permanências e contradições no presente.

As forças político-econômicas que deram a configuração territorial de Minas Gerais, com base em eventos e composições contraditórias construídas ao longo da história, confirmam uma Questão Agrária marcada por disputas, manifestações sociais e estratégias de conquistas. Os conteúdos ou ações conscientes dotadas de discursos, intencionalidades e expressões de territorialidades, e que acabam por ativar normas e conflitos ao território, os processos e as ações de e entre diferentes agentes empenhados na construção de novas formas, normas e instâncias com objetivos comuns (os de racionalizar e possibilitar ao máximo os usos dos bens presentes no território), compõem os elementos territoriais e determinam uma situação geográfica (SILVEIRA, 1999). Com isso, alguns importantes processos e ações que nos darão suporte para entendermos a situação do presente, sobretudo do desenvolvimento desigual do campo em Minas Gerais, precisam ser destacados.

Assim, de acordo com Diniz (1981), nos anos de 1930, tanto no Brasil quanto em Minas Gerais, foram criadas condições para a formação de uma tecnocracia, pautada principalmente nas mudanças econômicas de um padrão agrário-exportador para urbano-industrial, o grupo político, anteriormente formado pelos coronéis e bacharéis, a partir de então, foi trocado por tecnocratas apoiados pelos militares.

3.1.1. Territorialidades e conflitualidades na fase desenvolvimentista do campo mineiro pós-1930

A partir dos anos 1930, o Sul do país tinha uma importante indústria, e São Paulo havia se tornado uma grande metrópole industrial. Nesse contexto, o país foi chamado a industrializar-se, bem como também a concretizar a integração nacional do território. “A

extinção das barreiras à circulação de mercadorias entre os Estados da União marcou um avanço fundamental no processo de integração econômica do espaço nacional” (SANTOS, 2008, p. 42).

Em Minas Gerais, os grupos dominantes, formados também por (além dos tecnocratas) latifundiários, pela oligarquia rural e outros políticos, conquistaram novos espaços e reforçaram os seus papéis na perspectiva da acumulação capitalista, ou seja, no estado, não mudaram o fascínio por explorar o território a todo custo. Assim, as presenças do Estado e do capital estrangeiro foram determinantes tanto na economia no início do século XX quanto na atual configuração territorial desigual de Minas Gerais, particularmente em termos de distribuição das riquezas extraídas do próprio território.

Considerado em suas divisões jurídico-políticas, suas heranças históricas e seu atual conteúdo econômico, financeiro, fiscal e normativo, o território constitui, através dos lugares, aquele quadro da vida social onde tudo é interdependente, levando também à fusão entre o local, o global invasor e o nacional que, na era da globalização, fica às vezes sem defesa. Essa interdependência está, sempre, a se renovar, atribuindo um caráter tenso à existência dinâmica do território. Por isso, cada período produz suas forças de aglomeração e dispersão, resultado da utilização combinada de condições técnicas e políticas, que não podem ser confundidas com as de momentos pretéritos e que redefinem os limites (SILVEIRA, 2011, p. 5).

Nesse cenário, destacamos também outro importante evento para pensarmos a situação econômica atual do campo, ele está relacionado às iniciativas que possibilitaram e levaram Minas Gerais a se desenvolver industrialmente de maneira desigual. Inicialmente, Minas projetou-se pela produção de alimentos – em maior quantidade laticínios e açúcar voltados para o mercado nacional, com destaque para os estados de Rio de Janeiro e São Paulo. A produção contava ainda com a agricultura de milho, arroz e feijão para autoconsumo e baixa comercialização. Contudo sobressaiu, também, pela metalurgia e siderurgia, atividades que envolviam a produção de ferro e aço à base de carvão mineral nas regiões Zona da Mata, Sul e Centro.

No estado, além de pequenas indústrias, constituíram-se segmentos industriais específicos, como a metalurgia na região central e formação do “Quadrilátero Ferrífero”, e a indústria têxtil, na cidade de Juiz de Fora. Essas atividades econômicas “tiveram destinos distintos com a integração nacional e a consolidação da Região Concentrada”, isso em razão de fatores estratégicos e disputas econômicas entre o estado de Minas Gerais e São Paulo, o que, por um lado, beneficiou a “Zona Metalúrgica” mineira em sua integração com as economias paulista e fluminense e, por outro, provocou a “destruição” da indústria têxtil, que

não conseguiu concorrer com as indústrias paulistas devido a fatores locacionais, de investimentos e uso de tecnologias (FREDERICO, 2009, p.1-15).

Nos anos de 1940, no Brasil notadamente em Minas Gerais, os grupos que compunham a classe dominante entenderam a industrialização como única saída para superar o atraso econômico ocorrido em função de seus próprios interesses capitalistas e individuais, e o principal promovedor dessa empreitada foi o Estado. Nesse período, Minas tinham poucas cidades, vilas ou povoados, e uma configuração socioespacial vinculada ao setor agropecuário, pois a maioria da população vivia no campo. Em 1946, o estado ainda possuía uma posição econômica e industrial desfavorável, sobretudo em relação a São Paulo, e as migrações para o centro econômico paulista foram, para muitos, a única opção na tentativa de sair da miséria do campo e das cidades mineiras. As migrações provocaram o esvaziamento populacional e econômico em Minas Gerais.

Em 1947, Milton Soares Campos assumiu o governo de Minas Gerais e apresentou as bases do Plano de Recuperação Econômica e de Fomento da Produção para atender, sobretudo, à demanda da expansão capitalista no território. Os investimentos públicos deram forças à promoção de infraestrutura com destaque para o setor de energia e transporte.

Embora o diagnóstico da situação econômica do Estado tenha sido feito de forma insuficiente, o Plano de Recuperação listou um conjunto de projetos e programas que cobria todas as atividades econômicas e assistenciais. *Porém, a preocupação básica era com a industrialização.* 78% dos investimentos previstos pelo plano destinavam-se a transporte e apoio a industrialização e 67% exclusivamente a energia e transportes. A industrialização seria a saída para romper a situação de atraso da economia mineira (DINIZ, 1981, p. 63, *ítälco* no original).

Ressalta-se que o planejamento mineiro, na década de 1930, para integrar e fortalecer a economia é anterior aos propostos pelos presidentes Getúlio Vargas (Plano Quinquenal) e Juscelino Kubitschek (Plano de Metas) para o Brasil. Na verdade, o planejamento adotado em Minas, para competir no tripé industrial Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, foi assimilado pelos mineiros antes de qualquer outro estado brasileiro.

A burguesia política tecnocrata, formada após a Revolução de 1930, por intelectuais e engenheiros, foi chamada a ocupar as instâncias do Estado, assim, eles compartilharam entre si ideologias desenvolvimentistas para legitimar a exploração de grande volume de bens naturais existentes em Minas. Na prática, isso aconteceu com a construção de infraestrutura no território e, posteriormente, com a industrialização por meio dos círculos de cooperação para o capital, com ênfase em investimentos em produção de energia, projetos estratégicos aeronáuticos, siderurgia/alumínio, comunicação e infraestrutura ferroviária. Salientamos,

sobretudo, as estratégias de integração e ligação econômica de outras regiões do estado com o crescimento industrial da capital Belo Horizonte.

Nesse contexto, entre 1945 e 1948, diversos fazendeiros chegaram a Malacacheta, município de Minas Gerais, atraídos pela construção da rodovia Rio-Bahia. Nessa ocasião, antigos posseiros expulsos de suas terras, na região de Catulé, tiveram como única alternativa serem parceiros dos fazendeiros. Essas novas condições deixaram os trabalhadores rurais menos favorecidos acumulados de novas necessidades e dívidas, o que fez com que vendessem sua mão de obra na condição de trabalhadores temporários ou migrassem para o estado de São Paulo. Durante essas migrações, a seita “Adventismo da Promessa” conquistou a confiança e fé dos antigos posseiros, porém as doutrinas e os princípios não condiziam com as mudanças sociais e econômicas ocorridas. Os trabalhadores voltaram para Catulé e, novamente, foram parceiros dos fazendeiros. Em 1954, e em meio a tantas decepções e sofrimentos, aconteceu o surto messiânico dos camponeses de Malacacheta em 1955, na Semana Santa, em que, numa situação de exacerbação mística, mataram crianças e animais domésticos, evento que não foi evidenciado pelos noticiários da época. O surto procedeu em rituais sangrentos que culminariam, para os camponeses, no fim do mundo e no arrebatamento. Essa situação, provocada por graves transformações econômicas e sociais daqueles trabalhadores rurais, especialmente com a perda de suas terras. Houve mortes e prisões em meio aos conflitos. “O juízo final e o arrebatamento constituíram-se no coroamento místico e simbólico do processo que começara com a expulsão da terra, com o empobrecimento representado pelo pagamento da renda em trabalho e da renda em espécie” (MARTINS, 1983, p. 71).

Tais conflitos e projetos desenvolvimentistas estiveram ligados aos planos para aquecer a economia cambial e a indústria no estado e no país. Planos possibilitados com investimentos de empresas públicas e privadas de capital estrangeiro, concretizados, por exemplo, já em 1940, com a construção de duas usinas hidrelétricas estatais – Usina Pai Joaquim no Rio Araguari, para abastecimento da cidade de Uberaba, construída sob a influência da burguesia pecuarista, e a Usina Santa Marta, para atender à cidade de Montes Claros. Foi lançado, também, junto ao plano da cidade industrial de Contagem, o sistema energético com a Usina de Gafanhoto na região central. As duas primeiras usinas construídas como ensaios para novos futuros projetos, a da região central, para viabilizar, momentaneamente, a expansão industrial da capital mineira – absolutamente insuficiente já no início dos anos 1950 (DINIZ, 1981).

A criação da *holding* Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG) fez parte do Plano de Eletrificação do poder executivo estadual junto à Assembleia Legislativa, nos governos estadual Milton Campos e nacional Juscelino Kubitschek, no início dos anos 1950. Além da CEMIG, foram criadas, ainda, as companhias regionais: Companhia de Eletrificação do Médio Rio Doce (CEMRD); Companhia de Eletrificação do Alto Rio Doce (CEARD), que substituiu a Serviços de Aproveitamento do Rio Santo Antônio (SARSA), vinculada à Secretaria de Agricultura; Companhia de Eletricidade do Alto Rio Grande (CEARG); e Centrais Elétricas do Piau Sociedade Anônima. Posteriormente, a CEMIG incorporou a CEMRD, CEARD, CEARG e parte da Central Elétrica do Piau Sociedade Anônima, mais a Usina de Gafanhoto e a distribuição de energia no estado, a proposta foi de que a empresa coordenasse o programa energético do Estado (DINIZ, 1981).

A CEMIG transformou-se, assim, numa verdadeira escola e centro do qual saiu um grande número de técnicos e dirigentes para assumir, não só grande influência no setor energético nacional, como também importantes postos na administração pública federal e estadual. A CEMIG passou a ser a empresa (instituição) de maior peso do governo mineiro. Nela se reaglutinaria a tecnocracia, cujo embrião vinha se formando desde a década de 1930, mas que se enfraqueceria com a “democratização” do sistema (DINIZ, 1981, p.73).

A criação da CEMIG foi possível com financiamentos externos e do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), o que representou um suporte à expansão econômica no estado mineiro e no Brasil. A *holding* obteve, ainda, no início dos anos 1960, projetos de estudos sobre potencial hidráulico de Minas Gerais, aprovados pelo Fundo Especial das Nações Unidas e Banco Mundial. Nesse processo, foi criado, ainda, o Comitê de Estudos Energéticos da Região Centro-Sul do Brasil, o que originou o planejamento integrado e sistemático de energia elétrica no país, desenvolvido por três grupos simultâneos de trabalho: em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Os grupos produziram, em três anos e meio, 19 volumes com estudos sobre as seis²⁷ principais bacias hidrográficas de Minas Gerais (DINIZ, 1981).

O uso de todas as potencialidades disponíveis no território se torna mais seletivo, o controle da informação torna-se extremamente necessário para que os objetos sejam utilizados de maneira precisa e eficaz. As grandes empresas, sobretudo, as multinacionais, em cooperação com o Estado, tornam-se as usuárias privilegiadas e as principais responsáveis pela organização do território. [...] O território sofre uma grande metamorfose patrocinada pelo Estado com a incorporação de verdadeiros macrossistemas técnicos para atender ao capital externo como: grandes centrais hidrelétricas, rodovias, portos, corredores de exportação, polos petroquímicos,

²⁷ [...] (Rio Grande, Paranaíba, São Francisco, Doce, Jequitinhonha e Paraíba), suas atribuições hidrográficas, geológicas, potencial hidráulico, aspectos de irrigação, navegação, controle de cheias, fornecimento d'água, estudos específicos das principais quedas e projetos detalhados para as 11 quedas importantes (DINIZ, 1981, p.95).

indústrias de base, centros de pesquisa e ensino técnico e superior, científicação da agricultura e bases materiais para as telecomunicações e teledetecção. O território mineiro é fortemente atingido pelo processo de modernização, integrando-se às dinâmicas e exigências do capitalismo monopolista internacional (FREDERICO, 2009, p.7;8).

Assim, para dinamizar ainda mais uso econômico dos bens naturais, o Estado promovia missões de estudos geológicos e mineralógicos, ou seja, o controle e o poder da informação de cunho técnico como também dos recursos políticos, a fim de favorecerem uma frente econômica de recuperação diante das precárias condições de infraestrutura (estradas, comunicações, ferrovias, disponibilidade de energia), oriundas de contradições históricas dos eventos passados e arranjos geopolíticos da economia mundial e nacional na época.

Em cumprimento ao Plano de Recuperação Econômica e de Fomento da Produção do governo mineiro, foram criadas duas empresas mistas para o setor agropecuário – Frigoríficos Minas Gerais Sociedade Anônima (FREMISA) e Fertilizantes Minas Gerais (FERTISA) –, a primeira delineou-se com a instalação do frigorífico central em Belo Horizonte e mais de três frigoríficos regionais, com objetivos de promoverem a industrialização e produção pecuária no estado, além de evitar a exportação do boi em pé, objetivos não alcançados inicialmente. A FERTISA, com vistas ao aproveitamento fosfático de Araxá, não obteve sucesso, porém as pressões da burguesia agrária fizeram com que o governo José Francisco Bias Fortes (1956 a 1961) criasse outras duas empresas de economia mista para atuarem no setor agropecuário. Nesse sentido, foram fundadas, junto à FERTISA, a Companhia Agrícola de Minas Gerais S.A (CAMIG) e Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais S.A (CASEMG). A CAMIG atuou junto às atividades de comercialização ao lado da Secretaria de Agricultura, e suas atribuições eram relacionadas à (DINIZ, 1981),

[...] venda de produtos agropecuários, prestação de serviços técnicos, trabalhos de conservação do solo, irrigação e drenagem, perfuração de poços, açudagem, planejamento de propriedades, mecanização e exploração de indústrias rurais, principalmente fertilizantes (DINIZ, 1981, p. 83).

A CASEMG, por sua vez, evidenciou-se mais como instituição de estratégias políticas eleitorais do que como instituição com objetivo de promover a construção e operação de armazéns e silos, isso, devido a questões de interesses políticos e problemas administrativos, sobretudo, também, em virtude da “pulverização geográfica da produção agrícola mineira e a inexistência de centros de comercialização dinâmicos e articulados”. Contudo observa-se, ainda, que tanto a FRIMISA quanto a CAMIG e a CASEMG “traduziam o peso e a influência do setor agrícola sobre o governo estadual e o insucesso destas, aliado à

incapacidade do governo estadual em dinamizá-las”, centrando a atenção no binômio econômico energia e transporte. Outro destaque às atividades agrícolas mineiras, consideradas pelo autor ainda, foi que, nos anos 1960, as produções do açúcar mascavo e da rapadura foram alvos consideráveis de incorporação e transformação em indústria açucareira, ou seja, passaram a produzir, nos moldes da acumulação de capitais, o açúcar cristal, produto que agora poderia ser vendido e distribuído com mais facilidade ante a melhoria do sistema viário (DINIZ, 1981, p. 84).

De maneira contraditória a essa lógica, na mesma época, com a crise internacional do setor açucareiro, Minas Gerais acumulou estoques e o açúcar teve os preços decaídos, o que resultou na descapitalização e na falência de várias empresas, algumas foram, inclusive, adquiridas por produtores paulistas. Após isso, as usinas que restaram ou que foram vendidas com subsídios do Estado expandiram-se em um processo de centralização do capital, levando o estado a produzir cerca de 7,5 milhões de sacas de açúcar em 1977, entre os anos 1959-1990, o estado possuía 36 usinas de cana-de-açúcar (DINIZ, 1981, p. 142).

A produção doméstica de leite também foi alvo da modernização, e a expansão do setor, via concentração e produção industrial, foi beneficiada pelas vias de comunicação e por um moderno sistema de resfriamento de leite. O governo mineiro, nos anos 1970, desenvolveu diversas pesquisas e programas de modernização do setor, assim, acentuou a industrialização e a entrada de capital estrangeiro que, anteriormente, estavam concentrados na produção de leite em pó.

Destacamos, também, que, para orientar e reforçar o processo de industrialização do estado mineiro, tardio em relação a São Paulo e Rio de Janeiro, a tecnocracia mineira, surgida na década de 1930, se supriu de vários outros espaços construídos por ela mesma nas instâncias do Estado, tais como a instalação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), Banco de Desenvolvimento Agropecuário de Minas Gerais S.A. (BADAP), a própria CEMIG, que passou a ter fortes vínculos com o BDMG, dos quais resultou a criação do Instituto de Desenvolvimento Industrial (INDI). De maneira mais direta quanto às intenções dos tecnocratas, foram criados, ainda, o Conselho Estadual de Desenvolvimento (CED) e o Gabinete de Planejamento e Coordenação (GPC).

Outras instituições podem ser consideradas, tais como a Companhia de Distritos Industriais, antigo Departamento de Industrialização da Secretaria da Agricultura, Fundação João Pinheiro (FJP), Superintendência de Industrialização (SUIND) e Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo – grande parte destas instituições constituídas entre o final da década de 1960 e início dos anos 1970. A tecnocracia viu-se mais fortalecida, ainda em 1964, com a

política autoritária que se iniciou, pois, com isso, desmobilizou, parcialmente, algumas lutas sociais no campo e nas cidades.

3.1.2. O desenvolvimento desigual de Minas Gerais pós-1964

A economia de Minas foi, desde o início, baseada na exploração da riqueza significativa dos seus bens naturais usados, inclusive, na geração de riquezas para a própria instância do Estado mineiro, bem como a outros Estados brasileiros, para, assim, ter e transferir capital em forma de subsídios e incentivos fiscais para empresas estrangeiras que, mesmo assim, não foram atraídas a princípio pelo processo de fortalecimento da economia mineira. O que possibilitou as instalações dessas empresas, sobretudo no início dos anos 1970, foi o panorama de segurança política pós-64, com “expansão econômica, oportunidade de investimento com elevadas taxas de lucro, e, por fim, pelo excesso de liquidez e busca de oportunidades de aplicação” (DINIZ, 1981, p. 179).

A indústria básica, sobretudo do aço de cimento, a geração de energia, e outras infraestruturas que possibilitaram fluidez à exploração dos bens naturais associadas ao capital internacional e aos incentivos do Estado, projetaram-se como eventos significativos à situação geográfica atual do campo. O Estado foi o mantenedor das contradições inerentes ao próprio processo de acumulação e da divisão territorial do trabalho, pois grande parte da riqueza produzida em Minas não se refletiu em melhorias para a população mineira, mas, sim, em aumento e fortalecimento da riqueza de outros centros econômicos e das próprias burguesias que o ocupavam.

A construção de Brasília teve outro importante papel na lógica dos processos de exploração dos bens naturais de Minas Gerais. O estado, com localização privilegiada no país para fins de exploração e dinâmica do capital, passou a fornecer, além dos bens naturais, uma parte do território com disponibilidade de infraestrutura, indústrias básicas e de mineração. Além disso, o aparato institucional, com viés liberal de total apoio à industrialização, por meio de incentivos fiscais e boa capacidade de negociação com grandes investidores, ordenou o amplo território às funções preestabelecidas com a nova rota de integração econômica entre o Sudeste e o interior do país. Minas, principalmente depois dos eventos ocorridos a partir de 1930 e com mais peso depois de 1970, foi ordenado em regiões desiguais em aspectos econômicos, de fluidez, densidades técnicas, nexos econômicos, especializações produtivas e produtividade²⁸.

²⁸ Alguns desses aspectos considerados nas análises de Silveira (2010).

O Norte de Minas, mesorregião que abrange a maior parte da região natural do semiárido²⁹ mineiro, com a economia baseada na pecuária extensiva, produção familiar e produção camponesa, obteve grandes incentivos por meio de investimentos industriais precisos, possíveis em decorrência do fornecimento de estudos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que o incluiu na região do “Polígono da Seca”, formada por 1.133 municípios em nove estados brasileiros em 2005³⁰. Todavia a região caracteriza-se por altos índices de desigualdades sociais e de oportunidades, bem como pela falta de políticas específicas que considerem os aspectos climáticos como os problemas relacionados à seca, e os impactos sociais e ambientais de grandes projetos no território.

No contexto do desenvolvimento desigual, a região de ocupação antiga Sul de Minas foi escolhida como área de desconcentração da aglomeração industrial de São Paulo. As regiões Triângulo Mineiro e Noroeste de Minas foram delimitadas como fronteira inicial para entrada dos agronegócios e centros de distribuição de mercadorias do Sul para o Norte e do Norte para o Sul do país. O Triângulo Mineiro, com topografia, predominantemente, plana e em chapadas com grande disponibilidade de água, foi, estrategicamente, área de ocupação dos agronegócios. A região foi descrita, sobretudo a partir dos anos 1970, como uma região de economia agrícola especializada, de alto nível tecnológico, voltada para a produção de cereais, armazenamento e (re)distribuição de mercadorias. A atuação do Estado foi determinante no processo de ocupação e incentivos financeiros às produções em larga escala no Cerrado mineiro (Tabela 2).

Tabela 2 – Programas Governamentais de Desenvolvimento Agrícola do Cerrado

Programa	Criação	Custo (U\$)	Área (ha)	Local (Estado)
PCI	1972	32 milhões	111.025	MG
PADAP	1973	200 milhões	60.000	MG
POLOCENTRO	1975	868 milhões	3.000.000	MG, MS, MT, GO
PRODECER I	1979	94 milhões	60.000	MG
PRODECER II	1985	409 milhões	180.000	MT, BA, MG, GO, MS
PRODECER II	1994	66 milhões	80.000	MA, TO
TOTAL		1.669 milhões	3.491.025	

Fonte: Ribeiro, 2005b.³¹³¹

²⁹ Critérios técnicos (que delimitam o Semiárido brasileiro) adotados pelo Governo Federal para implementação de políticas públicas: precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros; índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990; e risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990 (Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional – Ministério da Integração Nacional/2005).

³⁰ Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí.

³¹ PCI - Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados; PADAP - Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba; POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados; PRODECER - Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados.

O Noroeste de Minas também evidenciado, atualmente, pela economia dos agronegócios, mais especificamente, pela produção de grãos (agricultura irrigada) e reflorestamentos, caracteriza-se, também, pela tentativa, por parte do Estado, de resolução do seu “vazio demográfico” e falta de integração econômica na divisão territorial do trabalho. Assim, a região foi tomada pelo movimento de expansão para o Oeste – projeto do Governo Getúlio Vargas para (re)ocupar o interior do país, denominado “Marcha para o Oeste”, iniciado em 1938.

Além das regiões citadas, podemos destacar a capital mineira Belo Horizonte, pois com significativa capacidade viária para todas as partes do país, a metrópole conciliou as tradições mineiras com a modernidade possibilitada pelo capital, que a configurou como uma cidade planejada que resultou do progresso das burguesias brasileiras, que a construíram para fazer exercer a centralidade na integração política e econômica do estado.

[...] a produção de Belo Horizonte como capital do Estado também pode ser entendida como parte de uma ação estratégica para superar as contradições internas que ameaçavam a unicidade do território [...] a localização da capital em uma região fraca politicamente (porque pouco significativa economicamente) foi resultado do acirramento das disputas das regiões mais dinâmicas, o que, embora parecesse improvável, teve, no limite, o objetivo de reproduzir, *pari passu* com a nova capital, a nova “élite” dominante (GOMES, 2012, p. 198;203).

Todas as regiões mineiras, nesse processo, foram definidas como importantes elos espaciais do capital entre elas mesmas e os centros econômicos mais condensados, o que facilitou a apropriação e reprodução do capital no interior do país, contudo, de forma desigual. “Pelo volume de incentivos e facilidades oferecidas às empresas estrangeiras, Minas Gerais transformou-se no verdadeiro paraíso das multinacionais” (DINIZ, 1981).

Com isso, Minas Gerais foi e está organizada como um verdadeiro mosaico. Para além das diversidades culturais e dos aspectos físicos, o mosaico mineiro é formado por um desenvolvimento desigual, principalmente nos aspectos econômicos e sociais (DULCI, 1999). A riqueza acumulada com base nos próprios bens naturais que o estado possui, não se expressa democraticamente em equipamentos de interesse social, infraestrutura urbana e no campo, investimentos em educação, saúde, prestação de serviços públicos, cultura, lazer, organizações de interesses sociais bem como alcance de oportunidade e de renda digna, mas, pelo contrário, esses investimentos foram distribuídos de forma consciente e seletiva nas mesorregiões mineiras de forma que sua repartição espacial e social fosse desigual.

Com o aprofundamento da divisão territorial do trabalho os lugares são chamados a se modernizarem para atender à necessidade de circulação e produção das grandes empresas, o que induz a uma competitividade territorial e uma consequente

fragmentação do território [...] a especialização produtiva regional faz com que novos nexos sejam incorporados ao território. São criadas redes de transporte e comunicação destinadas a comercializar e escoar a produção. Porém, os grandes beneficiados da construção dessas infraestruturas são os grandes agentes hegemônicos que utilizam o território como recurso (CASTILLO; FREDERICO, 2004, p. 240).

Tais aspectos podem ser observados, ao compararmos as mesorregiões Sul, Triângulo, Zona da Mata e Central com as mesorregiões Noroeste, Norte de Minas, e Vales dos Rios Mucuri, Jequitinhonha e Doce, as regiões menos desenvolvidas “do ponto de vista da circulação material e imaterial são renegadas ao segundo plano, sendo objeto apenas de programas assistencialistas estatais” (FREDERICO, 2009, p. 9).

O mosaico mineiro, então, expressa regiões competitivas, desigualdades socioeconômicas regionais, distribuição industrial e de infraestrutura seletiva, ou seja, uma lógica contraditória concernente ao próprio desenvolvimento do capitalismo que se expressa, ainda, em estratégias de luta e resistências no campo, isso tanto nas regiões mais economicamente integradas quanto nas regiões historicamente pouco integradas aos grandes fluxos de mercadorias.

Para destacarmos outras expressões desse processo, enfatizamos outras práticas e ações de interesses da burguesia agrária no estado de Minas Gerais, como, por exemplo, a grilagem de terras e a expulsão de posseiros de seus territórios para obtenção de benefícios nos processos de industrialização que tiveram como grande propulsor o ideário desenvolvimentista dos grupos hegemônicos no Estado (DULCI, 1999). Para tanto (foi),

é preciso que o espaço seja organizado em compartimentos com fins administrativos, econômicos, jurídicos. É um processo de incorporação de conteúdos de ciência, tecnologia, informação e dinheiro – recursos genéricos – que ativa os recursos específicos e diferencia os lugares, verdadeiros compartimentos de uma produção globalizada (SILVEIRA, 2011, p. 5-6).

Os benefícios da burguesia agrária, nesse contexto, evidenciou-se na manutenção da estrutura agrária desejada e na modernização conservadora do campo, o que significou um conjunto ideológico capitalista, que fomentou interesses estratégicos desenvolvimentistas e de modernização industrial, da produção agrícola e da pecuária que, em termos de produção, “partindo de sua base agrária [...] passou a abranger interesses industriais, financeiros e outros”. Dentre outras instituições e sujeitos que representaram tais interesses, a Sociedade Mineira de Agricultura – entidade privada, teve como representantes pessoas ligadas diretamente ao corpo técnico-burocrático-judicial do Estado. Entre os sujeitos, estão pessoas ligadas a cargos eleitorais, engenheiros, produtores e empresários rurais, banqueiros,

imobiliários, técnicos e outros, isto é, “uma prova adicional da convergência entre o Estado, a elite política e o mundo da produção” (FREDERICO, 2009, p. 118-120).

O que representou, na verdade, uma cumplicidade entre o Estado e o latifúndio, não considerou as reivindicações sociais no campo em Minas, mas objetivou, ao longo desse processo, o direito à propriedade privada e concentrada da terra por meio de concessões de terras devolutas, créditos, serviços assistenciais, manutenção da ordem com prestação de serviços legislativos e judiciários. Tudo isso, em um forte movimento contra a Reforma Agrária, que teve seu pacto ápice na criação da Federação das Associações Rurais do Estado de Minas Gerais (FAREM) em 1951 e no Golpe Militar de 1964.

Após 1964, o que se percebeu relacionado ao campo foi a forte continuidade, por parte do Regime Militar, de incentivo à acumulação e integração de capitais na agricultura e, no mercado de terras, uma forma de barrar a Reforma Agrária e os interesses sociais. As iniciativas do Estado envolveram a regulação, por meio de políticas, leis e articulações com capitais financeiros e comércio exterior (DELGADO, 1985). A integração de capitais na agricultura deu-se, dentre outras coisas, por meio da articulação entre indústria e agricultura, pesquisas, extensão rural e produção de insumos agroquímicos. Esses eventos possibilitaram, então, a industrialização dos produtos agrícolas (agroindustrialização) e dos insumos para o campo – as indústrias para o campo.

3.2. A expansão do agronegócio e o agravamento da Questão Agrária

O resultado do progresso contraditório que vimos até aqui, dentre outros, foi a diversificação, a mobilidade e os monopólios de capitais, bem como o favorecimento de grandes aplicações de capitais no comércio de terras e, consequentemente, a concentração fundiária. Esses eventos preconizam o que entendemos pela situação geográfica ou ações, expressões de territorialidades históricas e atuais no ou do campo em Minas Gerais. Os agronegócios foram e são conduzidos tanto pela ação do Estado quanto pela interligação entre as “indústrias fornecedoras de bens de capital e insumos agrícolas, o setor agropecuário, o setor de processamento e industrialização de bens agrícolas e o setor de distribuição de bens agrícolas e agroindustriais” (CRUZ et al., 2007, p. 02).

Atualmente, boa parte do território mineiro está ocupada pelas grandes propriedades e atividades do agronegócio, 3.147.147ha estão ocupados pela produção de grãos, 18.217.880ha por pastagens e 1.536.310ha por florestas plantadas, mas isso ainda diz pouco. Os agronegócios em Minas, na maioria das vezes, sustentados pela monocultura de grãos

(sobretudo monoculturas de milho e soja, que em 2012 representou 91,5% de todos os grãos produzidos no estado), pecuária (22,7 milhões de cabeças de gado em 2010), agroindústrias³². A produção da cana-de-açúcar que envolve a expressão de territorialidade dos agrocombustíveis e também dos agrohidronegócios fez o estado ficar em segundo lugar no ranking nacional, com mais de 54 mil toneladas produzidas (safra 2012/2013), o maior produtor foi São Paulo com mais 323 mil toneladas, uma participação de 53,7% da produção nacional. Enfatizamos que 50,3% da produção de cana-de-açúcar foram destinados à produção de etanol, além disso, à medida que se aumenta a produção, aumenta, também, a área plantada. Enfim, mais de 40% do território mineiro estão ocupados apenas por pastagens e produção de grãos (café, milho, soja) para exportações, sem falar da área utilizada pelos agrocombustíveis e os agrohidronegócios destacados pela produção da cana-de-açúcar para o etanol, que tem a área aumentada todos os anos, desde 2004 (SEAPA, 2010-2014).

Para contribuir com tantas cifras elevadas e lucros na casa dos bilhões anualmente, os agronegócios contam com seis centros de inteligência com apoios da EMBRAPA, Universidades Federais, entre outras instituições do Estado. Os centros de inteligência para os agronegócios, em Minas, patenteiam-se para além de expressões de territorialidades do agronegócio, em círculos de cooperação nos circuitos espaciais dos produtos (CASTILLO; FREDERICO, 2004), são eles: Centro de Inteligência em Florestas (CIFlorestas)³³, Centro de Inteligência em Genética Bovina (CIGB)³⁴, Centro de Inteligência da Soja (CISoja), Centro de Inteligência do Milho (CIMilho)³⁵, Centro de Inteligência do Leite (CILeite)³⁶ e Centro de Inteligência do Feijão (CIF)³⁷. Além desses, em território mineiro, o estado possui: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG), EMBRAPA Milho e Sorgo, em Sete Lagoas, e a EMBRAPA Gado e Leite, em Juiz de Fora, todas as instituições ligadas, em conjunto, à pesquisa, ação operacional e planejamento no campo.

Em Minas Gerais, o movimento desigual de capitais foi garantido com a criação de diversos equipamentos territoriais (estradas de ferro, rodovias, usinas etc.) e instituições de ordem técnica, que geram riquezas não para o desenvolvimento social popular no estado, mas para enriquecer ainda mais a burguesia agrária que se utilizou de forças político-econômicas e do Estado, para garantirem a configuração desejada e expressões de poder por meio de seus

³² Em Minas Gerais o número de tratores passou de 10.187 unidades em 1970 para 89.789 unidades em 2006 (IBGE/Censo Agropecuário 2006).

³³ Em Viçosa/MG (<http://www.ciflorestas.com.br/>).

³⁴ Em Uberaba/MG (<http://www.cigeneticabovina.com.br/>).

³⁵ Em Sete Lagoas/MG (<http://cimilho.cnplms.embrapa.br/>)

³⁶ Em Juiz de Fora/MG (<http://guernsey.cnplgl.embrapa.br/> ou <https://portal.sede.embrapa.br/gado-de-leite>)

³⁷ (<http://www.cifeijao.com.br/>)

empreendimentos no campo. Estes estão associadas à exploração da mão de obra, à concentração da terra, à degradação dos bens naturais e outras barbáries no campo. Uma situação histórica que criou permanências e contradições no presente. Assim, evidenciam-se os esforços da burguesia junto com o Estado, desde os anos 1930, para projetar, em Minas Gerais, as tecituras do capital extraídas de capitais estrangeiros e do próprio campo. O estado, então, está identificado por mosaicos territoriais desiguais, conflituosos em termos de investimentos públicos, privados e de estratégias de movimentos socioterritoriais, onde a pobreza se instalou quase de maneira combinada, em algumas regiões do estado, em virtude do desenvolvimento de outras, não apenas no interior de Minas, mas de outras federações. As antigas expressões de poderes e conflitualidades permaneceram e outras novas entram em cena.

Assim, Minas Gerais, um dos estados brasileiros que, historicamente, foi pensado para integrar a economia do país, foi passagem para a fronteira agrícola, que ocupou, modernizou e dizimou parte do Cerrado brasileiro, assim como populações tradicionais, cerradeiros, índios, quilombolas, dentre outros camponeses e pequenos agricultores. Atualmente, o estado mineiro, além de abrigar uma significativa parte da produção agrícola brasileira associada à modernização dos meios de produção e à exacerbada concentração fundiária, faz parte da lógica nacional que compõe a produção e acumulação do capital com o uso intenso dos bens naturais e da mão de obra barata, com isso, é, também, espaço de diversos processos de lutas e movimentos socioterritoriais.

Entre os impactos causados pelos eventos históricos que se manifestam na situação geográfica atual do campo em Minas Gerais, ou seja, da Questão Agrária, está o êxodo rural. O estado, que no ano de 1950, tinha 70,1% da população no campo, passou a ter 47,2% em 1970 e, em 2010, 14,7% ou 2.882.114 milhões, de um total de 19.597.330 pessoas em todo o estado. No campo, a última taxa registrada de crescimento anual foi de -1,10%, enquanto nas cidades a taxa foi de +1,31% (FJP/IBGE, 2010).

Além disso, o problema agrário em Minas Gerais tem levado centenas de famílias em movimentos socioterritoriais de luta pela terra, pela água, pela preservação e conservação dos bens naturais, a promover diversas estratégias de resistência contra o avanço das contradições inerentes do capitalismo agrário. Entre as estratégias dos quase 40 movimentos com reivindicações ligadas ao campo no estado, estão as manifestações em espaços públicos, rodovias e empresas ligadas aos agronegócios e, sobretudo, as ocupações de terras em áreas que não cumprem função social ou estão associadas a crimes contra a pessoa ou ao meio ambiente (DATALUTA, 2012). A luta pela Reforma Agrária não é apenas a luta pela posse

da terra, é também por melhores condições de vida, oportunidade e dignidade no campo, tanto que as famílias ao conquistarem a terra em assentamentos rurais continuam reivindicando políticas públicas que propiciem a conquista de outros meios de viver na e da terra.

Com isso, a Questão Agrária em Minas caracteriza-se por uma situação que envolve aspectos sociais, políticos, ambientais, culturais e econômicos, abrange um território de contradições e disputas. Tanto no Brasil quanto em Minas Gerais, o campo apresenta elevados índices de produção agrícola, investimentos e desenvolvimento econômico, porém, distribuídos de maneira desigual, ao considerarmos os problemas sociais e as heterogeneidades regionais. Estas disparidades estão associadas às condições de um evento histórico na nova ordem global, que definiu a agricultura do tipo capitalista como sendo a mais viável para a chamada segurança alimentar e resolução da fome no mundo. Estão associadas, ainda, às políticas neoliberais poucas definidoras e pouco eficientes, que, na verdade, dão liberdade e possibilitam o desenvolvimento de apenas alguns grupos dominantes. A Questão Agrária caracteriza-se, principalmente, pela relação entre a renda do latifúndio e a produção capitalista da agricultura que formam os agronegócios. As disparidades econômicas, sociais e os impactos ambientais, provocados por esta relação, geram os conflitos e as resistências no campo.

A superexploração da terra, marcada pela concentração fundiária e exploração de outros bens naturais, tem sido legitimada, em Minas Gerais, por meio de especulações fundiárias criminosas, dominadas por grupos (políticos, autoridades e civis) que condescendem com empresas mineradoras, de exploração florestal, cooperativas de silvicultores e grileiros de terras, disfarçados em corretores de imóveis bem sucedidos. Estes grupos pactuam, ainda, com a falsificação de documentos públicos e particulares, falsidade ideológica, corrupção ativa e passiva, formação de quadrilhas, lavagem de dinheiro e legitimação da posse de terras devolutas por pessoas conhecidas como “laranjas³⁸”. Essas ações, muitas vezes, são patrocinadas, indiretamente, por políticos corruptos ligados às organizações criminosas especializadas em grilagem de terras públicas, uma clara utilização dos espaços públicos para beneficiar a iniciativa privada criminosa. Casos assim têm sido comuns, em especial, no Norte de Minas Gerais, uma das regiões que mais sofre com as conflitualidades e injustiças no campo.

O desenvolvimento capitalista, assinalado por crises econômicas, sociais e ambientais, tem, ao longo da história, gerado ações diversas em diferentes grupos e

³⁸ Pessoas que disponibilizam seu nome voluntária ou involuntariamente à outra pessoa (corrupto), geralmente, para a prática de negociações ilícitas, obtenção de documentos falsificados, benefícios de transações ilegais etc. sem exporem suas identidades.

organizações político-sociais. De um lado, os governos neoliberais associam-se à política e ao desejo desenfreado do lucro pelas multinacionais que os patrocinam. De outro lado, o mundo atual está marcado por diferentes grupos que reivindicam e manifestam-se do ponto de vista político, social e ideológico, sobretudo pela conquista de espaços acessíveis e com oportunidades e, se considerarmos as consequências do capitalismo globalizado, iremos perceber que as manifestações têm como pautas, essencialmente, questões associadas à melhoria de vida, especialmente em relação aos quesitos básicos tais como moradia, saúde, educação, liberdade igualdade de oportunidade e lazer.

Se, por um lado, os movimentos socioterritoriais de luta pela Reforma Agrária lutam contra as formas de dominação da grande propriedade e dos agronegócios para exportações; contra a falta de oportunidades; má distribuição de renda; criminalização da pobreza; contra os agrotóxicos e contra a degradação massiva dos bens naturais – por outro lado, o Estado na figura do judiciário, dos ruralistas e dos latifundiários financiadores de campanhas políticas, mais as transnacionais dos agronegócios, se entendem com os veículos que manipulam a informação. A maioria dos veículos de comunicação, interessados em vender notícias com discursos parciais, formam um campo perceptivelmente moral e ideológico de contestação às ações estratégicas adotadas pelos movimentos de luta pela terra, que, muitas vezes, resultam em injustiças, violências e morte no campo.

A territorialização da luta pela Reforma Agrária em Minas Gerais pode ser compreendida a partir dos dados que compõem os relatórios anuais do DATALUTA e da CPT, sobre o trabalho escravo, as mortes no campo, a estrutura fundiária, as manifestações, ocupações de terras e assentamentos rurais conquistados. Dados que, ao serem analisados, nos mostram a espacialização das principais ações dos movimentos socioterritoriais, dos desafios e das conquistas. Com isso, tem-se a possibilidade de interpretação das conflitualidades e das principais reivindicações associadas à Questão Agrária no estado, bem como das estratégias de territorialização dos movimentos de luta pela Reforma Agrária.

A conflitualidade, em Minas, é manifestada também de acordo com os dados e análises da CPT, que faz diversos tipos de registros de categorias associadas aos conflitos de terra, por meio de pesquisas primárias e secundárias, no Brasil, desde 1985³⁹. A Pastoral tem como principal objetivo, quanto aos registros que geram os cadernos anuais, denunciar as

³⁹ São consideradas fontes primárias, declarações, cartas assinadas, boletins de ocorrência, relatos repassados pelos movimentos sociais, igrejas, sindicatos e outras organizações e entidades diretamente ligadas à luta dos trabalhadores e trabalhadoras. As pesquisas secundárias são realizadas por meio de levantamentos feitos em revistas, jornais de circulação local, estadual e nacional, boletins e publicações de diversas instituições, partidos e órgãos governamentais, entre outros. Quando os números fornecidos pelas fontes secundárias não coincidem com os apurados pelos Regionais da CPT, considera-se a pesquisa primária realizada pelos Regionais (CPT, 2011).

diversas formas de violência contra os trabalhadores camponeses e os conflitos agrários, principalmente entre movimentos socioterritoriais e latifundiários. Nesse contexto, os conflitos são enfrentamentos que envolvem a luta pela terra, pela água, por direitos e por diferentes motivos no campo, eles ocorrem em diversos contextos sociais e entre grupos sociais diversos. A luta pela terra, principal reivindicação no campo em Minas Gerais, tem sido uma das causas basilares dos conflitos.

Conflitos por terra são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso a seringais, babaçuais ou castanhais, quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros, indígenas, pequenos arrendatários, pequenos proprietários, ocupantes, sem-terra, seringueiros, camponeses de fundo de pasto, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses, etc. (CPT, 2011).

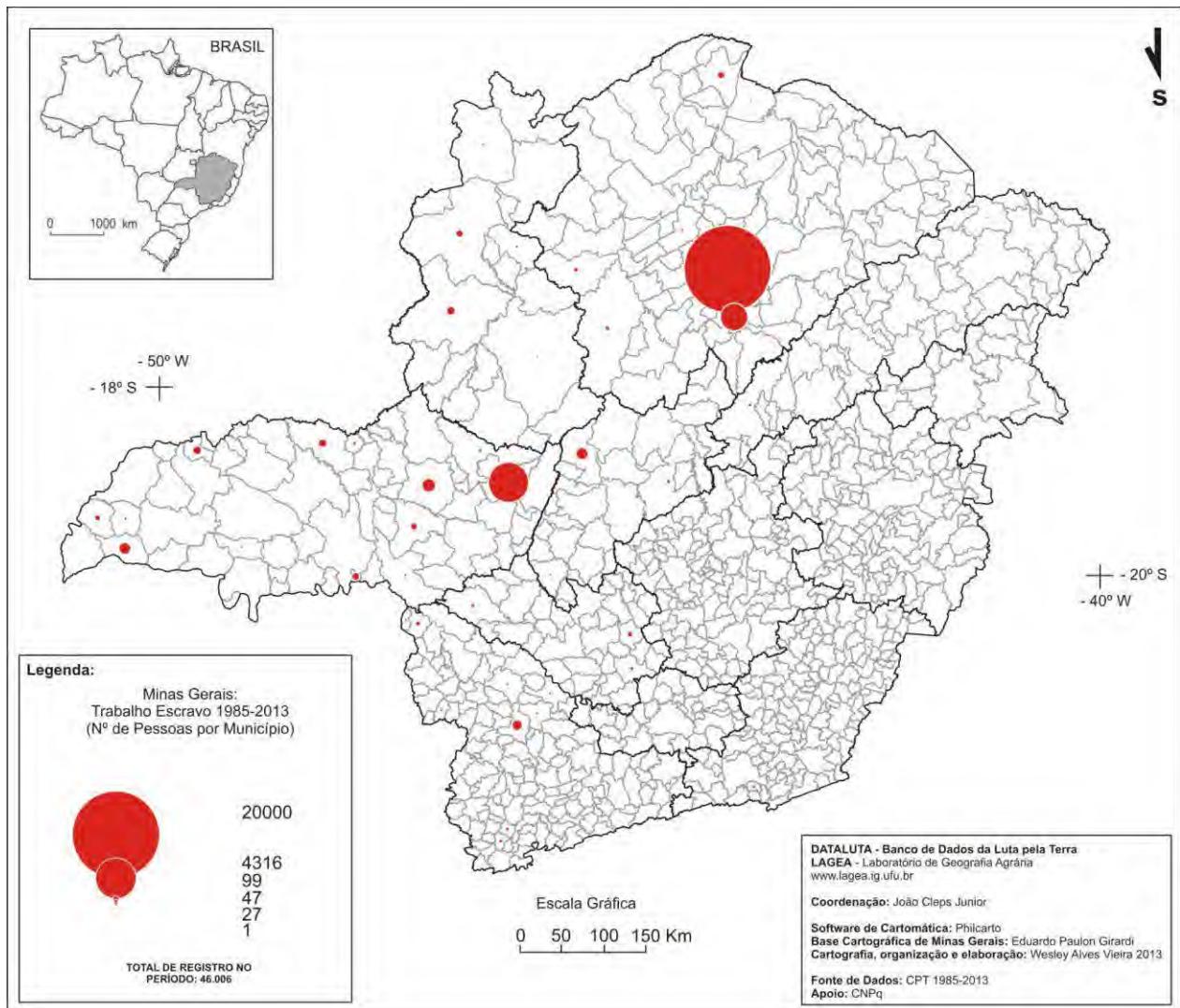
Os diversos conflitos registrados pela CPT são representados, também, em dados que indicam “violência contra a propriedade” e “violência contra a pessoa”, sendo definida a violência como “constrangimento e/ou a destruição física ou moral exercida sobre os trabalhadores e seus aliados” (CPT, 2011, p.11). Entre os tipos de violência registrados, estão os despejos e a expulsão de famílias de seus territórios, via de regra, via mandatos judiciais, que, além de criminalizar a luta pela terra, favorecem os latifundiários, as agroindústrias e as transnacionais do agronegócio. Estão, também, entre os tipos de violência, a destruição de bens, torturas, agressões físicas, prisões e humilhações, superexploração do trabalho ou trabalho análogo à escravidão, intimidações, ameaças e mortes, que podem ser por omissões de socorro, acidente com boias-frias, assassinatos a mando de pistoleiros, dentre outros (Mapa 2).

A violência contra a propriedade e posse ou contra a ocupação diz respeito aos conflitos por terra que se evidenciam em ocupações, acampamentos e injustiças contra camponeses. As consequências desses conflitos são as ocorrências de violência contra a pessoa. Esse tipo de violência, no que diz respeito, por exemplo, ao número de pessoas em trabalho escravo entre 1985 e 2013, teve os maiores índices no Norte de Minas (22.355), Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (6.182), Sul/Sudoeste de Minas (673), Central Mineira (478) e Noroeste de Minas (449). Em outras cinco mesorregiões, foram registradas 374 pessoas em trabalho escravo⁴⁰. No total, foram registradas, apenas pela CPT, 46.006 pessoas em trabalho escravo em todo o estado mineiro nos últimos vinte e nove anos. Os 15 municípios que mais registraram a prática do trabalho escravo são, em ordem decrescente:

⁴⁰ Outras 15.495 pessoas envolvidas nos conflitos, de acordo com o nosso levantamento, não constam em qual município ocorreram, não sendo possível então associar os dados às mesorregiões.

Montes Claros, Carmo do Paranaíba, Bocaiúva, Patrocínio, Morada Nova de Minas, Iturama, Alfenas, Capinópolis, Paracatu, Araguari, Delta, Unaí, Manga, Perdizes e Limeira do Oeste.

Mapa 2 – Minas Gerais: Trabalho Escravo por Mesorregião 1985-2013



Fonte: Dados – CPT, 2013.

Cartografia e Organização: VIEIRA, W. A., 2014.

Ainda, como consequência da conflituallidade e violência no campo, entre os anos de 1985 e 2013, foram registradas 195 mortes no campo de acordo com a CPT. Dessas, 146 foram assassinatos consumados em conflitos por terra, ocupações e acampamentos. Entre os anos em que mais morreram pessoas no campo em Minas Gerais estão: 1985 (92 mortos), 1986 (29 mortos), 1987 (16 mortos), 1988 (16 mortos), 1990 (6 mortos) e 2004 com nove pessoas.

Em 1985, durante o período compreendido como Nova República, o que se observou, na prática, no estado mineiro, foi uma república de coronéis e pistoleiros, que defendiam violentamente suas propriedades. A CPT registrou, naquele ano, 65 áreas de

conflitos de terra envolvendo 21.123 famílias, em uma área de 100.953 hectares. Esses conflitos de terra deixaram 67 pessoas mortas, além de tantos outros ameaçados de morte. No ano, foram registrados assassinatos em maior número nos municípios de Malacacheta, Porteirinha e Miradouro. Foram contabilizados ainda, em acidentes com boias-frias, oito mortes em Monte Belo, quatro em São Gonçalo do Abaeté e quatro mortes em Espinosa, todos os registros contabilizaram 92 pessoas mortas.

A violência e o despejo de posseiros patentearam-se como verdadeiras “chacinas agrárias”, em 1986, no Brasil e em Minas Gerais. A própria CPT registrou essas ações quando os antigos torturadores do Regime Militar estavam a serviço dos interesses dos latifundiários responsáveis por torturar e assassinar camponeses. Naquele ano, foi significativa a ação do braço armado do Estado em todo o território nacional (CPT, 1986, p.3-8). Foram 29 assassinatos em conflitos por terra em Minas, lavradores e posseiros morreram em confrontos com fazendeiros. A Polícia Militar, em cumprimento às ordens do Poder Judiciário, desapropriou uma grande quantidade de posseiros no estado e, entre os municípios que mais contabilizaram conflitos de terra, que resultaram em assassinatos no campo, em 1986, estão São Domingos da Prata, Sabinópolis, Virgínia, Miradouro e Frei Gaspar.

A contrarreforma agrária da Nova República continuou promovendo violências e assassinatos de lavradores e posseiros em 1987. A união entre fazendeiros, pistoleiros, Polícia Militar e Poder Judiciário, foi responsável por oito assassinatos no campo. Itacarambi e Antônio Dias foram os municípios que mais registraram assassinatos em 1987, além de diversas ameaças de morte nos municípios de Paracatu e Unaí. Além disso, naquele ano, foram registradas oito mortes por acidentes com boias-frias, ou seja, um total de 16 mortes no campo em 1987.

Em 1988, no mês de dezembro, “15 policiais e 30 jagunços com 10 carros e cinco tratores efetuaram a expulsão das famílias que acamparam na Vereda de Cedro”, o que comprovou a atuação repressiva de determinados órgãos do Estado na resolução dos conflitos no campo (CPT, 1988). Do total de 16 mortes, cinco foram assassinados, um em cada município de Monte Azul, Prata, Araçuaí, Coração de Jesus e Itaobim, além de outras tentativas nos municípios de Teófilo Otoni e Itacarambi, e ameaças de mortes em Monte Azul, Bertópolis, Novo Cruzeiro e Unaí – das 16 mortes, 11 foram em acidentes com boias-frias.

Em 1990, dos seis registros, três foram assassinados em conflitos de terra nos municípios de Arinos e Barão dos Cocais, assim como em 1992, em que os três assassinatos

também foram em conflitos de terra em Rio Pomba, Antônio Dias e Conceição de Mato Dentro.

No ano de 2004, nove pessoas foram assassinadas, quatro delas no município de Unaí e cinco em Felisburgo, outros verdadeiros massacres no campo em Minas Gerais. Em janeiro daquele ano, em investigação de denúncias sobre a existência de trabalhadores submetidos a condições análogas à da escravidão em Unaí, os auditores fiscais do Ministério do Trabalho Nelson José da Silva, João Batista Soares Lage, Eratóstenes de Almeida Gonçalves e o motorista Ailton Pereira de Oliveira foram executados em uma emboscada. Os principais suspeitos de serem responsáveis pelos assassinatos, o fazendeiro Norberto Mânicá, o irmão Antério Mânicá, eleito prefeito de Unaí, em 2004, e reeleito em 2008, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), “um dos maiores produtores de feijão do país era um dos alvos da fiscalização do Ministério do Trabalho. Foi acusado de ser um dos mandantes da chacina”, e acusado por “homicídio triplamente qualificado e frustração fraudulenta de direitos assegurados na legislação trabalhista”. Hugo Alves Pimenta, “empresário cerealista é acusado de ser mandante das execuções dos auditores e do motorista” (CORREIO BRAZILIENSE, 2011⁴¹). Os mandantes e executores ainda não foram julgados, estão presos apenas os executores do quádruplo homicídio, acusados por homicídio triplamente qualificado e formação de quadrilha. Os assassinatos em Unaí foram um entre os violentos episódios consequentes da expansão dos agronegócios, que ampliaram, na região, as monoculturas da soja, do trigo e feijão, todas à base de agrotóxicos e, como nesse caso, da exploração do trabalho escravo.

Em Felisburgo, no Vale do Jequitinhonha, também com tradicionais grupos empresariais e latifundiários – que adotaram a agricultura moderna e expandiram a monocultura do complexo madeireiro e celulósico –, foram cinco trabalhadores sem-terra assassinados com tiros a queima-roupa, em novembro 2004, por 18 jagunços que invadiram o Acampamento Terra Prometida liderados pelo fazendeiro e empresário Adriano Chafik Luedy. Foram assassinados Iraguiar Ferreira da Silva (23 anos), Joaquim José dos Santos (49 anos), Miguel José dos Santos (56 anos), Juvenal Jorge da Silva (65 anos) e Francisco Nascimento Rocha (72 anos). Além disso, outros 20 trabalhadores sem-terra ficaram feridos por tiros, uma criança de 12 anos foi atingida no olho. 65 barracas, incluindo a que funcionava como escola de alfabetização, foram queimadas (CPT, 2004). Com isso,

⁴¹ Publicação: 28/01/2011 08:15 Atualização – “Chacina de Unaí à espera da Justiça” <<http://migre.me/h2yx3>>.

Em 25/11/2004, a CPT de Minas entregou ao Governo do Estado e à Assembleia Legislativa de Minas Gerais um dossiê denunciando a existência de milícias armadas atormentando a vida dos 18.000 camponeses sem-terra acampados em Minas Gerais (CPT, 2004. p. 35).

Esses foram os anos em que, da pior maneira, se refletiu a violência no campo em Minas Gerais. Quando os camponeses não são assassinados pelos conflitos que envolvem a posse da terra, a exploração pelos agronegócios e a criminalização das lutas sociais por parte do poder judiciário, são mortos em acidentes no trabalho ocorridos em precárias condições de transporte e superexploração da mão de obra.

Das 195 mortes registradas em Minas entre os anos de 1985 e 2013, no campo, 49 foram relacionadas a acidentes com boias-friás; das 146 mortes por conflitos que envolveram a terra, 63 assassinatos constam como “sem informação” dos municípios onde aconteceram. Na mesorregião Norte de Minas, as maiores ocorrências de mortes no campo foram nos municípios de Itacarambí (6), Espinosa (4), e Porteirinha (3); no Sul/Sudoeste de Minas, os municípios de Monte Belo (8), Juruaia (6), Machado (3) e Santa Rita do Sapucaí (3); no Vale do Jequitinhonha, as maiores ocorrências foram em Felisburgo (5), Vale do Rio Doce, Antônio Dias (3) e Sabinópolis (2). Nas outras mesorregiões, os municípios que tiveram mais ocorrências foram Miradouro (4), na Zona da Mata; São Domingos da Prata (3) na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, e Uberlândia (3), no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (Tabela 3).

Tabela 3 – Minas Gerais: Número de Mortes no Campo por Mesorregiões 1985-2013

Mesorregiões	Nº Mortes no Campo
Norte de Minas	30
Sul/Sudoeste de Minas	25
Noroeste de Minas	19
Jequitinhonha	12
Vale do Rio Doce	11
Vale do Mucuri	9
Zona da Mata	9
Metropolitana de Belo Horizonte	7
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	7
Central Mineira	2
Campo das Vertentes	1
N.I.*	63
TOTAL	195

*Sem Informações dos Municípios de Ocorrências.

Fonte: Cadernos de Conflitos no Campo – CPT (1985-2013).

Organização: VIEIRA, W. A., 2014.

A violência no campo em Minas Gerais, que tem deixado um rastro indelével de sangue e impunidade, até os dias de hoje, ainda é praticada pela violação dos direitos humanos, dos direitos trabalhistas, pela violação e destruição dos bens naturais e violação das formas de produzir dos pequenos agricultores. As violações concretas e simbólicas no campo ocorrem, ainda, pelas violências políticas e dos falsos discursos. Tais violências são responsáveis por criminalizar as lutas sociais e por alienar, cada vez mais, aqueles que ainda não foram capazes de reconhecer a si próprios em seus poucos espaços. Espaços estes em que, pela forma como são criados e ordenados, também incorrem em violência, pois são espaços excludentes produzidos pelo capital agrário e que tentam, mesmo custando vidas, ser reproduzidos cotidianamente em todas as partes. A violência das instituições públicas governamentais é cometida, principalmente, quando os direitos básicos das pessoas não são garantidos, isso, em todas as instâncias.

3.2.1. A terra de poucos e a luta de muitos

Os dados sobre a estrutura fundiária do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR, 2011) contribuem para pensarmos as ocupações de terras pelos movimentos socioterritoriais, ou seja, eles refletem as conflitualidades no campo em Minas Gerais, em decorrência da manutenção da grande propriedade privada, má distribuição de terras e dos meios de produção. O território de Minas possui uma área equivalente a 58,9 milhões de ha⁴² (586.522,122 km²), destes, 51,9 milhões (88,46% do território mineiro) são cadastrados no INCRA⁴³.

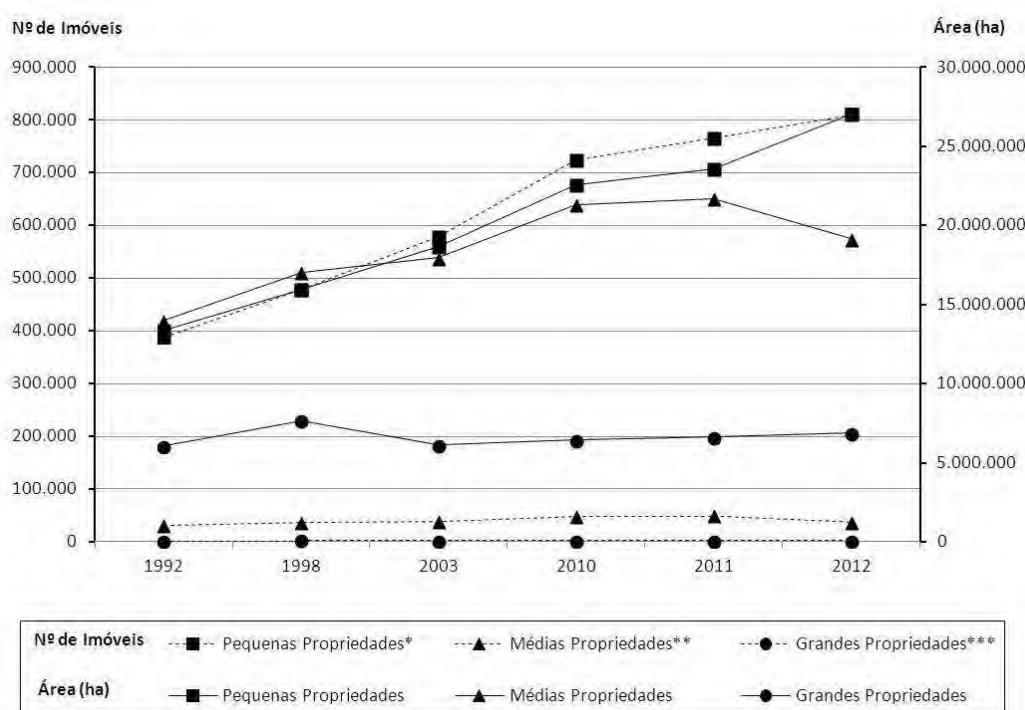
Sobre a evolução da estrutura fundiária, entre pequenas, médias e grandes propriedades, o estado de Minas possuía, em 2012, 848.443 imóveis rurais cadastrados com uma área total de 53.070.267,12 hectares (DATALUTA, 2012). Em relação ao número de imóveis, as pequenas propriedades passaram de pouco mais de 388.000 imóveis, em 1993, para quase 810.000 em 2012. As médias propriedades passaram de 30.463, em 1993, para 37.052 em 2012, já as grandes propriedades, nos respectivos anos, passaram de 1.229 para

⁴² IBGE/Censo Agropecuário 2006.

⁴³ De acordo com o Estatuto da Terra (Lei 4.504 de 1964), o Decreto 55.891 de 1965 e a Lei 8.629 de 1993, os imóveis rurais no Brasil são classificados em quatro grupos e respectivos tamanhos sendo: minifúndio (imóvel rural de área inferior a um módulo rural), pequena propriedade (imóvel rural de área entre um e quatro módulos fiscais), média propriedade (imóvel rural de área entre quatro e quinze módulos fiscais) e grande propriedade (imóvel rural de área superior a quinze módulos fiscais). Módulo fiscal é uma unidade de medida agrária estabelecida pelo Estatuto da Terra para fins de cálculo do imposto sobre a terra nua, é expresso, em cada município brasileiro, por hectares, levando em conta o tipo de exploração predominante, a renda obtida no tipo de exploração predominante, outras explorações expressivas em função da renda ou da área utilizada, e o conceito de propriedade familiar definido pela mesma Lei (Art. 4º, inciso II). O módulo rural também é uma unidade de medida agrária, porém sua área é fixada de acordo apenas com o conceito de propriedade familiar.

1.578. Mesmo com significativo aumento de pequenas propriedades, a terra continua concentrada para os grandes proprietários. Em 1992, as pequenas propriedades juntas perfaziam uma área total de pouco mais de 13 milhões de hectares, com o aumento do número de imóveis a área passou para mais de 27 milhões. As médias propriedades que representavam quase 14 milhões de hectares aumentaram para pouco mais de 19 milhões, já as grandes propriedades que, em 1993, somavam 6.052.625, aumentaram para 6.859.338 hectares (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Minas Gerais: Evolução da Estrutura Fundiária, por Classes de Área (1992, 1998, 2003, 2010, 2011 e 2012)



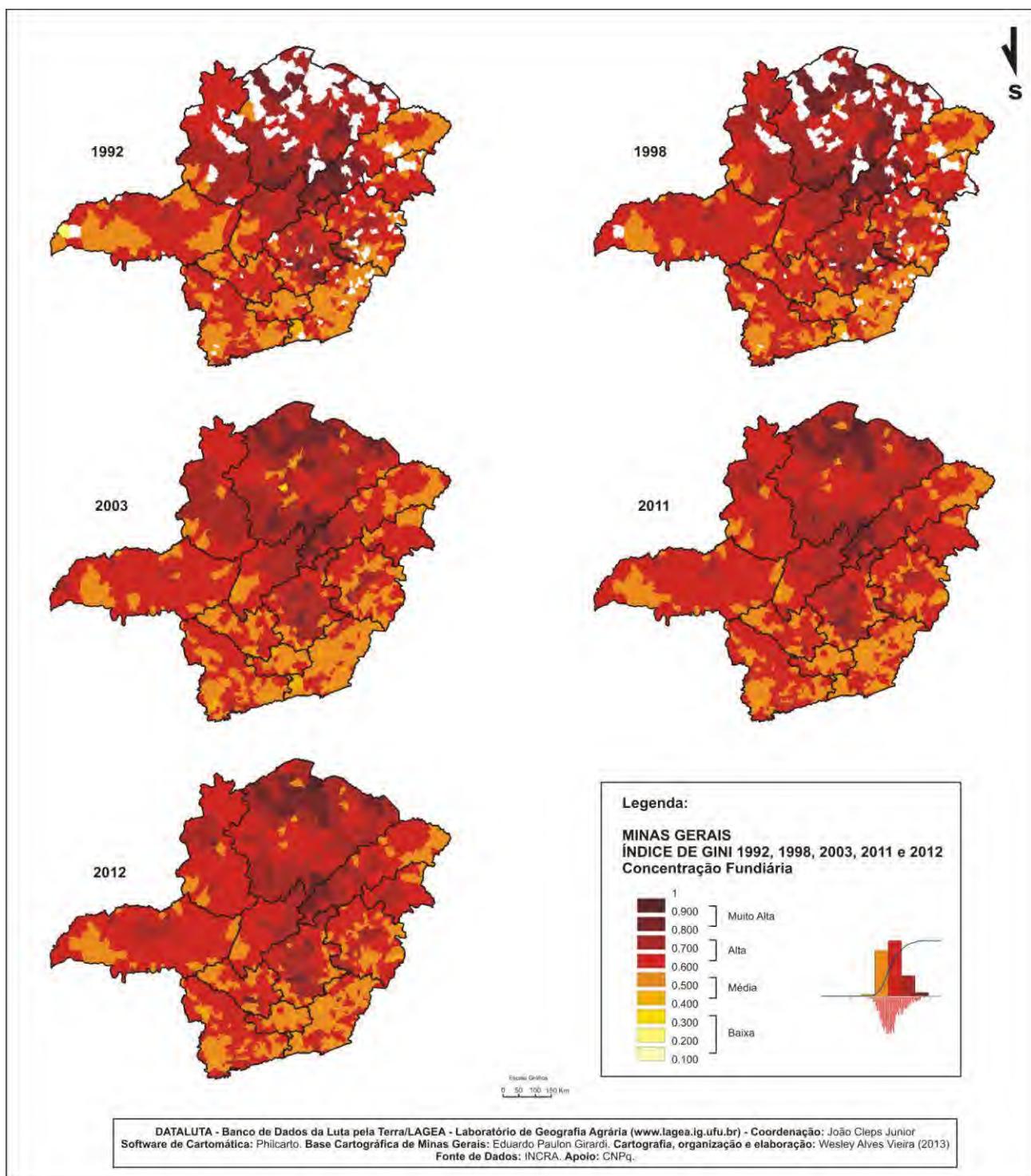
Fonte: Dados – DATALUTA, 2013.
Organização: VIEIRA, W. A., 2013.

A concentração fundiária pode ser confirmada com base nesses dados com simples cálculos. Em relação às pequenas propriedades, ao dividirmos a área total de 27.064.757 hectares por 809.813 imóveis, perfazem/equivalem pouco mais de 33 hectares de terra por imóvel. Por seu turno, as médias propriedades atingem área média de 516 hectares por imóvel e já as grandes propriedades, cerca de 4.346 hectares por imóvel.

Dos 853 municípios de Minas Gerais, em 2011, apenas 16 municípios são contabilizados com índices baixos e médios em concentração fundiária (até 0,500), ou seja, 1,88% dos municípios mineiros, entre esses, Santa Cruz de Minas, na mesorregião Campo das

Vertentes, com índice de 0,322, o menor município do Brasil com 3,5km² de acordo com a Agência Minas e o IBGE (2013) (Prancha 1).

Prancha 1 – Minas Gerais: Concentração Fundiária (1992, 1998, 2003, 2011 e 2012)



Fonte: Dados – INCRA, 2013.
 Cartografia e Organização: VIEIRA, W. A., 2013.

De acordo, ainda, com o Índice de Gini (Prancha 1), do total de municípios no estado, 95,19%, ou 812, estão com altos índices de concentração (entre 0,501 e 0,0799), sendo o que possui a maior taxa nessa classificação, o município de Verdelândia, no Norte de Minas, com 0,798. Por fim, 25 municípios (2,93%) possuem índices muito altos, ou seja, acima de 0,800. Nessa categoria, Pirapora possui 0,800, e Matias Cardoso conta o maior índice no estado com 0,924, ambos na mesorregião Norte de Minas.

3.2.2. As manifestações no campo e nas cidades

As manifestações empreendidas, essencialmente, por movimentos e organizações socioterritoriais no campo e nas cidades, edificam objetivos e os reivindicam em uma caminhada de desafio aos órgãos governamentais, exigindo ou repudiando políticas públicas, no caso das exigências, que as políticas considerem as diversidades socioespaciais e culturais. No caso do protesto, refere-se ao não cumprimento de propostas, acordos e promessas. Um ponto comum, entre as manifestações de reivindicações diversas, vai ao encontro da transformação das estruturas de dominação do capital.

Da mesma forma como alguns movimentos produzem e constroem espaços, também se espacializam e possuem espacialidades. A produção ou a construção do espaço acontece pela ação política, pela intencionalidade dos sujeitos para transformação de suas realidades. Os espaços políticos são reproduzidos pelo movimento da ação, constituindo a espacialização. Os conteúdos desses espaços são manifestados por suas inerências: a espacialidade e a espacialização são propriedades do espaço em seu movimento (FERNANDES, 2005, p.7).

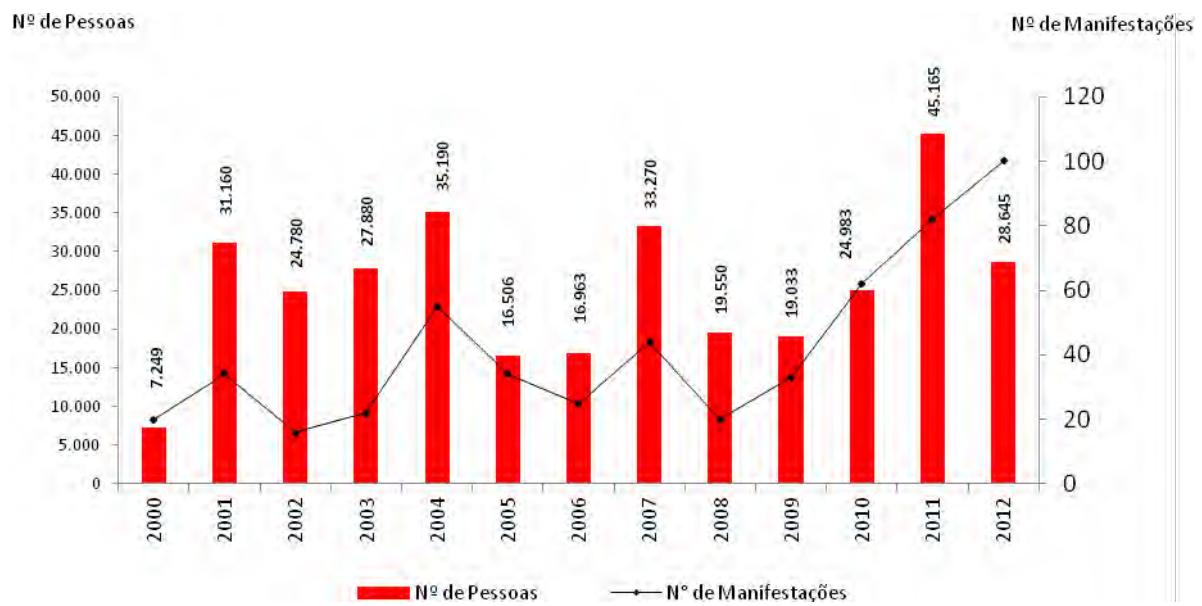
Os movimentos e organizações socioterritoriais dos oprimidos pela territorialização do capital, que também cria e reproduz espaços, seguem em uma dialética de intenções a partir das quais, contraditoriamente, constroem os territórios. O espaço geográfico, nas suas diversas dimensões, comprehende, assim, as ações dos movimentos sociais que o transforma pelas relações econômicas, sociais, ideológicas, culturais e ambientais. “Não existe transformação da realidade sem a criação de espaços” (FERNANDES, 2005, p.32).

As manifestações confirmadas no campo ou nas cidades, nos contextos socioeconômicos brasileiro, realizadas pelos movimentos de luta pela Reforma Agrária, significam momentos históricos de intensas disputas entre modelos de produção agrícola, de desenvolvimento territorial. Por um lado, estão as propostas dos pequenos agricultores, aqueles que possuem uma forte identidade com o campo, com a terra, ou seja, querem viver no campo e dar-lhe outros significados que não sejam tão somente extrair suas riquezas naturais. São pessoas que possuem conhecimentos milenares de produção agrícola e querem

também ter oportunidades de, com os seus conhecimentos, obterem melhores rendas com o trabalho em suas pequenas parcelas de terras. Por outro lado, o capital internacional, formado por uma minoria de bancos e empresas transnacionais do agronegócio, que juntos controlam a produção de sementes, de agrotóxicos, a agroindústria e o comércio, em parceria com latifundiários, grandes produtores e exportadores brasileiros. Esses tentam, a todo custo, impor esse modelo de produção que, além de não fazer parte do objetivo de grande parte dos pequenos agricultores, no capitalismo, estes, contrariamente, nunca alcançarão aquele modelo. E nem deveriam, pois, além de degradar a meio ambiente, “moderniza a grande propriedade para que se produza em grande escala a monocultura para exportação, com isso o trabalhador rural perde seu emprego no campo e é expulso para as cidades” (MOURA et al, 2013).

Isso nos possibilita compreender as reivindicações ocorridas em Minas Gerais entre 2000 e 2012, período em que 48,8% das manifestações estão relacionadas com a luta pela terra, 23,4% com a luta pela água, 5,3% com as questões trabalhistas e 5,2% com as questões ambientais, dentre outras diversas reivindicações (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Total de Manifestações e Número de Pessoas Envolvidas (2000-2012)



Fonte: Dados – DATALUTA/MG; CPT, 2013.
Organização: VICTOR, F. B.; MOURA, D. J., 2012 e VIEIRA, W. A., 2014.

As injustiças no campo no Estado de Minas Gerais, em específico, levam quase 40 movimentos sociais no campo (Quadro 1) a lutar por Reforma Agrária que considere o assentamento e/ou reassentamento de famílias, a não expropriação, as demarcações de terras,

as regularizações fundiárias, o limite da propriedade fundiária, a titulação de áreas indígenas e quilombolas, a assistência técnica, a não monocultura, o incentivo à pequena produção, mais cestas básicas, não às injustiças, à violência e à impunidade, não aos projetos de barragens e de mineradoras que ocupam territórios camponeses.

Quadro 1 – Movimentos Socioterritoriais Atuantes no Estado de Minas Gerais (1990-2012)

SIGLA	NOME DA ORGANIZAÇÃO
ACRQ	Associação das Comunidades dos Remanescentes de Quilombos
ACUTRMU	Associação Comunidade Unida de Trabalhadores Rurais
APR/CPT	Animação Pastoral Rural
ATRBV	Associação dos Trabalhadores Rurais Bela Vista
CAA	Centro de Agricultura Alternativa
CCL	Comissões Camponesas de Luta
CLST	Caminho de Libertação dos Sem Terra
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DISSIDENTES DO MST	Dissidentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
FETAEMG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de MG
FETRAF	Federação da Agricultura Familiar
FST	Fórum Sindical dos Trabalhadores
LCP	Liga dos Camponeses Pobres
LCPCO	Liga dos Camponeses Pobres do Centro Oeste
LCPNM	Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas
LOC	Liga Operária e Camponesa
MLT	Movimento de Luta pela Terra
MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra
MLSTL	Movimento Libertação dos Sem Terra (MLST de Luta)
MI	Movimento Independente
QUILOMBOLAS	Movimentos Quilombolas
ÍNDIOS	Movimentos Indígenas
MPRA	Movimento pela Reforma Agrária
MPST	Movimento Populares pelos Sem Terra
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTR	Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais
MTL	Movimento Terra Trabalho e Liberdade
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
MTR	Movimento dos Trabalhadores Rurais
OLC	Organização de Luta no Campo
OTC	Organização de Trabalhadores no Campo
OTL	Organização Terra e Liberdade
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais (Local)
UNLC	União Nacional da Luta Camponesa
GERAIZEIROS	Geraizeiros
-	Vazanteiros em Movimento: Povos das águas e das terras crescentes
VIA CAMPESINA	Via Campesina

Fonte: DATALUTA/MG, 2013.

Que considere, ainda, a luta pela reestatização de empresas ou órgão privados, a defesa dos direitos humanos, a preservação e acesso à água⁴⁴, a preservação e conservação do

⁴⁴ Conflitos pela água são ações de resistência, em geral, coletivas, contra a diminuição ou impedimento de acesso à água, (quando um manancial ou parte dele é apropriado para usos diversos, em benefício particular, impedindo o acesso das comunidades); desconstrução do histórico-cultural dos atingidos; ameaça de expropriação; falta de projeto de reassentamento ou reassentamento inadequado ou não reassentamento; não cumprimento de procedimentos legais (ex: EIA-Rima, audiências, licenças), divergências na comunidade por problemas como a forma de evitar a pesca predatória ou quanto aos métodos de

meio ambiente, a não transposições de rios e grilagem de terras, que considere a garantia dos direitos trabalhistas⁴⁵, o acesso e aumento de créditos, a (re)negociação de dívidas e indenizações, a assistência técnica, o cumprimento de acordos, a infraestrutura nos assentamentos, saúde e educação, por mais políticas públicas, seguridade social e resolução dos problemas ligados à seca.

No primeiro mandato de FHC (1994-1998), o endividamento dos pequenos agricultores com os bancos provocou um grande êxodo rural. Além disso, os movimentos e organizações sociais passavam por uma trajetória de grandes confrontos, fortes repressões e criminalizações por parte do Estado, os massacres de Corumbiara, em 1995, e de Eldorado dos Carajás, em 1996, deixaram sequelas até hoje irreparáveis. A Marcha Nacional pró Emprego e Reforma Agrária, em 1997, conhecida como a “Marcha dos 100 mil”, foi uma das maiores manifestações no período. Entre 1999 e 2000, os movimentos camponeses “experimentaram um enorme refluxo da luta pela terra no Brasil, influenciados pelas políticas neoliberais de Reforma Agrária, a judiciarização da luta pela terra e a criminalização dos movimentos sociais” (CLEPS JR., 2014). Com políticas de assentamentos rurais, voltadas, sobretudo à ampliação dos agronegócios e ao mercado de terras, FHC não resolveu o problema da concentração fundiária e se deparou com um significativo aumento do número de pessoas, mesmo que, em poucas manifestações, em 2001 e 2002.

Em 2003, com as promessas do governo Lula de apoio à Reforma Agrária, os movimentos se organizaram e realizaram mais manifestações com significativo aumento do número de pessoas. O MST realizou, em 2005, outro grande ato, a “Marcha Nacional pela Reforma Agrária”, que contou com a participação de 12.000 pessoas, que saíram de diversos estados brasileiros para se encontrarem em Brasília. Entre as exigências previstas na pauta, estavam o fortalecimento do INCRA, sucateado durante o governo FHC, a realização pelo governo federal de um cronograma de assentamento das famílias acampadas por estado, de acordo com as metas do PNRA, a desapropriação por interesse social em atendimento à Constituição de 1988 (exigiam ainda a incorporação das legislações ambiental e trabalhista), assistência social aos acampados, construção de um novo crédito para a Reforma Agrária e a universalização da assistência técnica para os assentamentos, e renegociação de dívidas. De 2008 até o presente, as manifestações vêm aumentando consideravelmente, demonstrando os aspectos contraditórios do modelo de desenvolvimento predominante no campo e suas

preservar rios e lagos etc.; destruição e/ou poluição (quando a destruição das matas ciliares, ou o uso de agrotóxicos e outros poluentes diminuem o acesso à água ou a tornam imprópria para o consumo), cobrança pelo uso da água (CPT, 2011).

⁴⁵ Os conflitos trabalhistas compreendem os casos de trabalho escravo e superexploração. Acompanham os Conflitos Trabalhistas, as ações de resistência que representam a luta dos trabalhadores por conquista de direitos trabalhistas e referem-se às greves, à luta contra o desrespeito à pessoa nas relações de trabalho e, outras formas de protesto. (CPT, 2011).

consequências nos arranjos sociais, econômicos e espaciais das cidades. Assim, as manifestações ganharam novos elementos de reivindicações e cada vez mais são realizadas com apoio de diversos movimentos socioterritoriais do campo e das cidades, entre esses, com maior destaque de atuação nos últimos anos, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que luta por moradia e o direito à cidade.

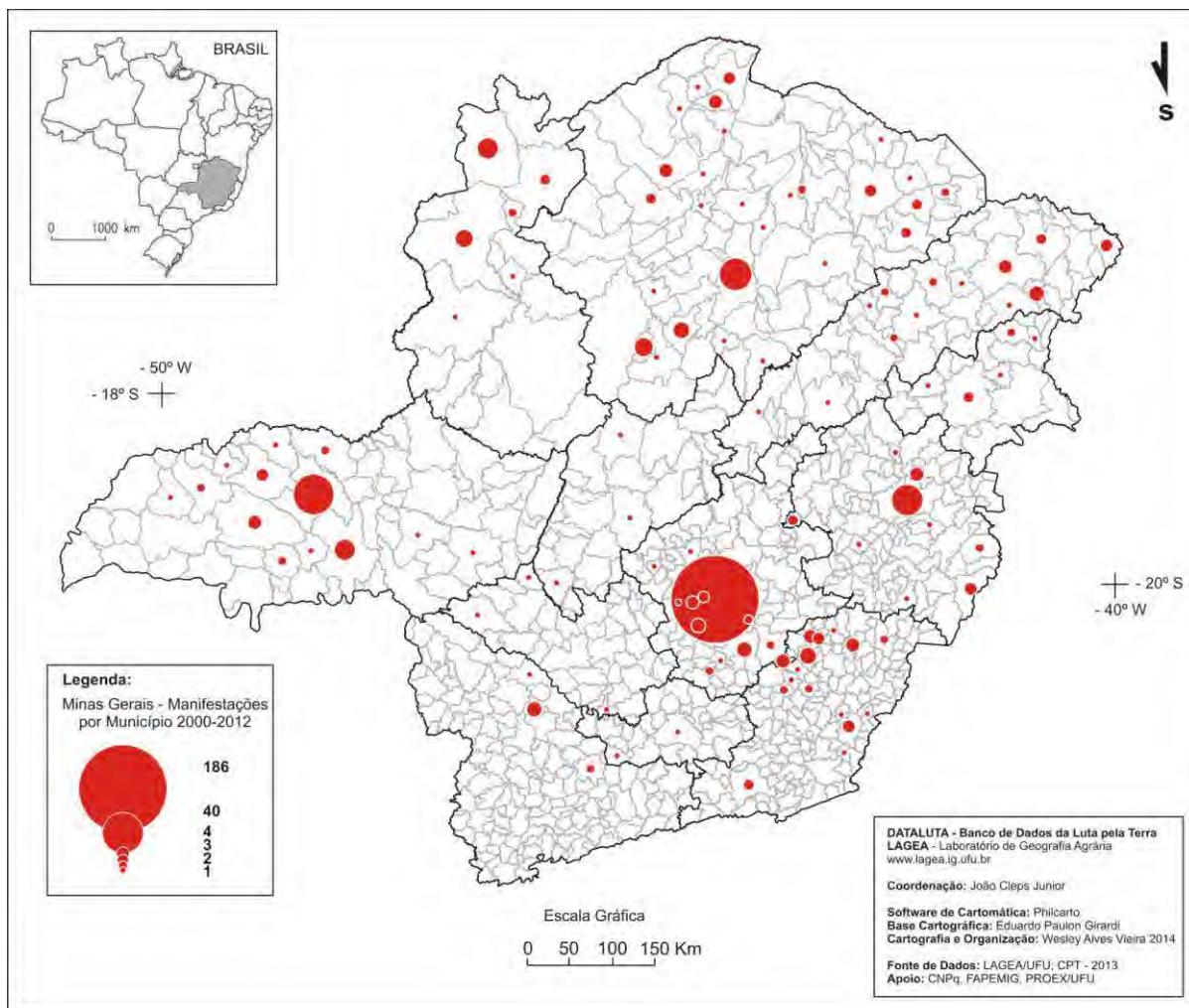
Em Minas Gerais, “questões e problemas envolvendo a mineração, expansão de monoculturas (principalmente o eucalipto e a cana) e construção de barragens têm sido objetos de conflitos recentes” (CLEPS JR., 2014). Assim, “só ocupar terras não muda mais a correlação de forças. O MST precisa das alianças com a cidade”, isso, como uma tática de parceria com os movimentos urbanos e aproximação da sociedade, ou seja, “se na periferia [...] for preciso hortigranjeiros mais baratos, então vamos fazer desapropriações, inclusive no perímetro urbano, e entregar um ou dois hectares para as pessoas produzirem alimentos” (STÉDILE, 2014).

Nesse contexto, a incidência dos movimentos socioterritoriais e a atuação de outras organizações ligadas ao campo em Minas Gerais distribuíram-se e atuaram em todo o estado mineiro entre 2000 e 2012. As mesorregiões que mais tiveram registros de manifestação no período foram: Metropolitana de Belo Horizonte, com 85.112 pessoas em 219 manifestações, Norte de Minas, com 83.369 pessoas em 88 manifestações e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba com 40.539 pessoas em 73 atos de manifestações. Os dados indicam que o Norte de Minas e o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, são as mesorregiões mais conflituosas do estado, mais que a Metropolitana de Belo Horizonte, que registrou o maior número de ocorrências por conter a sede administrativa do governo do estado e de outros órgãos públicos ligados ao campo. Esse é um dos motivos pelo qual faz concentrar nela o maior número de manifestações, sobretudo as que acontecem em períodos pontuais, tais como “Abril Vermelho” ou datas que registram massacres de sem-terrás. As outras mesorregiões Vale do Rio Doce, Zona da Mata, Jequitinhonha, Noroeste de Minas, Sul/Sudoeste de Minas, Vale do Mucuri, Central Mineira, Oeste de Minas e Campo das Vertentes, registraram entre duas e 42 manifestações entre 2000 e 2012, com destaque para as quatro primeiras mesorregiões. O total no estado, entre o período, foi 330.374 pessoas, em 547 manifestações (Mapa 3).

Na capital Belo Horizonte, por exemplo, foram realizadas 186 manifestações relacionadas com os problemas do campo. No Norte de Minas, os movimentos tiveram atuações expressivas em Montes Claros, com 26 atos, Jequitaí e Pirapora com sete manifestações cada uma no período. No Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, destacaram-se os municípios de Uberlândia, com 40 manifestações, Uberaba, com 11 e Prata com cinco. Na

Zona da Mata, as manifestações foram distribuídas, com o maior número de atuações, entre os municípios de Ponte Nova, Abre Campo, Muriaé e Juiz de Fora. No Vale do Rio Doce, o município de Governadores Valadares ocupou o quarto lugar, com 24 manifestações no período, com destaque ainda para Frei Inocêncio, com cinco atuações. No Vale do Jequitinhonha, destacaram-se, com maior número de manifestações, os municípios de Felisburgo, Jequitinhonha, Salto da Divisa e Almenara.

Mapa 3 – Minas Gerais: Número de Manifestações Realizadas pelos Movimentos Socioterritoriais (por Município 2000-2012)



Fonte: Dados – DATALUTA/MG; CPT, 2013. Dados atualizados até 13/08/2013.
Cartografia e Organização: VIEIRA, W. A., 2014.

No período entre 2000 e 2012, ainda, ocorreram 11 manifestações em Buritis e oito em Unaí, na mesorregião Noroeste de Minas. Teófilo Otoni e Águas Formosas salientaram-se com maior número de manifestações no Vale do Mucuri. Campo do Meio registrou o maior número no Sul/Sudoeste de Minas, e ocorreram ainda, com maior incidência, manifestações em Pompéu e em Três Marias na Central Mineira e, por último, em São Roque de Minas, no

Oeste de Minas. É importante evidenciarmos, ainda, que, em 2012, 15 novos municípios entraram na lista de ocorrência de manifestações, com destaque as mesorregiões Norte de Minas, Oeste e Zona da Mata.

O fato de, por diversas vezes, a maioria dos veículos de informação de massa não darem a devida atenção, não exercendo, assim, a função social de transmitir informações corretas e imparciais sobre as manifestações de luta pela Reforma Agrária, oculta uma imensidão de estratégias políticas e problemas sociais ocorridos no campo e na cidade, que têm como principais sujeitos os militantes dos diversos movimentos socioterritoriais, amigos e amigas destes movimentos, que contribuem de diversas maneiras, para alcançarem os objetivos elencados nas reivindicações em curso – estas têm levado para as ruas um considerável número de pessoas. No entanto essas ações não são socializadas em boa parte dos veículos de informação, que, além disso, não abrem espaço para as discussões dos problemas agrários. Quando tais ações são divulgadas, não são discutidas ou apresentadas como atos de luta e que refletem algo de errado no campo, mas como ações que devem ser criminalizadas pelo Estado e pela opinião pública.

Entre as principais estratégias e atos de manifestações mais realizadas pelos movimentos e organizações socioterritoriais, no campo e nas cidades mineiras, com reivindicações distintas e objetivas de alcance de públicos variados, estão: bloqueios de rodovias, atos de concentrações em espaços públicos, ocupações de prédios (públicos, privados e agências bancárias), marchas, caminhadas e acampamentos. Entre outras ações, estão, ainda, encontros temáticos, audiências, celebrações religiosas, vigílias, greves de fome e de sede, distribuição de panfletos e mutirões.

As diversas formas de manifestações dos movimentos socioterritoriais constituem-se como fundamentais ao processo de conquista da terra e da Reforma Agrária. Mais que isso, elas constituem-se em um direito ou um dever de toda a sociedade, uma vez que o Estado e suas instâncias jurídicas, por meio de suas políticas e ações, têm promovido a concentração de um dos principais meios de produção – a terra, e, com isso, a legalização de injustiças contra os pequenos produtores rurais, atuando, assim, favoravelmente às transnacionais dos agronegócios em Minas Gerais.

3.2.3. As ocupações como principais estratégias de acesso à terra

Uma das principais estratégias de luta dos movimentos sociais no campo, no estado mineiro, são as ocupações de terras. Estas são “ações coletivas das famílias sem-terra que, por meio da entrada em imóveis rurais, reivindicam terras que não cumprem a função social” (CPT, 2010, p. 10). Tais ações não são, na maioria das vezes, pacíficas, e resultam em fortes repressões e violência contra aqueles que as realizam, evidenciam-se, dessa forma, os conflitos por terra. Portanto, esses conflitos estão relacionados com a Questão Agrária – processo indissociável, pois responde às contradições do *Paradigma do Capitalismo Agrário*.

A ocupação é, então, parte de um movimento de resistência a esses processos, na defesa dos interesses dos trabalhadores, que é a desapropriação do latifúndio, o assentamento das famílias, a produção e reprodução do trabalho familiar, a cooperação, a criação de políticas agrícolas voltadas para o desenvolvimento da agricultura camponesa, a geração de políticas públicas destinadas aos direitos básicos da cidadania [...] no nosso país, predominam as ocupações de terras devolutas e/ou públicas, e as ocupações de latifúndios, que têm sido importantes formas de acesso à terra [...] a ocupação é um processo socioespacial, é uma ação coletiva, é um investimento sociopolítico dos trabalhadores na construção da consciência da resistência no processo de exclusão. (FERNANDES, 2000, p. 62; 68; 73).

As ocupações promovidas pelos movimentos sociais, nesse contexto, traduzem-se em estratégias de resistências importantes nas conquistas de territórios, ou seja, da espacialização da luta pela terra e pela Reforma Agrária. As lutas criam e recriam espaços de experiências, antes e depois de serem concretizadas, mesmo porque as ocupações agregam um caráter político e simbólico, construído em espaços de debates, de estratégias e lutas políticas. O “cortar a cerca” representa, desde os espaços coletivos dos adultos aos espaços educacionais infantis, umas das principais místicas contra o latifúndio e os agronegócios.

Essa experiência tem a sua lógica construída na práxis. Essa lógica tem como componentes constitutivos a indignação e a revolta, a necessidade e o interesse, a consciência e a identidade, a experiência e a resistência, a concepção de terra de trabalho contra a de terra de negócio e de exploração, o movimento e a superação (FERNANDES, 2000, p.62).

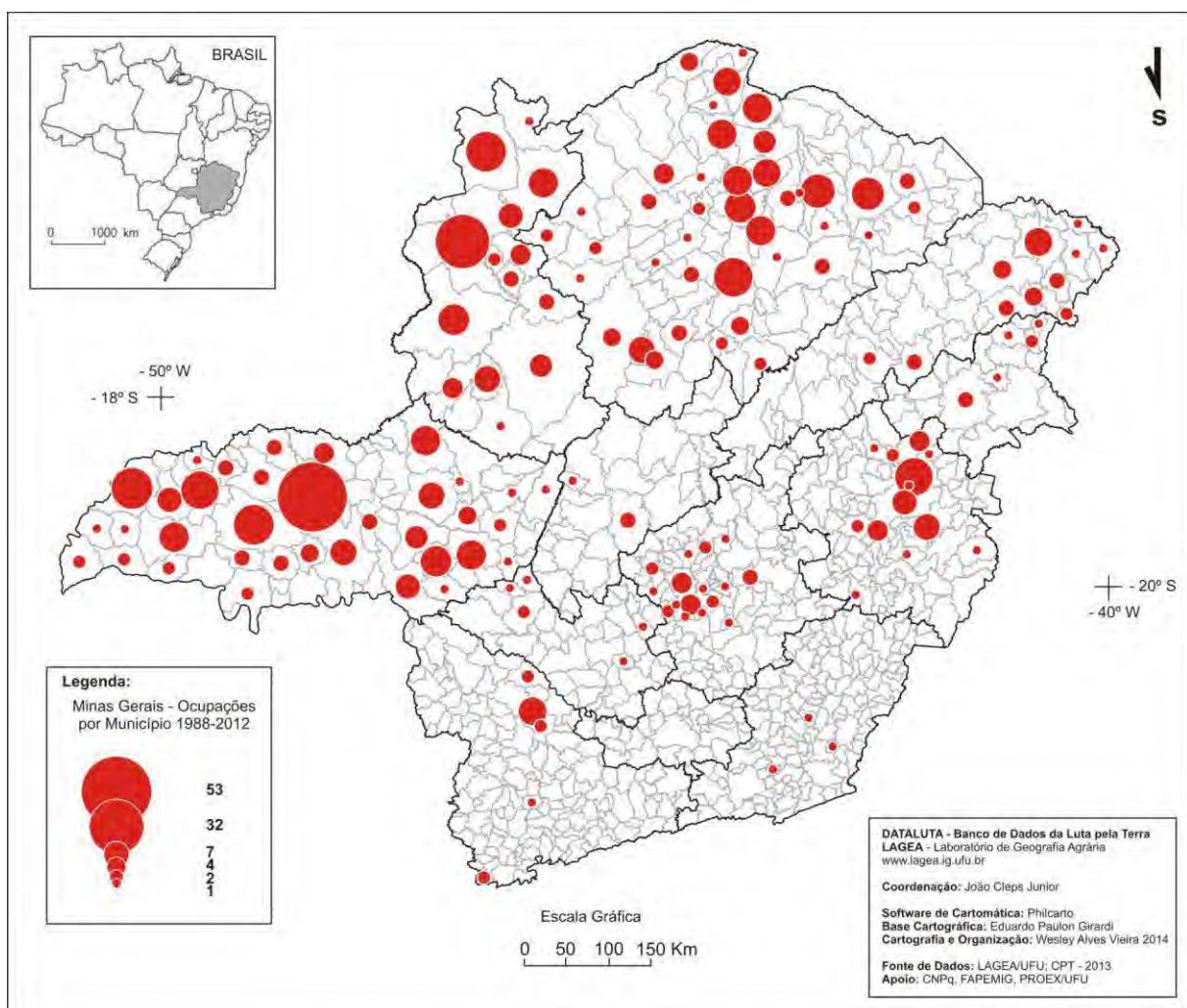
Além disso, as ocupações de terras são estratégias de lutas pela garantia do que está previsto do Estatuto da Terra de 1964, a Reforma Agrária é dever do poder público, pois este deve “zelar para que a propriedade da terra desempenhe sua função social, estimulando planos para a sua racional utilização, promovendo a justa remuneração e o acesso do trabalhador aos benefícios do aumento da produtividade e ao bem-estar coletivo”⁴⁶. Mesmo com a garantia

⁴⁶ Art. 2º,§ 2º,b.

desse direito na Lei, as contradições das forças estruturais do capitalismo continuarão existindo, contudo esse princípio constitucional é um dos principais elementos de reivindicação dos movimentos socioterritoriais.

Em Minas Gerais, entre 1988 e 2012, nas mesorregiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Norte de Minas e Noroeste de Minas, foram registradas 77,7% de todas as ocupações de terras no estado e, também, concentraram o maior número de participação das famílias – foram 50.052 famílias que lutaram pela terra nas três regiões que se destacaram. No Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba 22.988 famílias realizaram 232 ocupações de terras, no Norte de Minas, 16.648 promoveram 186 ocupações; no Noroeste de Minas, 10.416 famílias atingiram 113 ocupações e, em outras oito mesorregiões que formam o estado, 18.329 famílias realizaram 152 ocupações. Em todas as mesorregiões, no período, foram registradas 683 ocupações, com a participação de 68.381 famílias (Mapa 4).

Mapa 4 – Minas Gerais: Ocupações por Município 1988-2012

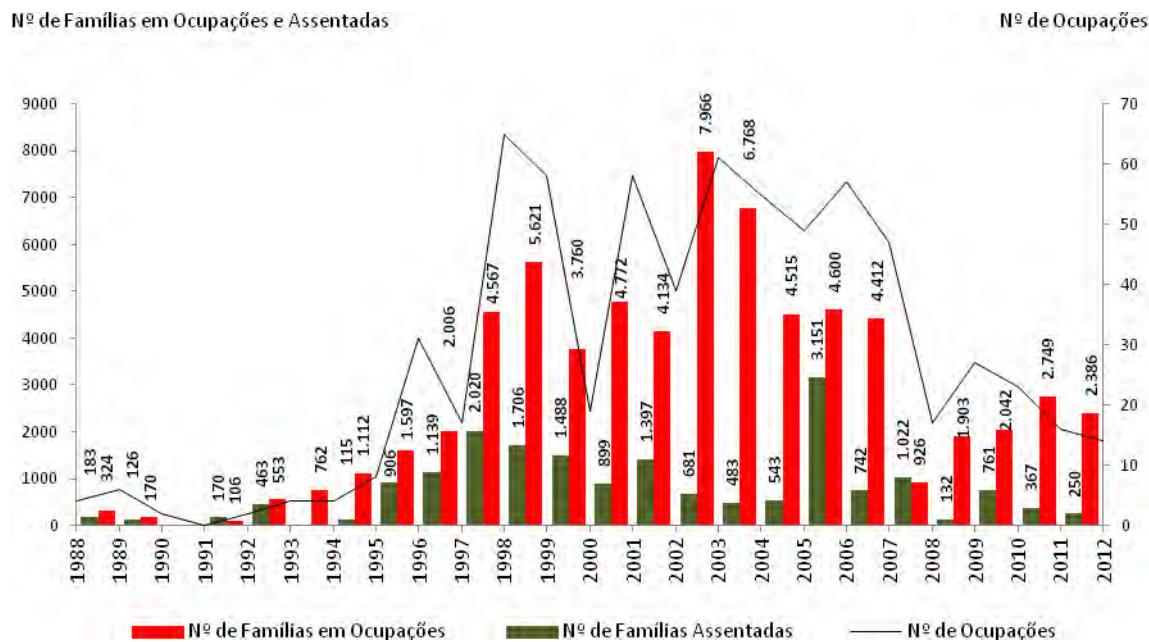


Fonte: Dados – DATALUTA/MG; CPT, 2013.
Cartografia e Organização: VIEIRA, W. A., 2014.

Assim, vimos que as estratégias de luta pela Reforma Agrária e pela posse da terra – as ocupações – acompanham, na maioria dos casos, as mesorregiões com os maiores índices de concentração de terra, ocupação dos agronegócios no estado, tais como Norte de Minas, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Noroeste de Minas (VIEIRA, 2012).

As ocupações de terras ocorridas foram intensificadas em Minas a partir de 1996, no governo de FHC (1995-2002), e permaneceram expressivas até início do segundo mandato do governo Lula – ambos os governos com iniciativas que representam, no Brasil, o patamar mais alto do neoliberalismo com FHC, e implementação massiva de tais iniciativas no governo Lula (2003-2010). Essas iniciativas foram expressas, sobretudo, pelas políticas econômicas – com ênfase, as direcionadas ao campo. Ao considerarmos o total de 68.381 mil famílias, que, dentre outras coisas, reivindicaram terras em Minas Gerais, percebemos que as pressões e reações (número de ocupações e número de famílias em ocupações) ligadas às contradições no campo, foram mais expressivas entre os anos de 1998 e 2007. No Gráfico 4, temos a dimensão da demanda por Reforma Agrária, sobretudo nos governos FHC e Lula, os dados demonstram que o número de famílias que lutaram e lutam pela terra no país, foi e é muito mais elevado que o número de famílias assentadas.

Gráfico 4 – Minas Gerais: Relação do Número de Famílias em Ocupações, Assentadas e o Número de Ocupações (1988-2012)



Fonte: Dados – DATALUTA/MG; CPT, 2013.
Organização: VIEIRA, W. A., 2014.

A diminuição das ocupações como nos governos Lula e Dilma estão ligadas, principalmente, às políticas públicas sociais de transferência de renda, que atenuam o ritmo das ações e influem no processo de lutas sociais, estão ligadas ainda, às ações conjuntas entre os representantes dos agronegócios (empresas, latifundiários, políticos, mídia etc.) e o judiciário que atuam para criminalizar as estratégias dos movimentos socioterritoriais, por fim, estão associadas às mudanças de táticas dos movimentos que são renovadas a fim de melhor alcançarem os seus objetivos (CLEPS JR., 2014).

A dimensão territorial da luta pela terra e de outros conflitos relacionados à Questão Agrária (manifestações, ocupações, mortes, trabalho escravo), em Minas Gerais, são as maiores contradições do capitalismo expressas, principalmente, pelos agronegócios. Essas contradições podem ser identificadas nas mesorregiões em que houve mais ocupações de terras e nos municípios onde os movimentos socioterritoriais mais atuaram.

A mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba com uma economia baseada essencialmente no agronegócio, comércio e serviços, possui forte influência cultural e, da dinâmica econômica de São Paulo, destaca-se pela produção de milho, soja e cana-de-açúcar (SEAPA-MG, 2012). Contradicitoriamente, as injustiças sociais no campo têm caminhado paralelamente ao desenvolvimento dos agronegócios, ou seja, umas das regiões mais dinâmicas, em termos de ordenamento territorial e acumulação de riquezas, apresenta-se, também, como a mais incoerente, ao identificarmos nela os maiores índices de conflitos por terra. Entre 1988 e 2012, as estratégias de ocupações de terras na mesorregião se destacaram nos municípios de Uberlândia (53), Santa Vitória (19), Prata (18), Ituiutaba (16).

A mesorregião Norte de Minas, entre as áreas dos Brasil e de Minas Gerais que mais carece de investimentos sociais, de infraestrutura e desenvolvimento econômico, tem sua economia baseada nos agronegócios e na mineração de ferro. A mesorregião possuía, em 2010, uma *Renda Domiciliar Per Capita* de R\$455,33, estava à frente apenas das mesorregiões Jequitinhonha e Vale do Mucuri, e dos dez municípios com menores índices nesse quesito, seis⁴⁷ são do Norte de Minas (IBGE, 2010⁴⁸).

A desigualdade é uma marca cruel da economia e da sociedade mineira. As áreas de maior concentração de pobreza em Minas Gerais são em Jequitinhonha, Norte e Rio Doce, os dados são os mesmo de 2010 e não mudou nada. Os índice de renda e analfabetismo batem. No Norte de Minas e em Mucuri, mais de 50% população não ganha meio salário mínimo e é explorada eleitoralmente (RICCI, 2013)⁴⁹.

⁴⁷ São João das Missões, Pai Pedro, Santo Antônio do Retiro, Ninheira, Bonito de Minas e São João da Ponte.

⁴⁸ Dados organizados pela Fundação João Pinheiro 2010.

⁴⁹ Em reportagem divulgada pela organização Cáritas Brasileira intitulada “Cáritas Minas Gerais assume compromisso com a superação da pobreza no Brasil”, um professor da PUC Minas.

A economia da região caracteriza-se, ainda, pelas dinâmicas da “pecuária à produção da biotecnologia avançada, da produção de energia elétrica e biodiesel à fabricação de produtos têxteis, da fruticultura à produção de florestas, da cachaça de qualidade à paçoca de carne de sol”. O agronegócio, principal atividade econômica desempenhada na região, segundo a reportagem do Jornal Estado de Minas (2011)⁵⁰, está associado ao projeto de irrigação Jaíba. Gorutuba e Pirapora somam 26,8 mil hectares irrigados para a produção de banana, limão, manga, uva e cana-de-açúcar para a produção de etanol. Nos municípios de Janaúba, Januária, Montes Claros, Pirapora e Salinas, o agronegócio é o segmento prioritário nos conselhos regionais. Em relação às atividades minerárias,

A transformação do Norte de Minas na nova fronteira mineral do estado é aposta de grandes empresas nacionais e multinacionais detentoras de direitos minerais na região. Entre elas, Vale, CSN, Grupo Votorantim, MTransminas, Mineração Minas Bahia (Miba) e Gema Verde. A ideia é viabilizar a exploração de minério de baixo teor. A reserva estimada é de 20 bilhões de toneladas de minério abrangendo 20 municípios, entre eles, Salinas, Rio Pardo de Minas, Grão Mogol, Porteirinha e Nova Aurora. Para alavancar a exploração mineral nesta nova fronteira, no entanto, será preciso infraestrutura e planejamento logístico (JORNAL ESTADO DE MINAS, 12/10/2011).

Apesar da aptidão para agricultura e dos projetos que levam água para a região semiárida no Norte de Minas, em 2012, o Índice de Gini, que retrata a estrutura fundiária da região, apontou-a como uma das mesorregiões mineiras com a maior quantidade de índices de concentração fundiária, junto com a mesorregião Jequitinhonha, o que significa ser aquela uma das regiões com as maiores desigualdades quanto ao acesso e posse da terra. A mesorregião apareceu como a segunda do estado, em que mais houve ocupações de terra, entre 1988 e 2012, do total de 186 ocupações no período, os municípios que mais registraram as ações foram Montes Claros (17), Porteirinha (13), Rio Pardo de Minas (12), São João da Ponte (11), Capitão Enéas, Itacarambi, Matias Cardoso e Varzelândia, com 10 ocupações cada um.

A mesorregião Noroeste de Minas, com influências culturais e econômicas de Brasília e Goiânia, é a primeira maior produtora de milho de Minas Gerais, com 594 mil toneladas na safra 2011/2012, sendo Unaí e Buritis os maiores produtores (SEAPA, 2012). É também a maior fornecedora de soja do estado, os municípios que mais produzem são Unaí, Buritis e Paracatu. De maneira contraditória, a região somou, entre 1988 e 2012, 113 ocupações de terra, com destaque, também, para os municípios de Unaí (32), Buritis (18), Paracatu (11) e Arinos (10).

⁵⁰ Publicação em 12/10/2011, atualização em 13/10/2011 - “Norte de Minas será a nova fronteira da mineração” <<http://migre.me/h2x8p>>.

O Vale do Rio Doce, é a mesorregião que se destaca, economicamente, pela presença do complexo siderúrgico “Vale do Aço”, sobretudo os municípios que concentram essa atividade econômica, voltada, especialmente, para a exportação aos grandes mercados industrializados, sobressaem, também, pela monocultura de eucalipto, pelos impactos ambientais e pelas disparidades econômicas entre os municípios. A mesorregião, que registrou 51 ocupações de terra no período (1988-2012), teve os municípios de Frei Inocêncio (16), Tumiritinga (8) e Governador Valadares (7) como destaques.

As outras mesorregiões registraram menos de 10 ocupações por município no período entre 1988 e 2012. A luta pela terra foi evidenciada em Almenara (9 ocupações) no Vale do Jequitinhonha; em Betim (5) e Esmeralda (5), na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte; em Campo do Meio (9), no Sul/Sudoeste de Minas; em Machacalis (2) e Teófilo Otoni (3), no Vale do Mucuri; em Bambuí (2), no Oeste de Minas; em Pompéu (3), na Central Mineira e o município de Goianá, na mesorregião Zona da Mata, pelo número de famílias que participaram – 50 famílias.

Assim, a territorialização da luta pela terra e pela Reforma Agrária, em suas maiores dimensões, que compreende a conflitualidade no campo em Minas Gerais, foi expressiva, notadamente, nos municípios de Uberlândia, Unaí, Santa Vitória, Buritis e Prata, Montes Claros, Frei Inocêncio e Ituiutaba, Porteirinha, Araxá, Paracatu e São João da Ponte. Entre os municípios em que as ocupações vêm se intensificando, estão: Arinos, Campina Verde, Capitão Enéas, Coromandel, Ibiá, Itacarambi, Matias Cardoso e Varzelândia.

3.2.4. As áreas de assentamentos como expressões de conquistas e de desafios

Os assentamentos rurais são expressões de conquistas nos contextos históricos dos movimentos socioterritoriais no campo. Essas expressões são discutidas e construídas desde os espaços políticos de debates, que passam pelos espaços de formação, questionamento da realidade e massificação, até as manifestações, ocupações de terras e acampamentos. O conjunto dessas conquistas tem como um dos principais questionamentos o problema da propriedade capitalista da terra e os usos desiguais e degradantes dos bens naturais. A luta pela Reforma Agrária não termina com a conquista dos assentamentos, que, na verdade, são o início de uma nova jornada em curso no processo de democratização da terra e dos outros meios de se viver nela.

A reforma agrária é, antes de mais nada, um processo sociopolítico, que, com as transformações recentes na agricultura, também se transformou e, portanto, possui

novas características, exatamente pelas novas realidades que foram construídas pelas lutas sociais, agora dimensionadas em novas questões, em que estão contidas a história da luta, como, por exemplo: novas formas de organização do trabalho e a questão ambiental. As novas realidades que se fazem no cotidiano são perceptíveis no espaço da micropolítica que pode ser, por exemplo, o espaço do assentamento, que é o *locus* das relações sociais e estas devem ser analisadas nas suas espacialidades, ou seja nas dimensões das diversas formas de relações com a sociedade (FERNANDES, 1998, p. 19).

Os assentamentos são espaços que, no processo de conquista, colocaram em debate as oportunidades desiguais de acesso à terra e a Reforma Agrária, ou seja, o conjunto de reivindicações associadas à vida no campo, às formas de organização dos movimentos socioterritoriais, aos conflitos e violências no campo, à política econômica, ambiental e social do país e às especificidades sociais, culturais e de usos dos territórios. Os assentamentos significam, mesmo após a conquista, que são espaços de continuidade desses debates e desafios pela conquista de autonomia em relação às estruturas determinantes do capitalismo onde os assentamentos estão contidos. “As lutas por frações do território – os assentamentos – representam um processo de territorialização na conquista da terra de trabalho contra a terra de negócio e de exploração” (FERNANDES, 2000, p. 67).

Os assentamentos fornecem-nos a interface para pensarmos a conjuntura atual do campo brasileiro. Ou seja, nestas áreas, as conquistas, representadas pelas formas de organizar, produzir, gerar e distribuir a renda, participar e formar-se politicamente e as novas experiências, formam uma nova base social e produtiva no território. Contudo, no tocante aos problemas enfrentados, a trajetória de luta é percorrida com a violência do abandono por parte de algumas instâncias do Estado, como a do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), devida, em parte, às más condições de trabalho que enfrenta e, devido, ainda, à criminalização da luta pela Reforma Agrária por parte do Poder Judiciário e do Poder Executivo, que, predominantemente, vêm defendendo os interesses dos latifundiários no país. O que indica o contexto atual é que estes órgãos, da forma como estão sendo pensados e geridos, estão operando como representantes, particularmente, dos interesses do agronegócio, vinculado ao capitalismo financeiro internacional, que atua no controle da produção com uso de agrotóxicos e na exploração do trabalho no campo. As reivindicações no campo, mesmo após a criação dos assentamentos, vão desde políticas agrícolas acessíveis às políticas agrárias, de planejamento e organização participativa do território, até a resolução de questões associadas às necessidades básicas de sobrevivência no campo.

Para pensarmos os assentamentos rurais no Brasil, é importante termos em mente, inicialmente, que, entre os anos de 1961 e 2009, a Política Nacional de Reforma Agrária do

INCRA compreende os assentamentos rurais em 20 tipos⁵¹, que se diferem pelas características das famílias assentadas, tipos de exploração econômica dos territórios e órgãos responsáveis, além disso, as políticas de obtenção de terras no Brasil baseiam-se nas diferentes formas de transferência de posse da terra⁵².

Além das formas consideradas pelas políticas de obtenção, há, ainda, os assentamentos obtidos pela chamada Reforma Agrária de Mercado (RAM), realizada por meio de transações e contratos financeiros entre campesinos e instituições do governo. Entre os anos de 1998 e 2009, tais formas de obtenção da terra passaram pelos programas Cédula da Terra (PCT), Banco da Terra (BC), Crédito Fundiário (CF), Combate à Pobreza Rural (CPR), Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), Nossa Primeira Terra/Consolidação da Agricultura Familiar (NPT/CAF) e Nossa Primeira Terra/Combate à Pobreza Rural (NPT/CPR) (Tabela 4).

Tabela 4 – Distribuição do número de famílias e Área de RA e RAM - 1998-2009

Presidente - Governador-MG	Ano	Nº de Assentamentos		Nº de Famílias	
		RA ¹	RAM ²	RA	RAM
FHC - Eduardo Azeredo	1998	9	19	481	765
	1999	4	8	398	225
	2000	8	9	750	89
	2001	0	62	0	670
	2002	4	101	246	1.513
FHC - Itamar Franco	2003	2	63	271	604
	2004	7	11	239	262
	2005	14	21	575	429
	2006	5	11	184	108
	2007	0	122	0	395
	2008	5	143	132	241
	2009	22	2	761	41
	TOTAL	80	572	4.037	5.342

Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA e Banco de Dados da Reforma Agrária de Mercado – BDRAM.

¹Reforma Agrária, ²Reforma Agrária de Mercado.

Organização: SILVA, D. F., 2011

⁵¹ Projeto de Assentamento Federal (PA), Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), Assentamentos Quilombolas (AQ), Projetos de Reassentamento de Atingidos por Barragens (PRB), Projeto de Assentamento Florestal (PAF), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), Projeto de Assentamento Conjunto (PAC), Projeto de Assentamento Dirigido (PAD), Projeto de Assentamento Rápido (PAR), Projeto de Colonização Oficial (PC), Projeto Integrado de Colonização (PIC), Projeto Fundo de Pasto (PFP), Projeto de Assentamento Estadual (PE), Projeto de Assentamento Municipal (PAM), Projeto de Assentamento Casulo (PCA), Florestas Nacionais (FLONA), Reservas Extrativistas (RESEX), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Floresta Estadual (FLOE) e Projeto Agroextrativista (PEAEX).

⁵² **Adjudicação** – transferência dos direitos de posse e domínio da terra de um dono para um credor; **Cessão** – transferência dos direitos de uso da terra do Poder Público para um grupo nativo ou organizações; **Compra** – aquisição de imóvel rural pelo Estado para fins de reforma agrária, compra efetuada diretamente com o proprietário; **Confisco** – apreensão e integração compulsória de imóvel rural sem direito a indenização, efetuada pelo Estado, em áreas com culturas ilegais de plantas psicotrópicas; **Desapropriação** – expropriação ou desapropriação efetuada pelo Estado para fins de reforma agrária em imóveis rurais que não cumprem função social, as áreas bem como as benfeitorias são passíveis de indenização; **Doação** – transferência patrimonial mediante o contrato firmado, o doador pode ser pessoa física ou jurídica; **Incorporação** – destinação de terras devolutas para reforma agrária; **Reconhecimento** – medida adotada pelo governo federal que visa incorporar projetos de assentamentos criados pelas esferas estaduais e municipais; **Transferência** – transferência do direito de propriedade entre pessoas física e jurídica perante os trâmites legais (COCA, 2011).

Dentre as possibilidades de acesso à terra, há a necessidade de interpretar as condições de acesso às políticas, bem como aos programas agrários pelos(as) pequenos(as) produtores(as). Destacamos, também, a necessidade de compreensão quanto às exigências, sobretudo dos programas de acesso à terra da “reforma agrária” de mercado e, de fato, quais são as intenções de transformação estrutural da sociedade, inicialmente, pelo reconhecimento da função social da terra como prioridade nas políticas e programas de Reforma Agrária. Certo é que toda propriedade rural deva cumprir funções sociais de interesse da ampla maioria da sociedade.

O que se encontra, realmente, no cerne desse debate sobre a questão agrária, é a relação entre o camponês e o capital, ou seja, são as perspectivas da produção familiar no processo de desenvolvimento e de transformação das relações sociais na agricultura [...]. A ideia de assentamento está diretamente relacionada à de pequena produção. Lugar e relação social se processam enquanto fonte de poder e resistência, “integrados” ou excluídos, os trabalhadores constroem, sempre, novas estratégias que garantem a materialização de sua existência. Nesse sentido, a terra é, também, o espaço da luta, pois é onde se realizam os processos sociais [...]. O assentamento é o espaço político da realização da diversidade de experiências e estratégias (FERNANDES, 1998, p. 17;22).

Em Minas Gerais, quanto às formas de obtenção de assentamentos pelos sem-terra entre 1986 e 2012, do total de 397 assentamentos criados, 76,8% foram conquistados por desapropriação, 13,9% por reconhecimento, 6% por compra, 1,5% por doação, 0,5% por transferência. Para 1,3% dos assentamentos não foram encontradas as informações quanto às formas de obtenção.

Por desapropriação, evidenciam-se, pelo tamanho da área, os assentamentos Agronorte (23.480 hectares) Americana (18.793 hectares) e São João do Boqueirão (17.340 hectares), no Norte de Minas, Fruta D’Anta (18.731 hectares) em João Pinheiro, no Noroeste de Minas. Pelo número de famílias, destaca-se o assentamento Nova Tangará, em Uberlândia, no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, com 247 famílias; e no Norte de Minas, o município de Correntes, em Várzea de Palma, com 234 famílias, Agronorte com 201 famílias no município de Gameleiras e Jacaré Grande, em Janaúba, com 200 famílias. Destaca-se, ainda, por desapropriação, o Assentamento Fruta D’Água, em João Pinheiro, no Noroeste de Minas, com 225 famílias. Por reconhecimento, considerando tanto o total de famílias quanto a área conquistada, destacamos o Assentamento Jaíba-Etapa I, com 540 famílias, em uma área de 12.129 hectares.

As áreas adquiridas pelo Governo Federal por compra, também levando em conta o número de famílias e área, destacam-se os Assentamentos Paulo Faria, no município de Prata no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, com 288 famílias, em 5.854 hectares; e Nova Lagoa

Rica, em Paracatu, no Noroeste de Mina, com 109 famílias, em 5.209 hectares. Outros dados relevantes, ainda para os assentamentos rurais de Minas Gerais, são quanto à tipologia desses espaços. No estado, há três tipos de assentamentos: Projeto de Assentamento Federal (PA); Projetos de Reassentamento de Atingidos por Barragens (PRB) e Projeto de Assentamento Estadual (PE). Ao demonstrarmos as maiores expressões em cada tipo de assentamento no estado, pelo total de famílias assentadas, temos o Assentamento Betinho (PA), em Bocaiuva – Norte de Minas, Assentamento Rio Verde I (PE), pelo tamanho da área conquistada⁵³, também no Norte de Minas; e o Assentamento União do Povo (PRB), em Itamarandiba, no Vale do Jequitinhonha (Tabela 5).

Tabela 5 – Minas Gerais: Tipos de Assentamentos 1986-2012

Tipo de Assentamento	Nº Assentamentos	Famílias Assentadas	Área (ha)
Projeto de Assentamento Federal (PA)	349	18.746	912.418
Projetos de Reassentamento de Atingidos por Barragens (PRB)	36	19	58.075
Projeto de Assentamento Estadual (PE)	12	897	60.719
TOTAL	397	19.662	1.031.212

Fonte: INCRA/DATALUTA/MG (1986-2012) (dados atualizados até 13/08/2013).

Organização: VIEIRA, W. A., 2014.

Ao considerarmos o número de assentamentos nas mesorregiões e nos respectivos municípios, têm-se, no Noroeste de Minas, os municípios de Unaí, com 25 assentamentos, 1.549 famílias assentadas, em 68.322 hectares; o município de Buritis, com 23 assentamentos, 804 famílias, em 34.342 hectares; Arinos, com 17 assentamentos, 735 famílias, em 37.175 hectares; e Paracatu, com 12 assentamentos e 820 famílias em 38.099 hectares. Na mesorregião foram criados quatro novos assentamentos em 2012.

Na mesorregião Norte de Minas, a segunda com o maior número de assentamentos sendo duas áreas criadas em 2012, o município de Jaíba, com 12 assentamentos, para 1.023 famílias, em 59.480 hectares.

No Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, os municípios de Uberlândia com 15 assentamentos, 832 famílias, em 20.038 hectares; e Campina Verde, com 12 assentamentos, 625 famílias, em 17.407 hectares. O município de Prata teve o quarto assentamento criado em 2012.

Nas outras mesorregiões, evidenciam-se os municípios de Jequitinhonha e Leme do Prado, na mesorregião Jequitinhonha; Itueta e Tumiritinga, no Vale do Rio Doce; Betim e Funilândia, na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte; Pompéu, na Central Mineira;

⁵³ Não consta o número de famílias nos dados considerados.

Teófilo Otoni, no Vale do Mucuri; Campo do Meio e Guapé no Sul/Sudoeste de Minas; Bambuí, no Oeste de Minas e Visconde do Rio Branco na Zona da Mata (Tabela 6).

Tabela 6 – Minas Gerais: Assentamentos Rurais por Mesorregião, Nº de Famílias Assentadas e Área (ha) 1986-2012

Mesorregiões	Nº Assentamentos	Nº Famílias Assentadas	Área (ha)
Noroeste de Minas	115	5.954	296.260
Norte de Minas	111	6.333	478.471
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	86	4.455	122.482
Jequitinhonha	35	1.168	74.136
Vale do Rio Doce	30	829	28.845
Metropolitana de Belo Horizonte	9	249	3.394
Central Mineira	4	330	15.682
Vale do Mucuri	3	179	6.046
Sul/Sudoeste de Minas	2	87	2.676
Oeste de Minas	1	49	2.411
Zona da Mata	1	29	810
TOTAL	397	19662	1.031.212

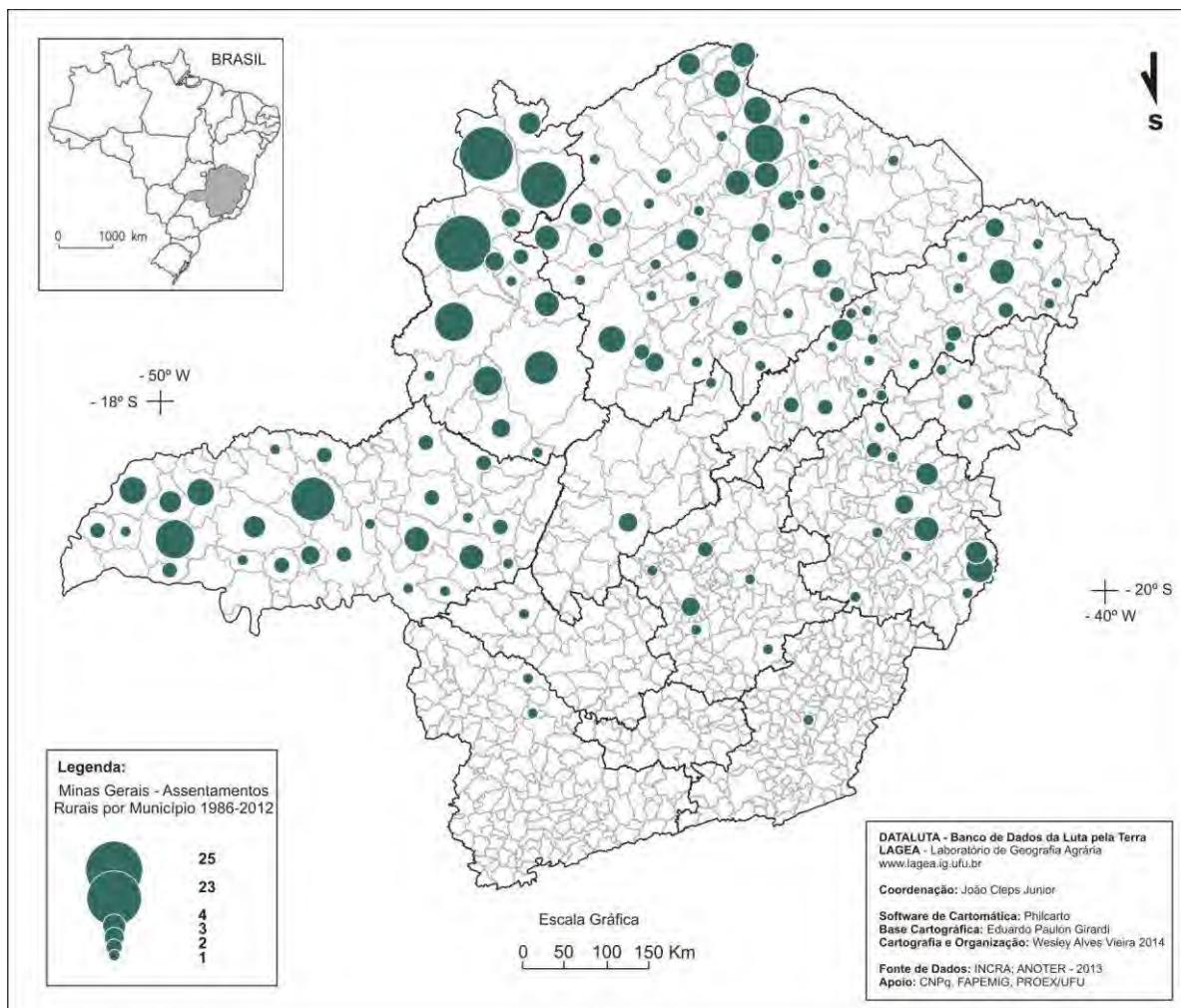
Fonte: INCRA/DATALUTA/MG (1986-2012) (dados atualizados até 13/08/2013).

Organização: VIEIRA, W. A., 2014.

Considerando, ainda, as mesorregiões e o número de famílias assentadas, destacamos os assentamentos Fruta D'Anta, em João Pinheiro, no Noroeste de Minas, com 225 famílias; Assentamento Betinho, em Bocaiuva, com 734 famílias, no Norte de Minas; Assentamento Paulo Faria, no município de Prata, com 288 famílias assentadas; e Assentamento Tangará, em Uberlândia, com 247 famílias, ambos no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba; Assentamentos Craúno, pelo tamanho da área⁵⁴ (11.090 hectares), e Franco Duarte, com 93 famílias, ambos, no Vale do Jequitinhonha; Assentamento 1^a de Julho, em Tumiritinga, no Vale do Rio Doce, com 81 famílias assentadas; Assentamento 2 de Julho, em Betim, com 49 famílias, na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte; Assentamento 26 de Outubro, com 144 famílias, em Pompéu, na Central Mineira; Assentamento Saudade, em Teófilo Otoni, no Vale do Mucuri, com 144 famílias; Assentamento Santo Dias, em Guapé, com 47 famílias, no Sul/Sudoeste de Minas; Assentamento Margarida Alves, em Bambuí com 49 famílias, no Oeste de Minas; e Olga Benário, em Visconde do Rio Branco na Zona da Mata com 29 famílias – estes são os assentamentos com o maior número de famílias em cada mesorregião mineira (Mapa 5).

⁵⁴ Não consta o número de famílias nos dados considerados.

Mapa 5 – Minas Gerais: Assentamentos Rurais por Município 1986-2012



Fonte: Dados – INCRA; ANOTER, 2013.
Cartografia e Organização: VIEIRA, W. A., 2014.

Apesar de lentas, as conquistas no campo, cada vez mais, se territorializam no Estado de Minas Gerais, contudo muito ainda precisa ser feito. No estado, além dos conflitos de terras oriundos dos embates entre as propostas de desenvolvimento territorial dos movimentos socioterritoriais e dos agronegócios, há também os desafios e lutas das comunidades quilombolas, indígenas, de povos ribeirinhos, dentre tantos outros grupos e comunidades que, por vezes, são forçados a deixar suas terras para implantações de projetos de investimentos particulares ou governamentais, que, para eles não terão serventia. As ocupações de terras em Minas, envolvendo movimentos, indígenas e quilombolas reivindicaram em 2013, 92.000 hectares de terras, maior área em disputa do país (CPT, 2013).

Como se não bastasse ainda, as populações do campo enfrentam graves problemas socioeconômicos, ambientais e com a seca na parte semiárida do estado. As mineradoras vêm atuando com grande intensidade, deixando um rastro inapagável de degradação do solo e das

água. Parte do Norte de Minas, que já sofre com seca, a pobreza e a falta de investimentos sociais e de infraestrutura para as populações mais carentes, enfrentam grandes contradições vindas da aliança entre o capital e Estado, que vêm realizando grandes obras hídricas e aumentando a exclusão social, que junto com as mineradoras, aumentam a demanda por água. Alguns exemplos podem ser listados como, a Barragem de Berizal (Bacia do Rio Pardo) nos municípios de Taiobeiras, São João do Paraíso, Ninheira, Berizal, Indaiabira e Rio Pardo de Minas poderão atingir mais de 700 famílias (CPT, 2013).

Ainda no Norte de Minas, os empresários dos agronegócios, mesmo com uso intensivo de agrotóxicos em modelos de produção controlados por eles, são beneficiados com recursos públicos investidos em projetos de irrigação envolvendo a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), sob o discurso de combater a seca. Na verdade, tais projetos violam vários direitos humanos e atingem centenas de pessoas, como no caso das obras em andamento da Barragem no Rio Jequitaí, que atinge os municípios de Jequitaí, Claro dos Poções, Bocaiúva e Francisco Dumont (CPT, 2013). Questões como privatizações das águas, monocultivo de eucaliptos são recorrentes no Cerrado mineiro.

É nesse contexto que estão inseridos os movimentos e organizações sociais socioterritoriais que atuam no campo e nas cidades, promovendo manifestações de diversas formas e para públicos distintos, as ocupações de terras são maneiras históricas de reivindicação tanto da terra como de outros direitos básicos, como a preservação da flora e da fauna, das águas e do solo. Os assentamentos são expressões concretas de conquistas de longas trajetórias de lutas, de idas e vindas, com despejos, ameaças, com tempos de calor ou frio intensos, enfim, são espaços conquistados com lutas e que ainda sobrevivem por meio delas, são lugares que podem contribuir para outra proposta de desenvolvimento, mais humana, igualitária e digna em relação à vida humana.

4. A TERRITORIALIZAÇÃO DO MST NO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA: UM ESTUDO DO PA EMILIANO ZAPATA EM UBERLÂNDIA-MG

Após analisarmos as disputas históricas no campo em Minas Gerais, no contexto da formação e organização territorial, da luta pela terra e dos desafios nas áreas de assentamento em cada mesorregião, iremos investigar e avaliar a territorialização do MST no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, assim como os desafios e as conquistas do movimento na mesorregião, a partir do PA Emiliano Zapata em Uberlândia, no contexto das políticas públicas de Reforma Agrária e desenvolvimento territorial.

4.1. A territorialização do MST no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba

No contexto nacional, o MST surgiu entre 1979 e 1985, com a união de diversos trabalhadores rurais posseiros e arrendatários sem-terrás, que fizeram as primeiras ocupações de terras no país com experiências construídas, principalmente, na luta e história de resistências de posseiros na Amazônia e experiências de luta pela terra no Nordeste, com as Ligas Camponesas, e no Centro-Sul do país (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul) (FERNANDES, s/d, p. 3). A ocupação da Fazenda Annoni por, aproximadamente, 1.500 famílias, em outubro de 1985, em um local conhecido como Encruzilhada Natalino, no Norte do Rio Grande do Sul, tornou-se um marco na história de luta pela terra do MST no Brasil. A ocupação foi a primeira genuinamente organizada pelo movimento no país.

O desenvolvimento capitalista nas cidades e no campo, com o estímulo à mecanização e modernização da agricultura, pelo projeto capitalista do Regime Militar, promoveu a expulsão de assalariados, arrendatários e parceiros dos latifúndios, em grande quantidade, na região Sul do país, aumentando, assim, as contradições. Com o aniquilamento das Ligas Camponesas em 1964 pelos militares e a construção da mega usina hidrelétrica de Itaipu no Paraná, diversas famílias de pequenos proprietários foram desapropriados em função das áreas de inundação (FERNANDES, 1999; MORISSAWA, 2001).

A solução, para muitas dessas famílias, foi migrar para as áreas de fronteira agrícola em projetos de colonização e de transferência de mão de obra do governo, para os estados de Rondônia, Pará e Mato Grosso. Com apoio das igrejas Luterana e Católica, por meio da CPT, surgiram, na década de 1970 e início da década de 1980, diversos movimentos de luta pela Reforma Agrária como Movimento Justiça e Terra (MJT), Movimento dos Agricultores Sem

Terra do Oeste do Paraná (MASTRO), Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES), Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná (MASTEN), Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro-Oeste do Paraná (MASTRECO) e Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral do Paraná (MASTEL), todos esses movimentos formados por famílias atingidas pela hidrelétrica binacional de Itaipu. Antes disso, no Paraná, em 10 anos, 100 mil pequenos proprietários rurais perderam suas terras devido à mecanização da agricultura (FERNANDES, 1999; MORISSAWA, 2001).

Nesse contexto, o capital estrangeiro encontrou enorme facilidade para adquirir terras no Brasil a preços simbólicos e financiados com recursos públicos do Banco da Amazônia Sociedade Anônima (BASA). Estima-se que cerca de 30 milhões de hectares passaram a serem propriedades de empresas multinacionais, grandes indústrias, construtoras e bancos (FERNANDES, 1999; MORISSAWA, 2001).

Nesse sentido, diversas outras lutas em torno da Reforma Agrária surgiram em Santa Catarina, no próprio Paraná, em Mato Grosso do Sul e em São Paulo na década de 1980 e início da década de 1990. Com as conquistas iniciais, o MST ganhou popularidade e novas famílias de trabalhadores sem-terrás reivindicaram a Reforma Agrária em diferentes estados ao mesmo tempo e, a partir dos encontros e debates promovidos pela CPT depois de 1981, aconteceu, em 1984, em Curitiba no Paraná, o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em que se oficializou o nascimento do MST (FERNANDES, 1999; MORISSAWA, 2001) (Quadro 2).

Quadro 2 – Fases do MST: Síntese de alguns principais acontecimentos e características do movimento

Fases do MST	Período	Síntese de alguns principais acontecimentos e características do movimento
Gestação e nascimento	1979 a 1985	- Fase considerada embrionária, tempos em que novas experiências de luta pela terra ocorreram a partir de 1979, especialmente no Centro-Sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul); - Período de criação de comissões, setores e coordenações, definição do modelo de estrutura organizativa; - Foi realizado o 1º Encontro Nacional do MST em 1984; - Foi realizado o 1º Congresso Nacional em 1985; - Foi realizada, em 1985, a primeira ocupação de terra (Fazenda Annoni) organizada genuinamente pelo MST;
Territorialização e consolidação	1985 a 1990	- O movimento se territorializou em todos os estados das regiões Sudeste e Nordeste, realizou suas primeiras ocupações no Estado de Goiás, na região Centro-Oeste e no Estado de Rondônia na Amazônia; - As estratégias de lutas realizadas predominantemente por trabalhadores rurais assalariados que ocupavam terra com objetivo de se livrarem do assalariamento;

Continuação

Continuação

		<ul style="list-style-type: none"> - Houve a combinação de várias formas/estratégias de luta que ocorreram separadas ou simultaneamente, tais como: ocupações de terra, marchas ou caminhadas, ocupações de prédios públicos e manifestações em frente aos prédios públicos e/ou privados; - O objetivo das ocupações de terras passou para além da conquista de uma determinada área, para o assentamento de todas as famílias; - A “massificação” passa a ter também o sentido de qualificação política por meio dos espaços de formação; - Fase de definições importantes que estabeleceram a identidade política do movimento; - Foram realizados o 2º, o 3º, o 4º e o 5º Encontros Nacionais 1985; - Foi realizado o 2º Congresso Nacional em 1990; - Em 1990 o movimento estava organizado em 23 unidades federativas como o movimento que mais ocupava terras no país; - Houve a formação permanente de lideranças que fortaleceram a organização, a territorialização e a autonomia política do movimento, criando assim uma cultura de resistência camponesa, o que explica o processo de consolidação do MST; - O MST se consolidou como movimento nacional;
Territorialização, institucionalização e mundialização	1990 aos dias atuais	<ul style="list-style-type: none"> - O movimento se territorializou na região Centro-Oeste, Distrito Federal - DF (1992) e em Mato Grosso (1995) e na região Amazônica, nos estados do Pará (1990) e Tocantins (1999); - Foi realizado o 3º Congresso Nacional em 1995; - Período de contínua territorialização, sobretudo entre 1990 e 1999, e que também inicia o processo de institucionalização, ainda em construção pelo movimento⁵⁵; - Foram criados os setores de Gênero e Saúde, o coletivo de Cultura, os núcleos de base, a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB, o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária e a Escola Nacional Florestan Fernandes (organizações vinculadas que tratam das políticas de desenvolvimento do MST); - Ampliação, a partir de meados de 1990, das relações do MST com movimentos camponeses de outros países; - Em 1996, o MST filiou-se à Via Campesina; - Foi realizado o 4º Congresso Nacional em 2000; - Em 2004, o MST organizou a 4ª Conferencia Internacional da Via Campesina; - Foi realizado o 5º Congresso Nacional em 2007; - Foi realizado o 6º Congresso Nacional em 2014;

Fontes: FERNANDES, 2008; MST, 2014.

Organização: VIEIRA, W. A., 2014.

Além das fases, entre as possibilidades de compreender as reivindicações e conjunturas em torno da Reforma Agrária pelo MST, está a análise de seus lemas, de suas palavras de ordem ao longo dos seus 30 anos de fundação (OLIVEIRA, 2001). A seguir, arrolamos os principais lemas e bandeiras de luta entre os Congressos Nacionais do

⁵⁵ A sua indefinição pode ser explicada porque ainda está em desenvolvimento, e por causa de sua estrutura organizativa que é múltipla, por abranger muitas formas de organização; plural pela diversidade dessas formas; híbrida por misturar essas formas que tem partes homogêneas dentro de uma estrutura heterogênea. (...) A institucionalização do MST é compreendida em caráter amplo. Possui o sentido da criação. A sua competência em criar diferentes formas e interagi-las lhe concede o reconhecimento por parte de todas as outras instituições. Atualmente, a estrutura organizativa do MST tem três partes interativas: *as instâncias de representação, os setores de atividades e as organizações vinculadas*. (FERNANDES, 2008).

movimento, com destaque aos anos em que os eventos aconteceram (MORISSAWA, 2001) (Quadro 3):

Quadro 3 – Principais Eventos e Lemas do MST

EVENTO	ANO	LEMA
Período de Formação do MST	(1979-1983)	“Terra Para Quem Nela Trabalha e Vive”
1º Congresso	1984 -1989	“Ocupação é a Única Solução”
2º Congresso	1990 -1994	“Ocupar, Resistir e Produzir”
3º Congresso	1995 -1999	“Reforma Agrária, Uma Luta de Todos”
4º Congresso	2000 -2006	“Reforma Agrária, Por um Brasil Sem Latifúndio”
5º Congresso	2007 -2013	“Reforma Agrária, Por Justiça Social e Soberania Popular”
6º Congresso	2014 ...	“Lutar, Construir Reforma Agrária Popular”

Fonte: OLIVEIRA, 2001; MORISSAWA, 2001.

Organização: VIEIRA, W. A., 2014.

Com o lema atual, o programa agrário nacional, divulgado pelo MST (2013), traz diversas propostas para sua nova jornada de lutas e para o campo brasileiro, entre as quais se destacam:

- A democratização da terra, ou seja, do acesso à terra, aos bens naturais a todas as populações rurais ou a quem desejar;
- Utilização da água em benefício de toda humanidade, visto que ela é um bem da Natureza. A água não pode ser vista e utilizada como uma mercadoria e nem ser de um proprietário específico, mas de todas as pessoas;
- Organização da produção agrícola que priorize a produção de alimentos saudáveis, garantir o princípio da soberania alimentar livre de agrotóxicos e de sementes geneticamente modificadas;
- Implementação de uma nova matriz tecnológica que mude o modo de produzir e distribuir a riqueza na agricultura;
- Reforma Agrária acompanhada de industrialização e agroindustrialização cooperativadas, sob o controle das famílias assentadas;
- Políticas agrícolas pelo Estado que incentivem e qualifiquem a agricultura camponesa e agroecológica na produção de alimentos saudáveis e, além disso, que garantam preços rentáveis, compra antecipada de toda produção de alimentos, crédito rural adequado, seguro rural, assistência e intercâmbio tecnológico, criatividade das famílias rurais, acesso aos meios de produção e armazenamento;
- Educação do campo como um direito fundamental das famílias rurais, que respeite suas necessidades humanas, sociais e econômicas, que zele pelos seus ambientes, suas culturas e que seja oferecida no próprio lugar onde elas vivem;

- Desenvolvimento da infraestrutura social nas comunidades rurais e camponesas, por meio de um amplo programa de construção e melhoria das moradias no campo, que garantam o acesso à energia elétrica de fontes alternativas, à água potável, ao saneamento básico, ao transporte e acesso às principais estradas e rodovias;
- Mudanças na natureza do Estado e em sua estrutura administrativa, ou seja, relações, forma de organização e funcionamento, mais acessíveis e democráticos, com menos entraves e em todas as esferas – federal, estadual e municipal –, considerando os poderes judiciário, legislativo e executivo.

Com essas propostas, o movimento pondera que,

A realização deste programa de transição de modelo na organização dos bens da natureza e da agricultura brasileira, somente será possível num contexto histórico de existência e de aliança entre um governo realmente popular, que controle o Estado a serviço das maiorias, com um vigoroso movimento de massas, que coloque os trabalhadores como sujeitos políticos permanentes dessas mudanças. Somente assim, poderá haver uma centralidade das políticas públicas do Estado e governos a favor de uma reforma agrária de cunho popular [...] (MST, 2013, p. 48).

O MST vem se organizando em Minas Gerais desde 1984, quando iniciou, no estado, sua atuação nos vales do Mucuri e do Jequitinhonha, onde foram realizadas as primeiras reuniões promovidas pela CPT para discutir as experiências de luta que o movimento realizara no Sul do país. Naquela época, em Minas, as pessoas interessadas na luta pela terra eram camponeses pequenos proprietários, meeiros, posseiros, parceiros, rendeiros, agregados, assalariados e trabalhadores rurais que se encontravam com apoio da CPT nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) do município de Poté. Estes se interessaram em aprofundar seus conhecimentos a respeito das ocupações de terras e em construir o MST em Minas Gerais. Com o número crescente de pessoas e famílias que participavam dos encontros, para discutir Reforma Agrária, “o conteúdo das reuniões era marcado pela compreensão que não bastava esperar por uma política do governo, mas que os próprios trabalhadores deveriam construir a sua organização para lutar pela terra” (FERNANDES, 1999, p. 125).

Assim, esses encontros resultaram em comissões organizadas de sem-terrás em diferentes comunidades e, posteriormente, em diversos municípios. Esses processos de construção e territorialização do movimento em Minas foram marcados por desafios e divergências quanto às formas de luta em suas diferentes frentes. Parte das lideranças exercia tripla jornada de atuação entre militância, atividades pastorais e sindicais – desafios esses, que

impediam o movimento de realizar ocupações de terras no estado (FERNANDES, 1999, p. 125).

Nesse tempo, aconteciam lutas de resistência e ocupações isoladas em todas as regiões de Minas. No ano de 1985, os sem-terra começaram a manter contatos com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais para discutirem a formação de uma articulação estadual e fortalecer a luta. Com esse objetivo, em junho, os sem-terra promoveram, com o apoio da CPT, um encontro regional em Teófilo Otoni, quando reuniram experiências de lutas e propuseram a organização dos trabalhadores nos municípios. Elegeram uma coordenação regional e iniciaram os trabalhos de base nos municípios de Ladainha, Teófilo Otoni, Pavão, Ouro Verde de Minas e Frei Gaspar. Em agosto, realizaram um encontro estadual na cidade de Belo Horizonte, com representantes das regiões: vale do Mucuri, Norte de Minas, Jequitinhonha e Zona da Mata. Os trabalhadores relataram as diferentes experiências de lutas de resistência e pequenas ocupações isoladas, formadas principalmente por posseiros (FERNANDES, 1999, p. 125).

Com os desafios da luta pela terra, da construção e da renovação de suas propostas no contexto nacional, o MST ocupou terra, pela primeira vez, em Minas Gerais, em 1988, época em que, no Brasil, o movimento ocupou mais terras do que as obtidas pela política de Reforma Agrária do governo federal. A primeira ocupação no estado está entre as diversas atuações no contexto nacional relacionadas à fase de “territorialização e consolidação” do movimento no país (1985-1990).

Em um contexto histórico de elaboração e promulgação da nova Constituição (1988), que assegura a distribuição de terra por interesse social, o MST e outros movimentos socioterritoriais foram combatidos pela atuação da bancada ruralista e setores do agronegócio, que, de diversas formas, mormente por meio do aparelhamento do Estado, impediram que a Lei fosse cumprida. A atuação do movimento em Minas no contexto nacional foi resultado de um esforço de ampliação e intensificação da luta pela terra no país (FERNANDES, s/d, p. 9).

Foi em 12 de fevereiro de 1988 que 400 famílias, organizadas pelo MST, ocuparam, pela primeira vez no estado mineiro, a fazenda Aruega (Novo Cruzeiro/MG – Mesorregião Jequitinhonha), e marcaram com tal ação o processo ativo de territorialização e massificação do movimento em Minas (FERNANDES, 1999, p. 125; MST, 2013).

Atualmente (2013), o MST agrega, em Minas, cerca de 6 mil famílias, sendo que, dessas, 2 mil já foram assentadas em 44 áreas conquistadas. No estado, o movimento está organizado em 8 regionais (Vales do Jequitinhonha/Mucuri; Vale do Rio Doce; Zona da Mata; Sul de Minas; Triângulo Mineiro; Norte de Minas; Metropolitana/Centro Oeste; Alto Paranaíba/Noroeste de Minas) em mais de 70 áreas organizadas (MST, 2013). Nos 25 (em

2014) anos de organização do MST no estado mineiro, cada regional possui peculiaridades que, na história do movimento, merecem ser lembradas (Quadro 4).

Quadro 4 – Regionais Organizadas pelo MST em Minas Gerais e Principais Características

Regionais organizadas pelo MST em Minas Gerais	Principais Características
Vale do Jequitinhonha/Mucuri	Regional onde o MST começou a luta pela Reforma Agrária no estado, foi a que ficou marcado por um dos maiores conflitos de terra em Minas com o Massacre de Felisburgo em 2004.
Vale do Rio Doce	Para o MST/MG, é onde há uma das mais importantes concentrações de acampamentos e assentamentos do movimento no estado, onde também, possui o Centro de Formação Estadual Francisca Veras (CFFV) em Governador Valadares.
Metropolitana/Centro Oeste	É considerada uma região estratégica, em Belo Horizonte o movimento possui espaços (acampamentos, assentamentos e escritório) que dão suporte para as lutas que realizam junto ao centro de poder do Estado – espaços fundamentais para a continuidade e apoio nas outras regionais.
Sul de Minas/Campo do Meio	Onde, de acordo com o movimento, os assentamentos com sua bandeira avançaram na produção agroecológica. Em Campo do Meio, o movimento assinala, em sua trajetória, um dos mais antigos e emblemáticos conflitos no estado, com a antiga usina Ariadnópolis.
Norte de Minas	Uma das regiões mais conflituosas do estado, é marcada pelas adversidades e desafios enfrentados pelas famílias ligadas ao movimento, pois, além de conviverem com as características geofísicas do semiárido, convivem com os conflitos marcados pela violência nos latifúndios dos antigos coronéis, que ainda exercem forte influência na política. Enfrentam, ainda, pistoleiros comandados por empresas que possuem terras na região.
Alto do Paranaíba/Noroeste de Minas	Regional onde as grandes propriedades de terras estão cada vez mais associados às grandes empresas, o que acirra os conflitos pelas terras férteis. Mesmo sendo uma das mais novas, a regional obteve conquistas importantes o que faz o movimento avançar na luta pela Reforma Agrária.
Zona da Mata	Nesta regional, em 2013, o movimento alcançou uma de suas maiores conquistas em Minas, o Assentamento Denis Gonçalves no município de Goianá – o maior assentamento do MST no estado.
Triângulo Mineiro	A regional mais conflituosa do estado, em termos de luta pela Reforma Agrária, é onde o movimento enfrenta constantes embates com a territorialização do agronegócio, mesmo assim, com tantas adversidades entre o movimento e o agronegócio e outras organizações de luta pela terra, o MST vem obtendo conquistas importantes e desafiadoras desde 1990.

Fonte: MST/MG, 2013.

Organização: VIEIRA, W. A.,2014.

Dos 397 assentamentos existentes em Minas Gerais (1986-2012), o MST coordena, atualmente, 44 assentamentos e 47 acampamentos. Na mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, dos 86 assentamentos no mesmo período, existem 11 assentamentos e 11 acampamentos organizados pelo movimento. Dos acampamentos, três estão especificamente no Triângulo Mineiro⁵⁶. O MST vem travando luta pela Reforma Agrária na mesorregião desde 1989 (CARVALHO, 2011). A trajetória e a organização do movimento no Brasil deparam-se com inúmeros desafios ante a mobilização dos grandes proprietários de terra, do agronegócio e de boa parte dos veículos de comunicação, que trabalham em função dos interesses destes. Isso nos mostra que,

O MST é o legítimo sucessor das heroicas lutas de camponeses acontecidas desde o longínquo passado histórico até hoje, como Canudos, Contestado, Ligas Camponesas, Trombas e Formoso, entre outras. É uma herança variada e muito rica de inspiração mística, de disciplina pessoal e grupal, de intuição de caminhos novos de conquista da democracia, da cidadania, da mudança, enfim, por meio da luta pela terra e na terra, de relacionamento autônomo, independente do poder, sem jamais se deixar envolver ou cooptar por ele. Em alguns pontos, entretanto, o MST inova, comparado a esses antecessores seus (BALDUÍNO, 2004, p.22).

As estratégias do MST são consideradas eficazes por aqueles que apoiam o movimento em função, sobretudo, das táticas de luta pela terra, entre elas, as ocupações, ações construídas e colocadas em práticas a partir de uma trajetória de preparo, que envolve formação, solidariedade, valores associados ao campo e massificação, representam táticas de lutas pela Reforma Agrária, levando em conta, principalmente, a função social da terra e uma forma de expor o caráter desigual da concentração fundiária, do agronegócio e da divisão internacional do trabalho associada à exploração dos bens naturais, associada, ainda, ao capitalismo financeiro no mundo. A luta do MST segue a partir de sólidos pilares de sustentação, ou seja, de estudos, de levantamentos de dados, de espaços de formação, de místicas e organização, que perpassam desde sua base pela unidade, a participação e a disciplina.

No Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, o movimento conta com duas regionais organizativas, sendo uma regional no Triângulo e outra no Alto Paranaíba, esta, desde 2009, com algumas conquistas e ainda muitos desafios. O MST organizou-se, no Triângulo Mineiro, nos anos de 1989, quando, no contexto nacional, o movimento estava em sua fase de “territorialização e consolidação” (1985 a 1990) (FERNANDES, 1999). Foi naquele ano que o movimento fez a sua primeira ação de luta, começando o seu processo de territorialização

⁵⁶ A organização do MST no estado de Minas em regionais é diferente das 12 Mesorregiões Geográficas delimitadas pelo IBGE (1990).

em Minas no município de Iturama (SILVÉRIO, 2006; CARVALHO, 2011). Boias-frias (cortadores de cana) e lideranças vindas do Sul do país, convidadas por outros trabalhadores rurais sem-terra da região fizeram a primeira ocupação no Triângulo Mineiro, na Fazenda Santo Inácio Ranchinho, quando também foi realizado o primeiro trabalho de base para a construção do processo de luta pela Reforma Agrária na região. Atualmente (2014), esta mesma fazenda é um dos assentamentos mais antigos no Triângulo. Na época, as ações de ocupações de terras na região ocorriam sem a orientação ou coordenação de movimentos, mesmo depois que as lideranças do MST chegaram, não se hasteavam bandeiras em consequências dos já existentes conflitos políticos e ideológicos ante os processos iniciais de massificações. Tais conflitos eram internos e, momentaneamente, externos, com autoridades policiais, pistoleiros e outras parcelas da sociedade – o período foi de intensa criminalização da luta pela terra na região.

Nesse cenário, no trabalho de base e de massificação, a princípio, o movimento promoveu diversas ações com outros movimentos e organizações, entre elas, Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais (SINDIELETRO/MG), Movimento de Luta pela Terra (MLT), Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e outros. Entre as ações, a segunda grande ocupação de terra na região, na Fazenda Sonho Azul, hoje também transformada em assentamento.

O período entre 1989 e 1997 é avaliado, de acordo com a pesquisa de campo, o “período antigo” do MST no Triângulo Mineiro, aliás, os períodos marcantes do movimento na região, em função tanto da conjuntura política regional quanto das lideranças que estiveram à frente do movimento, são 1989-1997, 1998-2000 (período considerado “moderno”), 2001-2004 e 2005, até a elaboração deste trabalho. No período inicial de atuação, em decorrência dos conflitos políticos e das grandes dificuldades enfrentadas no trabalho de base, as poucas lideranças deixaram o Triângulo Mineiro e só voltaram em 1997. Antes desse ano, mesmo com grandes ocupações, o MST ainda não havia conquistado área alguma de acampamento como base do processo de territorialização (especificamente, com a bandeira do MST), isso só foi possível, pela primeira vez, em 1997, com a ocupação da Fazenda Jubran no município de Santa Vitória.

A territorialização do movimento na região, no período entre 1998 e 2000, foi marcada por grandes divergências em relação aos princípios políticos, ideológicos e disputas internas e com outros movimentos. A luta pela Fazenda Jubran (município de Santa Vitória), no período anterior, causou uma das maiores divisões do movimento na região. Internamente,

o MST identificou e desligou pessoas que queriam comercializar a terra e a luta por ela, ou seja, pessoas que queriam arrecadar valores financeiros de outras pessoas no processo de conquista da terra. O cenário do conflito pela Fazenda Jubran foi notícia da Folha Online em 1997, em uma reportagem com o título “MST invade fazenda Jubran pela segunda vez em MG⁵⁷”, cujo conteúdo informava:

Cerca de 200 famílias ligadas ao MST voltaram a invadir nesta sexta-feira à tarde a fazenda Jubran, no município de Santa Vitória, no Triângulo Mineiro. A ação aconteceu por volta das 15h. Os sem-terra aproveitaram o desvio das atenções para a visita do ministro Arlindo Porto (Agricultura) a uma cidade vizinha para entrar na área pela segunda vez em menos de três meses. Havia seis seguranças na fazenda no momento da invasão. Não houve confronto, mas o clima era tenso às 17h, segundo o agente da CPT (Comissão Pastoral da Terra) Marcelo Rezende. A PM não tinha chegado ao local até as 17h30. Além de seguranças particulares, a fazenda é patrulhada por homens da União de Defesa do Produtor Rural, entidade ruralista criada para combater o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) na região do Triângulo Mineiro (FOLHA ONLINE, 1997).

Perante enfrentamentos e disputas territoriais, o movimento conquistou, na época, por desapropriação, os assentamentos Paulo Freire (Fazenda Nossa Senhora das Graças), para 43 famílias em Santa Vitória, Olhos D’água (Fazenda com o mesmo nome), para 27 famílias em Sacramento, e Zumbi dos Palmares (Fazenda Colorado), para 22 famílias em Uberlândia, no total, foram 3.570,65ha de terras. Externamente, nesse período, de acordo com as lideranças do MST entrevistadas, o movimento sofria grandes pressões que visavam enfraquecer suas lutas no Estado e perante a sociedade.

Nessa correlação de forças políticas e de disputas, entre tantas ações dos ruralistas, no segundo semestre do ano 2000 foi publicado no jornal Correio de Uberlândia os esforços dos ruralistas filiados à Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ) e ao Sindicato Rural de Uberlândia (SRU) na criação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar as irregularidades cometidas no processo de reforma agrária, tendo como alvo o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). [...] Parece-nos evidente que nesses anos de disputa pela terra, seja ela por todo território nacional ou em regiões como o Triângulo Mineiro, ocorreu a organização dos ruralistas contra os processos de reforma agrária. Para isso, buscam na justiça criminalizar ou identificar possíveis atos ilícitos em órgãos responsáveis pela desapropriação de fazendas improdutivas e nos Movimentos sociais de luta pela terra (SILVÉRIO, 2006, p. 83-84).

Em meio às pressões políticas contra a Reforma Agrária no Triângulo Mineiro, entre 2001 e 2004, o movimento teve significativos avanços na região. Na época, o MST tinha escritório regional, meios de comunicação e de transporte exclusivos para as lutas que suscitava, foi um período de forte trabalho de massa e de massificação. A ocupação da

⁵⁷ Fonte: <<http://www1.folha.uol.com.br/fol/pol/px037824.htm>>. Acesso em: fev. 2014.

Fazenda municipal Fundação Educacional Rural de Uberlândia (FERUB), em 2001, abandonada pelo governo municipal da época, foi de suma importância na trajetória de lutas das famílias do Acampamento Emiliano Zapata, as quais, nos anos seguintes, conquistariam suas terras e outras associadas aos processos de lutas e desafios daquelas famílias (SILVERIO, 2006).

A trajetória regional do MST, de 2005 até 2014, foi também marcada por desafios e conquistas, o movimento vem construindo seus territórios, dentre outras ações e espaços, em três acampamentos na região: Acampamento Irmãos Naves (atualmente, em Araguari), desde 2002, pela desapropriação da Fazenda Quilombo naquele município, o acampamento abriga uma média de 50 famílias em sua trajetória; com 30 famílias o movimento organiza o Acampamento Roseli Nunes desde 2004 (hoje, em Uberlândia) pela desapropriação da Fazenda Palermo em Monte Alegre de Minas, e também com 30 famílias, o Acampamento 1º de Maio (atualmente, também em Uberlândia), desde 2006, pela Fazenda São Francisco Letreiros no município (Mosaico 1).

Mosaico 1 – Acampamento 1º de Maio (Uberlândia) e Acampamento Irmãos Naves (Araguari)



Fonte: Trabalhos de Campo/abril de 2013.
Autoria: VIEIRA, W. A., 2013.

As famílias acampadas enfrentam constantes desafios, cotidianamente, estão em ações que representam a luta pela Reforma Agrária, ações estas que envolvem encontros,

reuniões, ocupações de prédios públicos e privados, bloqueio de rodovias e, ao mesmo tempo, promessa e mais promessas de lideranças políticas e outras autoridades que são desacreditadas em função da morosidade dos processos de reconhecimento, resolução e transferência de terras e, resolução de outras injustiças no campo.

A territorialização do MST no Triângulo Mineiro vem ocorrendo, principalmente, a partir do município de Uberlândia, local onde o movimento agrupa o maior número de assentamentos rurais e de acampamentos. As lideranças regionais estão tanto nos acampamentos, nos assentamentos, como nas cidades, há lideranças distribuídas em Uberlândia, Uberaba, Araguari e Santa Vitória. A primeira grande conquista do movimento na mesorregião foi o Assentamento Paulo Freire (antiga Fazenda Nossa Senhora das Graças), situado a 33 km do município de Santa Vitória. As 43 famílias que vivem hoje no local começaram sua trajetória de luta na região em 1997 e permaneceram por quase dois anos em luta pela terra, quando, em 5 de outubro de 1998, elas foram contempladas com o assentamento. As famílias no Paulo Freire conquistaram não apenas a terra, mas uma parte de sua independência no campo, pois agora elas produzem entre 70 e 80 mil litros de leite por mês, que são armazenados em tanques comunitários⁵⁸, além disso, conquistaram a Escola Municipal Nossa Senhora das Graças, que fica dentro do assentamento, lá estudam tanto os filhos dos(as) assentados(as) como das famílias rurais do entorno (MOREIRA, 2012).

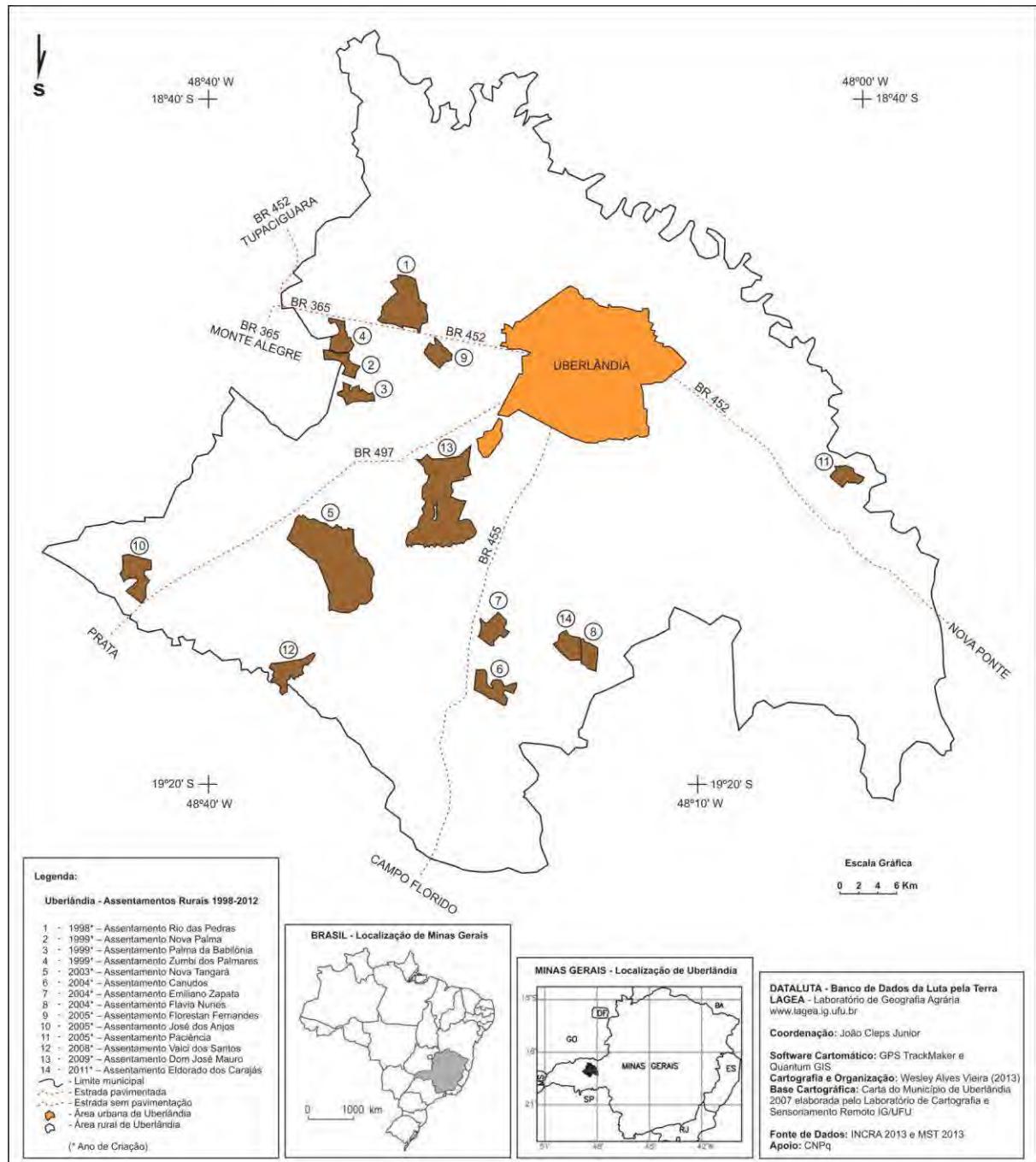
Na mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Uberlândia é o terceiro maior município em extensão territorial, com 4.115.206 Km², de acordo com os dados do IBGE e, de acordo DATALUTA, foi, entre 2000 e 2012, o segundo em Minas Gerais com o maior número de manifestações de luta pela terra, o primeiro, entre 1990 e 2012, com o maior número de ocupações de terras e também de famílias em ocupações e, além disso, ocupa o quarto lugar com o maior número de assentamentos criados – 15 assentamentos, entre 1986 e 2012 (Mapa 6). Destes, seis assentamentos são coordenados pelo MST, o movimento mais atuante de luta pela Reforma Agrária no estado de Minas Gerais (VIEIRA, 2012).

De acordo com os dados do SNCR (2011), o município possui pouco mais de 363 mil hectares cadastrados para 2.988 imóveis, sendo que, desses, 538 imóveis ocupam uma área de apenas 9.392 hectares e outros 89 imóveis juntos somam 60.224 hectares. A maior parte do município de Uberlândia é formada por imóveis acima de 100 hectares, o que representa significativa concentração fundiária na região. Conforme presenciamos nos trabalhos de campo, os assentamentos liderados pelo MST em Uberlândia representam, além

⁵⁸ Entre os desafios das famílias do Assentamento Paulo Freire, identificados por Vidigal (2013), é o da Adoção de Boas Práticas de Manejo do leite produzido, visto que as famílias não têm assistência técnica regulares pelos órgãos competentes.

da conquista da terra, a continuidade da luta pela Reforma Agrária, ou seja, a luta pela permanência na terra e pela expansão de territórios, onde possa haver novas perspectivas de transformações das relações sociais de produção, de desenvolvimento social, econômico e de novas experiências de resistência, enfim, representam uma jornada de lutas em curso.

Mapa 6 – Uberlândia: Assentamentos Rurais (1998-2012)



Fonte: Dados – INCRA; MST, 2013.

Cartografia e Organização: VIEIRA, W. A., 2013.

Uberlândia abrange 15 assentamentos rurais e um elevado número de ocupações de terras em relação ao restante dos municípios mineiros, configurando-se como o mais conflituoso em termos de luta pela terra na mesorregião, juntamente com o município de Prata. Nesse contexto, Uberlândia é um importante espaço em termos de impactos de assentamentos rurais e estratégias de territorialização de assentamentos e de mobilização pela Reforma Agrária.

A primeira ocupação de terra do MST no município foi na Fazenda Colorado, em 28 de janeiro de 1998 (SILVÉRIO, 2006). Tal ação resultou na conquista do segundo assentamento do movimento no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, o Assentamento Zumbi do Palmares, o qual foi a terceira⁵⁹ e rápida vitória do MST. O assentamento Zumbi foi importante espaço para revigorar as forças do movimento e a trajetória de desafios e recompensas do MST na mesorregião, além disso, ele está profundamente relacionado à luta pelo Assentamento Emiliano Zapata, também no mesmo município. No processo de territorialização marcado por conflitos, despejos e ocupações, as famílias do antigo acampamento Emiliano Zapata tinham o Assentamento Zumbi como abrigo e apoio no processo de luta pela terra e pela Reforma Agrária.

O Projeto de Assentamento Federal Emiliano Zapata (antiga Fazenda Santa Luzia), adquirido pelo governo federal por desapropriação, é um dos 15 assentamentos existentes no município de Uberlândia e um dos onze formados pelo MST no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (Tabela 7), possui 25 famílias em uma área de 645 hectares. Criado em 2004, é considerado, por algumas lideranças do movimento, como um dos assentamentos mais organizados potencializados pelo MST no município, possui significativa produção agropecuária baseada, sobremaneira, em hortaliças e leite, quintais organizados e, além disso, é o assentamento do MST, que concentra boa parte das lideranças do movimento na região.

⁵⁹ A segunda grande vitória do MST no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba foi o Assentamento Olhos D'Água (antiga Fazenda com o mesmo nome), em 18 de janeiro de 1999, no município de Sacramento.

Tabela 7 – Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: Assentamentos Rurais conquistados pelo MST

Ano de Obtenção*	Data de Criação**	Nome o Assentamento	Famílias Assentadas	Área (ha)	Município	Forma de Obtenção	Fase
1998	05/10/1998	Paulo Freire	43	1.510,28	Santa Vitória	Desapropriação	Em estruturação
1998	18/01/1999	Olhos D'água	27	1.514,00	Sacramento	Desapropriação	Em estruturação
1998	26/07/1999	Zumbi dos Palmares	22	546,3671	Uberlândia	Desapropriação	Em estruturação
2001	18/06/2004	Flávia Nunes	15	417,4835	Uberlândia	Desapropriação	Em estruturação
2004	09/11/2004	Canudos	24	667,6264	Uberlândia	Desapropriação	Em estruturação
2004	23/11/2004	Emiliano Zapata	25	638,0196	Uberlândia	Desapropriação	Em estruturação
2004	29/11/2005	Francisca Veras	35	1.044,55	Campo Florido	Desapropriação	Em estruturação
2005	07/12/2005	Florestan Fernandes	22	494,7719	Uberlândia	Desapropriação	Em estruturação
2005	19/12/2005	Dandara	20	479,5666	Uberaba	Desapropriação	Em estruturação
2004	30/03/2006	Eldorado dos Carajás	24	608,8042	Uberlândia	Desapropriação	Em instalação
SI***	05/07/2010	Frei Tito	40	1.305,56	Patos de Minas	Compra	Criado
TOTAL			297	9.227,03			

*Processo de avaliação, negociação e compra da terra;

** Quando o movimento recebe o documento de posse da terra;

*** Sem Informação.

Fonte: INCRA - Relatório 0227 - 23/03/2012 – dados atualizados até 31/12/2011; MST Triângulo Mineiro.

Elaboração: VIEIRA, W. A., 2013.

A marcha das famílias assentadas começou em 1997, com a criação do Acampamento Emiliano Zapata – no, então, Acampamento Zumbi dos Palmares – formado por 22 famílias vindas de diferentes regiões do Brasil e do município de Uberlândia e que foram assentadas, em 1999, com a criação do Assentamento Zumbi. O excedente dessas famílias deu início, em 1999, à jornada de lutas das famílias que viriam ser assentadas no PA Assentamento Emiliano Zapata (SILVÉRIO, 2006).

[...] o trabalho de base no Zumbi dos Palmares foi pegar as famílias que tinha sido assentadas, então muitas famílias que tava sendo acampada no Zapata eram conhecido ou familiares dos assentados, então conseguiu-se criar um novo acampamento pra manter o MST com um novo acampamento [...] (informação verbal)⁶⁰,

Em 1999, efetivamente, as famílias do Acampamento Emiliano Zapata fizeram a primeira ocupação, conforme destacaremos a seguir. Ambas as conquistas, sobretudo a do Zapata, remontam à trajetória de territorialização do MST no Triângulo Mineiro. A partir das reivindicações e da trajetória histórica das famílias do assentamento pesquisado, o MST conquistou outros assentamentos, como: Canudos (Fazenda Bebedouro – Uberlândia), Flávia Nunes (Fazenda Água Limpa – Uberlândia) e Florestan Fernandes (FERUB⁶¹ – Uberlândia). Neste processo, não diretamente como os que acabamos de citar, também foram criados os

⁶⁰ Trecho do diálogo com Juarez, assentado no Emiliano Zapata e uma das lideranças do MST no Triângulo Mineiro., sobre a atuação e os desafios do movimento na região.

⁶¹ Fundação Educacional Rural de Uberlândia.

PAs Francisca Vera (Fazenda Piracanjuba – Campo Florido), Dandara (Fazenda São Sebastião Tijuco – Uberaba), Eldorado dos Carajás (Fazenda Santa Fé – Uberlândia) e Frei Tito (Fazenda Canastrel – Patos de Minas).

Entre chegadas e saídas, ou seja, ocupações, despejos e abrigos, as famílias do Zapata lutaram seis anos (1999-2004) antes de serem assentadas. No primeiro ano, elas ocuparam três fazendas (Palma da Babilônia, São Domingos e Douradinho), no município de Uberlândia, com despejos quase que imediatos em ocupações que duraram dois ou três dias. Os maiores períodos que tiveram para reivindicar foram três meses na fazenda Douradinho, quatro meses acampados à beira do Rio Uberabinha, onze meses na Fazenda Garupa e, finalmente, quatro anos na FERUB. Entre os desafios e conflitos com a polícia e o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), famílias aderiam e desistiam da luta, em alguns momentos, nesse contexto, o Assentamento Zumbi dos Palmares abrigava as famílias sem-terras que não tinham para onde ir.

Após o trabalho político de base, as lideranças do MST na região conseguiram reunir 150 famílias no ano 2000, no acampamento à beira do Rio Uberabinha, onde também entraram em conflito com as famílias do entorno do rio. Nesse mesmo ano, elas ocuparam a Fazenda Garupa e lá ficaram durante 11 meses, até serem despejadas. Em situação de permanente conflito e enfrentamento, o dono da Fazenda Garupa conseguiu, na Justiça, a reintegração de posse da área, o que levou as famílias a voltarem para o Zumbi dos Palmares – restaram, então, apenas cinco famílias.

Em 2001, de acordo com algumas lideranças, inicia-se uma das importantes fases do movimento no Triângulo Mineiro, que vai até 2004. Foi em 2001 que as famílias de trabalhadores sem-terras do acampamento Emiliano Zapata ocuparam a fazenda da Fundação de Excelência Rural de Uberlândia (FERUB), onde, atualmente, se localiza o Assentamento Florestan Fernandes. A ocupação daquela área “colocou em xeque os políticos eleitos ao obrigá-los a revelar os reais interesses de suas promessas de campanhas eleitorais, já que uma delas era contribuir com os Movimentos Sociais”, assim, as disputas entre o projeto do agronegócio e o dos movimentos socioterritoriais no campo foram acentuadas na região (SILVÉRIO, 2006, p.83).

Destacamos, ainda, que houve “esforços dos ruralistas filiados à Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ) e ao Sindicato Rural de Uberlândia (SRU) na criação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), para investigar as irregularidades cometidas no processo de reforma agrária” uma clara ação contra o INCRA e contra as estratégias que resultavam nas ocupações de terras no Triângulo Mineiro (SILVÉRIO, 2006,

p.83). No relatório aprovado pelos ruralistas, foi sugerida a aprovação de um projeto de lei que considerasse crime hediondo as ocupações de propriedades privadas, enquadrando os possíveis infratores como terroristas, ou seja, esforço incansável de criminalizar militantes e pessoas ligadas aos movimentos de luta pela Reforma Agrária na região e no Brasil.

Em luta a estratégia política dos trabalhadores do Emiliano Zapata de ocupar a FERUB, uma área pública, gerou um impacto e agitação política na cidade e região, os poderes públicos: municipal e estadual foram obrigados a voltar suas atenções para as reivindicações dos trabalhadores. Neste sentido, a estratégia mobilizou outros trabalhadores Sem Terra de outro Movimento (MTL) que também decidiram ocupar outra parte da FERUB, somando a pressão política dos trabalhadores Sem Terra sobre os poderes públicos. De início ocorreram algumas divergências entre os próprios trabalhadores, diante do fato da prefeitura lançar para os trabalhadores as responsabilidades sobre a morosidade no atendimento de suas reivindicações, ou seja, alegando dificuldades pelo número de trabalhadores a serem atendidos na Fundação. O que não ganhou expressão política: os trabalhadores dos dois Movimentos compreenderam que era o momento de se fortalecerem e de se unirem na pressão política. Ambos os Movimentos realizaram reuniões com seus trabalhadores em seus respectivos acampamentos e entre si, para chegarem a consenso, definirem regras políticas no convívio e para somarem forças nas manifestações públicas. Desta forma, a FERUB na região de Uberlândia, tornou-se território e expressão da luta pela terra, com as bandeiras dos dois Movimentos hasteadas na entrada dos respectivos acampamentos, marcando e evidenciando a presença dos trabalhadores rurais em luta, exigindo seus direitos (SILVÉRIO, 2006, p. 87-88).

Na FERUB, os trabalhadores rurais sem-terra, em meio às dificuldades, diversidades e disputas políticas, dentro e fora do acampamento, uniram-se e promoveram encontros, cursos, estudos e negociações. O processo de territorialização tanto da luta pela Reforma Agrária quanto do MST, na região, foi possível devido aos quatro anos em que permaneceram no local, reivindicando um pedaço de chão, foi uma experiência a qual possibilitou o amadurecimento político e o apoio da sociedade que convivia com as 250 famílias que o acampamento conseguiu reunir na época.

Nesse processo, além de terem conquistado o Assentamento Emiliano Zapata com a desapropriação da Fazenda Santa Luzia, em 23 de novembro de 2004, o MST conquistou outros três assentamentos no período⁶², o que possibilitou remanejar boa parte das famílias que se uniram na luta pela terra. Eram iniciadas, assim, novas experiências entre conquistas e desafios de permanecerem na terra e lutarem pelos objetivos, os quais lhes deram força até então. Quanto à desapropriação da Fazenda Santa Luzia, o antigo dono da terra não perdeu a sua propriedade em prol da redistribuição de terras entre as famílias que lutavam por ela, pois o Governo Federal comprou os 638 alqueires que faziam parte da fazenda por R\$22.000,00 o

⁶² Assentamentos Canudos (Fazenda Bebedouro – Uberlândia), Flávia Nunes (Fazenda Água Limpa – Uberlândia) e Florestan Fernandes (FERUB – Uberlândia).

alqueire, ou seja, o governo obteve a Santa Luzia em 2004, por R\$140.036.000,00 (cento e quarenta milhões e trinta e sei mil reais), estima-se, de acordo com algumas lideranças, que, hoje, no Triângulo Mineiro, o valor de mercado para cada alqueire seja de R\$70.000,00⁶³. Isso, devido às especulações de grandes empresas ligadas ao agronegócio na região, às políticas agrícolas do governo federal de interesse da bancada ruralista e, ainda, à acumulação rentista da terra pelos latifundiários.

Identificamos que, no Assentamento Emiliano Zapata, se encontram diversos militantes ou ex-militantes que contribuíram e contribuem com o movimento tanto no Triângulo, quanto, em Minas Gerais. Os setores do MST os quais a maioria dos assentados contribuiu diretamente, estão: os setores de Saúde, Educação, Segurança, Produção, Infraestrutura, Alimentação, Finança, Política, Frente de Massa e Formação, muitos, inclusive, como coordenadores regionais e/ou direção estadual. Os que cooperaram de maneira indireta apoiaram e, hoje, participam de ações políticas e sociais tais como reuniões, assembleias, ocupações e ajuda financeira. Para a maioria, o MST possibilitou um caminho digno a seguir, segundo eles, de sustentabilidade, de segurança da família e de acolhimento.

Da posse do Zapata, em 2004, até a realização deste trabalho, o MST, tanto no Triângulo Mineiro como no Alto Paranaíba, vem enfrentando diversas dificuldades para a sua territorialização, que, todavia, não desanimam as famílias que fazem parte do movimento. Os onze assentamentos fortalecidos pelo movimento na mesorregião, em muitas ocasiões, representam a base do movimento e parte da Reforma Agrária que se deseja, pois, as famílias assentadas, apoiam, de múltiplas maneiras, a continuidade da luta pela Reforma Agrária, juntamente com as famílias acampadas.

No Triângulo Mineiro, as ações ligadas aos processos de luta pela Reforma Agrária do MST são discutidas e organizadas em reuniões e encontros regulares por militantes assentados(as) e acampados(as), o movimento está organizado em coletivos, tais como Grupo Político – coletivo formado pela coordenação regional, Coletivo de Educação e Formação, Coletivo de Produção, Coletivo de Cultura. O MST conta, na região, em suas diversas atividades e necessidades, com apoio de instituições públicas, de ensino e pesquisa, de mandatos políticos, sindicatos, igrejas, Organizações Não Governamentais (ONGs) e outros movimentos sociais. Entre as instituições que mais combatem o movimento na região, assim como no Brasil, de acordo com algumas lideranças, estão o Ministério Público, as polícias militar, civil e federal, o Judiciário, a mídia e os sindicatos patronais (ruralistas) ligados ao agronegócio. Entre as estratégias de territorialização acompanhadas de perto e que foram

⁶³ De acordo com Manoel, assentado no Emiliano Zapata e uma das lideranças do MST no Triângulo Mineiro.

importantes no desenvolvimento deste trabalho, estão os encontros e reuniões para análise e planejamento político de enfrentamento de velhos e novos desafios (*Mosaico 2*).

Os encontros regionais do MST acontecem anualmente e são organizados por militantes acampados(as), assentados(as) e amigos(as) do movimento. São espaços de análise de conjuntura, de reorganização político-regional e de confraternização. Essas ações são trabalhadas mediante místicas que fazem refletir e renovar o pertencimento à terra, ao movimento sem-terra, às ideias de solidariedade e equidade. Para muitos, ser sem-terra é um sentimento de pertencimento político e não necessariamente está relacionado à posse de um pedaço de chão. Nos encontros, as pessoas compartilham conhecimentos, história de desafios e de conquistas, é possível, inclusive, fazer avaliações internas de atuações e funcionamento dos setores, bem como da estrutura regional do movimento para possíveis modificações. Cram-se, nesses espaços, novas condições e linhas de ações baseadas em reorganização e reflexão sobre os acampamentos e assentamentos, estratégias de massificação, relações políticas e funcionamento geral do movimento. É principalmente a partir dos encontros regionais que se pensam, cram-se e recriam-se novas territorialidades com base no *Paradigma da Questão Agrária*.

Mosaico 2 – Uberlândia: XVI Encontro Regional do MST no Assentamento Emiliano Zapata (2013)



Fonte: Trabalhos de Campo/fevereiro de 2013.
Autoria: VIEIRA, W. A., 2013

Entre algumas ações que expressaram a territorialização do movimento, está a reocupação da Fazenda Porto Seguro no município de Serra do Salitre, pelo Acampamento Chico Mendes, as famílias sem-terras reivindicaram, na ação, sobretudo, os alimentos que plantaram, uma vez que a reintegração de posse fora expedida e cumprida em 24 horas na primeira ocupação em janeiro de 2012. Além disso, a Justiça proibiu as famílias de colherem o que cultivaram em uma área, até então, improdutiva, sem direito de questionar ou de se reunir com instâncias públicas de direitos humanos, ministério público e outros. A decisão judicial, na época da primeira ocupação, autorizava o proprietário a colher a plantação dos sem-terras e depositar em juízo, para posterior decisão do juiz – o que, nesse caso, abriria um precedente judicial e do próprio comportamento de latifundiários (Mosaico 3).

Mosaico 3 – Serra do Salitre-MG: Acampamento Chico Mendes (Reocupação da Fazenda Porto Seguro)



Fonte: Trabalhos de Campo/junho de 2013.
Autoria: VIEIRA, W. A., 2013.

O que verificamos, durante a reocupação da Fazenda Porto Seguro, são tensões e desafios enfrentados pelas famílias em encontrar soluções quanto ao direito de colher o que plantaram e não serem incriminados pelo poder judiciário. Há quase dois anos que as famílias no Acampamento Chico Mendes acumulam, no histórico de lutas, a não Reforma Agrária do governo federal, mais as tentativas de despejos forçadas por seguranças armados a mando do fazendeiro e a não garantia de direitos estabelecidos com a função social da terra.

No Triângulo Mineiro ou a partir desta região, diversas outras ações são fortalecidas pelo movimento, entre elas, destacamos as manifestações, ocupações de prédios públicos e de rodovias. Os militantes do MST da região, além de acompanharem as reivindicações regionais, apoiam as revindicações em nível estadual e nacional (Foto 1). Durante as pesquisas, foi possível participar das manifestações por Reforma Agrária e reforma política, contra a criminalização da luta pela terra, pelo fim da violência e injustiças no campo. Para o movimento, organizar e participar dessas ações envolve desafios que passam por formação, conscientização quanto aos problemas do campo e fortalecimento político e social de acampados(as), assentados(as), amigos e demais militantes.

Foto 1 – Uberlândia: Ato Unificado entre Sindicatos e Movimentos Sociais (2013)



Fonte: Trabalhos de Campo/junho de 2013.
Autoria: VIEIRA, W. A., 2013.

Entre outros desafios enfrentados pelo MST no Triângulo Mineiro, destacamos ainda a dificuldade de organização e formação de novos militantes em função, sobretudo da conjuntura regional, historicamente caracterizada pelos pesados investimentos em agronegócios e desenvolvimento desigual das relações capitalistas. A não Reforma Agrária do governo Dilma, a criminalização das lutas pela terra, os constantes despejos e o não apoio da maioria da sociedade, também são fatores que influenciam conjunturalmente no processo de territorialização e consolidação do movimento. Na região, existem famílias acampadas debaixo da lona há mais dez anos, enfrentando processos judiciais, falta de água, energia, transporte público e acompanhamento em saúde. A conquista da terra envolve etapas que duram, em média, entre quatro e dez anos até a conquista do assentamento, nesse período, as famílias vivem de doações, cestas básicas e bolsa-família, ambas fornecidas pelo governo federal, no caso da bolsa-família, para núcleos familiares que possuem filhos regulares nas escolas municipais ou estaduais. Para o MST, nos acampamentos, é fundamental que as famílias tenham formação por meio de trabalhos educativos e culturais, bem-estar, segurança e que desenvolvam tarefas relacionadas à Reforma Agrária.

*No meu entender o MST deu uma... perdeu um pouco a força por quê?
Por conta de massa, massa significa povo organizado [...] e culturalmente o povo assentado não é povo organizado, então, tinha que ter acampamento organizado, e os acampamento organizado hoje perdeu a massa, a base acampado, então, cê não tem hoje povo organizado ainda na bandeira do MST, ôcê não tem o povo, então, ôcê não tem a liderança, e aí consequentemente cê não consegue forma militância nova de novo. [...] tem que aumentar sua base acampada, compreendendo a nova metodologia que tem que ser construída hoje, com esse sucesso econômico do Brasil, do perfil de acampado hoje ser mais diferente, do perfil que eu era acampado, tem que aumentar a base acampada. Hoje nós têm alguns período históricos, mas enquanto consolidado não, o MST, pra ser consolidado [no Triângulo Mineiro], ele teria que ter uma grande base assentada com uma grande base acampada automaticamente, que isso que teria uma militância muito atuante, e massivo, por que o que consolida a força em relação à questão social é a massa não é as ideias (informação verbal)⁶⁴.*

Mesmo com os diversos desafios, foi possível verificarmos que o movimento vem mudando as vidas de diversas famílias que aprenderam a dividir as conquistas, no entanto a região carece de novos militantes na luta pela Reforma Agrária em ocupações de terras e de espaços públicos de debates. Os assentamentos são fundamentais, pois eles são a base, são

⁶⁴ Trecho do diálogo com Juarez, assentado no Emiliano Zapata e umas das lideranças do MST no Triângulo Mineiro.

territórios conquistados, congregam pessoas com testemunhos valiosos de enfrentamentos e de alcance de objetivos para os(as) acampados(as). Os acampamentos então, de acordo com o que identificamos, precisam ser fortalecidos como espaços de novas possibilidades, de transformação da vida difícil que muitas famílias levam nas cidades ou nos territórios do agronegócio, os quais exploram o trabalho e não possibilitam a autonomia dos pobres do campo.

Se não acredita no assentamento, o que que pode acontecer com o acampamento? Por que a força do acampamento, pra que aconteça acampamento, depende do assentamento, por que o assentamento que vai conquistar que aconteça o acampamento, porque ele já tem a terra, ele vai poder falar pro acampado “olhe, eu tenho meu lote, eu consegui minha terra, da mesma forma que eu consegui você vai conseguir”, entendeu? (informação verbal)⁶⁵.

Nesse cenário, o que se percebe na mesorregião, perante os espaços de conflitos e a trajetória da luta pela terra de inúmeras famílias e dos movimentos socioterritoriais, é o abandono e o incentivo do Estado que, prioritariamente, vem atendendo às demandas dos grandes proprietários de terras em função do agronegócio. De acordo com o Fórum Mineiro da Revolução Agrária, criado pelo MST e outros movimentos de luta pela terra na região, no que se refere aos assentamentos de Minas Gerais,

[...] há um abandono criminoso, o INCRA-MG, segundo informações do próprio INCRA Nacional, devolve verbas por afirmar não ter destinação para elas, e deixa assentamentos sem água, sem casas, sem infraestrutura, e diga-se assentamentos de mais de oito anos, abandonados pelo governo federal, para que arrendem suas terras ao agronegócio, para que, esfomeados, pratiquem ilícitos como vendas de lotes, e assim, o governo federal justifica sua política sangrenta e ditatorial no campo, ou seja, não faz mais desapropriações porque os assentamentos não funcionam, mas esquece de dizer que deixou trabalhadores em terras, muitas vezes ruins, não desapropriadas, mas compradas a preço de ouro, que não forneceu sequer poços artesianos ou sementes para poderem plantar, que os pouco que se arriscam plantando organicamente são destruídos pelo veneno do agronegócio que está lado a lado com esses assentamentos (FÓRUM MINEIRO DA REVOLUÇÃO AGRÁRIA, 2013)

Esta realidade acontece, principalmente, porque há um distanciamento por parte de quem planeja ou promove a Reforma Agrária sem saber, de fato, quem são os sujeitos que querem ou que precisam dela para se reproduzir. É importante assinalarmos que a construção do Fórum e sua centralidade em Uberlândia representam um esforço de alguns movimentos sociais na região em unirem forças na luta pela Reforma Agrária, pois a existência de vários

⁶⁵ Trecho do diálogo com Rose, assentada no Emiliano Zapata e uma das lideranças do MST no Triângulo Mineiro.

movimentos no município é um reflexo histórico da estratégia do agronegócio em desarticular e dividir os movimentos sociais, em muitos casos, corrompendo-os no percurso de lutas.

Os assentamentos, potencializados pelo MST no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, são diariamente ameaçados pelas monoculturas e experimentos agrícolas que fazem usos constantes de agrotóxicos, sobretudo com manejo aéreo, como no caso do Assentamento Emiliano Zapata, o que prejudica não apenas a transição para a produção agroecológica entre os assentados, mas também os princípios políticos, sociais, econômicos e ambientais construídos pelo movimento e que priorizam o desenvolvimento social e democrático no campo.

De maneira mais específica, foi possível verificar, mediante visitas em alguns assentamentos e também de depoimentos de assentados e lideranças do MST, que, no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, verificam-se dois problemas recorrentes. Um está relacionado à violência do abandono, como dissemos anteriormente, relacionado ao descaso cometido por representações governamentais e devido às políticas públicas pouco claras em relação aos seus objetivos principais, o que gera grandes desafios aos assentados pautados, principalmente, na luta pelo acesso à água, a estruturas de beneficiamento da produção, ao crédito, a averbação de reserva legal e a emissão de Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP). O outro se refere à violência provocada pelas ações do agronegócio, cometida pela contaminação dos agrotóxicos, lançados em lavouras vizinhas aos assentamentos, que impedem as famílias de produzir alimentos orgânicos, agroecológicos ou “naturais”, como alguns definem. Essas situações puderam ser constatadas a partir da observação e análise espacial do assentamento Emiliano Zapata e, também, pelos depoimentos das famílias assentadas.

No PA Zapata, cada família contribuiu, de alguma forma, com luta pela Reforma Agrária, na perspectiva do MST. A maioria foi liderança no Triângulo Mineiro e até mesmo no estado, em diversos setores do movimento, como citamos anteriormente. Tanto para as famílias, quanto para as atuais lideranças da região, entre os maiores desafios do MST no Triângulo Mineiro, estão o combate ao agronegócio e a concretização do projeto do movimento no campo, ou seja, nos acampamentos e assentamentos na região. No Triângulo, o movimento, mesmo tendo significativa quantidade de ex-dirigentes estaduais e até nacionais (assentados e não assentados), tem dificuldades em formar novos militantes e dirigentes. De acordo com as experiências que vivenciamos nos trabalhos de campo, isso acontece em virtude da complexidade de atuação do movimento na região, no embate com as forças que lhes são contrárias, o que impede a formação de novos acampamentos, que são provenientes

das ocupações de terras. Diante dos compromissos que um pequeno grupo de ativas lideranças deve assumir para possibilitar as conquistas, a falta de recursos financeiros, administrativos e de infraestrutura (comunicação, escritório, transporte, ajuda de custo etc.) é um dos fatores que dificultam a organização da militância, o que se configura em obstáculos à promoção de espaços efetivos e permanentes de formação política e de formulação de novas ações ou estratégias.

Outro exemplo dos desafios é o Fórum Mineiro de Revolução Agrária, criado por atuais líderes do MST no Triângulo Mineiro. O Fórum existe desde 2002 e foi criado, inicialmente, para discutir políticas públicas por meio de seminários e encontros. De acordo com um de seus criadores, a instância é uma organização para socialização e unificação das lutas, com função de, coletivamente, fazer ocupações de terras, manifestações e reivindicações em todas as esferas governamentais e judiciais. Entre as atuações importantes do Fórum, está a ocupação da Fazenda Inhumas, manifestações, ocupação do Instituto Estadual de Floresta (IEF) e da Prefeitura Municipal por três dias – todas essas ações, no município de Uberlândia durante o ano de 2011.

Ainda, em termos de desafios do Fórum, estão a necessidade de comunicação e de foco político maiores entre os movimentos, pois, mesmo sendo criado e coordenado por integrantes do MST durante alguns anos na região, o Fórum atual não tem o MST como membro da organização, o que demonstra o profundo embate com outros movimentos na região, tanto em termos de princípios políticos, como de organização e luta pela Reforma Agrária. No Triângulo Mineiro, constatamos relações políticas próximas do MST (de apoio ao movimento) com o Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais (SINDIELETRO/MG), o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (SIND-UTE/MG), o Movimento pela Reforma Agrária (MPRA), a Federação da Agricultura Familiar (FETRAF), o Sindicato dos Comerciários e Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (CIEPS/UFU); e relações conflituosas com o Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG) e o Movimento de Luta pela Terra (MLT).

4.1.1. A Reforma Agrária no Triângulo Mineiro do ponto de vista das famílias assentadas no PA Emiliano Zapata e das lideranças do MST na região

As compreensões de Reforma Agrária do ponto de vista das famílias assentadas no Emiliano Zapata e também das lideranças do MST no Triângulo Mineiro, orientam, principalmente, para além do ato de adquirir terra, como via e possibilidade de se ter dignidade e qualidade de vida, é ainda, a oportunidade de conquistar no campo o que não foi possível conquistar na cidade. Além de dar oportunidade para o exercício da cidadania, a Reforma Agrária para eles é a luta pela vida, e se alcançada, é a vida vivida.

A Reforma Agrária é uma igualdade social, eu vejo ela nessa forma na ideologia do movimento, têm várias forma de ver ela, mas eu vejo ela como uma igualdade social (informação verbal)⁶⁶.

A igualdade social no campo pressupõe a igualdade de oportunidades e de acessos, pressupõe a liberdade de viver como quiser.

Se todo mundo quisesse ter mesmo uma vida mais tranquila, criar os filho de longe de tudo isso que tem na cidade, a Reforma Agrária seria um caminho, umas porta aberta né, que você adquire vários conhecimento, que você pode melhorar sua vida tanto espiritual, estrutural. A Reforma Agrária é um caminho, o caminho mais certo que tem pra família que quer sair lá da cidade, que não quer viver naquele meio lá, daquela bagunça, é um caminho, é uma solução (informação verbal)⁶⁷.

Os problemas urbanos, para várias famílias, foram as questões mais apontadas entre as que ajudaram na decisão de viverem no campo. O conhecimento que, antes, não tinham da luta pela terra, muitas vezes, expressados em forma de preconceitos e senso comuns foram deixados para trás com os aprendizados adquiridos no percurso das lutas, entre ocupações, manifestações, espaços de formação e exigências de seus direitos.

Reforma Agrária é a vorta [volta] do homem ao campo, do homem da cidade pro campo, no meu pensamento hoje. Se a gente for pegar uma leitura da minha própria família, vai entender que teve sua origem no campo, pegando até o próprio meu pai que era do campo e foi pra cidade tentar a vida, e sempre tinha vontade de vortá [voltar] pra roça sem condição de comprar a terra, e a Reforma Agrária proporcionou isso. E na questão política é a divisão social da terra, é aonde a gente pega um latifúndio desse tamanho aqui que tinha um

⁶⁶ Trecho do diálogo com Messias, assentado no Emiliano Zapata.

⁶⁷ Trecho do diálogo com Rose, assentada e umas das lideranças do MST no Triângulo Mineiro.

caseiro com sua esposa só, e a fazenda dum veinho, um veninha, então, era quatro pessoas aí que tomava conta desse mundo véri de terra, hoje nós tem mais de cem pessoa. Isso mostra um resultado social (informação verbal)⁶⁸.

Mesmo com a conquista parcial da terra, as dificuldades para o movimento e para as famílias não cessam. Após conquistarem seus lotes, as famílias lutam para permanecer na terra. Para muitos, os desafios que estão vivenciando em seus lotes não condizem com uma verdadeira Reforma Agrária.

[...] a Reforma Agrária é uma boa se ela tivesse domínio dos nossos governo, mais apoio dos nossos governo. Porque a Reforma Agrária é o que dá o direito da gente ser, da gente construir o que um dia foi da gente, por que essa terra que nós briga hoje pra pegar ela, em alguma parte isso aqui era um pedacinho de cada um de nós, entendeu? Então, eu acho que ela devia ter mais apoio, pa [pra] mode o pessoal, mais apoio, mar [mais] coordenação, mais assistência da Reforma Agrária pra fiscalização talvez, que tem muito, uns passo eu vô lá adiante e volto atráis, às vezes, no meu pensamento, a gente não tem tanto apoio por causa do tanto sujo que tem, que tem muitos que pega pra trambique, pra negócio né? (informação verbal)⁶⁹.

Em várias situações, algumas famílias não conseguem permanecer na terra devido à forma como são conduzidas as políticas de Reforma Agrária e de desenvolvimento territorial do governo federal, não associadas às políticas de desenvolvimento social no campo. Há casos em que integrantes da família, ou mesmo os titulares, adoecem e têm que mudar para a cidade em busca de tratamento, em outros casos, algumas famílias não se adaptam à rotina pesada do campo sem infraestrutura para trabalharem. Algumas pessoas, quando chegam a conquistar a terra, vêm de longas caminhadas de lutas, de sofrimentos em diversas situações que passaram e, ao conquistarem a terra, já estão no final de suas vidas e falecem por motivo de doenças ou pela idade avançada e frágil. Nesses casos, os lotes são repassados para agregados no próprio assentamento, famílias acampadas ou parentes próximos. As dificuldades, muitas vezes, levam as famílias a abandonar a luta e desviar suas crenças de que aquele caminho poderia dar certo e, quando isso acontece, elas vendem as benfeitorias investidas nos lotes. Essa realidade indica, mais uma vez, que Reforma Agrária proposta não está beneficiando essas famílias ou pessoas, e sim trazendo-lhes ainda mais sofrimentos para o histórico de suas vidas. Consequentemente, servindo de exemplo para aqueles que não acreditam e não apoiam

⁶⁸ Trecho do diálogo com Juarez, assentado no Emiliano Zapata e umas das lideranças do MST no Triângulo Mineiro.

⁶⁹ Trecho do diálogo com Geraldo, assentado no Emiliano Zapata.

a Reforma Agrária. Uma das contradições inerentes às fronteiras do capitalismo no campo que se expandem a todo vapor.

Não é da forma como eu queria que fosse [...] nós já conquistamos muita coisa, só que a gente falta melhorar mais, o que que falta? É isso, parceria, o próprio município acordar e ajudar, ir pro campo e ver essas famílias, como que elas tão vivendo, que pode ser feito pra elas, é isso que eles não fazem. Aqui tem muita gente com várias bagagens, com vários conhecimentos, que podem conquistar várias coisas, que se chegar num lugar assim num evento e precisar falar ela vai falar sem medo entendeu? Porque ela já passou pelo um processo de aprendizagem, ela não tem que ter medo de falar, eu sou, eu faço parte da Reforma Agrária, eu moro num assentamento entendeu? [...] Pra ele chegar na terra do outro, ele passou por todo um processo, ele não vai lá à toa, ele vai porque ele sabe que ele tem direito àquilo e que pode chegar lá (informação verbal)⁷⁰.

Para avançar em diversos quesitos nos assentamentos, não depende apenas do conhecimento adquirido ao longo da trajetória das famílias e nem do contínuo esforço dos movimentos socioterritoriais. Além do conhecimento e da luta pela Reforma Agrária da forma com almejam a maioria dos trabalhadores sem-terrás, são necessários meios concretos de trabalho, produção e geração de renda. Muitos “*na verdade [...], só não paga aluguel, o resto!*⁷¹” Ou seja, situação condizente com a forma de desenvolvimento do campo defendida no *Paradigma do Capitalismo Agrário*. Esta é a realidade da maioria dos assentamentos na região.

Antes, pra sobreviver aqui, você morava aqui e trabaiaava de empregado pro zoto, era assim que tava, [...] muito gente ainda faz isso hoje ainda, a maioria das pessoa não sobrevive de renda do lote não, sobrevive de renda de fora (informação verbal)⁷².

A diversidade em todos os seus aspectos, seja econômico, social, ambiental ou cultural, é uma marca presente tanto no PA Emiliano Zapata quanto em outros assentamentos no Triângulo Mineiro. Do ponto de vista produtivo (o que garante renda às famílias), de acesso às políticas públicas, à informação sobre a melhor forma de gerir os benefícios das políticas, e à renda líquida, muitas famílias vivem com o básico, algumas produzem apenas o alimento que consomem e geram a renda que precisam para comprar o que não produzem. Não lhes sobram recursos financeiros que garantam o lazer, o estudo dos filhos, o transporte, o acompanhamento ou tratamento de saúde etc., em muitos casos, estão à mercê ou

⁷⁰ Trecho do diálogo com Rose, assentada e uma das lideranças do MST no Triângulo Mineiro.

⁷¹ Trecho do diálogo com Rosana, assentada no Emiliano Zapata.

⁷² Trecho do diálogo com Edson, assentado no Emiliano Zapata.

subordinados aos fazendeiros por meio de vínculos empregatícios, aluguéis de pedaços de terras para pastagens ou trabalho na cidade. “A gente faz só pra comer, tá tirando mais nada, só pra comer (informação verbal)⁷³.

O desenvolvimento econômico e a inserção social proporcionados pela conquista do lote crescem lentamente, e, mesmo assim são resultados de esforços na trajetória de luta das famílias assentadas e do movimento. É fato que as conquistas estão presentes e são acumulativas, isto é, na mesma proporção das reivindicações e estratégias do MST na região, contudo, há muito que fazer na maioria dos assentamentos, pois

[...] não é Reforma Agrária, o que o governo fez é meramente uma distribuição de terra, ele simplesmente pegou a terra, segurou nós praticamente cinco anos, segurando coma barriga, pegou a terra e jogou nós dentro da terra e largou. Nós tamo abondonado aqui den [dentro] da terra. Que não tem estrada, as moradias são precárias, não tem incentivo à produção, não tem nada, nada, nada. Simplesmente tem a terra aí, nós não conseguiu nem a lincença ambiental ainda, da terra, se nós falar, for lá na prefeitura, vamo construir um barracão aqui, conseguir um dinheiro com alguém aí, ou arrumar alguém pra construir um barracão aqui, eu não posso construir. Por que depende dessa licença ambiental, aí pra essa licença ambiental sair, tem que pagar [inaudível], passa pro IEF pra poder fazer, que aí é a questão da averbação das reserva né, as reserva não tá averbada ainda, tá tudo separadinho, marcada de GPS. Não sei se foi o INCRA ou o IEF que não reconheceu né, sei que tá parado (informação verbal)⁷⁴.

Nessa situação, a Reforma Agrária para as famílias no Emiliano Zapata, mesmo após quase dez anos de conquista do lote, continua sendo um desafio e, ao mesmo tempo, uma garantia de poder viver com dignidade no campo, pois,

É uma luta muito grande, a gente só vê luta, porque na prática... O ideal, assim, não sei se porque nós imaginou muito sabe? Pra mim é uma situação sem fome, uma vida digna de sobreviver, porque falta muito, tudo que cê precisa, cê tem que correr atrás, os créditos vem já atrasado, cê precisa dum benefício da prefeitura, quando chega já passou de época pra prantá, quando a gente consegue né, quando a gente consegue já passou de época. Eu assim, tá muito longe de ser Reforma Agrária, tá muito, tanto por lado do governo, pu lado dos assentado, pra mim ainda falta aprender muito ainda. Pra mim Reforma Agrária não é só pegá um pedaço de chão não, né porque eu sou assentada que eu vou falar que a Reforma Agrária tá feita, porque não tá (informação verbal)⁷⁵.

⁷³ Trecho do diálogo com Rose, assentada e umas das lideranças do MST no Triângulo Mineiro.

⁷⁴ Trecho do diálogo com Edson, assentado no Emiliano Zapata.

⁷⁵ Trecho do diálogo com Rosana, assentada no Emiliano Zapata.

Os depoimentos relatam a atual conjuntura do MST na região, em que, entre os desafios, estão os de garantir a conquista de todas as reivindicações e pautas para os acampamentos e os assentamentos, formular novas estratégias de organização, formar novos militantes e dirigentes, criar novos acampamentos, assentar cerca de 300 famílias e consolidar a cooperativa de produção ACAMPRA formada pelo movimento.

Podemos constatar que a Reforma Agrária, no estado de Minas Gerais, está para além da conquista da terra, na verdade, uma verdadeira Reforma Agrária caracteriza-se por um conjunto de ações as quais vão desde a conquista da terra, até dos meios para se permanecer nela. Tais conquistas delineiam projetos de Reforma Agrária acompanhados de programas de educação do campo e qualificação técnica, projetos de acompanhamento à saúde, lazer e meios de produção, que dão oportunidades iguais às famílias assentadas, para que possam produzir e viver do seu próprio trabalho, respeitando suas culturas, os bens naturais dos seus territórios e seus projetos de vida. Todas essas ações podem ser construídas considerando, principalmente, a participação camponesa na tomada de decisões que envolvem as políticas públicas ligadas à Reforma Agrária.

4.2. O PA Emiliano Zapata em Uberlândia: (des)encontros, desafios e conquistas no contexto das Políticas Públicas

O Projeto de Assentamento Emiliano Zapata em Uberlândia é o mais representativo em termos de experiências da Reforma Agrária no município e no Triângulo Mineiro. Independente do movimento ao qual estão ligados, poucos assentamentos na região, considerando o conjunto de famílias, tiveram estratégias de reprodução e inserção social como o Emiliano Zapata, área que sobressai pelas experiências das famílias em suas trajetórias de luta, identificadas durante as pesquisas de campo, algumas relatadas no subitem anterior; pelos desafios de permanência na terra que as famílias enfrentam após a conquista; pelas contribuições ao MST e do MST ao assentamento; pelas possibilidades econômico-sociais das políticas públicas presentes no assentamento que, mesmo necessitando de avanços, dão sinais de que são importantes e fundamentais na Reforma Agrária. A diversidade e as especificidades, sobretudo econômico-sociais, são características marcantes no Emiliano Zapata e, também, em vários aspectos, dentre as que constatamos, em relação às famílias assentadas, as histórias de vida, o nível de escolaridade, a renda e a produção. Sobre os sujeitos da pesquisa, destacamos parte da trajetória das pessoas entrevistadas, buscando com isso, identificar suas origens, identidades, e o seu lugar no Emiliano Zapata.

4.2.1. Trajetórias de vida dos assentados

No Emiliano Zapata, estão assentadas 25 famílias, aproximadamente, 105 pessoas. Dessas, 85 são titulares e integrantes de famílias, outras 20 pessoas são agregadas nos lotes, geralmente, são amigos, companheiros de luta pela terra ou até membros distantes das famílias.

Muitas famílias formaram-se no decorrer da luta pela terra, entre conflitos, despejos, idas e vindas, casaram-se e tiveram seus filhos. São oriundas de diversos municípios de Minas Gerais, Goiás, São Paulo, dentre outros estados. Em relação a essas famílias ainda,

Antes de virem para o MST, 63% dos homens trabalhavam na área rural, 14% na construção civil e os outros 17% trabalhavam nas mais diversas áreas. Entre as mulheres, antes do Assentamento 43% das mulheres trabalhavam na área rural, 29% eram donas de casas, 14% eram domésticas e as demais 14% trabalhavam nas mais diversas áreas (D'ÁVILA et al., 2006, p. 44).

Muitos filhos dos titulares moram na cidade devido, em parte, à busca por maiores oportunidades de estudos e de trabalho, de acordo com as expectativas de cada um, alguns casaram e acompanharam os cônjuges que já viviam na cidade, outros não se adaptaram na terra. Entre os motivos que levam os assentados e assentadas irem para a cidade, estão os com a finalidade de visitar parentes próximos, amigos da família ou do movimento, a procura por serviços públicos, fazer compras, comercialização dos produtos, pagar contas ou passearem com a família. Rose, por exemplo, trabalha como diretora e assistente social da Reforma Agrária no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uberlândia, uma de suas tarefas é orientar assentados e pequenos produtores, transmitir conhecimento e informações sobre como ter acesso a documentos, às políticas públicas e outros relacionados aos assentamentos. Manoel vai constantemente à cidade para visitar os amigos do MST e fazer compras para a manutenção do lar, do lote e do pequeno comércio que tem no assentamento. Além disso, na cidade, ele participa de reuniões, discussões, palestras e encontros políticos ligados à luta pela Reforma Agrária, atividades, que para ele, fazem parte, tanto do processo de formação como militante já assentado, como dos desafios diários de conquistar meios de permanecer na terra. Esses afazeres do cotidiano, entre trabalho voluntário ou com ajuda de custo, militância, busca por recursos socioeconômicos dentre outros, para as famílias assentadas envolvem a mesma importância dos afazeres no lote, porém fazem a rotina ser difícil, pois não são todos que possuem meios de transporte ou condições de se ausentarem do lote sempre que precisam.

Entre os argumentos mais citados que justificaram as escolhas de viverem no campo, estão o medo da violência urbana, a busca por mais qualidade de vida, com garantias de uma alimentação equilibrada e saudável, a vontade de conquistar sua independência financeira e conviverem do seu próprio trabalho na terra, o sossego, a tranquilidade e as diversas oportunidades que o campo pode oferecer. Juarez, um dos assentados e liderança no MST, sempre se sentiu pertencente à terra ao lado do seu pai e mãe, ele contou que sua esposa, Flaviana, quando morava na cidade, foi secretária e doméstica, ambos tinham uma vida difícil e sofriam com as consequências do desemprego e da falta de dinheiro para pagar mensalmente o aluguel. Eles se conheceram em virtude de seus pais serem militantes do MST, foi quando eles conheceram o movimento, reivindicaram e ajudaram a construir a trajetória de territorialização do movimento na região e, assim, conquistaram o lote no Emiliano Zapata.

Entre as justificativas de viver no campo, ainda, estão as do casal Helenilda e Edilson que preferem criar os filhos naquele espaço, devido às dificuldades e os problemas que sempre enfrentaram na cidade. Nos argumentos de outros assentados, estava presente a confiança de que a Reforma Agrária é a única saída para as expectativas construídas.

Eu tinha muita vontade de ter um terrenin [...], eu não tô aguentando cidade mais sabe menino, então o único lugar pra eu ter o sossego é na roça, cidade, eu não tô dando conta de viver na cidade não, certo? Aqui ocê tem um porquin, umas galiinha, a gente compra um bezerro dali e vai levando (informação verbal)⁷⁶.

No assentamento, os constantes desafios não proporcionam a todos as mesmas oportunidades, contudo há diversas histórias de superação das dificuldades, que, ao longo do caminho para se conquistar a terra, foram sendo construídas de forma coletiva. Um assentado, o Sr. Sebastião, com 72 anos, que vive sozinho em seu lote, relatou que os filhos o abandonaram e foi com ajuda do MST que ele conseguiu ter o seu “*pedacinho de chão*”.

Eurípedes, outro assentado, era caseiro e arrendatário da antiga Fazenda Santa Luzia (atual PA Emiliano Zapata), morava há 16 anos antes de se tornar o assentamento, nunca morou na cidade. Messias, sempre trabalhou na roça para terceiros, é de família que sempre viveu no campo, ou seja, “*cidade, campo, campo, cidade, aperta no campo pula pra cidade, aperta na cidade pula pro campo*”⁷⁷. Simone trabalhava de diarista na cidade e passou a acompanhar a mãe na luta pela terra, até se tornar assentada. Antônio morava na cidade e

⁷⁶ Trecho do diálogo com Lázaro, assentado no Emiliano Zapata.

⁷⁷ Trecho do diálogo com Messias, assentado no Emiliano Zapata

trabalhava como pedreiro, sua companheira, Tereza, era cobrador de ônibus em Uberlândia. Vários relatos comparam-se ao de Bráulio, que nasceu e viveu no campo, porém, em momentos de apertos financeiros, teve que trabalhar na cidade ou para fazendeiros. Manoel nasceu e foi criado no campo em Jaboatão dos Guararapes/PE, sua família tinha terras em Cumaru/PE, que foram tomadas por coronéis na década de 1950. Em seus relatos, ele contou que viu no movimento a possibilidade de recuperar parte das terras que perdeu. Ao longo das histórias e experiências de vida contadas pelos(as) assentados(as), o sofrimento, as injustiças, a busca por oportunidades, as tentativas de sair da pobreza extrema e as constantes idas e vindas, são fatores marcantes que fizeram a maioria das famílias se envolverem na luta pela Reforma Agrária.

O que marcou mais na minha vida, na minha situação financeira, foi quando eu tinha os meus doze treze anos, foi na época da ditadura que nós sofria, nós sofria, nós morava lá em Campos Altos, nós nunca estudou por quê? Porque patrão tirava os fio [filhos] dos pais pra levar pra roça pra trabaíá nos cafezais pra ajudar tratar da família, por que nós não tinha outro recurso de vida. [...] Depois com treze anos, nós vei aqui pro Triângulo Mineiro em 1965, nós chegou aqui no município do Prata dia 13 de janeiro de 1965, também foi doido. Eu tava com treze anos, levanta três hora da manhã pra mexer com leite e depois do leite ia rancá toco no braço pra prantá lavoura [arroz e milho], também foi sofrido. Alimentação era arroz socado no pilão. Depois desse tempo, eu casei no dia 30 de junho de 70, eu casei, saí dessa fazenda, vim embora pra ota, oto patrão, por que esse patrão quebrou, nós foi embora pro oto, essa não foi tão doido não, porque eu já tava mais maduro, já sabia sair da dificuldade que tinha, aí a gente vei embora, moremo nessa fazenda, essa lá não foi tão sofrido, mais nós moremo, morei nela dois anos, chamava Fazenda Nossa Senhora da Aparecida na beira da prata, lá eu tirava leite, mexia cum gado e lavoura na enxada. [...] Depois de lá, outra cabeçada que eu dei, essa foi triste, eu saí fui pro norte de Goiás, lá também foi bem doido. Porque lá, cheguei lá tinha jagunço, tinha pistoleiro, e no fim os pistoleiros era daqui de Uberaba que o cara da cadeia e levava pra lá, lá a gente ficou isprimido, depois os cara descobriu que eles era pistoleiros e mataram eles lá. [...] Depois eu voltei de lá, larguei os trem, vim, nós viemos escondido embora, fico a vida aqui de novo, fui pra outra fazenda ali perto do Prata, de lá fiquei só uns tempo, uns tempo assim, uns tempo de cinco anos, fiz as fazendas, reformei tudo. De lá eu fui pra Cruzeiro do Sul, da Cruzeiro do Sul eu tornei voltar pra Uberaba aí eu fui pra fazenda do Sr. Duarte, de novo, a Fazenda Modelo Viadinho. Aí nessa fazenda eu fiquei três anos, que foi 98, 99, quando foi em 2001, eu fui pra Reforma Agrária (informação verbal)⁷⁸.

⁷⁸ Trecho do diálogo com Pedro, assentado no Emiliano Zapata.

A trajetória de vida de Pedro, antes de conquistar o pedaço de chão, é também característica do que constatamos nos relatos de Luiz, que, por muitos anos, morou em propriedades de terras de terceiros como caseiro e nunca teve oportunidade de permanecer em um lugar, de criar identidade com o seu lugar e viver como queria. Depois que passou a dedicar-se à luta pela terra, viveu nove anos debaixo da lona como acampado, entre chegadas, despejos e, às vezes, como agregado em outros assentamentos. O relato, a seguir, sobre a história de Luiz, em seu percurso de luta pela terra, demonstra os desafios de um caminho percorrido com obstáculos dentro e fora da estrada.

Três ano em um lugar, cinco em outro, minha famíla [família] tudo mexe com fazenda né, eu pensava, um dia eu tem que ter o que é meu, quero morar dentro do que é meu, aí, quando foi um dia lá, teve um convite lá e eu fui porque eles falou pra mim assim que a fazenda já tava liberada e com quinze dia cada um já tava numa parte da fazenda, eu falei, é isso que eu to caçando. Fiquei nove ano debaixo da lona [risos]. Uma veiz eu morei num lote dum cara, eu tomava conta do lote dele lá no Pontal de Minas e, ele era um cara assim mei do dinheiro sabe? Ele tinha uma casa de móveis lá em São Simão, e aí o cara chegava ni mim, mei chefe lá “oh, se o INCRA chegar aqui vai passar esse lote no seu nome, e ocê não sai não que eles vai passar esse lote no seu nome” e o cara falava assim “se ocê não tirar fulano e o INCRA passá lá, vai passar aquele lote no nome dele”. Quando foi um dia, o cara chegou lá foi pra podê me matar, sério! “Oh to sabendo que ocê quer é tomar meu lote é? Falei, rapaz larga de brincadeira, já te pedi as conta quantas veiz, três veiz. Se eu quisesse te tomar seu lote eu não tava te pedindo as conta, até por causa disso mesmo cara, por que eu não gosto do que é do zoto, e os cara tá passando aqui e falando que INCRA vai passar esse lote no meu nome, então não quero, tô sendo seu amigo, é por isso que eu tô te pedindo as conta e quero embora. “Ah é porque hoje nós ia decidir a coisa.” Aí nós foi passar numa cerca de arame assim, pra mode nós ir numa casa que tinha assim, um veín [velhinho], ele falou pra mim “passa primeiro”, aí eu sai de perto dele, passei na cerca assim, aí ele falou pra mim assim “agora vem cá suspende o arame pra mim, não tô podendo agachar, tô com uma hérnia aqui”, pequei e pisei no fio de arame, carquei pra baixo e peguei no outro, ele falou assim “cara, mas vou tirar essa hérnia por que se não não passo não”, enfiou a mão por dentro rapaz, mas rancou um trinta e oito destamanho aqui assim! Ele mora lá em São Simão, chama Tião Fartura! Arrancou um trinta e oito destamanho e falou assim “agora passa”. Passou debaixo da cerca, aí ele falou pra mim assim “dei três tiro dentro da boca do meu cachorro hoje lá dentro do meu quintal, lá em São Simão, e home eu costumo meter a mão esquerda na cara dele pra ele poder enfezar e eu poder matar com essa”, ele atirava, ele atirava... Aí apareceu um veín lá, chochin, chamava Sr. Vitor, chegou lá em casa e falou “nossa rapaz, uma miséria danada dentro do

barraquin lá, ocê não quer dispor daquele cavalo pra mim não?”. Falei, quanto o Sr. dá nele? “Não, eu quero gambirá nuns negócio aí” Falei, o que que é? “Eu tenho uma filobé”. Eu falei, que negócio o Sr. faz? “Eu dou a filobé no seu cavalo”. Falei, só? Ele falou “não, eu tenho uma caixa de bala”. Eu falei, então tá feito. Aí, panhei essa filobé dele, um dia o cara chegou lá na fazenda eu falei pra ele, ele ia panhar uma tropa de rodei que tinha assim no pasto, falei, aquela conversa que ocê me falou aquele dia, cê sabe que ocê tá certo, home safado tem que meter a mão na cara e dá um tiro na cara dele mesmo, rapaz eu tô com uma filobé ali e eu tô doidin pra um tiro na cara dum, “Cê tá doido” Eu falei, não to não. Aquele dia era ocê hoje é eu [risos]. Falei, eu não vou conseguir engolir isso sozinho não. aí pequei e fui embora de lá, acabou. Passou (informação verbal)⁷⁹.

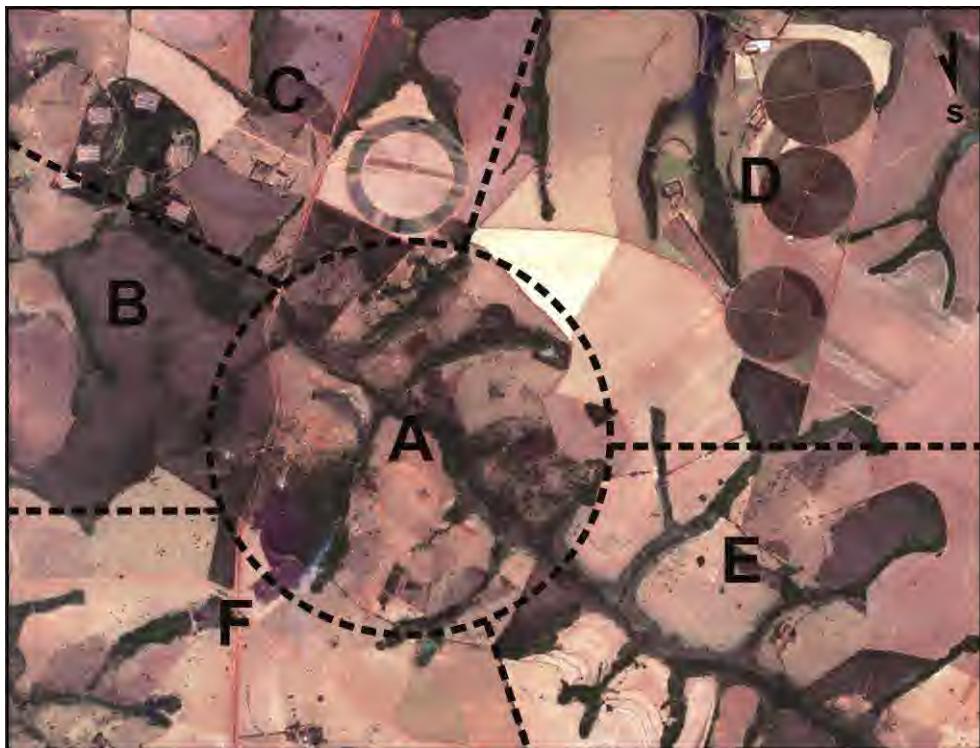
A maioria dos titulares já participou e atuou como liderança estadual e regional dos diversos setores do MST, aqueles que não contribuíram como lideranças, apoiam e apoiam o movimento de acordo com as necessidades tanto dos assentamentos como dos acampamentos na região do Triângulo Mineiro. Os titulares, assentados e assentadas, no Emiliano Zapata são, predominantemente, naturais de cidades mineiras. Entre eles, o mais idoso é um senhor de 72 anos e o mais jovem possui 29 anos. Há diversidades em vários aspectos, entre os verificados, conforme citamos, em relação à idade, ao estado civil declarado e o grau de estudo que possuem. A diversidade, em seus diversos aspectos e espaços, foi o que mais nos chamou a atenção, considerando, assim, os temas, o foco da pesquisa e as novas descobertas.

4.2.2. Impactos do agronegócio e os desafios na infraestrutura

Outro desafio no Emiliano Zapata são as expressões ou ações de poder do agronegócio que prejudicam as famílias em vários aspectos, conforme identificamos (Imagen 1, Mapa 7).

⁷⁹ Trecho do diálogo com Luiz Antônio, assentado no Emiliano Zapata.

Imagen 1 – Assentamento Emiliano Zapata e Entorno: Expressões de Poder

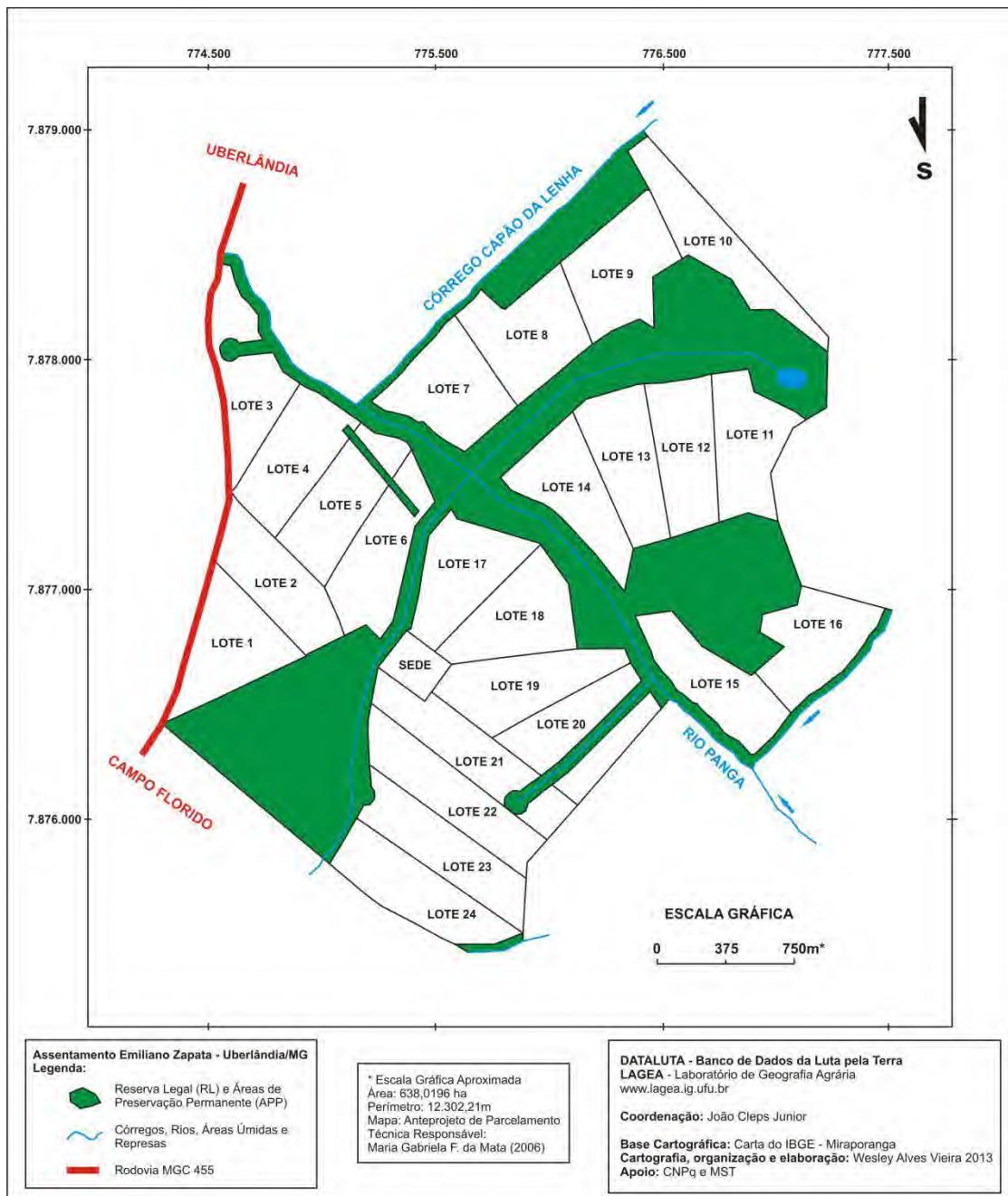


Legenda: ---- Simbologia utilizada para demonstrar as expressões de poder que ultrapassam os limites físicos entre as áreas A, B, C, D, E e F. A área A corresponde ao PA Emiliano Zapata.

Fonte: Google Earth/setembro de 2013. Organização: VIEIRA, W. A., 2013.

No assentamento, as famílias ligadas ao MST aprenderam a cultivar e produzir sem uso de agrotóxicos, com adubação orgânica. Aprenderam, inclusive, a controlar as pragas com uso de defensivos orgânicos ou naturais, visando à qualidade e à alimentação saudável. Mesmo que o processo de produção sustentável ou orgânica seja ainda incipiente devido, sobretudo, a má qualidade do solo deixada pelo antigo proprietário da fazenda onde é o Emiliano Zapata, constatada pelas famílias por meio de análises que fizeram. Elas se esforçam para não terem que usar nenhum tipo de produto químico e tóxico ao meio ambiente e à saúde. Contudo não basta a boa vontade e os esforços das famílias em produzirem alimentos saudáveis, pois, no entorno do assentamento, é intenso o uso de agrotóxicos nas lavouras de cana, café, milho e de experimentos de empresas rurais especializadas.

Mapa 7 – Uberlândia: Assentamento Emiliano Zapata



Fonte: Associação dos Trabalhadores Rurais do Emiliano Zapata/Trabalhos de Campo/set. 2013.
Cartografia, organização e elaboração: VIEIRA, W. A., 2013.

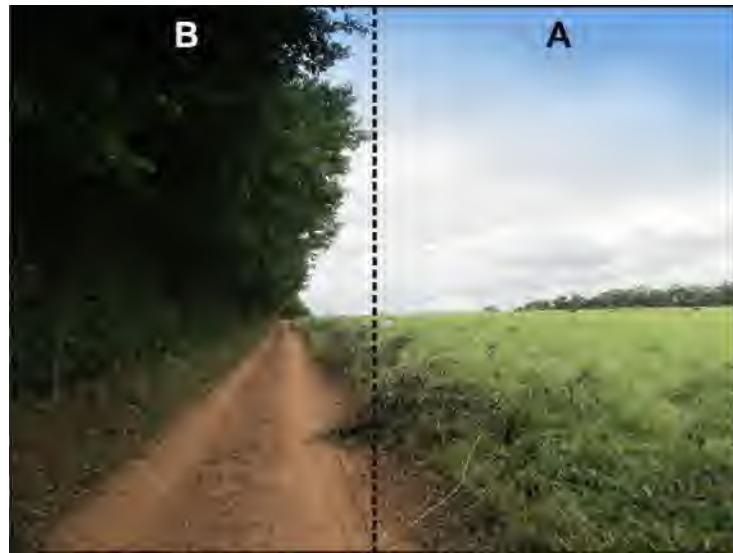
Constatamos que a área “B”, na Imagem 1⁸⁰, assim como o assentamento área “A” precisam ser protegidas pois lá está a Reserva Ecológica do Panga, de responsabilidade da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); a área “C” abriga, próximo ao assentamento, pequenos produtores, porém, de acordo com os relatos das famílias, a maior parte é arrendada para a empresa Syngenta, que, no local, faz experimentos com sementes transgênicas de soja,

⁸⁰ A imagem está dividida em seis partes A, B, C, D, E e F, cada parte representa uma determinada territorialidade sobretudo em relação ao assentamento (área A).

milho e outros produtos, além disso, possui uma pista de avião da qual saem os voos para lançarem venenos na própria área e na área “D” em plantações de cana e café irrigado com pivôs. Nota-se, na imagem (área “C”), um pivô bem próximo ao Emiliano Zapata, que está com o círculo dividido em manchas de plantação, cada mancha identificada é um tipo de experimento agrícola; a área “D” é de um grande proprietário, que, no local, possui granjas de aves (frangos), tanques de peixes, lavouras de milho, soja e cana, confinamento de gado de corte, criação de carneiros, criação de cavalos de elite e de reprodução, produção e beneficiamento de café, oficina mecânica para os maquinários, restaurante, escritório e alojamentos, indícios de que ali funciona uma grande empresa agrícola. De acordo com alguns assentados, nesta última área citada, há indicativos de trabalho análogos à escravidão. A área D, ainda, é a que mais utiliza aviões para pulverização de agrotóxicos em suas lavouras, as famílias contam que, regularmente, as aeronaves fazem sobrevoos rasantes sobre o assentamento, para lançarem os produtos nas lavouras limítrofes ao Emiliano Zapata (Foto 2). A área “E” também é de um grande proprietário, que a explora com lavouras de soja e de milho. Em ambas as áreas, “D” e “E”, os assentados relataram que os proprietários jogam lixo tóxico nas reservas e áreas de proteção permanente (APP). Na área “F”, também de um grande proprietário e produtor, há criação em grande escala de gado de leite, granja de frango e lavouras de soja e de milho com pulverização aérea de agrotóxicos.

Assim como o Emiliano Zapata é configurado como expressão de poder do MST em relação às áreas em seus entornos, ele está cercado pelas ações e expressões de poder do agronegócio, como podemos observar na Foto 2, pois o lado “A” representa a parte interna do assentamento, enquanto na “B” está a cerca viva que limita uma das fazendas vizinhas (neste caso, a área “D” da Imagem 1), local onde aviões iniciam o lançamento de agrotóxicos e passam, principalmente, sobre o lote de Manoel.

Foto 2 – Assentamento Emiliano Zapata: Conflitos Territoriais



Fonte: Trabalhos de Campo/agosto e setembro de 2013.
Foto e Organização: VIEIRA, W. A., 2013.

Outra observação é que, além das áreas do agronegócio identificadas em torno do assentamento prejudicarem a produção das famílias assentadas, obrigando, diversas vezes, as famílias a combater pragas que vêm das lavouras vizinhas, também utilizando produtos químicos, conforme relataram, a maioria dos donos dessas áreas oferecem trabalho às famílias e agregados no Emiliano Zapata – contradição coerente com a Reforma Agrária incompleta, ou seja, sem apoio efetivo do poder público e sem políticas que possibilitem as famílias a viver apenas dos seus lotes.

Entre as conquistas, há ainda uma série de desafios a serem superados. Em relação às ações do agronegócio impactantes no assentamento, conforme relataram as famílias assentadas e pessoas do assentamento que trabalham nas fazendas vizinhas, destacamos, sobretudo, os experimentos com sementes geneticamente modificadas e o monocultivo de cana-de-açúcar em larga escala. Além disso, a hipótese também referida pelas famílias é a de que, por conta dessas atividades, o assentamento é infestado em determinadas épocas do ano por pragas como a *mosca-branca* que, segundo eles, está associada ao uso de determinados venenos utilizados nas lavouras, principalmente de cana. As famílias contaram que as moscas atacam a seiva das plantas, fazendo com que elas percam as cores originais, isso acontece há mais de dois anos no assentamento, geralmente, no mês de outubro de acordo com as famílias (Mosaico 4).

A degradação do solo e a contaminação da água são problemas os quais precisam ser solucionados no assentamento, pois encontramos formações de diversas voçorocas que estão em fase inicial ou avançada de formação, um problema para o solo, para a vegetação e para as

famílias, as quais perdem animais que caem nesses locais. Foram vários os relatos de afirmação de que o solo está empobrecido de nutrientes, além de arenoso e ácido.

No PA Zapata, entre as áreas agricultáveis, a maior parte do relevo (65%) é composta de terras formadas por *latossolos álicos* em relevos planos/suave que são, exploradas, desde antes do assentamento, principalmente com pastagens de capim *brachiaria* (“tipo 1”). Outros 30%, são de terras com o mesmo tipo de solo, porém em relevo um pouco mais ondulado (“tipo 2”), e apenas 5% correspondem às áreas planas localizadas nas partes mais baixas (“tipo 3”). Assim, procuramos destacar algumas características com relação à capacidade de uso da terra em cada tipo de relevo considerado (D’ÁVILA et al., 2006):

[“tipo 1”] Podem ser aproveitadas com diversas culturas, destacando-se o milho, feijão, arroz, cana, etc. Necessitam, entretanto, de correção dos teores de alumínio trocável e cálcio/magnésio, através da incorporação de calcário dolomítico e gesso agrícola. Faz-se necessária também a fertilização desses solos, onde se deve priorizar a adubação não química. São terras sujeitas a seca edafológica média, caracterizada pela ocorrência de um período de 5 a 6 meses secos no ano. [“tipo 2”] Podem ser cultivadas com algumas culturas anuais, desde que acompanhadas de práticas mais intensivas de conservação do solo, em função da sua maior sujeição aos processos erosivos. Necessitam de correção e fertilização dos solos. Os dois maiores fatores limitantes são a declividade forte e o risco de erosão. [“tipo 3”] São terras impróprias para culturas anuais (devido, principalmente, à baixa capacidade de armazenamento de água, encharcamento, frequente risco de inundação, pedregosidade ou afloramento de rocha), podendo, entretanto, serem apropriadas para culturas permanentes e pastagens (D’ÁVILA et al., 2006, p. 39).

Em relação aos recursos hídricos, o assentamento dispõe de boa quantidade, porém que necessitam serem preservados, em especial com a implantação de matas ciliares associadas aos cursos d’água. A área é dividida pelo ribeirão Panga, que tem a maior extensão no assentamento, além disso, o assentamento possui o córrego Capão da Mata, nascentes e uma pequena barragem. As famílias utilizam dessas águas para o consumo próprio, irrigação da produção e sedentação animal mediante obtenção de outorgas no Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM).

As famílias explicaram que, há muito tempo, vêm solicitando da prefeitura municipal a manutenção e construção de mata-burros e pontes para ajudar na locomoção e proteção dos bens naturais no assentamento, sem obter respostas. Um dos casos que precisam ser solucionados, diz respeito a uma estrada vicinal que passa por uma nascente, isso acontece porque o local é o mais acessível para quem precisa se deslocar de um lado a outro no assentamento, o que demanda a construção de uma ponte ou uma passarela. Além disso, a Reserva Ambiental do Emiliano Zapata está praticamente abandonada, “só existe no papel”⁸¹,

⁸¹ De acordo com Manoel, assentado no Emiliano Zapata e uma das lideranças do MST no Triângulo Mineiro.

a área possui várias erosões, há mais de três anos que as famílias estão tentando fazer a averbação da reserva e não conseguem, pendência que impede os assentados de participarem de algumas políticas públicas, como acesso ao Programa Minha Casa, Minha Vida Rural. De acordo com alguns assentados, a reserva deveria ser cercada em razão dos estragos causados pelos animais, que prejudicam a vegetação e as nascentes que formam os afluentes dos rios, de acordo com o assentado Edson, vários fazendeiros vizinhos deixam o gado solto nas Áreas de Preservação Permanente (APP) causando, assim, impactos negativos na disponibilidade de água (Mosaico 4).

Mosaico 4 – Assentamento Emiliano Zapata: Principais Problemas no Assentamento e Entorno



Fonte: Trabalhos de Campo/agosto e setembro de 2013.
Autoria: VIEIRA, W. A., 2013.

Outra questão recorrente no PA Emiliano Zapata está relacionada à falta de saneamento básico, falta de água potável e encanada dentro das casas, não há coleta de lixo e, no entorno do assentamento, há locais com armazenamento de lixo tóxico próximos às nascentes. Em algumas áreas, a falta de água é devida ao escoamento, pois estão em topes de vales ou em áreas muito íngremes, para Eurípedes, os equipamentos para buscar água nos rios são caros e a maioria ainda não têm condições de adquiri-los. Ele, por exemplo, contou que para abastecer a horta com a quantidade de água necessária, teria que comprar dois mil metros de mangueira de uma polegada, segundo informou, a R\$1,80 o metro, ou o cano a R\$22,00 a barra de cinco metros. Em termos de infraestrutura, ainda, a falta de estradas ou de manutenção nas que já existem, são questões que fazem encarecer o escoamento da produção e, além disso, não promovem qualidade de vida.

Praticamente, todas as casas no Emiliano Zapata estão inconclusas, seja em termos de pintura, reboco nas paredes ou ampliações. Em quase todos os diálogos que encetamos, melhorar a casa para ter maior conforto e, consequentemente, qualidade de vida, foi uma das perspectivas apontadas pelos(as) entrevistados(as). Algumas famílias, assim que foram assentadas, conseguiram o Crédito Habitação no valor de R\$5.000,00, uma espécie de apoio que a princípio é concedido pelo governo federal às famílias assentadas, um valor que deu somente para iniciarem a construção de suas moradias. Além disso, “*eles deu dinheiro pra casa nossa, aí cê tem que fazer a casa do jeito que eles quer, é ocê que vai morar, é ocê que tem que fazer do seu jeito*”⁸². O desafio atual das famílias, nesse aspecto, é o alcance ao programa Minha Casa, Minha Vida Rural, na modalidade Aquisição de Materiais de Construção, responsável por disponibilizar até R\$25.000,00. Em suas moradias, algumas precárias como a do Sr. Sebastião, as famílias fazem o que podem para saírem do aperto financeiro e conseguirem garantir o mínimo para a família. Para Messias, um ponto positivo é seu lote estar localizado à beira da rodovia MG455, próximo do acesso à Reserva do Panga, onde ele instalou um bar nas dependências de sua casa. De acordo com o entrevistado, em dias de trabalhos de campo e pesquisa de estudantes na reserva, o movimento é satisfatório e, com isso, somado a pouca renda que consegue tirar do lote, garante o pagamento das contas no final de cada mês, dele e de sua esposa, que estuda em uma faculdade particular (Mosaico 5).

Mosaico 5 – Assentamento Emiliano Zapata: Características das casas das famílias assentadas



Fonte: Trabalhos de Campo/agosto e setembro de 2013.

Autoria: VIEIRA, W. A., 2013.

⁸² Trecho do diálogo com Messias, assentado no Emiliano Zapata.

Além do Crédito Habitação, as famílias do assentamento foram ou são contempladas por outras políticas públicas que representam papéis fundamentais na promoção de cidadania daquelas famílias, pois possibilitam adquirir meios para se reproduzirem com mais dignidade no campo, ou seja, possibilitam a compra de equipamentos e outros insumos que facilitam a produção, a criação de animais e os cultivos diversos.

4.2.3. (Des)encontros e desafios no acesso às Políticas Públicas

No PA Emiliano Zapata, as principais políticas públicas identificadas são o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Tabela 8). Além disso, as famílias já foram contempladas pelo Programa Mutirão de Segurança Alimentar (PROSAN), que assegurou-lhes, na época do acampamento, a criação de abelhas para geração de renda e o Programa de Segurança Alimentar (PSA), que também, no período de pré-assentamento, garantiu investimentos em hortas coletivas.

Criado em 1996, com objetivo de estimular a produção da agricultura chamada familiar no Brasil, o PRONAF é uma política pública que está presente em quase todos os municípios do país (MATTEI, 2005). O programa é operacionalizado pelas instituições financeiras Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia, que compõem o SNCR, é vinculado ao BNDES, Bancoob, Bansicredi e associados à Febraban (MDA, 2014).

O PRONAF é uma política de crédito que engloba, conforme identificamos, até 13 grupos distintos, os quais possuem um público alvo de acordo com a renda anual, gênero, origens, atividades e outros enquadramentos⁸³. Para cada um destes grupos, há uma especificação (modalidade, finalidade), que se destina o crédito concedido, há ainda distinções de juros, de prazo e de carência quanto ao pagamento para cada grupo. No geral, as famílias ou as pessoas assentadas podem ter acesso individual e/ou coletivo a uma determinada quantia de crédito em diversos grupos definidos pela política. No Emiliano Zapata, identificamos que as famílias foram contempladas pelo PRONAF grupos A e A/C. O PRONAF A é de modalidade investimento e deve, prioritariamente, ser utilizado para estruturação ou recuperação produtiva dos lotes, é liberado mediante o Documento de Aptidão

⁸³ Para obter o financiamento o Agricultor Familiar precisa atender a alguns requisitos: explore parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro, assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF); resida na propriedade ou em local próximo; detenha, no máximo 4 módulos fiscais de terra, quantificados conforme a legislação em vigor; utilize como base da exploração da propriedade o trabalho familiar (máximos dois empregados fixos); produza renda bruta familiar anual de até R\$ 110 mil, sendo que, no mínimo, 70% da mesma devem ser provenientes das explorações agropecuária ou extrativa; esteja com o CPF regularizado e livre de dívidas (MEC/FNDE, 2011).

ao PRONAF (DAP) expedido, na região, pela EMATER em parceria com o INCRA, de até R\$21.500,00 em, no mínimo, três operações. Os juros são de 0,5% ao ano, os contemplados têm 10 anos para quitar a dívida, e carência de até cinco anos para começar pagar, dependendo do projeto técnico apresentado.

Tabela 8 – Assentamento Emiliano Zapata: Quadro Geral de Acesso às Políticas Públicas

Nº Lote	PRONAF A	PRONAF AC1	PRONAF AC2	PNAE	PAA	PSA	PROZAN	BNDES CONAB	CRÉDITO HABITAÇÃO
1	X	-	-	-	-	X	X	-	-
2	X	X	X	-	X	-	-	-	-
3	X	X	-	-	X	-	-	-	-
4	*	*	*	*	*	*	*	*	*
5	X	X	X	X	X	-	-	-	-
6	*	*	*	*	*	*	*	*	*
7	X	X	-	X	X	X	X	-	X
8	-	-	-	-	X	-	-	-	-
9	X	X	-	-	X	-	-	-	-
10	X	X	-	X	X	X	X	X	X
11	-	-	-	X	X	-	-	-	X
12	X	X	-	-	X	X	X	-	X
13	X	X	-	X	X	-	-	-	-
14	X	X	X	X	X	X	X	-	-
15	X	X	X	X	X	-	-	-	-
16	X	X	-	X	X	X	-	-	-
17	X	X	-	-	X	X	X	-	-
18	X	X	-	X	X	X	X	-	-
19	X	X	-	-	X	X	X	-	-
20	X	X	X	X	X	X	X	-	-
21	*	*	*	*	*	*	*	*	*
22	X	X	-	-	X	X	X	-	-
23	X	X	X	-	X	-	-	-	-
24	-	-	-	-	-	-	-	-	X
25	*	*	*	*	*	*	*	*	*

Legenda: X acessou a política; - não acessou; * não respondeu o questionário.

Fonte: Trabalhos de Campo/agosto e setembro de 2013.

Organização: VIEIRA, W. A., 2013.

O PRONAF AC, modalidade Custeio, é uma linha de crédito de até R\$5.000,00 concedidos a taxa de juros correspondente a 1,5 % ao ano e destina-se a agricultores familiares egressos do grupo “A”, ou que já realizaram a primeira operação no Grupo “A” e não tenha contratado financiamento de custeio. Este financiamento pode ser pago em até dois anos e ser efetuado em até três vezes (AC1, AC2 e AC3), sua destinação é para investimentos ou manutenção de atividades agropecuárias, não agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização da produção (Mosaico 6).

Mosaico 6 – Assentamento Emiliano Zapata: Benfeitorias e Infraestruturas Utilizadas na Produção



Fonte: Trabalhos de Campo/ agosto e setembro de 2013.
Autoria: VIEIRA, W. A., 2013.

A maioria das famílias que acessaram o PRONAF A, no Emiliano Zapata, investiu na compra de vacas para a produção de leite ou em gado de corte. Eurípedes comprou 16 vacas com o crédito, Messias comprou 20 cabeças de gado de corte e vaca para produzir leite, investiu em infraestrutura com a aquisição de caixa d'água, mangueira, cerca e arame, o que sobrou ele comprou sal para alimentar o gado. Para Messias, a falta de orientação, fiscalização do governo sobre os técnicos que acompanham os investimentos feitos pelas famílias, é um ponto negativo na luta pela Reforma Agrária.

[...] ocê não tem estrutura não tem nada, cê vai pegar os cinco mil pra fazer uma coisinha, cê ainda tem que pagar em um ano, isso aí já é uma dificuldade, já é um ponto negativo, eles arrocha o cara, o cara não vai roubar, eles põem dinheiro mas não desenvolver como é que vai fazer? Igual eu mesmo, esse mês eu tenho que pagar, não sei como vou pagar, eles ajuda mas aperta uai. O PRONAF dá pra desenvolver e trabalhar ele certim, mas outros projetinho que eles põem não é pra ajudar o cara mas é apertar eles uai, que o cara tá arrochado, eles põem um projeto, cê vai pegar ele uai, cê não vai passar fome aqui num ué? Aí depois pra pagar, se vira. [...] Eles põem duma forma que a gente tem que trabalhar da forma que eles quer e acelera a gente pra pagar, isso tudo é ponto negativo. [...] Eles não quer ajudar, eles quer um robozinho. Igual o PRONAF me ajudou, arrochou, tive que vender, não tem como, vendi dez cabeça e controlei, quer dizer, é alto subsistência da gente com o projeto né? Tô sobrevivendo dele, não é da forma que você tem que fazer daquele jeito não, mas eu tô

sobrevivendo dele, é ele que tá me mantendo aqui. [...] Esse outro custeio, eu falei que ia fazer recuperação de pasto e tudo, eu omitir informação pra eles, que eles força a gente fazer isso, isso é um ponto negativo deles, que eles tinha que trabalhar de parceiro com gente e tive que montar um buteco pra comer com minha muié e meus filhos, se não eu tinha que ir embora daqui que não tinha como (informação verbal)⁸⁴.

Devido aos pontos negativos destacados por Messias em relação às políticas públicas, no caso o PRONAF, acrescentados à sistemática com que são pensadas e conduzidas esta e outras políticas, ou seja, sem propósitos bem definidos em relação aos sujeitos que mais necessitam delas, não baseadas no desenvolvimento social e humano, e às mudanças estruturais demandadas pela Reforma Agrária que as famílias desejam, muitos contemplados por essas políticas passam a ter uma preocupação a mais em suas vidas. As histórias nem sempre são de sucesso. Mesmo assim, para Juarez o PRONAF,

[...] é uma linha de crédito que é fundamental pra questão da família, no caso do assentamento, é um projeto, uma linha de crédito pouco né, insuficiente se você fazer uma aplicação financeira aí e conseguir um retorno através da aplicação de crédito, historicamente ainda demora muito por causa da regularização do assentado, então quando ainda vem a família já tá num grau de endividamento que não consegue ter retorno com o crédito. Uma experiência que mostra que não tem, se você achar que vai aplicar o PRONAF AC ou o PRONAF A e vai ter retorno econômico dele tá errado, hoje. Agora, mas, né, é uma linha de crédito importante pra família, não é a única que tem mas é importante. Porque, além de ser uma questão da luta política, a gente tá numa questão política e social, mas a gente tá num sistema econômico, então há uma necessidade extrema do recurso econômico, de crédito(informação verbal)⁸⁵.

O PRONAF vem se constituindo como uma importante política pública reivindicada historicamente por pequenos produtores e movimentos socioterritoriais, contudo os investimentos ainda são pequenos para os que mais precisam, para esses, ela é um passo inicial importante, mas não o suficiente. As famílias continuam reivindicando melhorias no PRONAF, como aumento do crédito, menos burocracia para acessá-lo, mais informações, acompanhamento e fiscalização dos projetos e investimentos. Para complementar e obter novas oportunidades de investimentos e futuras rendas, elas estão se organizando para terem acesso também ao PRONAF Jovem e PRONAF Mulher.

⁸⁴ Trecho do diálogo com Messias, assentado no Emiliano Zapata.

⁸⁵ Trecho do diálogo com Juarez, assentado no Emiliano Zapata e umas das lideranças do MST no Triângulo Mineiro.

Outra política pública acessada pela maioria das famílias é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) criado em 2003⁸⁶, no caso do Emiliano Zapata, na modalidade Compra para Doação Simultânea. O programa tem como público alvo, ou beneficiário, fornecedores e consumidores. São fornecedores familiares, assentados da Reforma Agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais, que atendam simultaneamente, aos requisitos básicos como: não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais e utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento. Os consumidores “são os indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e aqueles atendidos pela rede socioassistencial e pelos equipamentos de alimentação e nutrição” (MDA, 2014). No Brasil, a maior parte das famílias que fornece alimentos para o programa, está, respectivamente, localizada nas regiões Nordeste, Sul, Sudeste, Norte e Centro-Oeste.

[...] é o terceiro que tô com o PAA, foi um dos projeto que o governo fez de melhor sucesso até hoje, porque ocê consegue escoar uma parte de sua produção, um programa que não exige uma fidelidade no planejamento produtivo, um planejamento que é mais flexível, e aí ocê consegue gerar algum recurso pra poder no centro de produção e mercado, procê conseguir comercializar sua produção, então, pra mim foi um dos projetos mais importantes. Esse ano tá tendo uma crise, uma transição de projeto, então o trem empacou, nos outros anos a gente empacou em relação a receber e alguma coisa, mas que é a questão governamental que é mais complicado de entender, mas pra mim foi um dos principais projetos até hoje, o recurso ainda é pouco, mas se cê for calcular na produção não é pouco, é muito prum assentado, cê for distribuir a renda lá dos cinco mil e quinhentos reais que tá indo agora pro ano inteiro, é um pouquinho assim pra você tirar em produto (informação verbal)⁸⁷.

O PAA é executada com recursos do MDA e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com estados, municípios e com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). O objetivo da política é promover o acesso à alimentação, combater a pobreza, fortalecer e incentivar a agricultura familiar por meio da comercialização direta (MDA, 2014) (Quadro 3).

⁸⁶ O PAA foi instituído pelo Art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero. Esta Lei foi alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Foi ainda regulamentado por diversos decretos, o que está em vigência é o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012 (MDA, 2014).

⁸⁷ Trecho do diálogo com Juarez, assentado no Emiliano Zapata e uma das lideranças do MST no Triângulo Mineiro.

Quadro 5 – Resumo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Modalidades	Fonte de Recursos	Limites R\$	Período	Formas de Acesso	Operacionalização	Produtos
Compra com Doação Simultânea	MDS	5.500,00 a 8.000,00 ⁸⁸	Ano	Individual	Conab, Estados, Municípios ou Consórcios Públicos de Municípios.	Produtos alimentícios próprios para o consumo humano, incluindo alimentos perecíveis e característicos dos hábitos alimentares locais. Podem estar “in natura” ou processados.
	MDS	6.500,00	Ano	Cooperativa, Associação e Grupo Informal.	Conab, Estados, Municípios ou Consórcios Públicos de Municípios.	
Compra Institucional	MDS e MDA	8.000,00	Ano	Unidade Familiar	Por edital de Chamada Pública dos órgãos de administração direta ou indireta da União, estados, Distrito Federal e municípios.	
Apoio à Formação de Estoques	MDS e MDA	8.000,00	Ano	Unidade Familiar em Cooperativa e Associação.	Conab	Produtos alimentícios da safra vigente, de produção própria dos agricultores.
Compra Direta	MDS e MDA	8.000,00	Ano	Individual, pode ser articulado por Cooperativa, Associação e Grupo Informal.	Conab	Arroz, feijão, milho, trigo, sorgo, farinha de mandioca, farinha de trigo, leite em pó integral, castanha de caju, castanha-do-brasil etc.
Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (Estados do Nordeste e Municípios das Mesorregiões Norte, Vale do Jequitinhonha e Mucuri de Minas Gerais)	MDS	4.000,00	Semestre	Individual, pode ser articulado por Cooperativa, Associação e Grupo Informal.	Convênios celebrados entre o Governo Federal por intermédio do MDS e os Governos Estaduais	Leite

Fonte: MDA; MDS, 2010, 2012 e 2014.

Organização: VIEIRA, W. A., 2014.

Em Uberlândia, de acordo com os dados da Prefeitura Municipal, em 2013, existiam 239 produtores cadastrados no PAA, entre esses, assentados e assentadas da Reforma Agrária. Esses agricultores são os responsáveis por abastecerem com os mais diversos tipos de legumes, frutas e verduras diversas entidades e instituições na cidade, o que beneficia crianças, jovens, adultos, pessoas com deficiências e idosos inseridos em algum tipo de assistência dada pelo município – educação, assistência social etc. Os alimentos adquiridos pelo programa são comprados com recursos do MDA e MDS e doados pela prefeitura a entidades benfeitoras, como creches, asilos, albergues. “O PAA abastece 85 instituições filantrópicas de Uberlândia, enquanto o PNAE garante os hortifrutis a mais de 110 escolas na cidade” (AMVAP, 2014).

Segundo informações dos assentados no Emiliano Zapata, até 2013, o limite de pagamento do PAA pela prefeitura era de até R\$4.500,00, já em 2014, a expectativa era a de que o valor pago seria de até R\$5.500,00, conforme o Quadro 5, além disso, haveria, também, de acordo com eles, mudanças na tabela de preço dos produtos. João Moura e Eva Lima já

⁸⁸ Quando a proposta for composta por produtos oriundos de pelo menos 50% de fornecedores cadastrados no Cadastro Único ou quando a proposta contiver produtos exclusivamente orgânicos e/ou agroecológicos ou da sociobiodiversidade (MDA, 2014).

entregaram duas cotas em um ano para o PAA. Os agricultores inseridos no programa podem entregar a quantidade que conseguirem produzir em hortaliças, verduras e frutas até o limite de pagamento. Contudo, até a finalização desta pesquisa, no Emiliano Zapata, as famílias não tinham entregado nenhuma remessa em decorrência da demora nos trâmites de renovação de contrato entre a Prefeitura e o Governo Federal, o que vem causando no assentamento déficit na renda das famílias e desperdícios de alimentos, que deveriam ser entregues como foram em 2013. O casal Simone e Bráulio assinou um contrato para produzirem e entregarem 2.385Kg de brócolis em 2014, eles relataram que quase a metade dessa produção foi usada para alimentar os animais que criam no lote.

[...] eu renovei meu contrato foi em fevereiro, que era pra mim entregar dois mil e trezentos e pouco de brócolis, e até hoje eu não conseguir entregar um maço de brócolis lá, eles vive falando que tá emperrado lá em Brasília. [...] Eu fiz compromisso, pra entregar essas verduras pra pegar o dinheiro pra cobrir outro, e até hoje, agora diz eles que é em outubro que a gente vai começar entregar, e a gente tem até dezembro pra entregar e até hoje eles não esclareceu (informação verbal)⁸⁹.

[...] esse ano o problema tá no seguinte, eles só pega verdura pro PAA até o máximo dia quinze de dezembro, então, se eles liberar ele, igual fala que agora em outubro vai liberar, cê não consegue entregar, porque, desde o começo do ano, a gente tá prantando e eles falam “daqui dois meses tá liberado”, então cê tem que tá sempre prantando pra na hora que liberar ocê ter o produto pra entregar, aí nunca libera, cê vai perdendo, perdendo, a hora que eles resolver liberar você não tem o negócio, igual a gente vai entregar brócolis, na hora que eles resolver liberar lá, com certeza nós não vai ter brócolis produzindo pra entregar (informação verbal)⁹⁰.

Antônio e Tereza referiram que, para não perderem a produção e garantirem a renda básica, além das hortaliças e das verduras, vendiam o queijo porta a porta ou à beira da estrada entre o Emiliano Zapata e a cidade de Uberlândia. Para Juarez e Flaviana, a crise em relação ao PAA é devida ao fato de que o projeto foi renovado na transição do governo municipal, enquanto que deveria ser renovado pelo poder municipal de três em três anos, o que era para ter sido feito pela gestão anterior, a qual deixou para a atual gestão do prefeito de Uberlândia Gilmar Machado a responsabilidade. Outra informação que obtivemos dos assentados é que o pagamento do PAA não será mais realizado pela Prefeitura, e sim por meio de um cartão magnético, semelhante ao Cartão Cidadão, diretamente no banco.

⁸⁹ Trecho do diálogo com Simone, assentada no Emiliano Zapata.

⁹⁰ Trecho do diálogo com Bráulio, assentado no Emiliano Zapata.

[...] eu achei bom no sistema do pagamento, mas achei uma dificuldade no tipo de fazer o pagamento, que é o, cê tem que abrir uma conta corrente, no caso, eu não tem como [como] movimentar uma conta corrente, dá apoio ela direto, que o mês que movimenta ela a muié tem pagar vinte reale [real], trinta reale [real], paga nela entendeu? Aí se tivesse, eles tá falando de ficar melhor, vai fazer o cartão, até hoje tá nessa burocracia que eu te falei (informação verbal)⁹¹.

Com objetivo de aumentar a renda, de consolidar e divulgar a produção dos assentamentos rurais, 21 famílias do Emiliano Zapata e do Assentamento Canudos se organizaram e passaram a entregar, pelo MST, alimentos para outro programa do governo federal, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conhecido como “merenda escolar”. Criado, em 1955, para suprir a demanda de alimentação e nutrição escolar no país, o programa é umas das mais antigas políticas brasileiras na área e já passou por diversas mudanças. O PNAE atende a creches e escolas de ensino fundamental, médio, de jovens e adultos (EJA), municipais, estaduais, federais e filantrópicas. A política assume três finalidades principais de acordo com Ministério da Educação (2011): (1) garantir atendimento às necessidades nutricionais de estudantes, (2) contribuir para a adoção de hábitos e práticas alimentares saudáveis e (3) contribuir para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar.

[...] no PNAE a gente tá começando agora, é outra política pública importantíssima, é o segundo passo após o PAA [...], você tem que avançar para um planejamento de produção, então aí há uma necessidade obrigatória de ter um grupo de produção firme. [...] entregar tudo, tá beirando em quatro milhões e mei, os tal dos trinta por cento. [...] vinte mil real por família. [...] você tem que tá organizado em grupo formal, que é uma organização, que historicamente aqui no município de Uberlândia, que eu conheço, sempre houve problema, nunca conseguiu se organizar em grupo formal. Então a política já tá uns três quatro ano aí, só promessa, as escola e o governo municipal louco pra cumprir a Lei só que na prática não consegue, então, aí tá naquela dialética, a gente tem a produção perdendo no assentamento, e tem essa demanda pra cumprir a Lei, não consegue cumprir a Lei, por causa da organização dos grupo formal, não tem organização (informação verbal)⁹².

⁹¹ Trecho do diálogo com Geraldo, assentado no Emiliano Zapata.

⁹² Trecho do diálogo com Juarez, assentado no Emiliano Zapata e uma das lideranças do MST no Triângulo Mineiro.

Os recursos do PNAE são repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) às secretarias de educação dos estados, às prefeituras municipais (que, além das creches e escolas municipais, repassam para as escolas filantrópicas) e às mantenedoras das escolas federais de educação básica. De acordo com o disposto na Lei nº 11.947/2009, “dos recursos financeiros transferidos pelo governo federal, no mínimo, 30% devem ser utilizados na compra direta de gêneros alimentícios da agricultura familiar ou do empreendedor familiar rural ou suas organizações” (MEC, 2011).

4.2.4. Estratégias de reprodução e renda

Em Uberlândia, algumas famílias assentadas nas áreas conquistadas pelo MST, anteriormente, entregavam alimentos para o PNAE, ligadas à Cooperativa dos Agricultores Familiares de Uberlândia e Região (COOPERAf), entidade sem nenhum vínculo político e de princípios com o movimento. No decorrer do processo de territorialização do MST na região, as lideranças fizeram um levantamento da produção nos assentamentos do movimento e organizaram encontros e diversos espaços de formação e estratégias de produção com as famílias, que já vinham produzindo e comercializando hortifrutícolas. Após intensas articulações e preparação, o MST Triângulo Mineiro fundou, em Uberlândia, a Associação Camponesa de Produção da Reforma Agrária do Município de Uberlândia (ACAMPRA), pela qual, inicialmente, 21 famílias dos assentamentos Emiliano Zapata e Canudo passaram a entregar a produção dos seus lotes. O limite individual de venda de cada família para a alimentação escolar deve ser, no máximo, de R\$ 20.000,00 por DAP/ano.

A ACAMPRA foi uma conquista tanto para as famílias assentadas quanto para o município e o MST, pois, com sua fundação, as 21 famílias passaram a fornecer, até o final de 2014, sete tipos de hortifrutícolas – acelga (34.180kg), berinjela (18.460kg), brócolis (8.550 maços), cheiro-verde (34.200 maços), couve (34.180 maços), limão (6.880kg) e melancia (54.120kg), o contrato poderá ser renovado anualmente com o município. Para Juarez, da coordenação da ACAMPRA e liderança do MST, em nota, a conquista,

[...] é mais uma prova da potencialidade real da Reforma Agrária, além de também permitir desenvolver ainda mais os assentamentos, bem como uma espécie de prestação de contas para a sociedade de que a Reforma Agrária dá certo. Para o assentado, a satisfação é ainda maior pelo destino que terá todo o esforço da produção das famílias. São crianças que irão comer esses alimentos, inclusive as minhas duas filhas, um público que de fato precisa, o que nos dá

ainda mais felicidade. Serão beneficiados quase 60.000 alunos da Educação Infantil da Rede Municipal. [...] Os objetivos desses camponeses organizados são: organizar a produção paulatinamente, fortalecer a associação pelo coletivismo e solidariedade, a curto-médio prazo transitar 100% de sua produção para alimentos agroecológicos e mais saudáveis, aumentar o número de famílias na entidade camponesa, levar a discussão até a sociedade como um todo, nas salas de aula e debater a cadeia produtiva dos alimentos produzidos pelo pequeno produtor (nota)⁹³.

O contrato assinado pelos associados foi de R\$350.000,00, valor que será dividido entre as 21 famílias, o que possibilitará o aumento de 70% na renda atual das famílias. Anteriormente à inserção de algumas famílias ao PNAE, constatamos, durante as pesquisas de campo, que, mesmo em um dos assentamentos mais avançados do movimento no Triângulo Mineiro, há uma significativa diversidade de renda entre as famílias, um reflexo dos desafios diários vividos por elas na luta pela permanência na terra. No PA Emiliano Zapata, a renda bruta varia de R\$724,00 a quase R\$6.000,00. As atividades produtivas de maior relevância são hortaliças e produção de leite. Em média, homens e mulheres trabalham 10 ou 12 horas por dia (Tabela 9).

⁹³ Nota à imprensa de Juarez, assentado no Emiliano Zapata e uma das lideranças do MST no Triângulo Mineiro.

Tabela 9 – Assentamento Emiliano Zapata: Trabalho e Renda

Nº Lote	Renda Bruta Principal (R\$/Mensal)	Fonte	Renda Líquida Secundária (R\$/Mensal)	Fonte	Renda Bruta Total	Horas Trabalhadas por Ele (dia)	Horas Trabalhadas por Ela (dia)
14	3.900,00	Hortifrútils	1.448,00	2 Aposentadorias	5.348,00	10	10
13	5.000,00	Hortifrútils	-	-	5.000,00	15	15
11	3.900,00	Salários Fixos e Arrendamento de Pasto	750,00	Rapaduras	4.650,00	13	13
19	3.158,00	Leite, Aposentadoria e Pensão	724,00	Salário Fixo	3.882,00	-	-
20	1.700,00	Leite e Milho Irrigado	1.516,00	Bolsa Família e 2 Aposentadorias	3.216,00	-	-
2	3.000,00	Leite	180,00	Bico	3.180,00	10	
16	3.000,00	Hortifrútils	70,00	Bolsa Família	3.070,00	10	10
21	3.000,00	Queijo	-	-	3.000,00	13	13
10	1.700,00	Auxílio Doença, Bar, Arrendamento de Pasto, Venda de Animais, Bolsa Família	375,00	Hortifrútils	2.075,00	8	13
24	2.000,00	Leite e Queijo	-	-	2.000,00	-	-
15	600,00	Hortifrútils	1.335,00	Professora do Ensino Fundamental	1935,00	12	12
18	1.140,00	Leite, Milho Irrigado e Aposentadoria	724,00	Salário Fixo	1.864,00	-	-
9	1.800,00	Queijo		Aposentadoria	1.800,00	13	13
8	1.100,00	Queijo		Salário Fixo e Bicos	1.100,00	10	10
23	678,00	Hortifrútils, Arrendamento de Pasto	332,00	Bolsa Família e Bolsa Verde	1.010,00	-	-
5	600,00	Hortifrútils	234,00	Bolsa Família e Bolsa Verde	834,00	15	13
12	500,00	Hortifrútils e Arrendamento de Pasto	300,00	Auxílio Doença	800,00	13	13
17	700,00	Queijo e Bicos	-	-	700,00	-	-
1	678,00	Aposentadoria	-	-	678,00	-	-
22	678,00	Hortifrútils	-	-	678,00	-	-
7	150,00	Arrendamento de Pasto	-	Ajuda e Doações de Amigos	150,00	-	-
3	-	Bar	-	Bolsa Família	-	10	-
4	-	-	-	-	-	-	-
6	-	-	-	-	-	-	-
25	-	-	-	-	-	-	-

Legenda: - não respondeu o questionário ou a pergunta específica.

Fonte: Trabalhos de Campo/agosto e setembro de 2014.

Organização: VIEIRA, W. A., 2013.

Apesar de as políticas públicas serem conquistas no campo, as expressões de poder do agronegócio, os usos e as relações culturais que os assentados possuem com a terra nem sempre são considerados pelos que planejam e administram tais políticas. O PRONAF, o PAA e o PNAE, as políticas mais utilizadas pelos assentados no Emiliano Zapata, na maioria das vezes, acarretam em desencontros em termos de orientação e oportunidades de acesso, além disso, provocam conflitualidades políticas e sociais, pois priorizam a comercialização típica do capitalismo, sem significados e reflexões que dizem respeito às funções sociais, ambientais e em termos de mudanças estruturais no campo. Nesse contexto, nos assentamentos do MST no Triângulo Mineiro, são evidentes os desafios de acesso à educação

do campo, transporte com qualidade, programas de formação e capacitação técnica dos assentados, acesso à moradia digna e à água, à comunicação, dentre outros.

[...] todas as políticas públicas acaba forçando ocê na Lei, na força bruta, a ocê se organizar. [...] Ocê pega o PNAE, ocê tem que tá organizado em cooperativa ou associação. Ocê pega um PAA, também tem que tá organizado em associação e cooperativas. Então isso força, se ocê for pegar a história do MST na questão da produção, o MST defende a organização via cooperativa ou associação, mais debatidamente em relação à cooperativa, só que nós temo um entendimento, a burguesia tem outro entendimento e o pequeno burguês tem outro entendimento né, então nós entend que a cooperativa tem que tá organizada no fim social, os cara lá entende que as cooperativas tem que tá organizada no fim econômico, tanto é que hoje o grande impedimento é que a cooperativa em sem fim lucrativo, então ela não pode gerar lucro, hoje o pequeno burguês já tem o entendimento que a cooperativa é de gerar lucro. Então, eu acredito que se ocê for pegar essas política pública acaba meio forçando, agora o que falta é entender é a questão ideológica nossa, em relação ao MST, alguns estado e regiões são muito mais avançados, então comprehende ideologicamente que eles tem, aí sim são consolidados, cê pegar o MST São Paulo, uma parte, o MST Rio Grande do Sul, Paraná, MST Pernambuco, eles são consolidados porque eles conseguiram dominar territórios, [...] nós ocupa alguns espaços, mas isso não significa que é domínio, então aonde tem o domínio desse território, o MST se apropriou das políticas públicas, tá podendo fazer algum debate ideológico da organização social. No nosso caso aqui na região a gente simplesmente cumpre política pública, pra dar algum respaldo econômico às famílias (informação verbal)⁹⁴.

À luz dessas questões, os responsáveis pelas políticas públicas e pelos programas sociais para o campo deveriam garantir um caráter permanente, e não transitório das suas iniciativas – ora tem, ora não tem, ora está funcionando, ora não está. Eles poderiam também aproximar mais e manter um diálogo permanente com os pequenos agricultores, ou seja, consultá-los e orientá-los. Além disso, seria importante que as políticas públicas pautassem iniciativas e programas sociais específicos que atendessem às necessidades de homens, mulheres, adolescentes e crianças, possibilitando novos espaços de transformação social, de trabalho e geração de renda, de acordo com o que as comunidades rurais querem. Os responsáveis por elaborar as políticas poderiam, enfim, considerar programas que, além de específicos (por produto ou por grupo social), apreciassem atividades rurais agrícolas e não agrícolas ajustando a pluriatividade e multifuncionalidade dos novos trabalhadores, para que,

⁹⁴ Trecho do diálogo com Juarez, assentado no Emiliano Zapata e uma das lideranças do MST no Triângulo Mineiro.

assim, o campo fosse consolidado não como setor (econômico/produtivo), mas como espaço socioambiental, com especificidades que abrangessem territórios de lutas e reivindicações dos movimentos socioterritoriais, as quais precisam ser contempladas.

O território das políticas públicas no campo precisa ser planejado principalmente, a partir da maioria dos sujeitos que de fato ocupam o campo - os camponeses, trabalhadores e pequenos agricultores, muitos desses organizados em movimentos socioterritoriais ou em comunidades rurais. As reivindicações, mesmo após a criação dos assentamentos, vão desde políticas agrícolas mais acessíveis às políticas agrárias, de planejamento e organização, levando em conta as dificuldades estruturais enfrentadas nos assentamentos.

Outra observação que fizemos nas pesquisas de campo foi em relação à comercialização da produção no Emiliano Zapata, percebemos que ela é realizada de diversas maneiras e envolve diferentes instituições, além da entrega dos produtos para o PAA e o PNAE. Uma forma de comercializar os produtos é em feiras livres em bairros da cidade, uma maneira informal e mais acessível que a maioria das famílias encontrou para vender seus produtos com mais perspectiva de obter renda. As feiras funcionam todos os finais de semana em diferentes bairros de Uberlândia, aos sábados, nos bairros Planalto e Tocantins e aos domingos no bairro Jardim das Palmeiras, nesses espaços, as famílias comercializam diversos produtos que elas mesmas produzem em seus lotes⁹⁵. Constantemente, os fiscais da Prefeitura Municipal tentam impedir que as feiras sejam montadas, mas as famílias têm o apoio dos moradores e de alguns comerciantes locais, que fornecem parte de seus espaços para que elas possam trabalhar. Algumas famílias optam ainda por venderem de porta em porta.

Com o apoio e intermediação do Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (CIEPS) da UFU, a produção dos assentados pode também ser vendida para o Restaurante Universitário (RU) da Universidade, uma conquista importante para o Emiliano Zapata e o MST.

Outra forma de comercializar a produção é no Centro de Abastecimento (CEASA), porém, ainda inacessível para a maioria dos assentados no Emiliano Zapata. De acordo com Juarez, para ter um espaço no local com direito a vender seus produtos, ele precisou adquirir o cadastro no Mercado Livre do Produtor (MLP) ou a popular “pedra”, para isso, ele efetuou o pagamento de R\$15,00 pela carteira de identificação ou cadastro, que é válida por seis meses e, para cada dia de venda dos produtos no local, ele tem que pagar ainda R\$15,00. O cadastro e as taxas dão o direito de utilizar um espaço de 1m por 3m, local no qual, de acordo com

⁹⁵ Tomate, pimentão, alface, abóbora, rúcula, cheiro-verde, couve, brócolis, batata doce, milho verde, queijo, rapadura dentre outros.

Juarez, cabem 70 caixas. Há ainda o custo operacional, pois, para usar as caixas na feira, elas devem passar por um processo de higienização que custa R\$0,45 por caixa e, caso o comerciante não dê conta de carregar as caixas para colocar no seu espaço, ele tem que contratar um carregador no local, que cobra R\$0,50 por caixa carregada. As dificuldades em relação à comercialização, ainda, estão relacionadas ao custo dos combustíveis, à falta de transporte e a infraestrutura do assentamento, que precisa de melhorias nas estradas vicinais.

No Emiliano Zapata, há uma diversidade expressiva de produtos cultivados pelas famílias (Mosaico 7), as técnicas de produção utilizadas por elas são Mandalas (ao todos são nove Mandalas no Emiliano Zapata), esterco “*cama de frango*”, trator com grade, arado e “*esparramadeira*”, uso de “*urina de vaca com folha de Nim*”, irrigação por aspersão, há família usam duas bombas, uma no córrego para bombear água para o poço em seus lotes e outra no poço para bombear a água até os canteiros de hortas, sobretudo nas épocas de seca e revezamento de pasto ou de áreas de plantio.

Mosaico 7 – Assentamento Emiliano Zapata: Produção das Famílias Assentadas



Continuação

Continuação



Fonte: Trabalhos de Campo/agosto e setembro de 2013.
Autoria: VIEIRA, W. A., 2013.

Devido às expressões de poder do território do agronegócio em torno do Emiliano Zapata e, devido ainda à baixa qualidade do solo deixada pelo antigo dono da área onde está o assentamento, é praticamente impossível produzir com técnicas totalmente agroecológicas, contudo as famílias vêm se esforçando para alcançar esse objetivo. O condicionador de solo⁹⁶, feito de “lixo” orgânico, e o esterco são utilizados para restaurar a fertilidade dos solos desgastados, proporcionando o equilíbrio físico, químico e biológico, porém nem todos têm condições de adquiri-los, de acordo com os assentados, um saco com 40 kg do condicionador custa R\$30,00, o esterco chega a R\$1.800,00 um caminhão com 14 toneladas, alguns têm condições financeiras de comprar, outros não.

No assentamento, a empresa Agrolago é a responsável pela assistência técnica às famílias (contratada pelo INCRA), entretanto, apesar dos técnicos oferecerem, em suas visitas trimestrais, cursos e orientações voltadas à produção no campo, não há um planejamento de ações e acompanhamento mais precisos, mais próximos da realidade dos assentados,

⁹⁶ Produto que concentra grandes quantidades de matéria orgânica, ácidos húmicos e fúlvicos. Disponível em: <<http://twixar.me/2j0>>. Acesso em: 12 jul. 2014.

construídos com a participação deles, de acordo com as necessidades de cada lote ou assentado. As contribuições dos técnicos são, além de sementes e testemunhos de outros lugares em que suas orientações deram certo, elaborarem ações e planejamento, porém, sem acompanhamento, como relataram algumas famílias. Para a assentada Edna, as orientações deveriam pautar-se tanto na produção quanto na administração dos créditos solicitados junto aos programas sociais do governo, pois algumas famílias e pessoas deixam de pagar as parcelas dos empréstimos do PRONAF por falta de orientação técnica sobre como administrar o dinheiro que pegaram para investir em seus lotes.

[...] falta uma assistência melhor pra você aplicar, precisa de mais orientação, eu digo assim, às vezes a pessoa faz uma coisa que não tem nada a ver com o que ela gosta de fazer, faz uma coisa que tá totalmente errada com o que ela gosta de fazer, perde todo o investimento (informação verbal)⁹⁷.

Outra diversidade observada no Emiliano Zapata foi a quantidade de produção das famílias, o que, na maioria, é proporcional à renda alcançada e à quantidade de horas e dias trabalhados no mês. O casal Juarez (33 anos) e Flaviana (30 anos), por exemplo, é um dos que mais produzem hortaliças no Emiliano Zapata, eles chegam a trabalhar 15 horas por dia para ter uma renda bruta de pouco mais de R\$5.000,00 por mês (Tabela 10). Outro casal que também produz expressiva quantidade de hortaliças é formado por Dona Eva (59 anos), que nunca estudou, e o Senhor João (65 anos), que estudou até a antiga quarta série, eles são o que possuem a maior renda bruta no Emiliano Zapata, de quase R\$6.000,00 mensais, trabalham em média 10 horas por dia cada um, todos os dias do mês. Mesmo tendo uma renda relativamente alta em relação a outros assentados no Emiliano Zapata, essas famílias gastam significativa parte do que ganham com manutenção do carro para o transporte da produção, combustíveis, energia, manutenção e implementos agrícolas.

Ao compararmos as rendas geradas com as atividades produtivas mais realizadas no PA Emiliano Zapata – produção de hortaliças e de leite –, verificamos que a renda gerada com primeira atividade citada é superior à segunda. Vimos que a produção do leite e derivados está dependendo, cada vez mais, de investimentos por parte das famílias, entre outros implementos em equipamentos como a ordenha, tanques de armazenamento próprio e transporte coletivo para escoamento e entrega direta do leite.

⁹⁷ Trecho do diálogo com Edna, assentada no Emiliano Zapata.

Tabela 10 – Assentamento Emiliano Zapata: Produção de Juarez e Flaviana

Destino da Produção	Produto	Produção Semanal
PNAE	Alface	150 pés
	Couve	350 maços
	Cheiro Verde	50 maços
	Brócolis	50 maços
CEASA	Couve	300 maços
	Cheiro Verde	200 maços
	Brócolis	100 maços
	Alface	200 pés
PAA	Acelga	30 pés
	Rúcula	50 pés
	Couve-Flor	50 pés
	Brócolis	200 kg
Venda Direta	Couve	50 maços
	Cheiro Verde	50 maços
	Brócolis	20 maços
	Alface	100 pés
	Acelga	10 pés
	Rúcula	15 pés
	Couve-Flor	15 pés
	Mandioca Descascada	25 kg
Restaurante Universitário da UFU	Limão	15 kg
	Couve	40 kg
	Rúcula	30 kg
	Brócolis	30 kg

Fonte: Trabalhos de Campo/agosto e setembro de 2013.

Organização: VIEIRA, W. A., 2013.

Outro aspecto observado em relação à produção de leite é a necessidade de se organizarem mais, visando a conquistas coletivas, o que nem sempre é oportunizado ou incentivado pelas políticas públicas ou pela própria forma de comercialização da produção. Eurípedes retira manualmente 130 litros de leite por dia, que vende para um atravessador a R\$0,95 o litro, o qual revende para indústria de laticínios ITALAC em Uberlândia. De acordo com o assentado, ao ser questionado sobre o motivo de não vender direto para empresa, ele disse:

[...] se quiser consegue, mas eu vou te falar a verdade, eu fui na CALU, porque esse tanque aqui é meu, vou te explicar o problema, esse tanque é meu, e ele me paga noventa e cinco centavos e me dá assistência do tanque, esses tempo o tanque estragou e ele gastou mil real pra arrumar motor, arrumar tudo, e eu vou lá na CALU eles quer me pagar um real mas não qué me dá assistência do tanque, cê entende? Aí eu fui fazer a conta, na verdade ele tá melhor. Porque eu sou cooperado na CALU, tem muitos ano que eu sou cooperado lá, mas por causa de cinco centavo, se esse tanque der uma problema de mil real igual ele deu aí... eu vou passar pra outro? É só ligar lá o teto, rumo, traz tudo, não tem dor de cabeça com nada né, então eu

*prefiro vender pro atravessador, hoje a gente corre é pro que paga mais (informação verbal)*⁹⁸.

Além da assistência e da melhor remuneração pelo litro de leite, Eurípedes não tem que levar o produto para a empresa, o que representa economia em combustível e menor gasto com manutenção de transporte. No assentamento, nove famílias exercem atividades relacionadas à produção de leite e queijos, com a renda declarada variando em média de R\$700,00 a R\$3.000,00 por família.

Em relação à renda das famílias no Zapata, e à agricultura camponesa em geral, há três tipos: renda monetária de outras naturezas, renda agropecuária monetária, e renda agropecuária não monetária, ou seja, a renda monetária é expressa em dinheiro adquirido por atividades não agropecuárias, ligadas a pensões, benefícios governamentais, salários e rendimentos de serviços ligados à construção civil, docência, “bicos” dentre outros. A renda agropecuária monetária refere-se à venda externa ou interna de parte da produção vegetal/animal ligada à terra, e a renda agropecuária não monetária está ligada à parte da produção destinada ao consumo próprio (D’ÁVILA et al., 2006). No assentamento, este último tipo é tão importante quanto à renda em dinheiro, pois é a que garante mais qualidade de vida e de saúde às famílias, além disso, expressa a identidade com terra.

Quanto à produção animal ou de derivados, em quase todos os lotes, foi verificada a criação de animais tanto para contribuir na renda mensal, quanto para o consumo próprio. Houve relatos de assentados que chegam a criar 400 galinhas caipiras por ano, cinco dúzias de ovos por dia, 200kg de carne suína por trimestre, 800kg de carne bovina por ano, 11 queijos por dia. Vitor relatou que está trabalhando para conseguir produzir 200 litros de mel por ano (Mosaico 8).

Considerando alguns aspectos negativos e positivos relacionados à produção citados por D’Ávila et al. (2006), atualizamos e destacamos, de acordo com os trabalhos de campo, as principais características presenciadas. Entre os aspectos positivos da produção no Zapata, podemos citar a diversificação da produção agropecuária; produção de alimentos básicos que garante em parte a segurança alimentar, boa parte da produção é voltada para o consumo familiar e/ou animal; agricultura de baixos insumos; proximidade com mercados consumidores; força de trabalho familiar em todo o processo de produção por meio da divisão de tarefas; conhecimento tradicional do processo produtivo; assistência técnica – mesmo que incipiente –, mas em andamento; utilização de práticas orgânicas de controle de espécies indesejáveis (plantas e insetos); utilização de receitas caseiras para combate de doenças das

⁹⁸ Trecho do diálogo com Eurípedes, assentado no Emiliano Zapata.

criações, desenvolvimento de canais de comercialização e; por último, algumas pastagens já formadas. Dentre os aspectos negativos, podemos citar a ausência de práticas de trabalho cooperado entre a maior parte das famílias; falta de investimentos em capacitação; utilização, por algumas famílias, de adubação química; não utilização também por algumas famílias de práticas de conservação no manejo do solo (incorporação de restos culturais ao solo, esterco animal, rotações, descansos, etc.); não existência consolidada de um banco de sementes crioulas; baixos recursos financeiros provenientes de créditos e financiamentos; ausência de beneficiamento da produção; entrega do leite para atravessadores; e disparidade de renda agrícola monetária entre as famílias.

Mosaico 8 – Assentamento Emiliano Zapata: Criação de Animais



Fonte: Trabalhos de Campo/agosto e setembro de 2013.

Autoria: VIEIRA, W. A., 2013.

Em termos de organização socioprodutiva, além da ACAMPRA, as famílias no assentamento estão organizadas na Associação dos Trabalhadores do Assentamento Emiliano Zapata, fundada desde a conquista da área como uma associação de produtores sem fins lucrativos, com objetivos de organizar e incentivar a produção agropecuária comunitária, promover a capacitação técnica dos associados e estabelecer intercâmbio com entidades similares ou da mesma natureza. A associação é administrada nas instâncias presidente, vice-presidente, secretaria, vice-secretaria, tesoureiro, vice-tesoureiro e conselho fiscal 1, 2 e 3, possuem 25 famílias associadas que se reúnem uma vez por mês na sede do assentamento para discutir e propor ações com vista aos objetivos da organização. De acordo com a presidenta Rose, a associação consegue, mesmo perante os desafios, funcionar ou propor

ações considerando os princípios de Reforma Agrária propostos pelo MST e, assim, conquistar benefícios para as famílias. Entre os benefícios já conquistados pela associação, estão projetos sociais governamentais, políticas públicas, um tanque de leite para uso comunitário por meio de emenda parlamentar, assistência técnica, mata-burros em estradas do assentamento, documentação e legalização de lotes dentre outros. A associação também é responsável por convocar assembleias e decidir sobre diversos assuntos comuns aos assentados, como desistências e/ou transferências de lote. Para Rose, consolidar a participação efetiva e a contribuição dos associados pode fortalecer ainda mais a associação, para a aquisição de novos projetos e benefícios coletivos e individuais.

4.2.5. Educação, saúde, lazer, cultura e as perspectivas das famílias assentadas

No assentamento, outro desafio está relacionado à necessidade de os(as) assentados(as) completarem seus estudos, pois a maioria das pessoas entrevistadas possui Ensino Fundamental incompleto, perfazem 59,5%. Os demais se distribuem entre 2,7% com Ensino Superior completo, 8,1% com Ensino Médio completo, 8,1% com Ensino Médio incompleto, 16,2% com Ensino Fundamental completo e outros 5,4% que nunca frequentaram a escola. No PA Emiliano Zapata, até a conclusão desta pesquisa, não havia escola para as crianças e adolescentes em idade escolar, as escolas mais próximas que recebem os filhos de assentados estão localizadas no distrito de Miraporanga (a 15 km do assentamento), Escola Municipal da Babilônia e na cidade de Uberlândia. O transporte escolar é fornecido pela Prefeitura Municipal de Uberlândia, porém, em dias chuvosos, devido à falta de manutenção nas estradas, o veículo não chega ao assentamento – para amenizar esse e outros problemas da educação básica, no Zapata, são ministradas aulas de reforço particulares e coletivas por uma das professoras formada pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que faz parte do núcleo de Educação do assentamento. Os aspectos negativos relacionados à educação no Emiliano Zapata foram constatados desde 2006.

Quanto à escolaridade dos adultos, constatou-se que a maioria dos assentados(as) em fase adulta completou somente o Ensino Básico. Verificou-se ainda que 5,95% (5 pessoas) nunca frequentaram a escola, confirmado o cenário nacional de ausência de alfabetização em parcela considerável da população. Este dado reforça a importância do desenvolvimento das atividades de Educação de Jovens e Adultos (EJA) na área, desde que sejam respeitadas as rotinas de trabalho dos assentados e assentadas. No Assentamento, existem dois educadores capacitados pelo PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) para atuarem na educação de jovens e adultos (EJA). São 14 pessoas cadastradas, de ambos os sexos, com faixa etária entre 30 e 65 anos. Mas a frequência às aulas ainda é baixa. Um dos problemas citados pela educadora é a situação de turma multisseriada. As atividades

do EJA são ministradas na Escola Emiliano Zapata (construída no próprio Assentamento), cuja estrutura física, como bancos, quadro negro e lona, foram adquiridos com recursos do PRONERA. As telhas da Escola foram doadas pela comunidade que também foi responsável pela construção, realizada em trabalho de mutirão (D'ÁVILA et al., 2006, p. 70,71).

Perante os desafios e desencontros no Emiliano Zapata, o que presenciamos é que as famílias ainda trabalham dia após dia para garantirem o mínimo em termos de autonomia no trabalho, renda, condições estruturais de produção, saúde, educação dentre outros direitos básicos. Ainda são vários os problemas a serem resolvidos no assentamento, entre os já citados, para Helenilda e Edilson, a falta de renda e de atrativos para os jovens são os maiores desafios, além disso, falta de acompanhamentos em saúde por parte do poder público, uma vez que há pessoas com diabetes, problemas cardíacos, com marca-passos, hipertensos, com doenças crônicas de rins e até problemas quanto ao uso de drogas.

As famílias vivem de maneira simples, com esperança de um futuro melhor, sentimento que, em muitas vezes, é regado por elas mesmas em rodas de conversas entre amigos, familiares distantes ou quando têm oportunidade de repassar suas reivindicações às autoridades competentes.

Entre as práticas de lazer, as famílias visitam parentes, vizinhos e amigos, saem para pescar, organizam-se para jogar futebol, fazem caminhadas, andam a cavalo e de bicicleta, reúnem-se para jogar baralho e dançar forró principalmente na venda do Sr. Manoel – um dos que mais investe em lazer no assentamento, tanto por prazer como para garantir parte de sua renda.

O CIEPS/UFU vem desenvolvendo um importante trabalho de contribuição para melhoria na qualidade de vida das famílias assentadas de Uberlândia. A instituição, além de possibilitar a realização de novos projetos nos assentamentos, vem contribuindo para o resgate e o conhecimento de novos saberes culturais, que envolvem o cotidiano de acampados e assentados. A incubadora é composta por professores, alunos bolsistas e voluntários, que, de maneira coletiva, buscam promover a economia solidária, apoiando o desenvolvimento de movimentos populares, agricultura familiar e associações no município. Entre as ações desenvolvidas durante a nossa pesquisa, estavam as do Projeto Cultura e Reforma Agrária de Uberlândia (CURAU), nas quais foi possível observarmos e contribuirmos em atividades que envolveram música, teatro, linguagem jornalística, capoeira, dança, poesias, contos, cinema e grafite, cada atividade com um objetivo e diferentes temas abordados (Mosaico 9).

Mosaico 9 – Assentamento Emiliano Zapata: Atividades Culturais



Fonte: Trabalhos de Campo/agosto e setembro de 2013.
Autoria: VIEIRA, W. A., 2013.

No PA Emiliano Zapata, o projeto foi realizado pela CIEPS/UFU em parceria com o MST, a ACAMPRA, a Associação dos Trabalhadores do Assentamento Emiliano Zapata, o Centro Cultural Social e Educacional (PERIFERART), o grupo de dança Balaio de Chita, o Coletivo Artimanha e pelo Fórum Mineiro de Revolução Agrária. As atividades presenciadas envolveram tanto as famílias assentadas em diversas áreas de Uberlândia, como famílias vizinhas ao Emiliano Zapata e acampados no município. Mesmo em momentos em que as instituições não estão presentes, no Emiliano Zapata, as famílias se organizam para, nos finais de semana, se reunir em atividades culturais e de lazer em suas casas, o que contribui para momentos de descontração, alegria e fortalecimento de suas identidades, além de promover a união entre eles.

A presença do fogão a lenha nas cozinhas é uma constante. As conversas ao anoitecer acontecem, na maioria das moradias, ao ‘pé do fogão’ a lenha, que, aos poucos se transforma em lugar de resgate e memória da família. Em alguns casos, encontramos o fogão a lenha na ‘varanda’ (D’ÁVILA et al., 2006, p. 79).

São várias as expectativas e projetos futuros das famílias do Emiliano Zapata, todos relacionados com objetivos traçados desde o início de suas reivindicações pela terra, em comum, esses objetivos estão relacionados com mais qualidade de vida, mais oportunidades e autonomia. Messias pretende pagar no tempo certo o crédito que pegou com o governo, depois, ele quer construir um restaurante com pesque e pague, “*um lugar do pessoal vir e*

descansar", ele quer ainda comprar mais gado e fazer um "quejim", "não quero muita riqueza, quero mais é qualidade de vida, tanto pra mim quanto para os filhos" (informação verbal)⁹⁹.

O casal Helenilda e Edilson quer adquirir mais vacas, investir no pasto para aumentar a produção de queijos, construir uma granja e melhorar a casa. Ela quer terminar os estudos, fazer um curso superior e se tornar professora de Educação do Campo. Em outro lote, Eurípedes quer melhorar os currais, engordar o gado e adquirir uma ordenha para aumentar a renda mensal. Já o casal Antônio e Tereza tem perspectivas de investir na horta, reformar e melhorar a casa. Geraldo, que produz rapaduras para vender na feira, argumentou que,

*[...] o que nós quer é pra todo mundo trabalhar unido aqui dentro e tirar o sustento daqui de dentro, vai fortalecer no plantio de verdura, vamos entrar mais forte na feira e o plantio de cana que já tá plantado e já tá saindo, então a tendência é trazer todo cá pra dentro, a hora que pegar o PRONAF ninguém vai trabalhar fora, vai todo mundo aqui dentro trabalhando aqui (informação verbal)*¹⁰⁰.

Outros planejam investir em novas produções, experimentar cultivar outros produtos, como no caso do casal João e Eva que querem produzir maracujá. A experiência de alguns faz com que outros adquiram novos conhecimentos por meio dos testemunhos e ensinamentos. Quanto à produção de Juarez, ele relatou que,

*[...] a gente tá chamando de fase dois, eu e a Flávia, a gente quer se planejar melhor na questão da produção, a gente trabalhou muito e a gente trabalhou serviço perdido, então a gente tá fazendo leitura melhor na produção, da comercialização agora fora e com essas política pública do governo, melhorar ela e a associação pra ajudar em relação a isso, pra diminuir o tempo de trabalho, principalmente a gente poder, a nossa meta pro ano que vem é, no mínimo, parar no sábado meio dia e poder voltar na segunda lá pra cinco hora da manhã, pra gente ter no mínimo umas trinta horas de descanso na semana, então a gente não vai pensar em hora, não olha pra horta (informação verbal)*¹⁰¹.

Assim, as perspectivas das famílias no Emiliano Zapata estão relacionadas ao que eles consideram como Reforma Agrária de fato, ou seja, não terem apenas um pedaço de terra, mas terem condições de se estabelecerem com qualidade de vida. As políticas públicas podem, se construídas considerando a realidade, sobretudo daqueles que mais precisam delas,

⁹⁹ Trecho do diálogo com Messias, assentado no Emiliano Zapata.

¹⁰⁰ Trecho do diálogo com Geraldo, assentado no Emiliano Zapata.

¹⁰¹ Trecho do diálogo com Juarez, assentado no Emiliano Zapata e uma das lideranças do MST no Triângulo Mineiro.

beneficiar e possibilitar condições cada vez mais autônomas de produzirem alimentos saudáveis e diversificados, de preservar o Meio Ambiente e gerar rendas líquidas expressivas no campo.

As políticas de inclusão social no campo devem principalmente considerar a função social da terra, tendo como base a sua distribuição justa. Comumente, as políticas estão associadas ao capital financeiro que impõem aos assentados normas e exigências desconectadas com as propostas de produção e trabalho das famílias, sobretudo ligadas aos movimentos socioterritoriais. Além das limitações em termos de acesso que algumas políticas possuem – como no caso do PRONAF, umas das mais importantes –, elas não vêm acompanhadas de orientações e assistência técnica eficientes, o que provoca usos ineficientes dos créditos concedidos e inadimplências.

Outro ponto observado é que os créditos concedidos e os limites de entrega dos produtos gerados nos assentamentos são menores do que as famílias necessitam e podem trabalhar, o que não contribui eficazmente com o desenvolvimento social e econômico dos assentamentos. Mais do que serem capazes de inseri-los economicamente no mercado de agricultura, as políticas devem possibilitar oportunidades de qualidade de vida no campo, levando em conta melhorias em educação do campo, trabalho e oportunidades para os jovens, especificidades físicas e culturais de cada região, lazer e tempo de descanso das famílias assentadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão central deste trabalho foi desvendar e analisar a trajetória de territorialização do MST no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, suas principais conquistas e desafios, e como suas propostas estão expressas no Projeto de Assentamento Emiliano Zapata, no contexto das políticas públicas específicas. Para isso, a partir de diversas leituras sobre os pressupostos teóricos de compreensão do campo brasileiro, das vivências e experiências junto aos movimentos socioterritoriais e dos trabalhos de campo realizados no Zapata, esforçamo-nos para entender e contribuir com o conhecimento e debate sobre parte da realidade do espaço agrário brasileiro, principalmente em Minas Gerais e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

Do ponto de vista das territorialidades, o campo está organizado e composto por relações que envolvem diferentes ideias, projetos e poderes. Em conjunto, essas categorias exercem forças umas sobre as outras de modo que exprimem conflitualidades e disputas por espaços, isso, em relação tanto ao espaço concreto, como por ideias e ações para um determinado fim – estas são expressas na política, na economia, na cultura e na sociedade. Assim, o território brasileiro, à medida que diferentes relações ganham forças e se destacam, compõe-se de outros territórios, de múltiplos territórios.

No Brasil, as relações capitalistas imprimem no campo e nas cidades uma série de contradições, diferenças, exclusões e outros problemas relacionados aos seus princípios. Entre esses, o de que, para sustentar-se, precisa manter diferentes níveis de oportunidades, privilégios, acesso a bens materiais e imateriais e direitos inerentes à sociedade. Comumente e coerente aos seus princípios, uma minoria detém vantagens exageradas sobre uma maioria social. No campo, historicamente, estas injustiças se expressam, sobretudo, na distribuição e acesso à terra e, apesar de essa ser uma das principais reivindicações dos movimentos socioterritoriais, assim como de comunidades que reivindicam a demarcação de suas terras, no país, nenhum governo pós-ditadura militar de fato fez Reforma Agrária, ou se quer teve um plano concreto, baseado na democratização da terra por interesse social, por não cumprir função social ou por estar ligada a crimes contra os bens naturais ou contra a pessoa.

As políticas de desenvolvimento rural e de Reforma Agrária, adotadas no país, estão ligadas principalmente ao desejo de integração da pequena produção ao modelo imposto pelas transnacionais do agronegócio e ao capital financeiro. Os assentamentos criados no Brasil, sobretudo compostos pelas políticas públicas atuais, não alteram os problemas estruturais do

capitalismo no país, entre estes, a estrutura fundiária concentrada. Se analisarmos a “distribuição de terras”, veremos que mais de 55% das terras no Brasil estão nas mãos de grandes proprietários, ou seja, dos mais de 520 milhões de hectares que se tem conhecimento, mais de 290 são constituídos por grandes propriedades (113.444 imóveis), sendo ainda que 19,1% da área total estão para as médias propriedades (343.681) e 25,1% para os minifúndios e pequenas propriedades (4.646.296) (SNCR, 2011).

Mesmo assim, a Reforma Agrária que se reivindica não é relacionada somente à posse da terra, mas principalmente ao acesso democrático aos meios de produção, aos bens naturais e garantia de direitos básicos previstos na própria Constituição brasileira. Assim, a Questão Agrária é um problema inerente ao próprio desenvolvimento capitalista no campo.

Nessa conjuntura, Minas Gerais configura-se como um mosaico marcado por características sociais e econômicas desiguais. Além disso, dos 853 municípios existentes no estado, 95,19%, ou 812, estão com altos índices de concentração, entre 0,501 e 0,0799, considerando o Índice de Gini de 2011 - o Norte de Minas possui os maiores índices de concentração (DATALUTA , 2013). Esta configuração está historicamente ligada aos interesses das burguesias agrária, política, tecnocrata, financeira e empresarial, que controlam e oligopolizam os meios de produção, distribuição e a maior parte das riquezas geradas no campo. As diversas formas de reivindicações, pelos movimentos de luta pela Reforma Agrária, indicaram que as populações pobres são vítimas da exploração da mão de obra; da degradação ambiental; das fronteiras dos agronegócios que as expulsam do campo; das violências física e moral cometidas por instituições governamentais, por empresas e latifundiários; da concentração de terras; e de ínfimas oportunidades desse contexto.

A territorialização da luta pela Reforma Agrária em Minas Gerais pode ser compreendida a partir das ações de quase quarenta movimentos socioterritoriais que, diariamente, formulam estratégias para conquistarem seus objetivos, que naturalmente são os objetivos de milhares de famílias do campo e das cidades em busca de uma vida digna.

Os conflitos no campo no estado mineiro historicamente resultaram em diversos tipos de violências contra a pessoa, entre essas, o trabalho escravo que, entre 1985 e 2013, teve os maiores índices no Norte de Minas (22.355 pessoas), assim como os registros de pessoas assassinadas em conflitos por terra.

Dentre outras estratégias de territorialização dos movimentos socioterritoriais, estão as manifestações que, entre 2000 e 2012, levaram 330.374 pessoas a promover 547 em Minas Gerais, com destaque para as mesorregiões Metropolitana de Belo Horizonte, Norte de Minas e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, as que mais tiveram tais ações no período.

Além das manifestações, entre 1988 e 2012, as mesorregiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Norte de Minas e Noroeste de Minas registraram 77,7% de todas as ocupações de terras no estado, com a participação de 50.052 famílias. Em todas as mesorregiões, foram registradas 683 ocupações com a participação de 68.381 famílias. As ocupações aconteceram nas mesorregiões com os maiores índices de concentração de terra de Minas Gerais. Essas ações foram realizadas principalmente pelo MST, o MAB, a CPT, a Via Campesina, o MLST, a CONTAG e a FETAEMG.

Com isso, os movimentos socioterritoriais conquistaram 397 assentamentos no estado, entre 1986 e 2012, para 19.662 famílias que se estabeleceram em mais de um milhão de hectares, com destaque para as mesorregiões Noroeste, Norte e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Das áreas conquistadas, 44 são coordenadas pelo MST, movimento que vem se territorializando ainda em 47 áreas de acampamentos no estado. Apesar de serem importantes conquistas, os assentamentos em Minas Gerais ainda carecem de um conjunto de ações para além da conquista da terra, ou seja, as famílias precisam de possibilidades concretas de produção de alimentos saudáveis, projetos de infraestrutura, geração de renda, programas de educação do campo, projetos de acompanhamento à saúde e lazer.

No Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, a situação não é diferente, pois, mesmo as áreas fortalecidas pelo MST, movimento que possuiu maior ação e organização social do país, são marcadas por diversidades que vão desde diferentes oportunidades até níveis desiguais de qualidade de vida dos assentados e assentadas. Durante os diversos espaços de que participamos, em diversas áreas de assentamentos, com lideranças regionais e do estado mineiro, além das famílias assentadas e acampadas com que dialogamos, percebemos que os 11 assentamentos conquistados pelo MST na mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, em especial, o Projeto de Assentamento (PA) Emiliano Zapata, em Uberlândia, representavam as vitórias, os desafios, os encontros e desencontros em relação às propostas do movimento e às políticas públicas. Além disso, o processo e a trajetória de territorialização do movimento, estão intimamente ligados às conquistas dos seus assentamentos na mesorregião (297 famílias assentadas em 9.227 hectares), sobretudo do Zapata, pois foi a partir da luta por aquela área que vieram outros assentamentos – conquistas que tiveram ligações diretas e indiretas com a trajetória das famílias do Emiliano. Ou seja, os caminhos percorridos pelos assentados no Zapata representam uma parte significativa da territorialização do movimento na região.

Organizado em oito regionais, o MST completou, em 2014, 25 anos de luta pela Reforma Agrária em Minas e no Triângulo Mineiro – desde 1989 nesta e de 2009 no Alto Paranaíba. No Triângulo, o processo de territorialização é marcado por manifestações,

ocupações, despejos, conflitos com autoridades, com outros movimentos sociais, com os agronegócios e organizações patronais. Foram idas e vindas que no decorrer da luta pela desapropriação da Fazenda Santa Luzia em Uberlândia (por improdutividade), algumas famílias desistiram e outras se uniram ao movimento e, durante essa trajetória, foram formados diversos militantes e lideranças regionais, estaduais e nacionais, hoje, assentados(as). A territorialização do movimento no Triângulo Mineiro tem ocorrido principalmente a partir do município de Uberlândia, município que possui seis assentamentos rurais e três acampamentos do movimento. As lideranças da região estão tanto nos acampamentos (três no total), nos assentamentos como também nas cidades, concentradas, por exemplo, em Uberlândia, Uberaba, Araguari e Santa Vitória.

Entre os maiores desafios da Reforma Agrária e da ação do MST, especificamente, no Triângulo Mineiro, estão: garantir a conquista de todas as reivindicações e pautas para os acampamentos e os assentamentos compostas por exigências temáticas como relacionadas à água, infraestrutura, transporte, produção, habitação, renegociação e anistia de dívidas, saúde, educação, recuperação de solos e represas, averbação e preservação de reservas; formular novas estratégias de organização; criar um escritório regional; formar novos militantes e dirigentes; criar novos acampamentos; assentar cerca de 300 famílias e consolidar a cooperativa de produção e comercialização ACAMPRA, estendendo-a para todos os assentamentos do MST na região.

No tocante à trajetória do processo de territorialização do MST na região, avaliamos que suas propostas e os assentamentos, conquistados no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, estão em processo de consolidação como possibilidades concretas das famílias acampadas e assentadas, pois tanto a Reforma Agrária que se deseja e a que o movimento defende estão de acordo com a valorização do trabalho humano, com o desenvolvimento sustentável, com mais qualidade de vida, oportunidades e exercício de cidadanias. Ou seja, “uma igualdade social¹⁰²”, “o que dá o direito da gente ser¹⁰³” e viver onde quisermos da forma como quisermos, respeitando e possibilitando formas justas e solidárias de se construir um mundo melhor para se viver.

Tanto no PA Zapata, como nos outros assentamentos liderados pelo MST na região e na mesorregião, as famílias têm como principais fontes de renda a produção de leite e de hortaliças, além disso, elas tiram parte do sustento da criação de animais e produções para o próprio consumo em seus quintais. As diversas dificuldades enfrentadas, mesmo após a

¹⁰² Trecho do diálogo com Messias, assentado no Emiliano Zapata.

¹⁰³ Trecho do diálogo com Geraldo, assentado no Emiliano Zapata.

conquista dos lotes, são exemplos da luta pela permanência na terra, uma evidência de que a Reforma Agrária que desejam ainda não foi alcançada.

Os assentamentos enfrentam cotidianamente desafios o que lhes dificulta alcançar seus princípios e objetivos, pois estão cercados por monoculturas e experimentos agrícolas, como sementes transgênicas, e que fazem constantes aplicações de agrotóxicos, uma violência do agronegócio, assim entendem as famílias, as lideranças e as organizações da região. Além disso, em muitos assentamentos, há reflexos bárbaros de descasos relacionados à violência do abandono, cometida por representações governamentais e políticas públicas que objetivam, sobretudo, a integração dos pequenos produtores ao modelo dominante do agronegócio e assim, em diversos aspectos, desconexas das propostas de Reforma Agrária das famílias e defendidas pelos diversos movimentos socioterritoriais. Na maioria dos assentamentos, ainda se luta por direitos básicos, como por exemplo, o acesso à água. Luta-se também por moradia de qualidade, por estruturas de beneficiamento da produção, por aumento de crédito, por renda, por averbação de reservas e emissão de documentos.

No PA Emiliano Zapata, todas as 25 famílias já acessaram algum tipo de política vinculada à Reforma Agrária e ao desenvolvimento rural, entre as que identificamos, estão o Programa Mutirão de Segurança Alimentar (PROSAN), Programa de Segurança Alimentar (PSA), Crédito Habitação, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Algumas dessas políticas foram importantes para as famílias na implementação do assentamento, pois asseguraram os primeiros passos, mesmo que de maneira pouco eficientes ou o tanto de que elas necessitavam. Depois do assentamento criado, outras políticas foram solicitadas, tais como o PRONAF, o PAA e PNAE. A primeira é a que possibilitou o passo inicial da produção, ou seja, o dos investimentos em projetos que garantiram parte da renda atual, contudo esta política pouco tem dialogado com as propostas do MST para o campo nos seguintes aspectos identificados: dificuldade das famílias assentadas em lidar com as relações, os parâmetros e as exigências dos bancos; baixa disponibilidade de recursos; projetos orientados de cima para baixo, com base principalmente na integração aos agronegócios; e poucas orientações e acompanhamento quanto ao planejamento de pagamento das dívidas.

O PAA está entre as políticas mais acessadas pelas famílias, que o consideram como um programa mais acessível e flexível. Os legumes, verduras, frutas e folhas produzidas pelas famílias, são comprados pela administração municipal para a formação de estoques e distribuição às comunidades carentes ou instituições. Mesmo com as dificuldades em relação

aos prazos atrasados de coleta dos alimentos ou devido à falta de assistência técnica na produção, se o programa cumprisse seus objetivos nos prazos previstos, poderia dialogar com os setores mais empobrecidos do campo e da sociedade e promover maior inclusão social. Entre as reivindicações das famílias e do MST relacionadas ao PAA, estão a contratação de agentes regionais para a mobilização dos assentamentos; iniciativa do programa em garantir a capacitação das famílias assentadas; expandir o PAA Leite para a região de modo que seja acessado diretamente; ajuste dos preços de referência; aumentar o teto de venda por família e garantia de uma renda mínima, sobretudo nos períodos em que o programa não cumpre seus objetivos.

O PNAE, programa que fornece alimentos para a merenda escolar, é visto pelas famílias como promissor, sobretudo depois que se organizaram e criaram a ACAMPRA, associação ligada diretamente aos princípios do MST em Uberlândia. As famílias estimam que da forma como estão organizados para participarem dessa política, terão maiores oportunidades de aumento da produção, da renda, de visibilidade com aspectos positivos por parte da sociedade e consequentemente mais qualidade de vida e novas possibilidades de territorialização. É preciso ainda, entre diversas reivindicações de incentivo à produção, aumentar o gasto por estudante, garantindo-lhes uma alimentação mais equilibrada e saudável, além disso, deve-se promover estratégia de logística ligada às cooperativas e associações.

Com os estudos, verificou-se que as políticas públicas de assentamentos rurais são possibilidades reais de melhorias para as famílias em diversos aspectos, contudo elas precisam ser pensadas e formuladas de maneira democrática considerando as necessidades e modos de vidas das populações a que se dirigem, de forma que tenham mais encontros que desencontros com as realidades locais, elas devem principalmente ser configuradas como políticas que exerçam funções sociais, melhorias ambientais e mudanças estruturais de longo prazo, ou seja, elas devem ser implementadas de modo que evitem o máximo possível as contradições inerentes ao capitalismo.

A Reforma Agrária é um caminho, o caminho mais certo que tem pra família que quer sair lá da cidade, que não quer viver naquele meio lá, daquela bagunça, é um caminho, é uma solução (informação verbal)¹⁰⁴.

Assim, é possível compartilharmos diversas questões possíveis de ser respondidas considerando o MST ou outros movimentos socioterritoriais, os assentamentos rurais, a luta

¹⁰⁴ Trecho do diálogo com Rose, assentada e uma das lideranças do MST no Triângulo Mineiro.

pela Reforma Agrária, as políticas públicas, os desafios e as conquistas no campo. Questões que estão diretamente relacionadas às territorialidades, conflitualidades e disputas territoriais no campo concernentes a diferentes vias de desenvolvimento.

Entre outras questões, perguntamo-nos: na prática, o que leva alguns movimentos no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba a divergirem-se no processo de luta pela terra e, assim, não estabelecerem diálogos? A quais estratégias o agronegócio recorre para desarticular, desunir, corromper ou enfraquecer as lutas dos movimentos socioterritoriais na mesorregião? Quais dificuldades e desafios enfrentam as associação e cooperativas do MST na região para consolidar a participação efetiva das famílias assentadas e, assim, conquistar maiores benefícios? Ou ainda, que benefícios e melhorias sociais essas associações e cooperativas já efetivamente conquistaram?

6. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. É necessário cobrar resultados de assentados. **OESP, Nacional.** p.A11. 2003. Disponível em: <<http://twixar.me/Xy0>>. Acesso em: 3 jul. 2014.

_____. As Particularidades da Agricultura no Desenvolvimento Econômico. In: _____. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Hucitec/Ampocs/Editora da Unicamp, 1992. cap. 8, p. 209-247.

AGÊNCIA BRASIL. Bolsa Família completa dez anos beneficiando 50 milhões de pessoas. Disponível em: <<http://twixar.me/jy0>>. Acesso em: 14 mai. 2014.

ALENTEJANO, Paulo R. R. A Política de Assentamentos Rurais do Governo FHC e os Desafios da Reforma Agrária no Brasil do Século XXI. **AGRÁRIA: Revista do Laboratório de Geografia Agrária – DG/FFLCH/USP**, São Paulo, nº 1, p. 2-15, 2004.

_____. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, mimeo. 1997. Disponível em: <<http://migre.me/ejWiK>>. Acesso em: 1 mai. 2012.

ALVES, Flamarion D.; SILVEIRA, Vicente C. P. **As Transformações Capitalistas na Agricultura e a Questão Agrária**. Disponível em: <<http://twixar.me/py0>>. Acesso em: 21 set. 2011.

ANDRADE, Manoel C. **A questão do Território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. **A terra e o homem no Nordeste**. 4. ed. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1980.

_____. **Formação Territorial e Econômica do Brasil**. Recife, PE: Massangana, 2003. 248 p.

_____. Os sistemas econômico-sociais e a organização do espaço. In: **Geografia Econômica**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 1987. Cap. 11. p. 53-68.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO VALE DO PARANAÍBA - AMVAP. Agricultura familiar garante alimentos para instituições em Uberlândia (2004). Disponível em: <<http://twixar.me/ty0>>. Acesso em: 14 mai. 2014.

BAGGIO, Roberto. **O governo federal não tem projeto de Reforma Agrária**. Entrevista com Roberto Baggio por Beatriz Pasqualino e Gisele Barbieri - 2007. Disponível em:< <http://migre.me/bA9AB>>. Acesso em: 5 fev. 2012.

BALDUÍNO, Dom T. O Campo no Século XXI: territórios de vida, de luta e de construção da justiça social. In: _____; MARQUES, M. I. M. (Orgs.). **O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e construção da justiça social**. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 19-25.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 2191**, de 29 de agosto de 1996. Institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. Disponível em: <<http://migre.me/bA9bQ>>. Acesso em: 17 mar. 2012.

BANCO DE DADOS DE LUTA PELA TERRA – DATALUTA. **Banco de Dados DATALUTA Minas Gerais**. Disponível em: <<http://twixar.me/8y0>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

_____. **Relatórios DATALUTA Minas Gerais**. Disponível em: <<http://twixar.me/By0>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

BENTO, Lilian C. M. Reforma Agrária: a luta pela terra e a realidade do Assentamento Rural Rio das Pedras, Uberlândia/MG. **Centro Científico Conhecer - ENCICLOPÉDIA BIOSFERA**, Goiânia, vol.5, n.8, 2009.

BERGAMASCO, Sonia M. P. P. et al. Assentamentos Rurais no Brasil: Diversidades Sócio-Econômicas . In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 1999, XXXVII, Foz do Iguaçu. **Anais...** Brasília: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER), 1999. v. 1. p. 1-10.

BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **João Goulart - Biografia/Período Presidencial**. Disponível em: <<http://migre.me/bzZw4>>. Acesso em: 9 mai. 2012.

BRANDÃO, Carlos A. **Triângulo, Capital Comercial, Geopolítica e Agroindústria**. 1989. 183 f. Dissertação (Mestrado)- Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989.

BRANDÃO, Carlos R. **O Afeto da Terra**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

_____. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, v. 10, n. 1, p. 11-28, jan./jun. 2007.

BRASIL. Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição Política do Império do Brazil (de 25 de março de 1824)**. Rio de Janeiro, RJ: Secretaria de Estado dos Negócios do Imperio do Brazil, 1988. Disponível em: <<http://migre.me/bA8YP>>. Acesso em: 5 fev. 2012.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <<http://migre.me/bA8WG>>. Acesso em: 9 fev. 2012.

_____. **Lei nº 4.504**, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: <<http://migre.me/bA8NH>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

_____. **Lei nº 4.829**, de 5 de novembro de 1965. Institucionaliza o Crédito Rural. Disponível em: <<http://migre.me/bA8Q2>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

_____. **Lei nº 4.595**, de 31 de dezembro de 1964. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em: <<http://migre.me/bA8SB>>. Acesso em: 11 fev. 2012.

_____. **Lei nº 5.889**, de 08 de junho de 1973. Estatui Normas Reguladoras do Trabalhador Rural. Disponível em: <<http://migre.me/bA8L5>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

_____. **Lei nº 8.629**, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a Regulamentação dos Dispositivos Constitucionais relativos à Reforma Agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em: <<http://migre.me/bATsb>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Programa Nacional de Habitação Rural – Grupo I. Disponível em: <<http://twixar.me/Ry0>>. Acesso em: 22 mai. 2014.

CARDOSO, Lucimeire F. **Assentamentos Rurais: desafios de conquista e permanência na terra no P.A. Fazenda Nova Tangará, Uberlândia (MG).** 2009. 111 f. Dissertação (Mestrado)- Curso de Geografia, Instituto de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

CARVALHO, Horácio M. de. O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social. **Boletim DATALUTA – Artigo do mês**, Presidente Prudente/SP, mai. 2012. ISSN 2177-4463.

CARVALHO, Natálya D. de. **Luta Pela Terra no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: a trajetória dos movimentos e organizações sociais na construção do território.** 2011. 140 f. Dissertação (Mestrado)- Curso de Geografia, Departamento de Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Dinâmica regional e globalização: espaços competitivos no território brasileiro. **Mercator**. Fortaleza, v.9, n.18, p.17-26, 2010.

_____. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**. Uberlândia, v.22, n.3, p.416-474, 2010.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC/FGV. **A questão agrária no governo Jango**. Disponível em: <<http://migre.me/bzYme>>. Acesso em: 9 mai. 2012.

CHELOTTI, Marcelo C.; PESSÔA, Vera L. S. Pesquisa Qualitativa com Sujeitos da Reforma Agrária: desafios metodológicos em Geografia Agrária. In: RAMIREZ, Julio C. L.; PESSÔA, Vera L. S. (Orgs.). **Geografia e Pesquisa Qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009. p. 449-484.

CHESNAIS, François. Internacionalização do Capital e Mundialização. In: _____. **A Mundialização do Capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996. p.32-34.

_____. Mundialização: o capital financeiro no comando (Tradução de Ruy Braga). **Les Temps Modernes**, 607, 2000 e reproduzido com a permissão do autor e da revista. .

CLEPS JUNIOR, João. As ações dos movimentos sociais no campo em 2010. In: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Isolete Wichinieski. (Orgs.). **Conflitos no Campo Brasil 2010**. Goiânia: CPT - Comissão Pastoral da Terra, p. 136-143, 2011.

_____. et al. O Contexto das Lutas Sociais do Campo nas Cidades: mapeamento das manifestações no período de 2000-2012. **Artigo DATALUTA**, Presidente Prudente, p. 2- 10, mai. 2014.

_____. As Políticas e Programas Governamentais para o Desenvolvimento do Setor Agroindustrial no Cerrado e as Estratégias das Empresas do Complexo Soja. In: _____. **Dinâmica e Estratégias do Setor Agroindustrial no Cerrado: o caso do Triângulo Mineiro**. 1998. p. 124-170. Tese (Doutorado em Geografia)-Curso de Pós-Graduação em Geografia - IGCE/UNESP, Rio Claro, 1998.

COCA, Estevan L. F de. **Um Estudo Da Universidade e Atualidade Da Reforma Agrária: análise dos tipos de assentamentos do território Cantuquiriguaçu – Estado do Paraná**. 2011. 231 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT-UNESP, Presidente Prudente, 2011. Disponível em: <<http://migre.me/bA8kL>>. Acesso em: 26 mai. 2012.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE – CEPAL BRASIL. O que é a CEPAL? Disponível em: <<http://www.cepal.org/brasil/>>. Acesso em: Acesso em: 12 jun. 2012.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. Conflitos no Campo Brasil 1985-2013. Cadernos. Disponível em: <<http://migre.me/bA6IG>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG. 25º Balanço Energético do Estado de Minas Gerais (BEMG 2010). Disponível em: <<http://migre.me/c5Ael>>. Acesso em: 5 jul. 2012.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA – CONTAG. CONTAG Representa 20 Milhões de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/>>. Acesso em: 2 jul. 2012.

CORREIO BRASILIENSE. Chacina de Unaí à espera da Justiça. 2011. Disponível em: <<http://migre.me/bA9zA>>. Acesso em: 18 jan. 2012.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. Dois assentamentos entregam alimentos para 60 mil estudantes em Uberlândia. Disponível em: <<http://twixar.me/Yy0>>. Acesso em: 14 mai. 2014.

_____. **Programa Aquisição de Alimentos do governo federal fortalece agricultura familiar**. Disponível em: <<http://twixar.me/Vy0>>. Acesso em: 14 mai. 2014.

COUTINHO JUNIOR, José. "A Reforma Agrária está completamente parada", afirma dirigente do MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. 2012. Disponível em: <<http://migre.me/bA9nb>>. Acesso em: 30 jun. 2012.

CRUZ, Aline C.; TEIXIERA. Erly C.; CASTRO. Eduardo R. A Importância do Agronegócio no Estado de Minas Gerais: uma análise insumo-produto. Disponível em: <<http://migre.me/c5Afd>>. Acesso em: 2 jul. 2012.

D'ÁVILA, Cláudia A R. et al. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Emiliano Zapata**. Belo Horizonte, 162f. 2006.

DELGADO, Guilherme C. A realização da produção na reforma agrária. **Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 39-45, jan./jul. 2005.

_____. A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. In. JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p.51-90. Disponível em: <<http://migre.me/bA6Ki>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

_____. Constituição e Desenvolvimento do Capital Financeiro na Agricultura. In: _____. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. São Paulo: Unicamp, 1985. p. 117-190.

_____. **Lula abandonou a reforma agrária (Entrevista a Jorge Pereira Filho do Brasil de Fato - 23 de abril de 2008)**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/5618>>. Acesso em: 19 mai. 2014.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT. **Histórico: A invenção da Locomotiva**. Disponível em: <<http://www.dnit.gov.br/ferrovias/historico>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

DINIZ, Alexandre M. A.; BATELLA, Wagner B. O Estado de Minas Gerais e suas Regiões: um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 17, n. 33, p. 59-77, dez. 2005.

DINIZ, Clélio C. **Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981. 260 p.

DULCI, Otavio S. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 303 p.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Variação Geográfica do Tamanho dos Módulos Fiscais no Brasil**. Documento 146. nov. 2012. Disponível em: <<http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/949260/1/doc146.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2013.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil: História do Brasil cobre um período de mais de quinhentos anos, desde as raízes da colonização portuguesa até nossos dias**. Edusp 1996. Disponível em: <<http://migre.me/ejVqm>>. Acesso em: 10 mai. 2012.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **A FETAEMG**. Disponível em: <<http://migre.me/bA7zI>>. Acesso em: 2 jul. 2012.

FELICIO, Jorge M. A Conflitualidade dos Paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário a Partir dos Conceitos de Agricultura Familiar e de Camponês. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v.1, n. 2, p. 14-30, ago. 2006.

- _____. **Contribuições ao Debate Paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário.** 2011. 214 f. Tese (Doutorado em Geografia)-Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT UNESP, Presidente Prudente, 2011.
- FERNANDES, Bernardo M. **Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979 –1999).** 1999. 318f. Tese (Doutorado em Geografia)-Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- _____. **Políticas de assentamentos rurais e a luta pela terra do MST.** s/d.
- _____. 27 anos do MST em luta pela terra. In: FERRANTE, Vera L. S. B.; WHITAKER, Duce C. A. (Org.). **Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais.** Brasília: São Paulo: MDA: Uniara, 2008, v. , p. 27-52.
- _____. (Coord.). **Campesinato e agronegócio na América Latina:** a questão agrária atual. São Paulo: Clacso - Editora Expressão Popular, 2008. 424 p.
- _____. **A Formação Camponesa na Luta pela Terra.** In: Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979 –1999). 1999. 318 f. Tese (Tese em Geografia)-Programa de Pós-Graduação em Geografia – FFLCH-USP, São Paulo, 1999. cap. 1, p.15-38. Disponível em: <<http://migre.me/bA8HU>>. Acesso em: 15 abr. 2012.
- _____. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In. SADER, Emir. (Org.). **10 Anos de Governos Pós-Neoliberais no Brasil: Lula e Dilma.** Rio de Janeiro: Boitempo Editorial/Flacso Brasil, 2013. p. 191-205.
- _____. **Agronegócio e Reforma Agrária.** Disponível em: <<http://migre.me/d7Zfl>>. Acesso em; 20 mar. 2012.
- _____. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João E.. **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008b. pp. 273-302.
- _____. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p.59-85, 2000.
- _____. **Movimentos Socioterritoriais e Espacialização da Luta pela Terra.** Publicações NERA. 7 p. Disponível em: <<http://migre.me/bA7nd>>. Acesso em: 20 mar. 2012.
- _____. **Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais.** Revista NERA, Presidente Prudente, v. 8, n. 6, p. 24-34, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://migre.me/bA7ps>>. Acesso em: 1 mai. 2012.
- _____. Ocupação como Forma de Acesso à Terra. In: XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos, 2001, Washington DC. **Anais...** 2001. Disponível em: <<http://migre.me/bA7Fn>>. Acesso em 12 jul. 2012.

_____. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** Artigo do Mês/julho/agosto 2006. 57 p. Disponível em: <<http://migre.me/bA6Me>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

_____. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária.** In: Boletim Paulista de Geografia, nº 75, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, 1998, p. 83-129.

_____. **Sobre a tipologia de territórios.** 2009. Disponível em: <<http://migre.me/ejBdn>>. Acesso em: 1 mai. 2012.

FOLHA ONLINE. MST invade fazenda Jubran pela segunda vez em MG. 1997. Disponível em: <<http://twixar.me/Ny0>>. Acesso em: fev. 2014.

FÓRUM MINEIRO DA REVOLUÇÃO AGRÁRIA. Dilma é a que menos desapropria desde Collor. Análise. 2013.

FREDERICO, Samuel. Formação Territorial de Minas Gerais. In: Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico, 2., São Paulo. **Anais...** São Paulo: Departamento de Geografia/Universidade de São Paulo, 2009. p.1-15. Disponível em: <<http://twixar.me/cy0>>. Acesso em: 9 jul. 2012.

_____; **CASTILLO, Ricardo.** Circuito espacial produtivo do café e competitividade territorial no Brasil. **Ciência Geográfica.** Bauru, vol. X, n.3, p.236-241. 2004.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. Análises Demográficas. 2010. Disponível em: <<http://migre.me/c5AiY>>. Acesso em: 2 jul. 2012.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em: <<http://twixar.me/sy0>>. Acesso em: 14 mai. 2014.

G1. Projeto de agricultura beneficia produtores e entidades em Uberlândia. Disponível em: <<http://twixar.me/My0>>. Acesso em: 14 mai. 2014.

GASPAR, Lúcia. Ligas Camponesas. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://migre.me/cRlz1>>. Acesso em: 17 jan. 2013.

GERMANI, Guiomar I. Reforma Agrária: ações públicas e movimentos sociais. In **Caderno de Geociências.** Salvador: Edufba, 2001. Disponível em: <<http://migre.me/bA3dx>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

GLOBO RURAL. Entrevista Norman E. Borlaug. Disponível em: <<http://migre.me/bzXMA>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

GOMES, Gláucia C. A (Re)Produção Social do Espaço de Belo Horizonte e de sua Região Metropolitana no Contexto da Modernização Urbano-Industrial de Minas Gerais. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, ano 24 n. 2, 197-210, mai/ago. 2012.

GOMES, Renata M. **Ofensiva do Capital e Transformações no Mundo Rural: a resistência camponesa e a luta pela terra no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.** 2004. 251f. Dissertação (Mestrado)- Curso de Geografia, Instituto de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

_____. ; CLEPS JUNIOR, João. **Reforma Agrária no Triângulo Mineiro: a luta pela terra e a construção dos assentamentos rurais.** 2001. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/MPC/mpc0605.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2013.

GOULART, João. **Mensagem ao Congresso Nacional na abertura na sessão legislativa de 1964.** p.LI. Disponível em: <<http://migre.me/bzZ7m>>. Acesso em: 9 mai. 2012.

GRAZIANO DA SILVA, José. Mas, qual reforma agrária? **Reforma Agrária.** Campinas, Associação Brasileira de Reforma Agrária, v.7, n.1, abr./jul. 1987. p. 11-60.

_____. **Tecnologia e agricultura familiar.** Porto Alegre: Ed. da Universidade - UFRGS, 1999. p. 25-50.

GUIMARÃES, Alberto P. **Quatro séculos de latifúndio.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GUIMARÃES, Letícia de C. **Luta pela terra, cidadania e novo território em construção: o caso da Fazenda Nova Santo Inácio Ranchinho, Campo Florido-MG (1989-2001).** 2001. 169 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Instituto de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

HAESBAERT, Rogério. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade.** Porto Alegre, Setembro de 2004. Disponível em: <<http://migre.me/bA6O1>>. Acesso em: 27 mar. 2012.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HEREDIA, Beatriz et al. Análise dos Impactos Regionais da Reforma Agrária no Brasil. In: **Estudos Sociedade e Agricultura.** Rio de Janeiro, n. 18, abr. 2002, p. 77-111.

HOFFMANN, José H. A política agrícola do governo Collor. **Indicadores Econômicos FEE,** v. 18, n. 3, p.140-159, 1990. Disponível em: <<http://migre.me/bAA6W>>. Acesso em: 18 jul. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estado de Minas Gerais.** Banco de Dados Agregados. Disponível em: <<http://migre.me/bA7wH>>. Acesso em: 5 jul. 2012.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR).** Brasília. 2011.

INTER TV AFILIADA DA REDE GLOBO. Programa Nacional de Habitação Rural beneficia o homem do campo. MG INTER TV 1ª EDIÇÃO - VALES MG 2013. 1 Vídeo (3min e 21seg), son, color. Disponível em: <<http://twixar.me/Qy0>>. Acesso em: 14 mai. 2014.

JORNAL DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (Edição Especial 25 anos). **25 Anos de Lutas e Conquistas**. Disponível em: <<http://migre.me/bA7j5>>. Acesso em: 2 jul. 2012.

JORNAL ESTADO DE MINAS. **Norte de Minas será nova fronteira da mineração**. Zulmira Furbino. Jornal Estado de Minas [online]. 2011. Disponível em: <<http://migre.me/bA9rC>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

KAGEYAMA, Ângela et al. O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme. C.; GASQUES, José G.; VILLA VERDE, Carlos. M. (Orgs.). **Agricultura e Políticas Públicas**. Série IPEA, n. 127, 1990. p.113-127.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária** [Trad. C. Ipêroig]. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. p. 29-35.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. 5º ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1998. p. 13;128;219. Subsídios de Estudo – Professor Sandro Luiz Bazzanella. Disponível em: <<http://twixar.me/xy0>>. Acesso em: 1 mai. 2012.

LEITE, Sergio P. (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2001.

_____. **BRASIL. La reforma agraria**. aGter, 2008. Disponível em: <<http://migre.me/bA9yc>>. Acesso em: 14 fev. 2012.

LÊNIN, Vladimir I. **Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura**. Tradução brasileira a partir da versão francesa confrontada com a versão espanhola. São Paulo: Ed. Brasil Debates (Coleção Alicerces), 1980. 63 p. Disponível em: <<http://migre.me/bA6VZ>>. Acesso em: 21 set. 2011.

LOBO, Alexandre. **O Teatro Messiânico: dos anos 60 ao Oi Nós**. Disponível em: <<http://www.geocities.ws/webhumanas/cultura/oteamessianico.html>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

LUXEMBURG, Rosa. A Acumulação do Capital ou O que os Epígonos Fizeram da Teoria Marxista: Uma Anticrítica. In: _____. **A Acumulação do Capital**. Tradução de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. 2º ed. São Paulo: Nova Cultural (Os Economistas), 1985. p. 325-355.

_____. Objeto de Investigação. In: _____. **A Acumulação do Capital**. Tradução de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. 2º ed. São Paulo: Nova Cultural (Os Economistas), 1985. p.7-18.

MARCOS, Valéria; FABRINI, João E. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 149 p.

Maria Adélia de Souza falando de Milton Santos. XV Encontro Nacional de Geógrafos na Universidade de São Paulo. São Paulo: 2008. 1 Vídeo (3min20seg), son, color. Disponível em: <<http://migre.me/bA70e>>. Acesso em: 15 fev. 2012.

MARIA, Luciene X. de. **O Programa Bolsa de Parceria e Arrendamento de Terras e o Processo de (Re)Ocupação Produtiva no Cerrado Mineiro: o caso de Uberaba e Uberlândia.** 2005. 165 f. Dissertação (Mestrado)- Curso de Geografia, Instituto de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

MARQUES, Daniel A. D. **Estrada Real: patrimônio cultural de Minas Gerais (?) – um estudo de Diamantina e Serro.** 2009. 271 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo)-Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

MARQUES, Marta I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 11, n. 12, p. 57-67, jan./jun. 2008.

_____. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, Eliane T.; FABRINI, João E. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008, v., p. 49-78.

MARTINS, José de S. **Expropriação e Violência (A questão política no campo).** São Paulo, Hucitec, 1980.

_____. **O Cativeiro da Terra.** 9. ed. São Paulo: Liv. Editora Ciências Humanas, 2010. p. 19-25.

_____. **Os Camponeses e a Política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1983. p. 9-102.

MARX, Karl. (1859 [1977]). Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política. In: _____; ENGELS, Friedrich. [1977]. **Texto 3.** São Paulo: Edições Sociais (Originalmente publicado em alemão), 1859. p. 300-303. Disponível em: <<http://migre.me/bA72n>>. Acesso em: 17 abr. 2012.

_____; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista.** Tradução de Maria Lucia Como. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra (Coleção Leitura), 1998. 65 p.

MATTEI, Lauro. **Impactos do PRONAF: análise de indicadores.** Ministério do desenvolvimento agrário, núcleo de estudos agrários e desenvolvimento Rural. Brasília: NEAD estudos, 2005. 136 p.

MEDEIROS, Leonilde S de. Dimensões da Questão Agrária: um olhar a partir dos assentamentos rurais. **Reforma Agrária:** Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. São Paulo, v. 34, n. 2, p. 125-134, jul/dez. 2007. ISSN - 0102-1184.

_____; LEITE, Sérgio P. (coords.). **Os impactos regionais dos assentamentos rurais:** dimensões econômicas, políticas e sociais. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ. Relatório de Pesquisa. Convênio CPDA-UFRRJ/FINEP, 2002.

_____. **Marchas e contra-marchas na política agrária no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).** Publicado em Inesc (Org.). A era FHC e o governo Lula: transição? Brasília, Inesc, 2004. p. 361-392. Disponível em: <<http://twixar.me/yJ0>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

MELO NETO, João C. de. Tecendo a manhã. In: _____. **A Educação pela pedra**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2008. p. 219.

MELO, Renata F. de. **Análise do desenvolvimento rural na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: caracterização dos municípios com base em indicadores populacionais, econômicos, ambientais e de bem-estar social**. 2005. 139 f. Dissertação (Mestrado)- Curso de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

MENDES, Rodrigo; NADER, Valéria. **Lula não fez reforma agrária** (Entrevista com Marina dos Santos). Correio da Cidadania. 2009. Disponível em: <<http://migre.me/bA9Ci>>. Acesso em: 18 fev. 2012.

MICALI, Danilo L. C. **Vila dos Confins, de Mário Palmério: romance de denúncia política**. Disponível em: <<http://twixar.me/Cy0>>. Acesso em: 2 fev. 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC/ FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE. **Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE**. Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE. 2011. Disponível em: <<http://twixar.me/2y0>>. Acesso em: 16 out. 2013.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV**. Disponível em: <<http://twixar.me/Hy0>>. Acesso em: 28 mai. 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em: <<http://twixar.me/ky0>>. Acesso em: 14 mai. 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em: <<http://twixar.me/qy0>>. Acesso em: 14 mai. 2014.

MIRALHA, Wagner. Questão Agrária Brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 9, n. 8, p. 151-172, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://twixar.me/ry0>>. Acesso em: 1 mai. 2012.

MITIDIERO JUNIOR, Marco A. **O movimento de libertação dos Sem Terra (MLST) e as contradições da luta pela terra no Brasil**. 2002. 319f. Dissertação (Mestrado)-Curso de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade São Paulo, São Paulo, 2002.

MORAES, Antônio C. R. **Bases da formação territorial no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MOREIRA, Gilvander L. Assentamento Paulo Freire, do MST, em Santa Vitória/MG: 43 famílias/produção leite. **Canal You Tube BR** 2012. 1 Vídeo (8min e 19seg), son, color. Disponível em: <<http://twixar.me/fz0>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

MOREIRA, Ruy. **A formação espacial brasileira: uma contribuição crítica à geografia do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequências, 2012. 336 p.

MORISSAWA, Mitsue. **A história de luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001. 256 p.

MOURA, Daise. J.; SILVA, Márcia. C.; CLEPS JUNIOR, J. As manifestações e ocupações no contexto das lutas sociais e políticas no Brasil: a contribuição da pesquisa DATALUTA. In: Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa, 2013, Rio Claro. **Anais VII Engrup**, 2013. p. 1-10.

MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRAS – MST. Experiências atuais de cooperativas - Região Sul. 2009. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/8610>>. Acesso em: 17 mar. 2014.

_____. **Lutas e Conquistas. Reforma Agrária: por justiça social e soberania popular**. 2ª ed. jan. 2010. Disponível em: <<http://twixar.me/3z0>>. Acesso em: 14 mai. 2014.

_____. **MST mobiliza 20 estados pela Reforma Agrária e contra impunidade**. 2012. Disponível em: <<http://twixar.me/Kz0>>. Acesso em: 17 abr. 2012.

_____. **MST seguirá mobilizado até governo cumprir promessas**. 2012. Disponível em: <<http://migre.me/bA9p5>>. Acesso em: 23 abr. 2012.

_____. **Programa Agrário do MST. Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!** 2013. VI Congresso Nacional do MST. fev. 2014.

NAVARRO, Zander. “Nunca cruzaremos este rio” – a estranha associação entre o poder do atraso, a história lenta e a ‘Sociologia militante’, e o ocaso da reforma agrária no **Brasil**. In: **Anais XXXII Encontro Anual da ANPOCS**, 2008, Caxambú(MG). p. 2-51.

_____. Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **SciELO Estudos Avançados** [online]. São Paulo, vol.15, n.43, 2001. p. 83-100. ISSN 0103-4014. Disponível em: <<http://migre.me/bA8ou>>. Acesso em: 3 mar. 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. A "Não Reforma Agrária" do MDA/INCRA no governo Lula. **Reforma Agrária** – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. São Paulo, v. 33, n. 2, p. 165-201, ago. /dez. 2006.

_____. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 63-110.

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **SciELO Estudos Avançados** [online]. São Paulo,v.15, n.43, 2001. p. 185-206. ISSN 0103-4014. Disponível em: <<http://twixar.me/nz0>>. Acesso em: 1 mai. 2012.

_____. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Revista Terra Livre**. São Paulo: AGB, n.21, p.113-156, 2º sem. 2003.

_____. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007. Disponível em: <<http://migre.me/ejtRy>>. Acesso em: 1 mai. 2012.

_____. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007.

_____; MARQUES, Marta I. M. **O campo no Século XXI: territórios de vida de vida, luta e de construção da justiça social.** São Paulo: Ed. Casa Amarela/Paz e Terra, 2004.

_____; FARIA, Camila S. O Processo de Constituição da Propriedade Privada da Terra no Brasil. In: XII ENCONTRO DE GEOGRAFIA DA AMÉRICA LATINA, 2009, Montevidéu. **Anais...** Montevidéu: XII EGAL, 2009. Disponível em: <<http://migre.me/bA8s6>>. Acesso em: 28 mar. 2012.

ORTEGA, Antônio C. Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS): uma estratégia municipal de desenvolvimento rural. In: _____. **Territórios Deprimidos: desafios para as políticas de desenvolvimento rural.** Campinas, SP: Alínea, 2008. p.121-149.

_____; NUNES, Emanoel M. Desenvolvimento Rural-Local e Agricultura Familiar no Brasil. In: XAVIER, C. L. (Org.). **Desenvolvimento Desigual.** Uberlândia: Editora da UFU, 2004. cap. 8, p. 381-410.

PEREIRA FILHO, Jorge. [Brasil de Fato]. **Lula abandonou a reforma agrária (Entrevista com Guilherme Delgado).** Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/5618>>. Acesso em: Acesso em: 5 jul. 2012.

PIMENTEL, Vânia C. **Assentamento é mais que um "projeto": a assistência técnica nos assentamentos rurais.** 2007. 150 f. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade - CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PORTE GONÇALVES, Carlos W. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. In: OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. I. M. (Orgs.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004, 207-53.

_____. A Revolução Verde: tecnologia e ideologia. In: _____. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização.** 2006. Disponível em: <<http://migre.me/bzVL8>>. Acesso em: Acesso em: 10 jun. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. **Programa de Aquisição de Alimentos beneficia cerca de cinco mil famílias.** Disponível em: <<http://twixar.me/1z0>>. Acesso em: 14 mai. 2014.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** (Trad. Maria Cecília França). São Paulo: Ática, 1980 [1993].

RIBEIRO, Raphael M. **Questão Agrária e Territórios em Disputa: embates políticos entre agronegócio e agricultura camponesa/familiar — década de 2000.** 2009. 151 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Curso de Geografia, Instituto de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

RICCI, Rudá. **Cáritas Minas Gerais assume compromisso com a superação da pobreza no Brasil (A pobreza: um olhar sobre Minas Gerais).** Disponível em: <<http://twixar.me/Tz0>>. Acesso em: 14 mai. 2014.

ROCHA, Herivelto F. Disputa territorial, conceitualização e atualidade da Reforma Agrária no Brasil. **GeoGraphos.** [En línea]. Alicante: Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante, 28 de marzo de 2013, vol. 4, nº 50, p. 433-462. [ISSN: 2173-1276].

SANTOS, Marina. **Lula não fez reforma agrária.** Entrevista Correio da Cidadania por Rodrigo Mendes e Valéria Nader. 2009. Disponível em: <<http://migre.me/bA9Ci>>. Acesso em: 18 fev. 2012.

SANTOS, Milton. Configuração Territorial e Espaço. In: _____. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia/ em colaboração com Denise Elias.** 6º ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. cap. 6, p. 83-94.

_____. O Espaço como Instância Social. In: _____. **Por Uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica.** 6º ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Coleção Milton Santos; 2), 2008. cap. 13, p. 177-190.

_____; SILVEIRA, Maria L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** 10º ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. 473 p.

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e Concepções de Território.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007. 200 p.

SAUER, Sérgio. "Reforma agrária de mercado" no Brasil: um sonho que se tornou dívida. **Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ)**, v. 18, p. 98-126, 2010.

_____. Agricultura Familiar Versus Agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. **Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2008. v. 1. 73p. (Texto para Discussão 30).**

_____; SOUZA, Marco R. Movimentos sociais na luta pela terra: conflitos no campo e disputas políticas. In: FERRANTE, Vera L.S. B.; WHITAKER, Dulce C. A. (Orgs.). **Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais.** Brasília/São Paulo: MDA/UNIARA, 2008, v. 11, p. 53-87.

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS - SEAPA. 2010, 2012, 2014. **Dados do Agronegócio.** Disponível em: <<http://migre.me/c5Ahx>>. Acesso em: 17 abr. 2014.

SILVEIRA, Maria L. Concretude territorial, regulação e densidade normativa. **Experimental,** São Paulo, v. 1, n.2, p. 35-45, 1997.

_____. Região e Globalização: pensando um esquema de análise. **Redes**. Santa Cruz do Sul. v. 15, p. 74-88, 2010.

_____. Território Usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. **Ciência Geográfica**. Bauru, ano XV, n. XV, p. 4-12, 2011.

_____. Uma Situação Geográfica: do método à metodologia. **Território**. Rio de Janeiro, ano VI, n.6, p.21-28, 1999.

SILVÉRIO, Leandra D. Assentamento Emiliano Zapata: trajetória de lutas de trabalhadores na construção do MST em Uberlândia e Triângulo Mineiro (1990-2005). 2006. 194 f. Dissertação (Mestrado em História Social)- Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

_____. **Reforma Agrária no Triângulo Mineiro: memórias, histórias e lutas de assentados(as) dos Projetos de Assentamento Emiliano Zapata e 21 de Abril (1980-2012)**. 2012. 361 f. Tese (Doutorado em História Social)- Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

SIMONETTI, Mirian C. L. (Org.). Assentamentos Rurais e Cidadania: a construção de novos espaços de vida. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília, Oficina Universitária, 2011. 188 p.

STÉDILE, João P.. A natureza do desenvolvimento capitalista na agricultura: a conjuntura internacional da agricultura. Diálogos, Propuestas, Historias para uma Cidadania Mundial. 2010. Disponível em: <<http://migre.me/bA7ad>>. Acesso em: 1 mai. 2012.

_____. A Ofensiva das empresas transnacionais sobre a agricultura. Texto para a V conferência internacional da VIA CAMPESINA- Maputo, 20 a 24 de outubro de 2008. **Diálogos, Propuestas, Historias para uma Cidadania Mundial**. 2010. Disponível em: <<http://migre.me/bA7cA>>. Acesso em: 1 mai. 2012.

_____. Líder do MST participa do Brasil em Discussão neste domingo (17). Programa Brasil em Discussão | Record News – Rede Record, 2012. 1 Vídeo (55min e 29seg), son, color. Disponível em: <<http://migre.me/bA9uC>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

_____. Maria Lydia entrevista João Pedro Stédile, fundador do MST. Jornal da Gazeta, 2014. 1 Vídeo (8min e 5seg), son, color. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=VDr7zmi0-CI>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

_____. O MST e a Questão Agrária. **SciELO Estudos Avançados** [online]. São Paulo, vol.11, n.31, 1997. p. 69-97. ISSN 0103-4014. Disponível em: <<http://migre.me/bA7ef>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

_____. **Stédile: “O Brasil não será democrático se não democratizar a terra”**. 2014. Disponível em: <<http://twixar.me/mz0>>. Acesso em: 17 fev. 2014.

_____; FERNANDES, Bernardo M. **Brava Gente – A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999.

TAVARES DOS SANTOS, José V. **Conflitos agrários e violência no Brasil: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária.** Pontificia Universidad Javeriana. Seminário Internacional, Bogotá, Colômbia. Agosto de 2000. Disponível em: <<http://migre.me/ejVPc>>. Acesso em: 1 mai. 2012.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa:** a árvore da liberdade. v.I, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

VALVERDE, Orlando. **Geografia agrária do Brasil.** Rio de Janeiro, INEP, vol 1,1964.
 _____. Metodologia da Geografia Agrária. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 1-16, fev. 2006.

_____. Metodologia da Geografia Agrária. **Reflexões sobre a geografia.** São Paulo, AGB, 1980, p. 53-80.

VENANCIO, Renato P. Os Últimos Carijós: Escravidão Indígena em Minas Gerais: 1711-1725. **Revista Brasileira de História [online].** São Paulo, vol.17, n.34, 1997. p. 165-181. ISSN 1806-9347. Disponível em: <<http://twixar.me/Gz0>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

VERBETES, USP. **Hegemonia.** Disponível em: <<http://migre.me/bA7rf>>. Acesso em: 18 abr. 2012.

VIA CAMPESINA BRASIL. Nem mais um minuto de silencio, toda uma vida de luta - Assassinato de Keno – Paraná. mai. 2008. Vídeo (22min e 59seg), son, color.

_____. **O Campesinato no Século XXI:** possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Curitiba/Brasília: nov. 2004. Disponível em: <<http://migre.me/dKSG1>>. Acesso em 18 mar. 2013.

VIEIRA, Wesley A. **Conflitos no Campo e Reforma Agrária em Minas Gerais: reflexões a partir do Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA.** 2012. 128 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia)- Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

VINAUD, Naiara C. A. **Nos Confins dos Chapadões Sertanejos: pensamento geográfico em Mário Palmério.** 2011. 155 f. Dissertação (Mestrado)- Curso de Geografia, Instituto de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

ROTEIRO DE ENTREVISTA – FAMÍLIAS ASSENTAMENTO EMILIANO ZAPATA/Uberlândia-MG

Entrevistado Nº:_____

Número do lote:

Nome do lote:

Área livre do lote:

Área de reserva do lote:

PESQUISA DE MESTRADO

PESQUISADOR

Wesley Alves Vieira

ORIENTADOR

Prof. Dr. João Cleps Júnior

TÍTULO DA PESQUISA

A TERRITORIALIZAÇÃO DO MST NO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA E
O ASSENTAMENTO EMILIANO ZAPATA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS: (des)encontros, desafios e conquistas

APOIO

Laboratório de Geografia Agrária - LAGEA

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

TEMA: SUJEITOS DA PESQUISA

Assentado(a) Titular 1 () , Titular 2 ()/Cônjugue ()/Agregados ():

Primeiro Nome:

Onde você nasceu?

Qual é a sua idade?

Qual é o seu estado civil?

Qual é a sua escolaridade?

Quantas pessoas moram no lote?

Fale um pouco sobre o seu histórico de vida, experiências e como conquistou a terra:

Você faz parte do MST?

Sim () Há quanto tempo? Não ()

Qual é sua contribuição no movimento?

Por que você escolheu viver no campo?

Quais os principais motivos de ir à cidade?

Quais os principais desafios em viver no assentamento?

Para você, o que é Reforma Agrária?

TEMA: POLÍTICAS PÚBLICAS, ORGANIZAÇÃO SOCIPRODUTIVA E RENDA

Você é contemplado(a) por alguma política, programa ou outra iniciativa governamental?

Política	Marque X	Observação
PNAE		
PAA		
PRONAF		
PSA ¹⁰⁵		
PROZAN ¹⁰⁶		
BNDES CONAB ¹⁰⁷		

Quais os pontos positivos das políticas, programas ou iniciativas que participa/participou?

Quais os pontos negativos dos programas ou políticas que participa/participou?

O que você produz no seu lote?	Cultura permanente/Cultura anual	Quanto produz?	Quanto consome?	Quanto comercializa?

O que você considera como pontos positivos no lote, no assentamento ou entorno?

O que você considera como pontos negativos no lote, no assentamento ou entorno?

Como considera a fertilidade do solo no seu lote? Boa () Média () Ruim () Explique por quê?

¹⁰⁵ Projeto Fundo Perdido

¹⁰⁶ Projeto Fundo Perdido

¹⁰⁷ Projeto Fundo Perdido

Quais são as técnicas utilizadas na produção (preparação do solo, período da produção, colheita), os maquinários e insumos agrícolas?

Há processamento ou beneficiamento da produção no lote? Quais?

Como é feita a comercialização dos produtos?

Qual é a sua principal fonte de renda¹⁰⁸? Poderia dizer quanto?

Quais são as fontes de renda secundárias?

Quantas horas você trabalha por dia no lote?

Quais as suas perspectivas e projetos para o futuro?

OBSERVAR E ANOTAR

Benfeitorias e condições de moradia (época de construção, estado de conservação, água dentro de casa, banheiro, piso, reboco, forro, pintura, etc.):

Uberlândia, _____/_____/2013.

¹⁰⁸ Salário trabalho externo (carteira assinada, contrato); Lavoura verde (hortifrútils); Lavoura branca (arroz, feijão, milho, soja, etc.); Gado de leite (leite, queijo); Gado de corte; Benefício; Aposentadoria; Auxílio Doença; Auxílio Maternidade.

APÊNDICE 2

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA AS LIDERANÇAS DO MST TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA

Entrevistado Nº: _____

PESQUISA DE MESTRADO

PESQUISADOR

Wesley Alves Vieira

ORIENTADOR

Prof. Dr. João Cleps Júnior

TÍTULO DA PESQUISA

A TERRITORIALIZAÇÃO DO MST NO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA E
O ASSENTAMENTO EMILIANO ZAPATA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS

PÚBLICAS: (des)encontros, desafios e conquistas

APOIO

Laboratório de Geografia Agrária - LAGEA

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq

Primeiro Nome:

Onde você nasceu?

Qual é a sua idade?

Qual é o seu estado civil?

Qual é a sua escolaridade?

Você atualmente é acampado, assentado ou mora na cidade?

Você milita pelo MST há quanto tempo?

Qual núcleo ou setor pertence no MST?

Qual é o seu dever/tarefa no MST?

Fale um pouco sobre o seu histórico de vida, suas experiências, seus desafios e conquistas no MST:

Para você, o que é Reforma Agrária?

TEMA: O MST NO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA

Qual é a trajetória histórica do MST no Triângulo Mineiro?

Como o MST está organizado no Triângulo Mineiro (níveis, setores, etc.)?

Quais são as estratégias de luta pela Reforma Agrária do MST no Triângulo Mineiro?

Quais são os desafios do MST no Triângulo Mineiro?

Quais são as conquistas do MST no Triângulo Mineiro?

TEMA: ACAMPAMENTOS

Atualmente, quantos acampamentos organizados pelo MST existem no Triângulo Mineiro?
Quais são e onde ficam?

Atualmente, qual é o acampamento mais representativo liderado pelo MST no Triângulo Mineiro? Por quê?

Atualmente, quais os desafios nos acampamentos?

O que você considera como fundamental nos acampamentos?

Como vivem os acampados e quais benefícios eles possuem nos acampamentos?

TEMA: ASSENTAMENTOS RURAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Quantos assentamentos organizados pelo MST existem no Triângulo Mineiro? Quais são e onde estão?

Atualmente, qual é o assentamento mais representativo liderado pelo MST no Triângulo Mineiro? Por quê?

Atualmente, quais são os desafios nos assentamentos no Triângulo Mineiro?

O que você considera como fundamental nos assentamentos?

Qual é a sua opinião sobre as políticas públicas nos assentamentos?

Há encontros entre as propostas do MST para o campo e as políticas públicas de assentamentos? Quais?

Quais os desencontros entre as propostas do MST para o campo e as políticas públicas de assentamentos rurais?

De forma mais específica, qual é a sua opinião sobre o PRONAF, PAA e PNAE?

TEMA: FÓRUM MINEIRO DE REVOLUÇÃO AGRÁRIA E OUTROS MOVIMENTOS SOCIAIS

Em que circunstâncias e como foi construído o Fórum Mineiro de Revolução Agrária?

Quais os desafios e as conquistas do Fórum no Triângulo Mineiro?

Atualmente, qual é a relação do MST Triângulo Mineiro com Fórum?

Qual a relações do MST com outros movimentos do Triângulo Mineiro?

O MST possui parceria com outros movimentos no Triângulo Mineiro? Que tipo de parceria?

Que órgãos, entidades, etc. mais contribuem com o MST no Triângulo Mineiro? Como contribuem?

Que órgão, entidades, etc. mais combatem o MST no Triângulo Mineiro? Como combatem?

Quais as perspectivas e os projetos futuros do MST para o Triângulo Mineiro?

Há considerações gerais ou finais a fazer?

Uberlândia, _____/_____/2013.

APÊNDICE 3

ROTEIRO DE ENTREVISTA

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DO ASSENTAMENTO EMILIANO ZAPATA E ASSOCIAÇÃO CAMPONESA DE PRODUÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA (ACAMPRA)

1. Nome da Associação existente no Assentamento:

Tipo:

- () Associação de produtores
- () Cooperativa de produção
- () Cooperativa de crédito
- () Cooperativa de consumo

Outro, especificar:

2. Existe documentação legal, regimento ou estatuto¹⁰⁹? () Sim () Não. Quais?

3. Qual é a forma de administração da Associação?

4. Qual é o número de associados?

5. Para você, quais são os pontos positivos e as conquistas da Associação?

6. Quais os pontos negativos e os desafios?

7. Há outras associações? Quais?

8. Há processamento ou beneficiamento de produção pela Associação? Quais?

9. Quais experiências coletivas existem no assentamento?

10. Quais assistências existem no assentamento?

11. Há grupos organizados tais como setores, núcleos para um determinado assunto no assentamento? Quais?

12. Como se processa as decisões coletivas relacionadas à Associação e outros assuntos?

13. Há atividades de estudos, de lazer, culturais, de formação, de treinamento para os assentados? Quais?

14. Quais as suas perspectivas e projetos para o futuro?

Uberlândia, ____ / ____ /2013.

¹⁰⁹ Se possível, conseguir uma cópia para ter mais tempo para analisar.